

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MACPS- MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO
SUSTENTÁVEL

IZABELLA GALERA

**OS PARQUES DO SÉCULO XIX EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA:
Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque
Municipal de Belo Horizonte**

BELO HORIZONTE
2014

IZABELLA GALERA

**OS PARQUES DO SÉCULO XIX EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA:
Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque
Municipal de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído
Orientadora: Profa. Dra. Marieta Cardoso Maciel

BELO HORIZONTE
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

G154p

Galera, Izabella.

Os Parques do séc. XIX em meio à cidade contemporânea [manuscrito] : um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte / Izabella Galera. - 2016.

224 f. : il.

Orientadora: Marieta Cardoso Maciel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaços livres - Teses. 2. Parques urbanos - Teses. 3. Paisagem urbana – Belo Horizonte (MG) - Teses. 4. Paisagem urbana – Curitiba (PR) - Teses. 5. Parque Municipal Américo René Giannetti (Belo Horizonte, MG). 6. Passeio Público de Curitiba (PR). I. Maciel, Marieta Cardoso. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 352.732

Izabella Galera

**OS PARQUES DO SÉCULO XIX EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA:
Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque
Municipal de Belo Horizonte**

Marieta Cardoso Maciel (orientadora) – UFMG

Maria Cristina Villefort Teixeira – UFMG

Silvio Pinto Ferreira Junior - Universidade Cruzeiro do Sul

Daniel Gaio - UFMG

Belo Horizonte, 31 de julho de 2014.

Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.

Paulo Leminski; 1976

AGRADECIMENTOS

Tenho que agradecer a tantas pessoas, a tantas coisas, que meu coração é só gratidão.

Em primeiro lugar, à minha família, pelo apoio de uma vida toda, por acreditar, incentivar-me e me dar asas, para que meu caminho seja trilhado sempre com muita alegria.

À minha mãe, Josceley, um exemplo de luta e amor pela universidade, que me inseriu neste universo desde muito pequena, ao me levar para seu local de trabalho, enquanto tinha que dar aulas. Foi assim que aprendi que uma biblioteca pode nos levar a infinitos lugares. Obrigada a ela também por me amar, acreditar em mim e respeitar minhas escolhas.

Ao meu querido pai, Almir, pelo carinho, cuidado, amor e por me ajudar tanto a seguir em frente, conquistando meu espaço. Ao meu irmão Rodolfo, por todas as formas de apoio, pela amizade e carinho. Sem vocês, nada disso teria acontecido.

Aos meus queridos amigos que estão longe, a alguns amigos de uma vida toda, a amigos irmãos; seguimos juntos, sei que com vocês posso sempre trocar muitas alegrias e companheirismo. Aos novos amigos que fiz em Belo Horizonte, pelo carinho com que me receberam, com a certeza de que fazem daqui um lugar mais especial.

Ao Guilherme, pelo companheirismo, carinho, amizade, atenção e interesse em todos os passos dados e todas as etapas desta pesquisa.

Agradeço, também, de todo o coração, à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais por ter me dado esta chance maravilhosa e ter me recebido nesta fase da vida. Meu carinho e admiração por esta instituição só cresce, e posso afirmar de coração que tenho muito orgulho por estudar aqui.

À minha querida orientadora Marieta Cardoso Maciel, pelos ensinamentos, compreensão, por crer e incentivar esta pesquisa.

Aos professores que passaram por estes dois anos em minha vida, e muito me ensinaram.

A Raquel, minha tutora, algumas vezes um anjo, minha gratidão por me acompanhar nestes dois anos dentro da sala de aula, ensinando-me muito, sendo uma grande inspiração.

À Victória, que desde o primeiro contato sempre se mostrou muito disposta a nos ajudar em tudo.

A CAPES/ REUNI, pelo auxílio nestes anos, e por estimular muitas e muitas pessoas a seguirem acreditando que podemos, sim, fazer pesquisa em nosso País.

Agradeço também a Belo Horizonte, cidade que me acolheu de uma forma tão amável, que posso afirmar que parte de mim já é mineira: esta cidade e tudo o que ela tem feito por mim estão em meu coração.

Devo sim agradecer aos Parques também, meus objetos de estudo, espaços pelos quais tenho uma paixão tão grande, que me evocam tantas lembranças agradáveis, os que eu quero seguir pesquisando. É um privilégio poder estudar tanto o Passeio Público quanto o Parque Municipal, jardim da minha casa, local que me hospeda e me transforma a cada visita.

Esta pesquisa é, sobretudo, um manifesto de amor aos parques.

Por fim, agradeço à minha vida, pela sorte, pela coragem e pelas conquistas que me são cedidas em tantos momentos. Posso afirmar que, depois destes dois anos, já não sou mais a mesma: sou muito maior, e assim seguirei.

RESUMO

O espaço público desempenha um papel determinante no ambiente construído, estabelecendo-se como uma afirmação democrática do equilíbrio entre a dimensão pública e a privada na cidade. Sua importância no contexto da sociedade contemporânea extravasa a função de identidade simbólica, oferecendo um território para as manifestações coletivas, tanto como um espaço para expressão individual como um palco aberto para a vida da comunidade. Com a notável expansão urbana na qual vivemos, constantemente, nos grandes centros, surgem as questões: como estes parques urbanos sobrevivem em meio à cidade contemporânea e como estão sendo apropriados? As mudanças que incidem na cidade contemporânea geram uma nova atitude na compreensão dos espaços públicos. A transformação na estrutura econômica e social, além das mudanças espaciais, faz com que surjam novas territorialidades, trazendo muitas vezes conflitos entre os atores institucionais e os cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado, político, ideológico, social e ambiental. Com este trabalho, pretende-se analisar o conceito de parque urbano, buscando entender como o Parque Américo Renné Gianetti, em Belo Horizonte, e o Passeio Público, em Curitiba, vêm sobrevivendo em meio às novas demandas das metrópoles, além de buscar estabelecer uma relação entre a apropriação dos cidadãos com tais parques. Como estudo de caso, serão analisados e comparados, bem como já mencionado, os parques Passeio Público, situado em Curitiba-PR e Parque Américo Renné Gianetti, em Belo Horizonte - MG. A escolha destes dois parques se deu por serem, ambos, os primeiros parques implantados nas duas capitais, sendo importantes no contexto histórico e cultural do final do século XIX. Com essa proposta, a pesquisa entra no eixo temático “Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído”, levantando a seguinte questão: como os parques urbanos podem contribuir para termos cidades com mais consciência ambiental, humanizadas e para a valorização dos mesmos como Patrimônio Cultural e Ambiental?

Palavras-Chave: Espaços Livres; Parques Urbanos; Paisagem; Uso Público.

ABSTRACT

The public space plays a decisive role in the built environment, establishing itself as an affirmation of the democratic balance between private and public dimension in the city. Its importance in the context of contemporary society goes beyond a symbolic identity, providing a territory for collective manifestations, both as a space for individual expression as an open stage for community life. With the notable urban sprawl we live constantly in large centers, the question is how these urban parks survive amid the contemporary city and how they are being appropriated. The changes that impact on contemporary city produce a new attitude in the understanding of public spaces. The transformation in the economic and social structure, in addition to spatial changes, gives rise to new territoriality, bringing often conflicts between institutional actors and citizens. In this context, public space has a new, political, ideological, social and environmental meaning. This work has as a purpose to analyze the concept of urban park, seeking to understand how Park Américo Renné Giannetti, in Belo Horizonte, and the Public Garden, in Curitiba, have survived among the new demands of the metropolis, as well as trying to establish a relationship between the appropriations of city dwellers with such parks. As a case study, as mentioned before, we have analyzed and compared two parks: Public Garden, located in Curitiba – PR, and Park Américo Renné Giannetti, in Belo Horizonte - MG. They have been chosen by being the first parks settled in both capitals, having an importance in historical and cultural context in the latest XIX century. With this proposal, the search enters the main theme " Heritage Management in the Built Environment " , raising the question: how urban parks can contribute to have cities with more environmental awareness, humanized and its recovery as Cultural and Environmental Heritage ?

Keywords: Free spaces, Urban Parks, Landscape, Public use.

REPRODUÇÕES DE IMAGENS DE SITES DA INTERNET:

Figura 1	www.bbc.co.uk
Figura 2	www.nycvp.com
Figura 3	www.ipoll.com
Figura 4	www.luminidesign.com
Figura 6	www.espacoturismo.com
Figura 7	www.guideinriodejaneiro.com
Figura 15	www.skyscrapercity.com Foto: Eduardo Silve
Figura 70	www.guiaturismocuritiba.com
Figura 73	www.curitiba-parana.net
Figura 74	ippucweb.ippuc.org.br
Figura 85	www.ceupr.com.br/p/fundacao.html
Figura 86	www.gazetadopovo.com.br

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

BRT- Bus Rapid Transit

BNH - Banco Nacional de Habitação

CCNC - Comissão Construtora da Nova Capital de Minas

CEU - Centro do Estudante Universitário

CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

COHAB - Companhia de Habitação

COMAM - Conselho de Meio Ambiente do Município.

FCC - Fundação Cultural de Curitiba

FPM - Fundação de Parques Municipais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM BIO - Instituto Chico Mendes

IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

LPUOS - Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo

MAPP - Departamento de Parques e Praças

PDM - Plano Diretor Municipal

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UIP - Unidade de Interesse de Conservação

URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

URBS - Companhia de Urbanização e Saneamento

SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SMAP- BH - Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Áreas verdes propostas por Aarão Reis e as implementadas
Tabela 2	Índice de Áreas Verdes de Belo Horizonte em 1997
Tabela 3	Relação de Funcionários do Parque Municipal Américo Renné em junho de 2011
Tabela 4	Quantificação dos visitantes do parque por portaria e horário.
Tabela 5	Quantificação dos visitantes do parque por portaria.
Tabela 6	Quantificação dos transeuntes do parque por portaria.
Tabela 7	Aspectos Físicos Regiões Metropolitanas
Tabela 8	Aspectos Físicos e Socioeconômicos dos municípios estudados
Tabela 9	Aspectos Físicos
Tabela 10	Resposta Entrevistados - Capacidade de Carga dos Parques
Tabela 11	Aspectos Bióticos
Tabela 12	Aspectos Antrópicos
Tabela 13	Resposta entrevistados – No que a frequência intensa pode prejudicar o parque
Tabela 14	Resposta dos entrevistados à questão: “no que a frequência intensa pode contribuir para o parque?”
Tabela 15	Resposta entrevistados - Aumento no horário de funcionamento dos parques.
Tabela 16	Resposta entrevistados - Principais conflitos.
Tabela 17	Resposta Entrevistados - Relação de visitantes dos parques em comparação a outros parques municipais.
Tabela 18	Resposta dos entrevistados - Como é feita a gestão dos parques.
Tabela 19	Resposta dos entrevistados - Como funciona o orçamento do parque.
Tabela 20	Resposta dos entrevistados: Políticas Públicas voltadas para os parques
Tabela 21	Resposta dos entrevistados - Reformas previstas.
Tabela 22	Resposta dos entrevistados à pergunta “o que o parque representa para a cidade?”
Tabela 23	Resposta dos entrevistados à questão: “Qual função que o parque deve desempenhar?”

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Opções dos usuários dentro do Parque durante a semana.
Gráfico 2	Classificação etária da população.
Gráfico 3	Faixa de Renda dos visitantes.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Hyde Park, em Londres
- Figura 2** Central Park
- Figura 3** Disneylândia
- Figura 4** High Line, em Nova Iorque
- Figura 5** Passeio Público do Rio de Janeiro
- Figura 6** Parque Ibirapuera, em São Paulo
- Figura 7** Parque Brigadeiro Eduardo Gomes/ Aterro do Flamengo
- Figura 8** Espaços livres de edificação
- Figura 9** Arraial de Curral del Rey, em 1890
- Figura 10** Planta Original da Cidade de Minas - Plano de Aarão
- Figura 11** Ocupação urbana de Belo Horizonte em 1920
- Figura 12** Ocupação urbana de Belo Horizonte em 1930
- Figura 13** Vista Parcial de Belo Horizonte na década de 1930
- Figura 14** Ocupação urbana da Av. Afonso Pena, com a construção do Edifício JK ao lado e a Serra do Curral ao fundo.
- Figura 15** Vista de Belo Horizonte do topo da Serra do Curral
- Figura 16** Mapa de Áreas Verdes Protegidas de Belo Horizonte
- Figura 17** Parque Fazenda Lagoa do Nado
- Figura 18** Parque Fazenda Lagoa do Nado
- Figura 19** Mapa das rotas do Parque Mangabeiras
- Figura 20** Vista aérea do Parque das Mangabeiras
- Figura 21** Vista aérea do Parque Municipal Juscelino Kubitschek
- Figura 22** Parque Jornalista Eduardo Couri, popular Barragem Santa Lúcia
- Figura 23** Parque Roberto Burle Marx
- Figura 24** Parque Jacques Cousteau
- Figura 25** Parque Jacques Cousteau
- Figura 26** Residência de Aarão Reis, no atual Parque Municipal
- Figura 27** Implantação original do Parque Municipal, inserida na malha rígida da nova capital, com características dos jardins ingleses.
- Figura 28** Projeto da entrada principal do Parque Municipal
- Figura 29** Projeto do Observatório Meteorológico
- Figura 30** Cascata Natural
- Figura 31** Praça Circular em estilo de jardim francês, executada em 1926
- Figura 32** Perspectiva do Parque Municipal com a linha de prédios da Av. Afonso Pena, 1938
- Figura 33** Perspectiva da Av. Afonso Pena nos anos 50, já verticalizada, ainda com os Ficus, removidos nos anos 60. Ao lado, o Parque Municipal, de onde se

vê a cobertura do Teatro Francisco Nunes.

- Figura 34** Área do Parque Municipal, em 1897
- Figura 35** Parque Municipal em 1942
- Figura 36** Parque Municipal em 2011
- Figura 37** Projeto original do Parque Municipal e sua transformação
- Figura 38** Diagrama dos fluxos principais dos transeuntes
- Figura 39** Evento Cultural Conexão Vivo, 2012
- Figura 40** Planta atual do Parque Municipal
- Figura 41** Planta de cadastro dos pisos existentes
- Figura 42** Diferentes tipos de caminhos e materiais nos passeios
- Figura 43** Vista interna da Portaria da Av. Afonso Pena
- Figura 44** Vista externa da Portaria da Av. dos Andradas
- Figura 45** Vista externa da Portaria da Alameda Ezequiel Dias
- Figura 46** Vista externa da Portaria da Rua Carandaí
- Figura 47** Vista externa da Portaria da Rua da Bahia
- Figura 48** Vista externa do portão da Avenida Assis Chateaubriand
- Figura 49** Vista externa do portão da escadaria do Mercado das Flores
- Figura 50** Vista externa da Administração do Parque Municipal
- Figura 51** Coreto
- Figura 52** Área do antigo Colégio IMACO, onde será o novo Espaço Multiuso
- Figura 53** Reinauguração do Teatro Francisco Nunes
- Figura 54** Vista externa da Guarda Municipal
- Figura 55** Vista externa do Orquidário
- Figura 56** Vista da Lanchonete
- Figura 57** Fonte próxima à portaria da Rua Ezequiel Dias
- Figura 58** Bica D'água próxima à portaria da Rua Ezequiel Dias
- Figura 59** Parque infantil (brinquedos gratuitos)
- Figura 60** Portaria da Av. dos Andradas, ao fundo, que se torna um local de permanência pela quantidade de ambulantes e de brinquedos pagos.
- Figura 61** Quadra de Tênis
- Figura 62** Quadra Poliesportiva
- Figura 63** Zoneamento Proposto para a reforma
- Figura 64** Implantação proposta
- Figura 65** Tropeiro no início do século XIX
- Figura 66** Vista de Curitiba em 1855
- Figura 67** Rua XV de novembro
- Figura 68** Mapa de Ocupação Urbana em 1915
- Figura 69** Mapa do Plano Agache sobreposto ao mapa atual de Curitiba

- Figura 70** Rua XV de Novembro
- Figura 71** Plano Serete, 1965
- Figura 72** Parque Barigui
- Figura 73** Parque do Iguaçu e Zoológico
- Figura 74** Parque Municipal do Passaúna
- Figura 75** Mapa de Áreas Verdes de Curitiba com os parques mais visitados
- Figura 76** Mapa de parques e bosques de Curitiba
- Figura 77** Terreno onde foi construído o Passeio Público; colina da Chácara de Nhá Laura (atual Colégio Estadual do Paraná), em 1880
- Figura 78** Planta elaborada por Lazzarini em 19 de março de 1887, para a aprovação do então diretor de Obras Públicas, Cândido Ferreira de Abreu.
- Figura 79** Passeio Público quando chamado de Jardim Botânico, ideia que não atraiu os curitibanos
- Figura 80** Portão de acesso ao Passeio Público na esquina da R. Carlos Cavalcanti com a R. Presidente Faria. Este portão foi demolido para dar lugar a um portão modernista nos anos 50, sendo construída esta réplica em 1974, ano de seu tombamento.
- Figura 81** Portão de acesso ao Passeio Público na esquina da R. Presidente Faria com a Av. João Gualberto, inaugurado em 22 de outubro de 1915.
- Figura 82** Antigo viveiro dos macacos
- Figura 83** Coreto do Passeio Público, no parque desde sua inauguração
- Figura 84** Antigo coreto transformado em aquário em 1999, recém-reformado. Hoje abriga várias espécies de peixes e algumas tartarugas.
- Figura 85** Vista aérea da Casa do Estudante Universitário – CEU, e sua inserção no Passeio Público.
- Figura 86** Os antigos barcos que transitavam pelos canais do Rio Belém e os novos pedalinhas trazidos por João de Pasquale
- Figura 87** Planta do Passeio Público já revitalizado, na década de 1960
- Figura 88** Adaptação do novo cercamento, inserido em 1992, ao cercamento original de 1915.
- Figura 89** Planta do Passeio Público com sua área desmembrada
- Figura 90** Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo em maio de 2013
- Figura 91** Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo em maio de 2013
- Figura 92** Mapa de acessos ao Passeio Público
- Figura 93** Croqui do Passeio Público com sua configuração atual
- Figura 94** Portão de acesso ao Passeio Público na R. Carlos Cavalcanti
- Figura 95** Acesso lateral com portão modernista
- Figura 96** Portão de acesso ao Passeio Público pela R. Luiz Leão
- Figura 97** Edifício Administrativo
- Figura 98** Aquário onde era o antigo Coreto
- Figura 99** Pista de Patinação

Figura 100	Edificação do Terrário e Sanitários
Figura 101	Vista interna do sanitário feminino
Figura 102	Posto Policial - Núcleo de proteção ao Cidadão
Figura 103	Quiosque padrão do Passeio Público
Figura 104	Restaurante do Passeio
Figura 105	Vista do Lago com o recinto dos macacos ao fundo
Figura 106	Ponte Pênsil
Figura 107	Rua interna entre os dois lagos
Figura 108	Espaço para jogos com grande concentração de frequentadores
Figura 109	Espaço para jogos com grande concentração de frequentadores
Figura 110	Playground com brinquedo desenhado para relembrar o Balão Granada
Figura 111	Playground
Figura 112	Feira de Orgânicos e Artesanato aos sábados de manhã
Figura 113	Feira de Orgânicos e Artesanato aos sábados de manhã
Figura 114	Cercamento projetado por Bouvard em mau estado
Figura 115	Mapa de Apropriação s/ escala
Figura 116	Entorno imediato do Parque Municipal com os principais edifícios, s/escala
Figura 117	Entorno Parque Municipal s/ escala
Figura 118	Entorno imediato do Passeio Público s/ escala
Figura 119	Vegetação Parque Municipal
Figura 120	Vegetação Passeio Público
Figura 121	Viveiro de Aves no Passeio Público
Figura 122	Aves do Passeio Público
Figura 123	Estrutura Administrativa Passeio Público
Figura 124	Estrutura Administrativa Parque Municipal

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CONDUÇÃO METODOLÓGICA	3
1. REVISÃO DA LITERATURA	5
1.1. Parques Urbanos	5
1.1.1. Sinopse Histórica	5
1.1.2. Parques no Brasil	11
1.2. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO	17
1.2.1. Classificação	19
1.2.2. Os parques urbanos como espaços livres de uso público	21
1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPAÇOS PÚBLICOS	24
1.3.1. Legislação e Gestão dos Parques.	24
2. ESTUDO DE CASO: PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNÉ GIANETTI – BELO HORIZONTE/MG E PASSEIO PÚBLICO – CURITIBA/PR.....	31
2.1. Caracterizações do Município – Belo Horizonte	31
2.1.1. Plano Original de Aarão Reis e a evolução histórica de Belo Horizonte	31
2.1.2. Cenário recente de Belo Horizonte	39
2.1.2. Parques Urbanos em Belo Horizonte	41
2.1.3. Parque Municipal Américo Renné Giannetti.....	55
2.2. Caracterização do Município – Curitiba	88
2.2.1 Histórias do Planejamento Urbano de Curitiba	88
2.2: PASSEIO PÚBLICO	109
2.2.2. Situação atual/ Apropriação:	126
3. RELAÇÃO ENTRE OS PARQUES: PASSEIO PÚBLICO (CURITIBA) E PARQUE AMÉRICO RENNÉ GIANETTI (BELO HORIZONTE).....	142
3.1. Análise/ Comparações.....	142
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
5. REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	1
Anexo A.....	2
Anexo B.....	9

INTRODUÇÃO

As cidades são como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor do seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino

A sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais urbana. Nos últimos três séculos, os habitantes das cidades têm procurado manter uma relação emocional e inata satisfatória entre indivíduos e ambiente, estabelecida no curso da evolução humana, por meio da criação de espaços verdes. As mudanças que incidem na cidade contemporânea geram uma nova atitude na compreensão dos espaços públicos.

Este projeto de investigação origina-se da inquietação da autora em relação aos parques urbanos em Belo Horizonte e Curitiba. Busca-se, por meio desta pesquisa, vislumbrar quais serão as estratégias para que estes sítios sejam entendidos como Patrimônio Cultural e Ambiental, vindo a ser cada vez mais ocupados e preservados gerando, assim, uma maior participação da população na vida urbana.

Ao considerar que os espaços verdes do meio urbano são de extrema importância para a qualidade de vida, e que esses são constantemente ameaçados, propomo-nos a compreender os atributos da percepção – interesses, necessidades e motivação de atores urbanos que comprometem a implantação de um uso urbano de proteção especial, tendo como objetivo geral investigar a história dos parques urbanos, fazendo um recorte sobre os parques de Belo Horizonte e Curitiba, mais especificamente o Parque Municipal de Belo Horizonte e o Passeio Público de Curitiba.

Como forma de operacionalizar este estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um estudo histórico dos espaços públicos em Belo Horizonte e Curitiba.

- Identificar quais as políticas públicas que podem ser utilizadas para manter os parques ocupados, preservados e reconhecidos como patrimônio;
- Investigar como os espaços públicos, principalmente os parques urbanos, podem agregar valores para a vida nos grandes centros.

A transformação na estrutura econômica e social, além das mudanças espaciais, fazem com que surjam novas territorialidades ocasionando, muitas vezes, conflitos entre atores institucionais e os cidadãos. Neste contexto, o espaço público ganha um novo significado político, ideológico, social e ambiental, desempenhando um papel determinante no ambiente construído, estabelecendo-se como afirmação democrática no equilíbrio entre a dimensão pública e privada na cidade. A concepção de uma identidade com o espaço e a sua valorização pela incorporação de espaços livres ao meio urbano é avaliada positivamente por Lynch:

Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta. Isso é o extremo oposto do medo que decorre da desorientação; significa que o doce sentimento da terra natal é mais forte quando não apenas esta é familiar, mas característica (1997, p. 5).

Ao analisar os parques urbanos, vemos que os primeiros espaços livres de uso público contidos no meio citadino tinham, principalmente, um objetivo estético e artístico, haja vista terem sido concebidos pela classe burguesa do século XVIII, a qual possuía os meios artísticos e estéticos necessários para investir no embelezamento das cidades.

Entretanto, só recentemente, na segunda metade do século XX, tais espaços foram reconhecidos como áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida no meio urbano, pois as áreas verdes podem oferecer aos habitantes urbanos o sentimento de bem estar, satisfação e felicidade no cotidiano.

O primeiro capítulo do presente estudo busca, no arcabouço teórico, a história da relação dos Parques com as cidades, entendendo como estes espaços públicos vêm ganhando (ou não) representatividade na vida urbana. Para isto, usou-se o conceito de Espaços Livres de Uso Público, mantendo sempre o parque como principal fio condutor do raciocínio. Por fim, é exposta a legislação brasileira em torno da criação e preservação dos parques.

No segundo capítulo, a intenção é adentrar na evolução urbana das duas capitais estudadas (Belo Horizonte e Curitiba) quanto a oferta de parques urbanos em ambas as cidades, até nos aprofundarmos em nossos objetos de estudo, o Parque Municipal de Belo Horizonte e o Passeio Público de Curitiba, tanto na evolução histórica, quanto na situação atual dos dois logradouros.

O terceiro capítulo apresenta a comparação dos dois parques, apontados com parâmetros que foram classificados em Meio Físico, Meio Biótico e Meio Antrópico, relacionando este cotejo com as entrevistas feitas com os gestores responsáveis pelos parques. Por fim, são feitas as considerações finais, apontando os desafios e ganhos que estes parques vêm passando, alimentadas com a discussão de Ângelo Serpa (2007) em sua obra **Espaços públicos na cidade contemporânea**.

Neste contexto, busca-se, por meio da linha de pesquisa Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído, desencadear uma reflexão sobre a sobrevivência destes espaços públicos na cidade, seu estado atual e sua relevância na cultura daquele sítio.

CONDUÇÃO METODOLÓGICA

Optou-se, metodologicamente, pelo estudo de caso, o qual tem o papel de examinar um fenômeno no seu estado natural, empregando múltiplos métodos de tratamento de dados qualitativos e quantitativos - sobre uma ou algumas entidades (pessoas, grupos, organizações ou fenômenos).

Para Yin (2001, p. 32), o estudo de caso adequa-se, particularmente, à investigação de fenômenos muito abrangentes que dificultam o tratamento científico. Assim, por exemplo, problemas de implantação de áreas protegidas no Brasil necessitariam de muitos esforços e tempo para serem solucionados. Já por meio do estudo de caso, seria possível caracterizar contextos específicos, norteando outros estudos em contextos diferenciados.

Neste caso, os parques urbanos seguem, ao longo da história, ainda em processo de discussão e de concretização de uma legislação mais consistente, além da retomada dos valores comunitários, culturais e ambientais que abarcam as funções dos espaços públicos nas cidades.

Para registrar e analisar as experiências neste estudo, optou-se por entrevistas semiestruturadas, nas quais se buscou detectar a influência dos parques

na qualidade de vida, entender as principais políticas públicas necessárias ao bom funcionamento de suas instalações, além de compreender seu valor patrimonial. Como complemento de análise, utilizou-se o método comparativo: segundo Schneider e Schmitt (1998, p. 77) a comparação, como momento da atividade cognitiva, pode ser considerada inerente ao processo de construção do conhecimento, pois, ao compararmos semelhanças e diferenças, continuidades e descontinuidades, podemos construir modelos e tipologias os quais nos levam a explicar as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Portanto, a estratégia metodológica neste trabalho será associar as características e o método de estudo de caso em entrevistas com os principais agentes destes espaços (gestores e pesquisadores), na tentativa de implantar o projeto de pesquisa sobre OS PARQUES URBANOS EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA, fazendo um recorte de estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte.

Os dois parques foram selecionados por serem, ambos, os primeiros parques públicos das duas capitais; Curitiba foi escolhida por sua trajetória e cultura de parques urbanos muito forte ao longo dos últimos 40 anos, e Belo Horizonte, por ser uma cidade planejada aos moldes positivistas, cuja ideologia urbanística da época contemplava os parques.

1. REVISÃO DA LITERATURA

As cidades são imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva.

Felix Guatari

1.1. Parques Urbanos

1.1.1. Sinopse Histórica

O espaço em que vivemos tem, sobre nossas vidas, uma forte influência: o ambiente urbano foi o lugar para o qual o homem transferiu-se do habitat natural para um construído. Sob uma ótica romântica, os espaços verdes seriam uma possibilidade de o homem citadino vivenciar a mudança das estações, o funcionamento da natureza e se aproximar do seu espaço de origem – a natureza.

Conforme Maciel et al (2009 p. 52), os espaços urbanos livres públicos e privados (sem edificações) e os consolidados (ocupados por edifícios), estruturam a paisagem urbana, dinâmica, como o ambiente. Os espaços livres públicos e privados, permeáveis e impermeáveis, abrigam os movimentos e as paradas de objetos e pessoas. Têm como finalidade a sustentabilidade biofísica e social dessas atividades. São lugares onde todos podem passar, permanecer, andar e contemplar, oferecendo uma sensação de bem-estar individual e coletivo, podendo até transformar a cidade.

Os parques surgiram como fato urbano de relevância apenas no final do século XVII, na Inglaterra, atingindo seu pleno desenvolvimento quase cem anos depois. Entretanto, somente nos anos de 1850 e 1860, os parques compuseram os planos urbanísticos na Europa, inicialmente, na França, com os planos do Barão Georges-Eugène Haussmann (GRANZ, 1993).

No cenário urbano, na metade do século XIX, as áreas verdes tornaram-se bastante necessárias, uma vez que a cidade tornou-se o locus da vida social moderna. Dois fenômenos que comprometeram a qualidade de vida urbana se fizeram presentes: o primeiro foi a concentração da população mundial nos centros urbanos, o que levou à diminuição da base dos recursos naturais; o segundo foi o surgimento de valores voltados à acumulação de capital e à busca de status social e

econômico, base da sociedade capitalista, o qual contribuiu para fragilizar e tornar conflituosas as relações sociais urbanas.

Ampliando-se ainda mais o conceito de parques públicos urbanos como constructo cultural, pode-se afirmar que, concebido como equipamento urbano e recreativo, está relacionado, sobretudo, a uma vontade política de representação através do tempo. São aqui tratados como exemplos emblemáticos os parques públicos do século XIX em Paris, cuja idealização pelo poder da época contou com o auxílio de profissionais de prestígio, destacando-se Georges Eugène Haussmann e o paisagista Jean Alphand.

Nessa época de pós-revolução industrial, o interesse pelos parques passa a fazer parte do cotidiano urbano, associando as ideias de lazer¹ ao discurso político de cunho higienista. A ida a um parque estava associada a questões de saúde: ia-se a um espaço assim para respirar o bom ar dos jardins. Por isso, houve uma multiplicação de parques e pequenas praças na Paris do século XIX, inicialmente nos planos urbanísticos idealizados por Haussmann, nos quais se indica a abertura de novas ruas, a criação de novos bairros e dois grandes parques: o Bois de Boulogne, antiga floresta situada entre o rio Sena e as fortificações ocidentais, o parque se torna sede da vida mais elegante de Paris, por sua proximidade com os Champs-Élysées, e o Bois de Vincennes, do lado oposto da cidade, destinado aos bairros do oeste para demonstrar a solicitude do Imperador Napoleão III em relação às classes operárias.

O modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII foi a fonte de inspiração dos parques urbanos que, por sua vez, tiveram origem nas ideias românticas de volta à natureza e busca pela qualidade de vida no meio urbano, sendo que dois fatos marcaram a criação dos primeiros parques: um foi a abertura dos jardins dos palácios ingleses ao público; outro, a realização de empreendimentos imobiliários promovidos pelas iniciativas pública e privada que viram na criação dos parques bons investimentos focados na especulação imobiliária.

¹ Foi na Revolução Industrial que surgem as leis trabalhistas, e a diferença entre tempo de trabalho e tempo livre. O lazer está relacionado diretamente com o que os operários faziam em seus tempos livres.



Figura 1: Hyde Park, em Londres

Fonte: www.bbc.co.uk

Os primeiros parques e passeios públicos surgiram durante a primeira metade do séc. XIX. Sobressai-se o parque popular que o célebre jardineiro urbanista Joseph Paxton entregou, em 1847, para uma cidade industrial perto de Manchester, caracterizado pelo traçado pitoresco, pela separação das circulações (a pé, a cavalo, de coche) e pela integração das áreas de jogo (críquete, arco e flecha), o Parque de Birkenhead era considerado um modelo, admirado e estudado por especialistas, desde Olmsted, que se inspirou nele para seu Central Park, até Alphand, que o reproduziu em seu Art des Jardins. (SANTA ROSA, 2002, p. 30).

Este modelo de parques vigorou em todo o mundo: a percepção dos espaços verdes urbanos como ambiente de conservação, socialização e metáfora da natureza, motivou o surto de modelos de urbanização baseados no embelezamento das cidades.

Entretanto, a transformação do espaço urbano em mercadoria dificultou a criação e implantação dos parques em áreas urbanas no mundo todo, uma vez que esse uso passou a ser entendido como conflitante com os interesses econômicos (GRANZ, 1982).

Os parques representavam, principalmente, grandes espaços que poderiam aliviar os problemas da cidade e romper a situação cidadina de estresse. De fato, os parques implantados na Europa e nos EUA tiveram esse papel. Granz (1982) afirma que os parques possibilitariam aos cidadãos ter contato com ar fresco, lazer e tranquilidade:

O período subsequente, de 1900 a 1930, é o de maiores transformações na evolução dos parques: é o do *reform park* ou também *playground period*. Dois são os aspectos que o fundamentam na necessidade de mudanças: playgrounds e espaços locais. Passam a internalizar-se no urbano, construindo áreas para as crianças. Em pouco tempo a aspiração é estendida e implantada para todas as faixas etárias em organizações programadas e supervisionadas por idades e sexos (MAGNOLI, M. 2006, p. 209).

Inicialmente, cabe ressaltar, os parques eram espaços utilizados pelas classes média e alta, pois eram antigos jardins privados. Por exemplo, os ricos nova-iorquinos promoviam carreatas no Central Park, com passeios a cavalo. Entretanto, ao se tornarem espaços públicos, houve uma socialização maior desse sítio, nos quais eram desenvolvidos jogos dos mais diversos entre distintas classes sociais, como mostra a figura 02.



Figura 1: Central Park

Fonte: site www.nycvp.com

Magnoli (2006, p. 209) afirma que os estudos urbanísticos do pós-guerra, especialmente ingleses, e o racionalismo na arquitetura classificavam, pelo mundo, índices de áreas verdes em *playlots*, *playgrounds*, *playfields* e outros, de forma similar ao que fazia com casas, escolas, hospitais, comércio, setores industriais e sistemas de trânsito. A correta hierarquização e a distribuição sistematicamente planejada nas cartografias, desde a escala local até a nacional, faria com que os parques contribuíssem com todos os requisitos técnicos para uma sociedade justa, equilibrada, harmoniosa, ordenada. Talvez feliz, também.

O desenvolvimento dos movimentos ambientalistas, que surgiram no século XX e se acentuam nos dias atuais, relata a importância da Educação Ambiental para a formação do cidadão. Os parques urbanos seriam espaços destinados à construção de uma consciência ecológica, nos quais os habitantes da cidade poderiam compreender os processos naturais, por meio do contato direto com os elementos da natureza, utilizando essas informações na conservação dos recursos e do ambiente urbano.

De acordo com os aspectos ambientais, a vegetação atua diretamente no microclima urbano, colaborando para sua ambiência em diversos aspectos:

- ameniza a radiação solar na estação quente e modifica a temperatura e a umidade relativa do ar por meio do sombreamento reduzindo, assim, a carga térmica recebida pelos edifícios, pedestres e veículos;
- altera a velocidade e direção dos ventos;
- funciona como barreira acústica;
- reduz a poluição do ar por meio da fotossíntese.

Portanto, os parques funcionariam como “preventivos” desses danos ambientais nas cidades. Possibilitariam, assim, a manutenção de alguns atributos naturais no meio urbano—vegetação, geomorfologia, nascentes e outros, auxiliando na diminuição de ruídos, no embelezamento do ambiente, no melhoramento do microclima local quanto à umidade e insolação, no controle de erosão, na qualidade do ar e na manutenção de mananciais (SILVA, 2003, apud RIBEIRO, 2000, p. 52).

Atualmente, algo em torno de 80% da população mundial vive nas cidades. Esse fato leva ao surgimento de alguns problemas ambientais típicos de centros urbanos, como a escassez de água, a erosão do solo, a poluição sonora e do ar e outros. Os espaços verdes poderiam minimizar tais problemas ambientais, pois são responsáveis pela manutenção de nascentes, assim como da flora e da fauna, componentes importantes para o funcionamento dos ecossistemas locais.

No decorrer do século XX, novas funções à antiga, por mais paradoxal que pareça, foram introduzidas, voltadas basicamente ao lazer contemplativo. Atualmente, são atribuições que consideram a preservação de recursos naturais, as práticas desportivas, passando pelos espaços cenográficos dos parques temáticos, até o lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, como no caso dos parques da

Disney. Esses papéis requalificam os parques, atribuindo-lhes novos adjetivos e denominações, como Parque Ecológico e Parque Temático (Figura 03).



Figura 2: Disneylândia
Fonte: site www.ipoll.com

Para Olmsted, uma cidade com mais espaços abertos e com oferta de área de recreação para a comunidade propiciaria um estilo urbano mais agradável. A população das cidades sempre sente necessidade de espaços públicos abertos, onde possa encontrar um cenário tranquilo, que tenha a ação de uma válvula de escape contra as pressões e as tensões do trabalho.

Parte do esforço de Olmsted em educar o público norte-americano sobre a importância da existência dos parques foi mostrar seus benefícios a todas as classes sociais, indistintamente, e seu papel como ponto de encontro para todos os cidadãos, independentemente de sua formação (BEVERIDGE, apud MACEDO e SAKATA, 2003).

Todavia, em seu livro emblemático² “Vida e Morte das grandes cidades” Jane Jacobs defende que espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere. (Jacob, 2001, p. 104)

² Jane Jacobs escreveu o livro *Vida e Morte das Grandes Cidades*, este livro foi um marco para o urbanismo, ao questionar o desenvolvimento do planejamento urbano nas cidades.

Para que um parque urbano tenha vitalidade, ele depende da complexidade do local, de sua centralidade, da Insolação e da Delimitação espacial.

Por ser um elemento típico da cidade moderna, o parque está em constante processo de recodificação. Um exemplo de Parque Urbano contemporâneo é o High Line, criado sobre uma antiga linha de trem construída em 1930, a qual foi desativada nos anos 80, oferecendo jardins suspensos pela cidade, como mostra a Figura 04.



Figura 3: High Line, em Nova Iorque
Fonte: site www.luminidesign.com

1.1.2. Parques no Brasil

A criação sistematizada de Parques no Brasil foi iniciada no século XIX, com a vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro (Figura 05).



Figura 4: Passeio Público do Rio de Janeiro
Fonte: Portal Vitruvius

A forte influência dos paisagistas franceses que vieram para a América Latina explica porque muitos parques urbanos brasileiros inspiraram-se no estilo europeu. Entretanto, diferentemente dos países europeus do século XIX, o Brasil não possuía uma rede urbana expressiva. Até mesmo a capital, Rio de Janeiro, não tinha o porte das cidades europeias da época, tanto em termos de população como em sua área urbana. Aqui, os parques foram criados para complementar os cenários das elites que mantinham o controle da nação em formação. Procuravam, assim, construir uma imagem urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais. Contudo, com o passar dos anos, outros estilos de construir parques foram concebidos por arquitetos brasileiros.

A presença de praças e largos, porém, vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao redor da arquitetura de maior apuro, já que tinham também a função de controle social sobre pontos de concentração da população (REIS FILHO, 1968).

A mais antiga manifestação em termos de paisagismo, no Brasil, ocorreu na primeira metade do séc. XVII, em Pernambuco, por obra do Príncipe Maurício de Nassau, durante a invasão holandesa daquele estado nordestino. É certo que já antes da expulsão dos holandeses, pouco ou nada havia sobrado dessa iniciativa, exceto uma fabulosa quantidade de laranjeiras, tangerinas e limoeiros espalhados em todos os trajetos das campanhas de invasão.

O parque urbano mais antigo do Brasil implantado com este intuito foi o Passeio Público do Rio de Janeiro (figura 5), por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos. Suas obras iniciaram em 1779, no séc. XVII, por Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentim (SEGAWA, 1996 p. 79). A proposta original apresentava o traçado marcadamente simétrico, como o tradicional jardim francês. Uma das grandes diferenças em relação ao desenho original ao atual é que o Passeio chegava ao mar. Em 1862 houve uma grande reforma, sendo chamado o paisagista Auguste François Marie Gaziou, que deu ao logradouro características de jardim inglês, ou jardim paisagista.

Muitos dos largos que já existiam nas cidades passaram a ter características de jardins no séc. XIX, buscando expressar um ar de modernidade e sofisticação para os grandes centros Brasileiros.

Uma das fortes características desta época é a necessidade de o usuário do espaço público usar vestimentas de acordo com o protocolo da Europa, ainda que não houvesse qualquer necessidade disso nos climas tropicais.

O primeiro parque público do Brasil foi o Campo de Santana, concebido em 1873, em uma área alagadiça que foi destinada a espaço de lazer para a população. Para isso, foi chamado novamente Gaziou, que projetou um parque nos moldes anglo-francês, como os parques modernos de Paris.

Com a vinda de alguns paisagistas franceses para o Brasil, veio também o costume de trazer plantas – junto com as estufas em que eram cultivadas – de toda a parte do mundo, como Ásia e África. Essas, posteriormente, destinavam-se aos jardins particulares da elite, ou aos jardins e parques públicos:

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, transformado paulatinamente durante o século XIX em parque público, é um exemplo típico da fusão das duas vertentes projetuais. Nele se observa uma clara mistura do traçado romântico com os grandes eixos clássicos, que constituem, em especial, a grande alameda de palmeiras imperiais, sua referência espacial maior (MACEDO, 2002, p.22).

Os Jardins Botânicos foram criados anteriormente aos parques, no Brasil. Dois documentos, um de 1796, a Carta Régia; logo em seguida, o aviso régio, de 1798 estabeleciam uma política de criação de jardins botânicos na Colônia para propiciar o intercâmbio de plantas que seriam úteis à coroa portuguesa. Estes espaços, posteriormente, foram mesclando a função de pesquisa à de parques: à

medida que o interesse pela pesquisa foi se perdendo, a característica de parque foi se fortalecendo.

Um dos grandes fatores que revelam que os parques da “Belle Époque”, no Brasil, eram grandes cenários, é a quantidade de vazios urbanos, consequência de uma urbanização sem continuidade que se apresentava nas cidades até quase a metade do séc. XX. Estes vazios expressam uma natureza abundante, e pouca necessidade de parques urbanos, devido às grandes escalas territoriais.

Conforme afirma Macedo (2002, p. 24), os vazios urbanos e as imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, foram por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças e parques. Somente com a diminuição e mesmo o desaparecimento, a partir da segunda metade do séc. XX, e com escassez real de áreas de lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento tornou-se uma necessidade social.

Paul Villon, no final do séc. XIX, foi chamado para projetar a Avenida Beira-Mar do Rio de Janeiro, criando um grande parque linear com características dos jardins românticos. Em São Paulo, quem se responsabilizou, em 1911, em propor um “anel verdejante” em volta do velho centro histórico da cidade foi o engenheiro francês Antoine Bouvard, o qual desenhou um sistema de parques que compreendia o Parque Dom Pedro II e o Parque Anhangabaú, ambos em áreas alagadiças da cidade.

Os passeios públicos têm como característica dimensões mais modestas que os parques, ainda que com o mesmo intuito, ou seja, ócio e contemplação, constituindo uma transição entre o grande parque urbano e a praça jardim.

No entanto, segundo Serpa (2007, p. 69), todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam: antes mesmo de se tornar um espaço de lazer, o parque é uma ideia, um conceito, uma utopia, um desejo, o qual está relacionado, sobretudo, a uma vontade política. A história de um parque começa sempre com um comando político.

Percebe-se que os estilos que melhor expressam a paisagem dos parques urbanos no Brasil encontram-se em três fases: o ecletismo, do fim do séc. até a década de 1920; o moderno, que surgiu a partir da década de 1930, que rompe com a visão “romântica” dos parques, cujas influências ainda permanecem, como se observa no Parque do Ibirapuera (SP), figura 07, e Parque do Flamengo (RJ), figura

08; e o estilo contemporâneo, que se tornou mais pronunciado a partir da década de 1980 (MACEDO, S. S, SAKATA, F. G, 2002, p. 23).



Figura 5: Parque Ibirapuera, em São Paulo
Fonte: www.espacoturismo.com



Figura 6: Parque Brigadeiro Eduardo Gomes/ Aterro do Flamengo
Fonte: www.guideinriodejaneiro.com

O Eclétismo é marcado pelos estilos romântico e geométrico. Seguem esses estilos o Parque Museu do Ipiranga, em São Paulo, e o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, que além de terem formas geométricas fortes procuraram imitar a natureza, com caminhos sinuosos e plantas que se debruçam sobre espelhos. Outros exemplos são o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, e o Parque da Luz, em São Paulo (LEAL, 2000).

Entre as décadas de 1920 e 1930 houve um crescimento dos espaços urbanos, fazendo com que os parques passassem a ser mais democráticos,

frequentados por pessoas de diferentes classes sociais. Como citado em LEAL (2000), “essas transformações marcam a chegada do estilo moderno e o uso dos espaços livres para práticas esportivas, lugares para brincar e jogar”. O estilo moderno é marcado pelas concepções de Roberto Burle Marx, o qual projetou parques como o de Brasília, reforçando o estilo nacionalista.

Com o passar do tempo, as grandes cidades brasileiras começaram a possuir cada vez mais moradias, cujos quintais tornavam-se menores ou até mesmo inexistentes. Os parques modernos surgiram para serem amplamente utilizados para o lazer, como na Europa, com espaços para mesinhas, *playground*, pistas de corridas e quadras esportivas.

No Brasil, essa ruptura marca o estilo contemporâneo de construção de parques urbanos, o qual se inicia embrionariamente nos anos 80, com a introdução dos conceitos ecológicos no país e com a chegada de novas obras feitas no exterior. É exemplo desse estilo a maioria das intervenções do projeto Rio-Cidade, parques em Curitiba e a Praça Itália em Porto Alegre, de autoria de Carlos Fayet e equipe (1992), a qual constitui o marco desta nova geração projetual. No entanto, vários parques brasileiros encontram-se com sérios problemas, entre eles os improvisos e a falta de investimentos, principalmente, em áreas de menor valor comercial, ocupadas pelas classes de baixa renda (GANEM & LEAL, 2002).

Tanto o Parque Municipal de Belo Horizonte como o Passeio Público de Curitiba, e também o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, dentre tantos parques concebidos no séc. XIX, são parques que sobreviveram ao longo dos anos, carregando um lugar de memória para a cidade sendo, desta forma, um símbolo destas cidades até hoje.

Ao longo da história, o papel desempenhado pelos espaços verdes nas nossas cidades tem sido uma consequência das necessidades experimentadas de cada momento, ao mesmo tempo em que é um reflexo dos gostos e costumes da sociedade.

1.2. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Para discutir o conceito de espaços livres de uso público e, dentro deste contexto, o de parques urbanos, propomo-nos a entender o que significa, de uma forma simplificada, o conceito de Espaço, aqui baseado na pesquisa de Milton Santos, e a noção da esfera pública como idealizada por Hanna Arendt, para assim refletirmos sobre esse termo tão utilizado tecnicamente, mas ainda pouco entendido e apropriado para uso pela maioria da população.

Espaço público é tido como aquele ambiente em que, dentro do território urbano (especialmente na cidade contemporânea, onde predomina a presença do privado) é de uso comum e de posse coletiva, cabendo ao poder público sua responsabilidade.

Conforme Santos (1988, p. 25) afirma, a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, imóveis como em uma fotografia. Já o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço formam um par dialético, não sendo apenas meros objetos, mas, sim, constituindo um espaço afetivamente vivido.

O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. A espacialização não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço (SANTOS. 1988 p. 27).

Já a noção de esfera pública, conforme Arendt (1991, p. 15) qualifica na expressão *vita activa*, é composta por três atividades humanas consideradas fundamentais para a vida humana: o labor, o trabalho e a ação. Essas condições tendem a suprir a existência do homem, variando de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem faça parte.

O labor está relacionado às necessidades do corpo biológico, ou seja, as necessidades para a sobrevivência do indivíduo e da espécie humana. Já o trabalho estabelece a artificialidade no mundo, sendo o responsável por sua duração além do período de vida humana. É válido expor aqui que, para a autora, o trabalho não é

intrínseco ao ser humano, mas, sim, uma atividade que o homem impôs à própria espécie.

A ação é a necessidade de o homem viver entre seus semelhantes, reconhecendo-se, assim, que a natureza humana é eminentemente social. Constituiria a “[...] única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria [...]”; portanto, a ação corresponderia à esfera da vida pública, da realização da política *stricto sensu*, a qual, desde a Antiguidade tem profunda relação com a organização do poder na cidade (CUSTODIO, 2005, p. 3).

Segundo Custódio (2005), a manifestação da esfera de vida pública envolve a produção cultural; a construção da cidadania, do interesse público, do bem público constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos e, na cidade, teria a realização nos espaços públicos – ruas, calçadas, praças, parques e outros – onde, ainda segundo Arendt (1991, p. 67), “[...] ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes”. É este o significado da vida pública.

Ao refletirmos sob a existência e oferta de espaços livres de uso público urbano, onde o cidadão entra na dinâmica de “ver e ser visto por todos”, concluímos que há esperança e possibilidade de construção, recuperação, organização e realização da esfera de vida pública na cidade contemporânea.

Faz-se necessário contextualizar que a cidade contemporânea se expressa no espaço da cidade capitalista, principalmente nos grandes centros, caracteriza-se, entre outros aspectos, por ser fragmentado, o que dá origem a um mosaico irregular, com áreas de diferentes tamanhos, formas e conteúdos, assim geradas por distintos processos espaciais e agentes sociais. As áreas desta constelação, por outro lado, foram criadas em diferentes momentos do tempo, exibindo paisagens construídas recentemente, consolidadas, envelhecidas ou em processo de renovação. Complexas espacialidades e temporalidades caracterizam o espaço da grande cidade capitalista, fato que se acentua após a Segunda Guerra Mundial e se amplia mais ainda nos últimos 25 anos (MARCUSE, 2003).

O termo público está conectado, sobretudo a aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível, sendo um reflexo do próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Hanna Arendt ressalta a dificuldade que sentimos em compreender a

divisão entre a *esfera pública* e a *privada*, entre as atividades permanentes ao mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida. Desta forma, é importante frisar que o homem só percebe o espaço em que vive quando participa ativamente da sua concepção.

1.2.1. Classificação

Para entendermos um pouco sobre a classificação de espaços livres de uso público, faz-se necessário integrar os estudos de Miranda Magnoli ao arcabouço conceitual abordado na presente pesquisa.

Segundo Magnoli (1982), os espaços livres são os não edificados: quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas ou até mesmo simples vazios urbanos. Sua localização, acessibilidade e distribuição formam um complexo sistema de conexões com múltiplos papéis urbanos: atividades de ócio, circulação urbana, conforto ambiental, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, do imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros. Eles podem ser públicos ou privados. Partimos, assim, da hipótese de que toda cidade possui um sistema de espaços livres, entendendo o conceito de sistema como conexões dinâmicas entre os elementos, sejam elas físicas ou não, planejadas ou não.

De acordo com Magnoli (2006, p. 202), o espaço livre é entendido como todo espaço – e luz – não coberto por edifícios nas áreas urbanas e em seu entorno. (Figura 07).

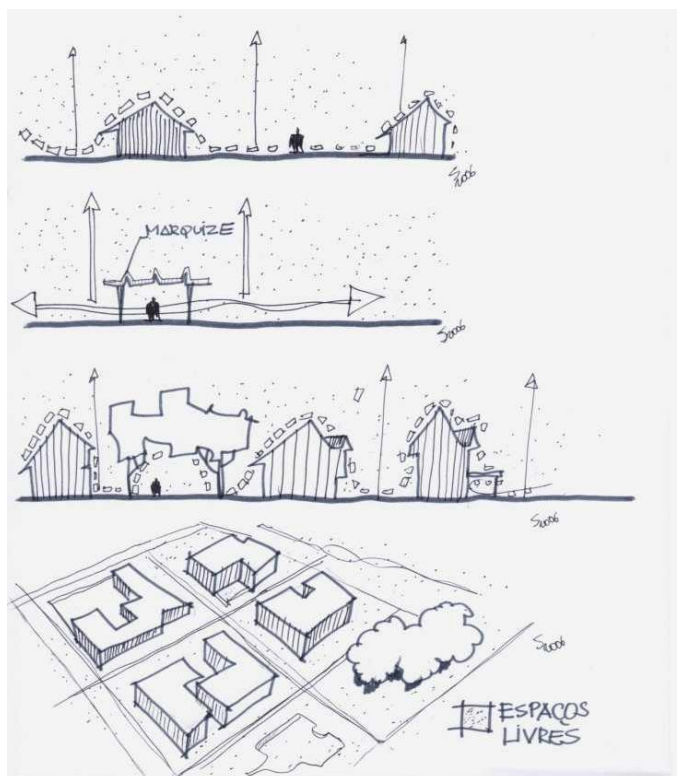


Figura 7: Espaços livres de edificação

Fonte: MACEDO et. al., 2007, p.119.

A figura 08, exposta acima, explica que os espaços livres de edificação são formados tanto nos espaços não cobertos por edifícios quanto naqueles que estão ao redor das edificações integrando, assim, o tecido urbano. O vínculo do espaço livre dá-se fundamentalmente por sua localização em relação aos edifícios, para que as pessoas os ocupem. O enfoque de espaço livre como objeto de desenho só é relevante se analisado face às atividades e necessidades do homem urbano (MAGNOLI, 2006, p. 202).

A caracterização do sistema de espaços livres públicos urbanos de uma cidade passa por questões como a identificação dos elementos predominantes (praças, parques, ruas e outros), localização, distribuição, acessibilidade física e simbólica, complementaridade, interdependência, hierarquia, conectividade e articulação entre eles; além de aspectos como o formal e o funcional (CUSTODIO, 2005, p. 6).

Os espaços livres podem ser públicos ou privados, sendo o espaço livre privado aquele em que o proprietário tem total direito sobre o uso, podendo ser exemplificado pelos pátios, quintais, jardins, etc. Já o espaço livre público é aquele de propriedade pública, ou seja, que pertence à União, ao Estado ou ao Município e,

conseqüentemente, a todos os cidadãos, podendo ter apropriação de forma pública, embora, em alguns casos, essa apropriação tenha certo controle. Dentre esses espaços livres públicos são exemplos as ruas, as avenidas, os largos, as praças, os parques, os jardins públicos e os becos.

Todos os espaços livres têm relevância tanto nas questões urbanas como nas questões culturais, ambientais e sociais, sendo essenciais para a vida da cidade. Dentro deste contexto, os Parques Urbanos são grandes “pulmões” para as cidades, contendo geralmente uma área permeável abundante (espaço vegetado ou “verde”). Esta “área verde” é toda e qualquer área que contenha vegetação situada em solo permeável, sendo uma categoria dos espaços livres de uso público.

Segundo Maciel (2009, p. 60), o índice de área verde de um município está diretamente relacionado à qualidade de vida de sua população. Conseqüentemente, a existência de praças e de parques públicos é fator importante para poder mensurar a qualidade de vida e ambiental para cada localidade.

1.2.2. Os parques urbanos como espaços livres de uso público

O espaço livre de uso público é o espaço da cidade por excelência. Conhecemos e reconhecemos a cidade por meio do espaço público, o que se constitui em um fator importante de identificação e marco referencial das cidades, manifestando-se por meio dos símbolos. Conforme afirma Magnoli (2006, p. 200), os parques urbanos são inseridos na urbanização como parte dos espaços livres de edificação. Sob esse aspecto, sua distribuição nas várias escalas de urbanização é parte do projeto da cidade, como um todo, idealizado por sua sociedade.

Podemos considerar os parques urbanos como grandes “áreas verdes” de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas, os quais devem cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); neles, a vegetação e o solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; esta última deve ser pública e de utilização sem regras rígidas.

O uso da vegetação nas cidades, especialmente nos jardins, constitui-se em um reflexo do modo de viver de determinada cultura. Em seus primórdios, estes tinham uma função de dar prazer à vista e ao olfato.

Apenas no séc. XIX os espaços verdes assumiram uma característica utilitária, sobretudo nas cidades que vinham crescendo continuamente, devido à Revolução Industrial.

Magnoli (2006, p. 202) alerta que os parques públicos foram, inicialmente – especificamente em 1789 –, propostos em Munich como espaços de recreação pública. Tirou-se partido, na maior parte desses espaços, de fortificações em desuso. Já no séc. XIX, com a aceção de áreas especificamente reservadas para utilização pela população, ambientes como o St. James Park e o Regent's Park/1828 foram desenvolvidos por desenhos em áreas da Coroa Britânica.

Exercendo uma função pública, o parque é lugar das práticas imaginárias, lúdicas e carregadas de memória. O parque remete ao tempo livre, a quebra do cotidiano, ao lazer e por que não, a liberdade.

O primeiro sistema de parques desenhado para Paris não teve como critério fundamental a utilização pela população. Foi em Nova Iorque, com o Central Park, que se implantou o maior parque público que seria desenhado com o critério, na época, de necessidade da população urbana (MAGNOLI, 2006(b), p. 201).

Ainda hoje, a grande maioria dos setores de espaços livres de uso público é tratada de forma superficial, meramente quantitativa. Ao analisar a maioria dos parques em um contexto urbano, constata-se uma fragmentação tanto no complexo espacial quanto nas políticas urbanas e culturais, em que tais espaços são colocados como aspecto complementar no cotidiano das cidades.

A função da frequência dos usuários nestes espaços é derivada principalmente de sua distribuição espacial, da localização e da facilidade de acesso formando, assim, um sistema urbano que pode ser articulado.

A apropriação dos espaços pelo homem para suas necessidades e atividades é criada em âmbitos locais, setoriais, urbanos, metropolitanos, sub-regionais e regionais em função da proximidade espacial. A proximidade espacial, movimento, exige permeabilidade entre os espaços por meios diversificados e amplos de locomoção. A distribuição de espaços livres para serem apropriados pelo homem (sistema de parques) fica vinculada às maneiras de acessos disponíveis em cada uma das escalas de urbanização, e à frequência dos usuários (MAGNOLI, M. 2006(b), p. 20).

São os espaços livres de uso público, e dentre eles, os parques urbanos, os lugares mais acessíveis para o cidadão, tendo assim um grande potencial de

apropriação, por serem locais que remetem à autonomia e liberdade tanto individual quanto para grupos. Por serem abertos, expostos e acessíveis, tendem a ser espaços mais democráticos e necessários para a prática da cidadania, proporcionando a interação visual das várias classes.

Ao concebermos estes espaços como Patrimônio Ambiental Urbano, além de Patrimônio cultural imaterial, passamos a entender que a conservação e apropriação destes parques são vitais para essas cidades.

Os parques armazenam o ar e a luz, a vegetação e os animais em maior quantidade que as praças, cumprindo o papel de purificador ambiental, desviando os ruídos, as partículas e a visão desagradável. A presença de um parque na trama urbana representa um contraste formal e funcional com o restante das massas edificadas. O parque atende às demandas populares de recreação e turismo, respondendo às necessidades de lazer.

Os parques abrigam as reservas florísticas e faunísticas, assim como as reservas dos elementos físicos (ar, terra, luz, água) necessários ao ambiente e à vida do homem urbano; por esses atributos todos temos justificativas suficientes para a sua existência até hoje nas cidades.

São áreas remanescentes da ocupação urbana, cuja característica principal é sua extensão físico-territorial, proporcionando a permeabilidade do solo e a permanência de grandes massas vegetais e abrigo para a fauna urbana (MACIEL et al, 2003, p. 7).

A presença de um parque na trama urbana representa um contraste formal e funcional com o restante das massas edificadas. Os espaços livres de uso público têm o potencial de amenizar tanto os problemas sociais quanto os ambientais urbanos. Os parques urbanos contribuiriam para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações, da criação de um sentimento de tranquilidade.

1.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPAÇOS PÚBLICOS

1.3.1. Legislação e Gestão dos Parques.

Os parques foram as primeiras áreas naturais no mundo demarcadas para a conservação e o lazer, inicialmente viabilizadas na segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos.

Seguindo o modelo americano, no final do séc. XIX, no Brasil propõe-se a criação do Parque Nacional das Sete Quedas e da Ilha do Bananal, sem sucesso na viabilização do projeto. O primeiro parque a se oficializar com este nome foi o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, após a definição da categoria de “parque” pelo Código Florestal de 1934 (WWF, 1994).

O primeiro instrumento legal que regulamentou as áreas protegidas no Brasil foi o Código Florestal de 1934 (Brasil, Decreto 23.792, de 20/01/1934) que visava preservar áreas silvestres de valor paisagístico. Os parques nacionais, estaduais e municipais, além das demais áreas destinadas ao lazer como “pequenos parques e bosques” foram classificados no Código Florestal de 1934 como florestas remanescentes. (Brasil, Decreto 23.792, de 20/01/1934, Art. 4º). A última revisão do código florestal foi publicado em 2012, apresentando algumas mudanças referentes a Áreas de Preservação Permanente (APP's).

Há uma distinção de unidades de conservação no código florestal existindo, além do parque, as florestas nacionais, as reservas biológicas e as estações ecológicas, as áreas de preservação ambiental e as reservas particulares do patrimônio natural. Há também algumas tipologias paralelas como as áreas de preservação permanente, as áreas de proteção especial e as áreas indígenas.

O embasamento político na criação dos parques nacionais está sujeito ao estabelecimento de áreas pensadas, genealogicamente, na ideia do homem como invasor. O espaço passa a ser gestado, então, na figura do homem apenas enquanto visitante, incorporando também critérios e justificativas científicas, com a prerrogativa de contribuir para a preservação da biodiversidade, realização de pesquisas científicas e para atividades de educação ambiental (TAVEIRA, 2010, p. 22),

Dentro desta classificação, os Parques são subdivididos em Parques Nacionais, Parques Estaduais, Parques Intermunicipais, Parques Metropolitanos e Parques Municipais.

Já com relação à finalidade de atendimento, podem ser qualificados como:

- **Parque de Preservação:** Têm como fim a preservação dos valores naturais ou culturais que merecem a preservação do equilíbrio ecológico;
- **Parques especiais:** criados com objetivos específicos como Zoológico, Jardim Botânico, Horto florestal, etc.;
- **Parques de recreação:** parques equipados para atender a demanda por recreação da população urbana. Podem variar em escala, sendo classificados em Parques de Vizinhança, Parques de Bairro e Parques setoriais e metropolitanos;
- **Parques Lineares:** chamados de corredores verdes, geralmente ao longo de grandes vias ou leito dos rios. Podem ter os mesmos propósitos dos demais parques como recreação e preservação.

As Áreas de Preservação Permanente foram instituídas pelo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa.

Entre as diversas funções ou serviços ambientais prestados pelas APP em meio urbano, vale mencionar:

- a proteção do solo prevenindo a ocorrência de desastres associados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morro;
- a proteção dos corpos d'água, evitando enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios;
- a manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico, prevenindo contra inundações e enxurradas, colaborando com a recarga de aquíferos e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade;

- a função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico de fauna e flora, especialmente entre áreas verdes situadas no perímetro urbano e nas suas proximidades,
- a atenuação de desequilíbrios climáticos intra-urbanos, tais como o excesso de aridez, o desconforto térmico e ambiental e o efeito "ilha de calor".

Já o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) /IBAMA, determina as categorias de manejo das unidades de conservação de acordo com o grau de proteção, classificando a dos parques municipais públicos como sendo de proteção integral dos atributos naturais, com finalidade de preservação biológica e paisagística, pesquisa científica e recreação, além de definir sua visitação como sendo de alta prioridade e sob controle.

O instrumento legal que define as áreas protegidas no Brasil foi aprovado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por meio da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Nesse contexto, as áreas protegidas estão representadas pelas Unidades de Conservação, podendo essas serem públicas ou privadas, definidas como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC consolidou uma nova atitude do Estado na relação com a sociedade no âmbito da conservação da natureza, criando uma série de mecanismos que asseguram maior participação pública no processo de criação e gestão das áreas protegidas (IBAMA, 2007, p. 13).

Os parques são divididos em zonas homogêneas, conforme as características biofísicas e antrópicas encontradas como, por exemplo:

- Zona administrativa: destinada às edificações administrativas e de manutenção;
- Zona de uso público ou intenso: destinada às atividades de recreio público como esporte, cultura, educação;

- Zona de uso controlado: contém espécies florísticas e faunísticas significativas, mas comporta um uso público determinado;
- Zona de preservação permanente: espaços fechados ao uso público;
- Zona de proteção: protege a área do parque de outras da vizinhança;
- Zonas embelezadoras: utilizadas como adorno na composição formal dos parques;
- Zona de recuperação: espaços passíveis de retornar à origem biofísica;
- Zonas de uso especial: específicas para manutenção e conservação do parque.

A necessidade de prover maior eficácia e eficiência à política nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade levou o Governo Federal a publicar a Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que assumiu a gestão das unidades de conservação federais até então sob a responsabilidade do IBAMA. (IBAMA, 2007, p. 27)

Os parques municipais³, em sua grande maioria, têm dimensões físicas territoriais maiores que as das praças e possibilitam o desenvolvimento de programas de uso público, de pesquisas ambientais e de gestão. Desta forma, os parques tornam-se estruturalmente mais completos e mais representativos na macro paisagem urbana. Devido à maior abrangência pública, essas três funções dos parques consolidam-se como:

- **De uso público:** estabelecimento de atividades públicas convenientes, tais como recreação (esportes, cultura, sociabilidade), educação, turismo, saúde e edificações de apoio;
- **De pesquisa ambiental:** para atividades de pesquisa, inventários, investigações e monitoramento da fauna e da flora;
- **De gestão:** proteção, manutenção e administração (MACIEL et al. 2012, p. 9).

Para acompanhar as políticas nacionais e estaduais, Belo Horizonte criou o Sistema Municipal de Áreas Protegidas de Belo Horizonte (SMAP-BH) com a

³ Parques em que a gestão é feita pelo município.

intenção de identificar, classificar e preservar as áreas verdes do Município e buscar uma melhor gestão do patrimônio ambiental por elas constituído.

Curitiba, por sua vez, conta com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), dentre diversos departamentos distintos. Cabe aqui referenciar o Departamento de Parques e Praças (MAPP), responsável pelas Unidades de Conservação do patrimônio municipal. O MAPP é subordinado hierarquicamente à Superintendência de Obras e Serviços, Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

Embora a Secretaria Municipal do Meio Ambiente realize estas atividades com planejamento e dentro das condições atuais de recursos e pessoal, torna-se fundamental a criação de um Sistema de Manutenção e Conservação das Unidades com destacadas ações como: elaboração de inventário da situação das unidades, estabelecimento de regulamentação e normas para execução dos serviços, melhoria da qualidade na fiscalização, parcerias com a iniciativa privada e a população (Curitiba, 2008, p. 257).

No artigo 2º da lei nº 9804, de 03 de janeiro de 2000, entende-se por Unidades de Conservação as áreas municipais de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental ou destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, as quais se aplicam garantias de conservação, proteção ou utilização pública (CURITIBA, 2000, p. 01).

A classificação proposta pela Prefeitura de Curitiba, no Art. 3º, é:

- I. **ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA):** são áreas de propriedade pública ou privada, sobre as quais se impõe restrições às atividades ou uso da terra, visando a proteção de corpos d'água, vegetação ou qualquer outro bem de valor ambiental definido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;
- II. **PARQUES DE CONSERVAÇÃO:** são áreas de propriedade do Município destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;
- III. **PARQUES LINEARES:** são áreas de propriedade pública ou privada, ao longo dos corpos d'água, em toda a sua extensão ou não, que visam garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale, podendo conter outras Unidades de Conservação dentro de sua área de abrangência;
- IV. **PARQUES DE LAZER:** são áreas de propriedade do Município, que possuam uma área mínima de 10 ha (dez hectares) e que se destinem ao lazer da população,

- comportando equipamentos para a recreação, e com características naturais de interesse à proteção;
- V. RESERVAS BIOLÓGICAS: são áreas de propriedade pública ou privada que possuam características representativas do ambiente natural do Município, com dimensão variável e que se destinem à preservação e à pesquisa científica;
 - VI. BOSQUES NATIVOS RELEVANTES: são os bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Curitiba, em áreas de propriedade particular, que visem à preservação de águas existentes, do habitat da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais, onde o Município impõe restrições à ocupação do solo;
 - VII. BOSQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município, destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam área menor que 10 ha (dez hectares), e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;
 - VIII. BOSQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município com área inferior a 10(dez hectares), destinadas à proteção de recursos naturais com predominância de uso público ou lazer;
 - IX. ESPECÍFICAS: são unidades de conservação criadas para fins e objetivos específicos, tais como: Jardim Botânico, Pomar Público, Jardim Zoológico e Nascentes.

Um fator importante a ser mencionado sobre a legislação de Curitiba é que desde a década de 1980 até os dias de hoje, prevêm-se incentivos fiscais e construtivos para aqueles que contribuem com a preservação das áreas verdes. O incentivo concerne à redução do valor do IPTU, que pode chegar até 100% para o valor do terreno para aqueles que tenham de 70 a 100% de cobertura florestal nativa em estágio sucessional médio ou avançado. Tal legislação também se aplica em casos onde há restrição à ocupação horizontal do terreno, buscando a preservação da vegetação, o ganho de potencial construtivo, sempre respeitados os limites máximos previstos pela Lei de Zoneamento e Uso do Solo.

Atualmente, a porcentagem da cobertura florestal existente em Curitiba é de 51,5m² de área verde por habitante. O valor absoluto hoje representa 17,97% da superfície do município recoberta por vegetação de porte arbóreo.

O SMAP-BH adotou o termo “áreas protegidas” para designar as áreas verdes que são legalmente instituídas, podendo ser públicas ou privadas, destinadas à conservação da natureza devido à sua relevância ambiental. Essas áreas protegidas buscam a melhoria da qualidade da vida urbana e a oferta de equipamento de uso

público, tendo limites e objetivos estabelecidos sob condições especiais. O Artigo 8º do SMAP-BH classifica as áreas protegidas:

São as seguintes as categorias de áreas protegidas que fazem parte do SMAP-BH, definidas em conformidade ao interesse e necessidade de preservação e proteção de seus recursos ambientais e aos seus usos e vocações:

- I – Reserva Biológica Municipal;
- II – Parque Natural Municipal;
- III – Parque Natural e Recreativo Municipal;
- IV – Parque Recreativo Municipal;
- V – Parque Histórico Municipal;
- VI – Monumento Natural Municipal;
- VII – Espaço Livre de Uso Público;
- VIII – Reserva Particular Ecológica;
- IX – Áreas de Complemento Urbano;
- X – Áreas de Programas Especiais.

A gestão dos parques divide-se em escala Nacional, Estadual e Municipal. Na escala Nacional, os parques são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes – ICMBIO–, que faz a gestão dos Parques Nacionais, e do IBAMA.

Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação incluídas no grupo de Unidades de Proteção Integral, segundo o Artigo 8º do SNUC. Já as unidades municipais desse tipo são definidas pelo Parágrafo 4o do Art. 11: “As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal”.

Nos níveis municipais, em Belo Horizonte, a administração dos Parques é feita pela Fundação de Parques, criada em 2005, com o intuito de cuidar de tudo o que diz respeito a Parques e Cemitérios do município. Em Curitiba, esse gerenciamento fica a cargo do Departamento de Parques e Praças, dentro da Secretaria Municipal do Meio Ambiente- SMMA. A manutenção é feita pela Gerência de Parques e Bosques, inserida no Departamento de Parques e Praças.

De posse das informações acima, podemos concluir que a política pública de preservação de áreas verdes, tanto no município de Belo Horizonte, quanto em e Curitiba vem evoluindo, mas ainda precisa de muito mais investimento e abertura para participação popular e aplicação das leis ambientais.

2. ESTUDO DE CASO: PARQUE MUNICIPAL AMÉRICO RENNÉ GIANETTI – BELO HORIZONTE/MG E PASSEIO PÚBLICO – CURITIBA/PR

2.1. Caracterizações do Município – Belo Horizonte

2.1.1. Plano Original de Aarão Reis e a evolução histórica de Belo Horizonte

A história de Belo Horizonte começa em 1701, com a fundação do Arraial Cural del Rey. Depois, quando se tornou capital de Minas Gerais, em 1897, passou a ser chamada Cidade de Minas. Foi nomeada Belo Horizonte somente em 1901.



**Figura 8: Arraial de Cural del Rey, em 1890
Fonte: Arquivo Público Mineiro**

A necessidade de mudança da capital do Estado de Minas Gerais surgiu de questões físicas e principalmente de questões políticas, como necessidade de ruptura com a imagem colonial como símbolo de poder pela nova República. Diante disso, incentiva-se a criação da nova cidade que, tendo sua origem em um planejamento urbanístico e no pensamento positivista teve, também, sua ocupação diferenciada do padrão brasileiro.

Para tanto, foi encomendado um plano urbanístico ao engenheiro chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, o qual denotava conhecimento e proximidade da concepção urbanística de Haussmann (1890, 1891)

experimentada em Paris. Com base na experiência francesa Aarão Reis aproveitou principalmente a ideia dos extensos bulevares e concedeu importância aos parques e praças ajardinadas, para os quais contou com a contribuição do arquiteto-paisagista francês Paul Villon:

Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°.

Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população (REIS, 1895, p. 33).

O plano “Cidade de Minas” contemplava a extinção do antigo arraial Curral del Rey, pois a proposta tinha que ser aplicada sobre tábula rasa, baseando-se na modernidade para avançar por meio da razão planejadora, traçando ruas e avenidas, parques e praças, edifícios e equipamentos urbanos.

Devido a razões topográficas, os limites da cidade foram definidos em três zonas concêntricas. Cada uma planejada tinha uma previsão do adensamento esperado para aquela localidade.

A zona urbana central ocupou o antigo arraial, atualmente localizado dentro da Avenida do Contorno. Para esta zona, foi utilizado o traçado de tabuleiro de xadrez em trama dupla, associando dois sistemas distintos, o quadriculado e o diagonal. Nesta zona, as largas avenidas e ruas são divididas em seções para serem ocupadas pela estrutura governamental, destinando uma área para os funcionários públicos morarem, os proprietários de Ouro Preto.

Na zona suburbana, Reis previa a construção de casas de campo, quintas. O traçado era menos regulador e as ruas mais estreitas. A Zona Rural, considerada um “cinturão verde” para a cidade, previa fortalecer núcleos agrícolas, que abasteceriam as demais áreas.

A adoção do traçado ortogonal e diagonal sobreposto tinha como finalidade a harmonia, ordem, simetria e monumentalidade: a sobreposição destas duas malhas fazia com que os eixos de direção aumentassem e as distâncias diminuíssem. Belo Horizonte foi concebida em um momento de transição do discurso urbanístico, que

passava do tabuleiro de xadrez, oriundo do séc. XIX, para o traçado policêntrico, seguindo as curvas de nível (Figura 10).

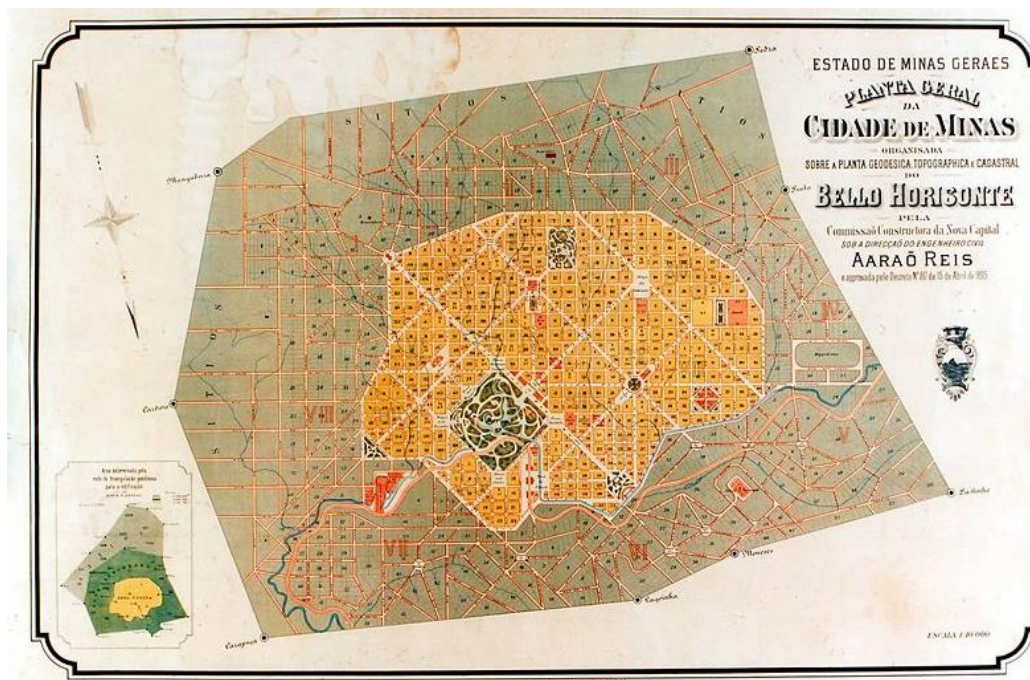


Figura 9: Planta Original da Cidade de Minas - Plano de Aarão.

Fonte: MHNB- Museu Histórico Abílio Barreto- 1895.

Aarão Reis, em 1895, deixou a direção da comissão devido à incompatibilidade de postura com o governo, que se submetia às leis do mercado. Para assumir o cargo, foi chamado o engenheiro Francisco de Paula Bicalho, quem inaugurou a capital, em dezembro de 1897. Com esta mudança, o plano urbanístico sofreu três modificações consideráveis:

- Na sua execução, em que se atenuou o contraste entre o traçado ortogonal da cidade e o desenho orgânico do parque municipal;
- Na execução da maioria das praças projetadas;
- Na concentração dos edifícios administrativos, antes dispersos pela cidade, em torno do palácio de governo.

O modelo urbanístico adotado na construção da nova capital condenava a existência de habitações coletivas, com grande adensamento populacional. Primava em desenvolver a vida familiar saudável e equilibrada, considerada condição essencial para o progresso civilizado da cidade. As moradias deveriam ocupar as

áreas nobres da cidade e os espaços públicos deveriam ser destinados, com suas calçadas largas e arborizados, à circulação dos habitantes.

Por consequência, as classes populares acabaram segregadas pelo padrão de convivência e pelo espaço urbano planejado, o que diferencia a ocupação dentro e fora da Avenida do Contorno.

A primeira etapa de implantação da nova capital estava prevista para aproximadamente 30.000 pessoas, ocupando a maior parte da cidade na zona urbana e suburbana.

O entendimento era que a cidade cresceria num movimento centrífugo e orgânico. Contudo, observou-se uma subversão da ordem preceituada no processo de ocupação inicial de Belo Horizonte: a cidade desenvolveu-se de fora para dentro. Devido à especulação imobiliária, os lotes internos à Avenida do Contorno tiveram maior valorização, estando sujeitos a regras mais rígidas de ocupação. As áreas das demais zonas, apesar de desprovidas em infraestrutura e serviços, eram mais acessíveis à população de menor renda.

De acordo com Castriota e Passos (1998 p. 134), a ocupação do espaço urbano caracterizou-se pelo processo suburbano, já identificado desde os primórdios da capital, estimulado inclusive pela própria administração pública, que impunha uma rígida legislação para a apropriação da área central, restrições abrandadas na área suburbana.

De fato, o plano original não previa locais de habitação para estas populações que, quando instaladas em área mais centrais, eram constantemente forçadas a se deslocar para locais mais distantes, seja pela própria dinâmica do mercado de terras, seja por políticas públicas de remoção. Consequentemente, a Zona Urbana permaneceu em grande parte vazia e ociosa, enquanto as colônias agrícolas foram rapidamente ocupadas, apresentando-se como uma extensão da Zona Suburbana, o que se demonstra nas figuras 11 e 12.

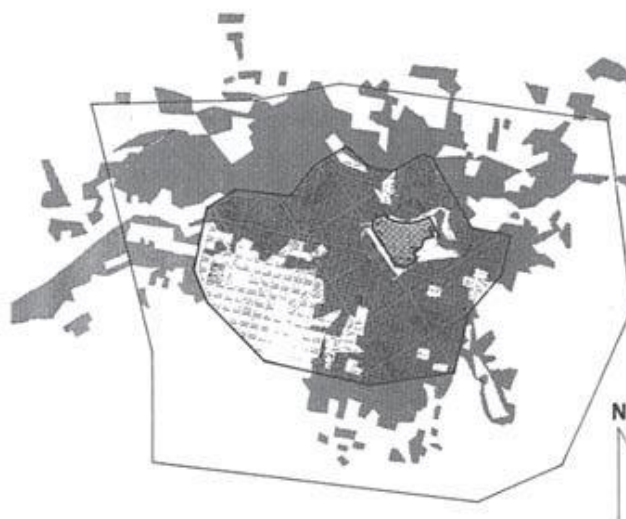


Figura 10: Ocupação urbana de Belo Horizonte em 1920
Fonte: Urbel

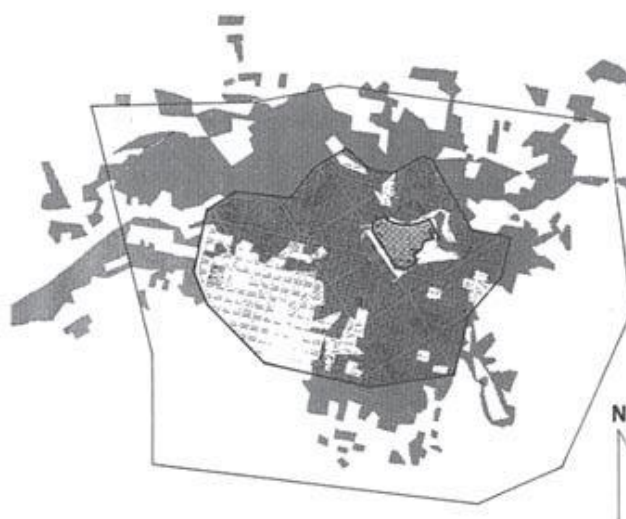


Figura 11: Ocupação urbana de Belo Horizonte em 1930
Fonte: Urbel

A zona suburbana obedeceu a uma lógica de crescimento urbano desordenado, Pouco planejado, em inobservância às normas do urbanismo, e que acabou por asfixiar a zona urbana. Esse segundo fator foi à tônica das insatisfações e argumentações de alguns prefeitos e dirigentes municipais no período histórico analisado (Fundação João Pinheiro, seção 3).

O desenvolvimento das primeiras décadas da capital e a quantidade de espaços verdes caracterizava Belo Horizonte como pitoresca, com grandes jardins, amplas ruas e avenidas arborizadas, além do parque da cidade.

Nos primeiros anos do séc. XX o crescimento da cidade foi motivado principalmente pela forte política de incentivo do governo, que concedia terrenos, infraestrutura e isenção de impostos para as indústrias se estabelecerem no local.

Todavia, a partir de 1910, o desenvolvimento urbano estagnou-se devido à depressão econômica pela qual o país passava, ocasionada pela Primeira Guerra Mundial. Como consequência desta recessão financeira, muito do que se estava construindo na cidade foi abandonado por algum tempo, Belo Horizonte ainda não se estabelecia com o porte de capital.

A partir da década de 1930, a capital entrou em uma crise de infraestrutura urbana, ultrapassando os limites populacionais previstos, com falhas no abastecimento de água, esgoto e calçamento para uma cidade que apresentava muitos vazios. Para solucionar isso, foi proposto um planejamento mais sistemático para a capital. O plano criado por Lincoln Continentino, na prefeitura de Otacílio Negrão de Lima, em 1935, chamava-se Plano de Urbanização de Belo Horizonte.

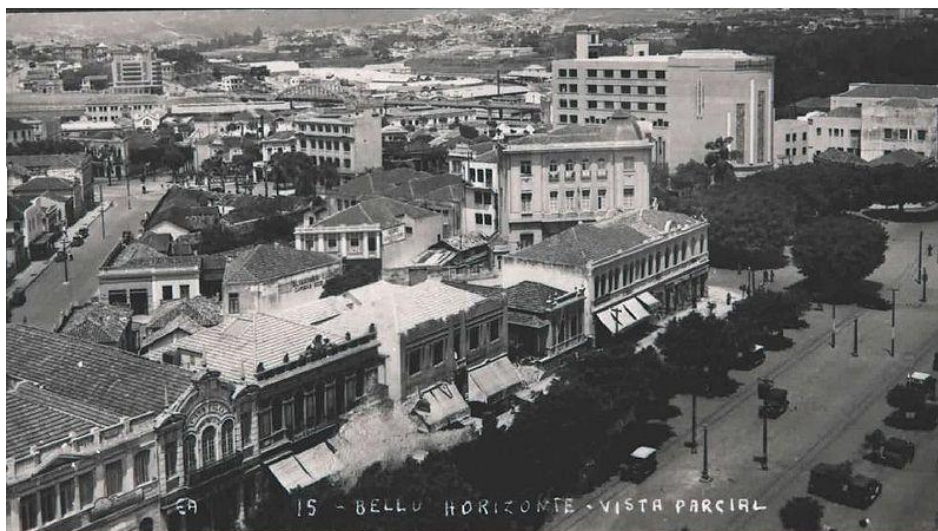


Figura 12: Vista Parcial de Belo Horizonte na década de 1930
Fonte: Arquivo Público Mineiro

É importante frisar que o embelezamento da cidade, premissa do planejamento regulatório do séc. XIX, continuava com muita força nas propostas do séc. XX, ainda que se agregasse a necessidade de articular a cidade por vias de acesso, além de estruturar estes núcleos com infraestrutura básica, baseando-se em um zoneamento mais detalhado e rígido, principalmente na zona suburbana. A grande diferença é a proposta de um órgão administrador das questões urbanas

para a capital. Nesse momento, temos as primeiras canalizações na cidade, dos córregos Acaba-Mundo e do Leitão.

Na tentativa de equacionar sistematicamente algumas das dificuldades trazidas pelo Plano de Aarão Reis e pela ocupação posterior da cidade, Continentino chega a apontar algumas soluções que vão sendo incorporadas pelas administrações seguintes, como o prolongamento da Avenida Amazonas, da Avenida dos Andradas, formando uma “avenida-parque” ao longo do Ribeirão dos Arrudas e da Avenida Afonso Pena nos dois sentidos (atravessando a Serra do Curral com um túnel em direção à Nova Lima e cruzando o Arrudas rumo ao norte, em direção à Avenida Pedro I); o alargamento e prolongamento das avenidas Pedro I (atual Antônio Carlos) e Pedro II; a criação da Avenida Santa Tereza (atual Francisco Sales), ligando as avenidas Tocantins (atual Assis Chateaubriand) e Brasil, com um “[...] viaduto sobre a Avenida dos Andradas e sobre as linhas férreas da Central [...]” (CONTINENTINO, 1941 apud CASTRIOTA, 2007. p.10).

Por volta dos anos 1940, sob a prefeitura de Juscelino Kubitschek (1940-1945), Belo Horizonte ocupava mais de trinta milhões de metros quadrados além do previsto em seu plano original. Diante desse quadro, o poder público viu-se induzido a aplicar muitas diretrizes apontadas pelo urbanista Lincoln Continentino, principalmente no que se referia à questão viária, e empreendeu um arrojado projeto de modernização da feição da capital mineira, abrindo as artérias para acesso aos eixos mais dinâmicos da época: ao oeste, complementa a Avenida Amazonas até a Cidade Industrial – outra das obsessões do período era com a industrialização da cidade – e, ao norte, a Avenida Antônio Carlos, que dá acesso àquele que seria de certa forma, o projeto síntese de sua concepção de cidade moderna: a Pampulha (CASTRIOTA, 2007. p. 12).

Outra característica que esclarece bem as mudanças de Belo Horizonte nos anos 1940 é a busca pela modernização e consolidação da verticalização da área central. Nesse período, a industrialização crescia e se consolidava, principalmente no vetor oeste da capital. Consequentemente, o crescimento demográfico fez com que a cidade se expandisse para além de seus limites administrativos, elevando Belo Horizonte à condição de metrópole, acarretando problemas muito mais complexos.

No governo de Américo Giannetti elaborou-se o Plano Diretor de Belo Horizonte, com principal intuito de cadastrar a cidade. Neste momento, o poder

público convidou Prestes, Oscar Niemeyer e Burle Marx para contribuir no serviço, focado principalmente na:

realização de estudos e planejamentos que compreendiam os aspectos relacionados ao cadastro imobiliário, à supervisão da Planta Cadastral; ao zoneamento de áreas residenciais, comerciais, industriais, agrícolas, universitárias, hospitalares e centros administrativos; às construções particulares e gabaritos de prédios; aos núcleos residenciais e cidades-jardins e ao traçado de grandes avenidas e demais logradouros (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 190 apud CASTRIOTA, 2007, p. 12).

O primeiro passo dessa fase foi a efetivação da planta cadastral da cidade, que vinha crescendo desordenadamente, com o propósito de auxiliar a prefeitura no controle da expansão e, principalmente, na eficiência das cobranças de tributos urbanos.

Entre 1958 e 1959, fez-se um amplo diagnóstico urbano, apontando como principais distúrbios na cidade a falta de hierarquia das vias, a subutilização do sistema de transporte coletivo e, especialmente, a concentração de bens de serviço em um único centro, o que gerava a dependência de toda a metrópole a uma única centralidade. Como consequência deste diagnóstico, em 1961 contratou-se a elaboração de um novo Plano Diretor de Belo Horizonte ao grupo SAGMACS, ligado ao movimento Economia e Humanismo, que preconizava a realização de estudos aprofundados das estruturas urbanas, numa perspectiva que ligava sempre os “fatos econômicos” aos “fatos sociais” (CASTRIOTA, 2007, p. 13).



Figura 13: Ocupação urbana da Av. Afonso Pena, com a construção do Edifício JK ao lado e a Serra do Curral ao fundo.

Fonte: APCBH - Coleção José Góes.

2.1.2. Cenário Recente de Belo Horizonte

Por volta da década de 1960, os espaços vazios do município praticamente se esgotaram: a cidade atingiu mais de um milhão de habitantes. Nesse momento, a expansão urbana passou a se concentrar nos municípios agrupados a Belo Horizonte, como Sabará, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Na tentativa de resolver os problemas causados pelo crescimento desordenado, foi instituída a Região Metropolitana de Belo Horizonte, oficialmente, em 1973; e criada a Superintendência do Planejamento de Belo Horizonte (PLAMBEL).

Em 1970, Belo Horizonte apresentava uma população de 1.235.030 habitantes, com uma média de crescimento demográfico anual de 5,9%, consequência de um desenvolvimento industrial acelerado. Nesse período, o planejamento urbano já tinha características metropolitanas consolidadas e, como principais diretrizes, a articulação do sistema viário, infraestrutura e as questões habitacionais que passaram a ter uma atenção maior com a consolidação do Banco Nacional de Habitação – BNH.

Então, vale lembrar, o planejamento urbano era centralizado na esfera federal, tendo como forte característica o planejamento técnico-burocrático, ou tecnocrático, como ficou conhecido. Em 1976, a distribuição espacial das funções urbanas em Belo Horizonte passou a ser regida pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – LPUOS.

Houve um aquecimento econômico devido à larga produção habitacional, dividida em duas fases: a primeira, de 1976 a 1982, de construção de habitações voltadas para a classe média em áreas na cidade onde antigamente estavam localizadas habitações populares, mas que eram relativamente próximas do centro, como o caso do loteamento do bairro Cidade Nova. A segunda fase caracterizou-se pela larga produção habitacional para a população de baixa renda, com oferta de loteamentos nas cidades limítrofes de Belo Horizonte, como Ribeirão das Neves. Tais lotes eram entregues muitas vezes sem pavimentação de vias, com carência de infraestrutura. As duas fases foram consequência da injeção de verba destinada à habitação que foi implantada em todo o Brasil, por meio do BNH, da COHAB e

INOCOOP, que aceleraram a economia nesse setor, gerando uma especulação imobiliária forte.

Nos anos 1980, a expansão urbana de Belo Horizonte diminuiu, enquanto os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH sofreram um constante e desordenado crescimento, caracterizado pela periferização. Desse modo, ao longo das décadas de 1980 e 1990, as últimas áreas rurais do município de Belo Horizonte foram parceladas e urbanizadas, o que se refletiu na redução da população rural de Belo Horizonte.

Em 1985, foi revisada a Lei Municipal do Uso e Ocupação do Solo o que, em vez dos cinco anos após a publicação da lei anterior previstos, aconteceu nove anos depois. Seu conteúdo básico, seus princípios e sua metodologia se mantiveram.

Com a Constituição Federal de 1988, a realização de Plano Diretor tornou-se obrigatória para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Em consonância com a legislação federal, em março de 1990, foi instituída a Lei Orgânica de Belo Horizonte e proposto, no mesmo ano, um Plano Diretor para o município, denominado BH 2010.

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município foi criado em 1992, para tratar do tombamento de construções de valor histórico. Espaços como a Praça da Liberdade, a Praça da Assembleia e o Parque Municipal, que se encontravam em processo de abandono e desvalorização, foram recuperados, e a população voltou a frequentá-los e a cuidar de sua preservação.

O processo de elaboração da Lei do Plano Diretor e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte teve início em 1993, sendo tais leis aprovadas pela Câmara Municipal em agosto de 1996.

Com a aprovação das leis do Plano Diretor (Lei nº 7.165/96) e de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº. 7.166/96) do Município de Belo Horizonte, o território municipal passou a ser oficialmente considerado urbano em sua totalidade, contando atualmente com um grau de urbanização de 100%.

Em 2000, após a 1ª Conferência Municipal de Política Urbana, foi aprovada a Lei 8.137, que alterou tanto o Plano Diretor quanto a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, apresentando novos elementos, a exemplo do capítulo dedicado à regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) 1 e 3.



Figura 14: Vista de Belo Horizonte do topo da Serra do Curral
Fonte: www.skyscrapercity.com Foto: Eduardo Silve

Atualmente, discute-se novamente o Plano Diretor de Belo Horizonte. A cidade segue um modelo de planejamento estratégico, lançando mão principalmente de instrumentos como Operação Urbana Consorciada para executar grandes intervenções urbanísticas, sendo uma de suas principais características a parceria público-privada. O município não tem mais zona rural, o que reforça a importância de áreas de preservação e espaços livres de uso público no contexto urbano regional.

2.1.2. Parques Urbanos em Belo Horizonte

Como as demais metrópoles já consolidadas, Belo Horizonte começa a reconstruir-se. São edifícios que desaparecem cedendo lugar a outros e a outras paisagens. Dentro desse processo de mutação e reocupação, torna-se imprescindível o ordenamento dos espaços urbanos por meio de um sistema de espaços livres para a geração, gestão e permanência desses espaços e de seu valor urbano, qual seja, espaços atraentes, de fácil acessibilidade e ambiências que permitam a fruição pública (MACIEL et al, 2009, p., 53).

Os parques públicos de Belo Horizonte têm diferenças morfológicas e funcionais devido ao parcelamento do solo urbano, sua localização no município e suas características biofísicas, que determinam a intensidade e o tipo do uso público a ser programado para a área. Esses parques cumprem a função urbana de conservação biofísica e paisagística, proporcionando lazer aos cidadãos e espaço

para a pesquisa científica. A recreação pública e sua capacidade de uso dependem das suas condições físicas, biológica e antrópicas.

A Fundação de Parques Municipais - FPM é responsável pela administração de 72 (setenta e dois) parques, que somam uma área de aproximadamente 8,6 milhões de metros quadrados, abarcando proteção e regime adequado de ocupação a grande parte do patrimônio ambiental de Belo Horizonte, como: a Serra do Curral, áreas de Cerrado, Mata Atlântica e Campos de Altitude, nascentes que abastecem diversos córregos da Bacia do Rio São Francisco, além de mais de 200 espécies animais e cerca de 1.000 espécies vegetais, de acordo com a Prefeitura Municipal.

Uma das principais características do Plano Original de Aarão Reis, em 1897, era a quantidade de áreas verdes destinadas a uso público que a cidade teria. Por essa razão a capital ficou conhecida como “Cidade Jardim”. No entanto, poucas dessas áreas resistiu ao tempo, e sua grande maioria nem chegou a ser executada. A tabela abaixo esclarece a relação das áreas previstas para praças e parques, e o que permanece atualmente.

Tabela 1: Áreas verdes propostas por Aarão Reis e as implementadas

Áreas verdes propostas por Aarão Reis e as implementadas		
Áreas verdes	Área proposta por Aarão Reis (m ²)	Área (m ²) implementada
1. Parque Municipal (Américo Renné Giannetti)	555.060	182.820
2. Jardim Zoológico	104.118	-
3. Praça Belo Horizonte (Floriano Peixoto)	32.040	12.300
4. Praça do Progresso	30.240	-
5. Praça da Federação	28.000	-
6. Praça da América	28.000	-
7. Praça 14 de Fevereiro	26.677	
8. Praça da Liberdade	23.180	14.400
9. Praça da República (Afonso Arinos)	17.160	7.100
10. Praça José Bonifácio	15.370	-
11. Praça 15 de Novembro (Hugo Werneck)	13.680	13.680
12. Praça Tiradentes	13.440	-
13. Praça Benjamin Constant	13.440	-
14. Praça 15 de Junho	13.440	-
15. Praça das Escolas	13.440	-
16. Praça 14 de Setembro (Raul Soares)	13.266	13.266

17. Praça do Cruzeiro (Milton Campos)	12.100	12.100
Total:	952.651	255.666

Fonte: PLAMBEL, 1975, apud MACIEL et al, 2009

Após o Plano Original de Aarão Reis, o primeiro espaço livre de uso público a ser proposto foi a Lagoa da Pampulha: seu entorno foi urbanizado e toda a sua orla ainda constitui um relevante complexo turístico e de lazer para a população.

Nos anos 1950, sob a gestão de Américo Renné Giannetti, foi elaborado o primeiro Plano Diretor da capital, quando o poder público passou a analisar a situação e localização de parques, jardins, hortos e áreas verdes da cidade. A legislação referente aos Espaços Livres de Uso Público para Belo Horizonte, no entanto, só passou a existir nos anos 1960. Em 1961, a SAGMACS elaborou um novo plano diretor para Belo Horizonte. Entre outras diretrizes, esse plano propunha a ampliação das reservas de áreas verdes, a qual, somada às existentes, teria o total de 16.702.000 m². Dessa maneira, pretendia-se que, em 1971, o índice de áreas verdes por habitante atingisse 12,8 m². Desde aquela época estabelecia-se um índice, instrumento de qualidade ambiental. Cabe observar que nenhuma das medidas propostas pelo plano chegou a ser implementada (MACIEL et al, 2009, p., 58).

Foram instituídos legalmente o Setor Especial 1 (SE-1) e o Setor Especial 2 (SE-2). O SE-1 abarcava

espaços estabelecidos e instalações sujeitas à preservação, tais como áreas de preservação paisagística ou de proteção de mananciais, bosques, matas naturais, reservas florestais e minerais, parques urbanos, monumentos históricos e áreas de valor estratégico para a segurança pública (Lei Municipal nº 2.662/1976 – LUOS).

Entre 1975 e 1979 o PLAMBEL elaborou um Plano Metropolitano de Parques Urbanos derivado de um estudo sobre as áreas verdes da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dentre as principais diretrizes do plano, estavam:

- Implantar atividades de recreação e lazer, com instituição de grandes áreas de domínio público, nas quais seria implantada uma rede de equipamentos recreativos capazes de atender democraticamente à população da Aglomeração Metropolitana de Belo Horizonte;

- Assegurar uma melhor organização de espaço metropolitano com a implantação de áreas verdes dentro do tecido urbano, promovendo, assim, melhor condição ambiental e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida para a população. Porém, por planejar em espaços livres e privados, sem participação pública, e sem desapropriações, o plano incrementou os parcelamentos não só em BH como nos municípios componentes da região metropolitana (MACIEL et al, 2009, p., 59).

O Programa de parques do PLAMBEL previa a implantação de 14 (quatorze) parques na RMBH, 6 (seis) dos quais estavam em Belo Horizonte propriamente dita, a saber: o Parque das Mangabeiras, o Parque do Trevo BR-040, o Parque da Ressaca, o Parque Lagoa do Nado, o Parque Serra Verde e o Parque Hugo Werneck.

A gestão dos parques de Belo Horizonte inicialmente estava sob a jurisdição do Departamento de Parques e Jardins, vinculado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Em 1984, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), que apresentava, em sua estrutura, um Departamento de Parques e Jardins, excetuando o Parque das Mangabeiras, que foi incorporado em 1989.

Nessa época, a Lei de Uso e Ocupação do solo de Belo Horizonte nº 4.034/1985 adotou uma área mínima de 35% da área do loteamento para ser obrigatoriamente transferida para o poder público, destinada a logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, largos, parques, etc.).

Em 1992, existiam na estrutura da SMMA cerca de seis parques inseridos no Departamento de Parques e Jardins. Entre 1994 e 1998 sua quantidade aumentou, sendo implantados mais 17 parques, elevando o índice de áreas verdes por habitante.

Foi idealizado, nessa ocasião, o “Programa Parque Preservado”, com o intuito de resgatar a imagem de “cidade jardim” que Belo Horizonte foi perdendo com o passar dos anos, devido aos espaços públicos poluídos e sem uso. Pelo programa, foram criados os seguintes parques:

- Parque Alexandre Brandt – Regional Venda Nova – 12.800m² (a área já tinha sido implantada em 1992, mas foi complementada por equipamentos referentes ao programa);
- Parque do Bairro Planalto – Regional Norte – 12.800 m²;
- Parque Ursulina de Andrade Mello – Regional Pampulha – 242.284 m²;

- Parque Orlando de Carvalho Silveira – Regional Noroeste – 25.284 m²;
- Parque Ecológico Renato Azeredo – Regional Noroeste – 93.200 m²
- Parque Escola Jardim Belmont – Regional Noroeste – 64.763 m²;
- Parque Ecológico e de Lazer do Bairro Caiçara – Regional Noroeste – 12.446m²;
- Parque Marcus Pereira de Melo – Regional Leste – 10.000m² (área implantada desde 1982, mas passou por adequação do programa);
- Parque Aggeo Pio Sobrinho – Regional Oeste – 269.920 m².

Nos anos 2000, houve uma reforma administrativa que determinou que os parques da cidade passassem a ser gerenciados pelas administrações regionais, exceto o Parque das Mangabeiras e o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, que continuaram sendo geridos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Somente em 2005 foi implantada a Fundação de Parques Municipais – FPM – com o intuito de criar o Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SMUC. No mesmo ano, foi criada a Fundação de Parques Municipais e Necrópoles, com a missão da preservação, da política de ampliação, da gestão e do planejamento dos 72 parques municipais existentes.

A origem dos espaços livres públicos e privados de Belo Horizonte pode dever-se a:

- Desenho original da cidade;
- Áreas resultantes dos loteamentos regidos pelo Código de Obras de 1940;
- Áreas pertencentes ao antigo Setor Especial 1 (SE-1) e Setor Especial 2 (SE-2), instituídos pela Lei Municipal n° 2.662/1976 - LUOS, de 1976, e reformulados em 1985; classificadas como Zona de Preservação Ambiental – ZPAMs, pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte n° 7.166/1996;
- Áreas estabelecidas pelo Programa Metropolitano de Parques Urbanos PLAMBEL, 1975;
- Áreas geradas pelo processo de parcelamento do solo urbano, pela aplicação do dispositivo legal previsto na Lei Federal n° 6.766/1979 e pela legislação municipal, para o caso de loteamento e desmembramento de terrenos para fins urbanos;

- Áreas remanescentes da implantação do sistema viário, municipal e estadual;
- Reaproveitamento de locais deteriorados ou subutilizados (minerações, aterros sanitários, erosões, inundações, pedreiras desativadas, entre outros);
- Áreas tombadas pela Lei Orgânica Municipal, de março de 1990, notadamente as de preservação permanente: nascentes, mata ciliar (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA) (MACIEL et al, 2009, p., 65).

Na tabela 2 podemos analisar a média do índice de áreas verdes por m²/por morador que Belo Horizonte apresentava em 1997.

Tabela 2: Índice de Áreas Verdes de Belo Horizonte em 1997

Administração regional	Parques (m ²)	Praças (m ²)	Arborização (m ²)	Outras (m ²)	Área total (m ²)	População (nº hab.)	Índice (m ² /hab.)
Centro-Sul	2.783.354	139.005	4.147.605	0	7.069.964	258.209	27,38
Nordeste	401.468	58.026	1.659.042	0	2.118.536	256.046	8,27
Leste	1.057.805	42.160	1.659.042	905.304	3.664.311	270.413	13,55
Pampulha	2.250.273	147.308	2.322.675	1.700.500	6.420.756	109.317	58,73
Norte	25.284	25.685	1.161.324	317.000	1.529.293	155.528	9,83
Oeste	811.618	32.934	1.659.042	2.759.000	5.262.594	257.377	20,45
Noroeste	132.446	67.357	1.659.042	376.600	2.235.445	350.678	6,37
Barreiro	691.797	88.379	1.161.324	27.177.121	29.118.621	228.136	127,64
Venda Nova	413.183	59.949	1.161.324	1.852.000	3.486.456	205.744	16,95
Totais de BH	8.567.228	660.803	16.590.420	35.087.525	60.905.976	2.091.448	29,12

Fonte: MACIEL et al, 2009

Entre os 72 Parques municipais com os quais a capital conta atualmente, optou-se por ressaltar apenas alguns parques que foram escolhidos pela autora por sua forte representação da cidade, por sua área, por sua localização, conformação e acessibilidade. Podemos observar, no mapa abaixo, a localização e os nomes nos parques que, além do Parque Municipal, recebem toda semana milhares de visitantes.

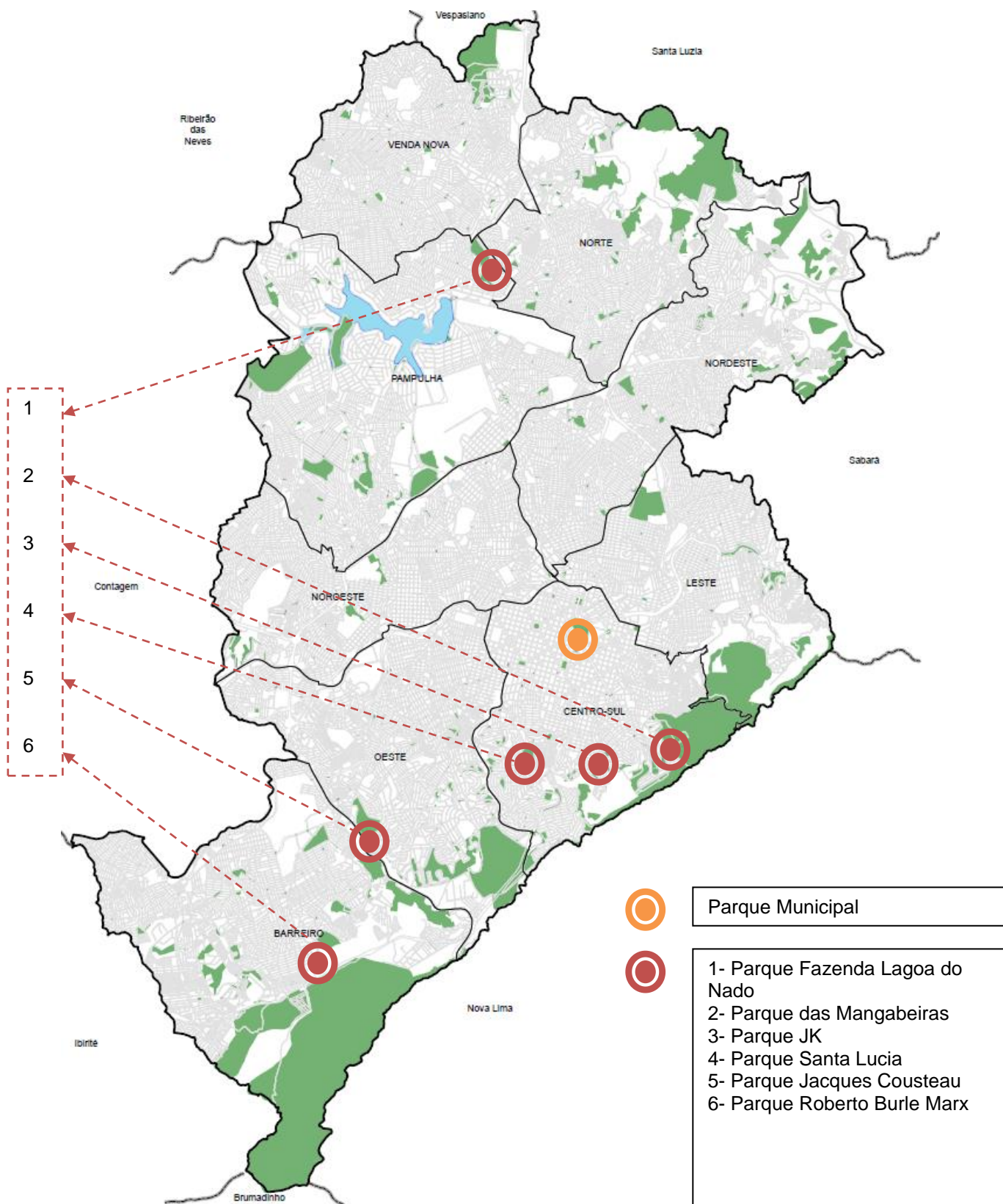


Figura 15: Mapa de Áreas Verdes Protegidas de Belo Horizonte
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH-, adaptada pela autora.

1- Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado⁴

A área onde hoje é o Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado corresponde a uma antiga fazenda de propriedade da família Gianetti. Foi inicialmente reservada para a construção de um conjunto habitacional, mas por organização dos moradores, destinou-se ao lazer. Em outubro de 1983, foi criada a Associação Cultural Ecológica da Lagoa do Nado e, em 1984, a prefeitura municipal adquiriu o espaço, que desde 1979 era considerado de interesse público. Finalmente, em 1992, o perímetro do parque foi definido, com uma área de 300.000 m². Seu projeto segue a linha moderna, com uma parcela de mata significativa, relevo de fundo de vale, dois lagos, sendo dirigido principalmente para contemplação, esportes e conservação dos recursos naturais.



Figura 16: Parque Fazenda Lagoa do Nado

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

⁴ Optou-se por descrever sobre estes seis parques municipais por terem sido citados pelo Diretor de Parques Municipais da parte sul de Belo Horizonte, Homero Brasil, como os que têm recebido um número relevante de usuários, depois do Parque Municipal.



Figura 17: Parque Fazenda Lagoa do Nado
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

2- Parque das Mangabeiras

O Parque das Mangabeiras foi fundado em 1982, na antiga Mata da Caixa de Areia, seguindo a linha de instalação de grandes parques públicos lançados nos anos 1980. Ocupa um trecho da Serra do Curral, destinando-se basicamente à preservação ambiental (MACEDO, 2002, p. 78).

É o maior parque em área de Belo Horizonte, e o segundo mais visitado, com uma média de 20 a 30.000 visitantes por mês. Dispõe de duas portarias: a principal, na parte mais alta, e a portaria da Avenida Bandeirantes, na parte baixa. A mata é nativa, com várias trilhas e locais para fazer churrasco e piquenique. Tem relevo acidentado, com muitos corpos d'água, como lagos e riachos. Seu bosque tem trilhas e um núcleo mais urbanizado, próximo à portaria principal do parque, onde se encontra a Praça das Águas, projetada pelo paisagista Roberto Burle Marx, onde se concentra a maior parte das atividades de lazer.

É válido ressaltar que o Parque das Mangabeiras é resultado da luta da população, que impediu a transformação desta área em loteamento.



Figura 18: Mapa das rotas do Parque Mangabeiras
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH



Figura 20: Vista aérea do Parque das Mangabeiras
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

3- Parque Municipal Juscelino Kubitschek (Parque Acaba Mundo)

Um dos parques mais frequentados de Belo Horizonte, com uma área de 23.500 m², localiza-se no bairro Sion, em uma área residencial, com terreno plano

de fundo de vale. Inaugurado em 1992, tem como principal característica ser um parque de bairro, na escala de vizinhança. É muito utilizado para prática de esportes ao ar livre, lazer infantil e eventos culturais.

O local é remanescente de lotes que pertenciam a três famílias. Quando se deu o processo de parcelamento, esta área foi destinada ao lazer público, sendo primeiramente nomeada como Parque Acaba Mundo, em 1990, como Parque Municipal Juscelino Kubitscheck, em 1992.



Figura 21: Vista aérea do Parque Municipal Juscelino Kubitscheck

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

4- Parque Jornalista Eduardo Couri (Parque Santa Lucia)

Concluído em 1996, tem uma área de 98.000 m², este parque aberto situa-se na divisa entre dois bairros, um de encosta, popular, e outro densamente verticalizado, de classe média.

A principal característica do Parque é sua barragem, chamada pela população de Barragem Santa Lucia. A lagoa formada pela captação de água proveniente de nascentes localizadas fora do domínio do parque é circundada por diversos platôs, que recebem diferentes equipamentos de lazer, tendo além de um papel estético muito importante, o de controle das águas da rede de drenagem.

O projeto destina extensas áreas planas ao lazer ativo, junto ao bairro popular, e o restante a percursos elegantemente terraçados e largamente utilizados para caminhadas e corridas (MACEDO, 2002, p. 84).



Figura 19: Parque Jornalista Eduardo Couri, popular Barragem Santa Lúcia
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- PBH

5- Parque Roberto Burle Marx (Parque das Águas)

Em 1976, esta que já foi a sede do antigo Departamento de Parques e Jardins, transformou-se em Parque Municipal do Barreiro. Em 1994, o logradouro assumiu o nome de Parque Roberto Burle Marx.

A área do atual parque, de 178.500 m², corresponde à antiga “Casa de descanso do Prefeito”, com uma topografia acentuada na sua maior parte, constituiu-se de uma mata de vegetação típica do cerrado, dispendo de uma casa, uma capela, algumas nascentes de água, um conjunto de piscinas de águas naturais correntes e um pequeno lago.

A apropriação é feita em escala regional, com uma articulação muito grande com a população do Barreiro, com atividades culturais, associação de artesãos, etc.



Figura 23: Parque Roberto Burle Marx

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- PBH

6- Parque Jacques Cousteau

Esse logradouro da região Oeste, que ocupa uma área aproximada de 335.000 m², funcionou como horto para a produção de mudas de árvores e plantas ornamentais a serem utilizadas no paisagismo de Belo Horizonte desde 1971, quando o antigo lixão que existia ali desde os anos 1950 foi desativado⁵.

Em 1999, foi inaugurado o Parque Municipal Jacques Cousteau. Sua cobertura vegetal é muito significativa, correspondendo a 80% da área total, com vegetação predominante de porte arbóreo, existindo ainda espécies ornamentais e frutíferas (mangueiras, jaboticabeiras e bananeiras). O parque possui nascentes e cursos d'água perene. Como opção de lazer, oferece brinquedos e trilha ecológica, além de espaços para contemplação, áreas de convivência e academia a céu aberto.

⁵ Parque Municipal da Vila Betânia, criado por meio do Decreto Municipal nº 2065, de 21/09/1971. Em 05/01/ de 1998 o Parque recebeu o nome de Jacques Costeau, em homenagem ao cientista francês preocupado com a preservação da diversidade biológica, que dedicou parte de seus estudos à Amazônia. Em 1999, sem inauguração oficial, o Parque foi implantado.

Conforme informações do Diretor dos Parques da região Sul de Belo Horizonte, Homero Brasil, o Parque Jacques Cousteau vem apresentando uma crescente apropriação da sua vizinhança, principalmente por sua beleza.



Figura 20: Parque Jacques Cousteau

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- PBH



Figura 21: Parque Jacques Cousteau

Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte- PBH

2.1.3. Parque Municipal Américo Renné Giannetti

Ao clarear do dia seguinte (19/08/1894), estavam já de pé os viajantes, e, tomando ligeira refeição, encetaram sua excursão matinal, examinando a localidade em que se acha a vivenda do Dr. Aarão Reis, e que pela sua situação, sua topografia, abundância de fontes d'água cristalina, confluência do córrego Acaba Mundo com o ribeirão Arrudas, esplêndida configuração e fertilidade do solo – está já indicada para construir o grande e magnifico parque da futura capital (REIS, 1893, p. 33).

O espaço onde hoje se localiza o Parque Municipal abrigava a Chácara Guilherme Vaz de Mello, conhecida como Chácara do Sapo. A área foi desapropriada pela Comissão Construtora da Nova Capital em 1894. A principal casa (figura 26) serviu de habitação aos dois chefes da referida Comissão: Aarão Reis, de março a maio de 1895, e Francisco Bicalho, de maio 1895 a janeiro de 1898. Em 1924, o local também abrigou o governador do Estado Olegário Maciel, que transferiu a residência oficial para o Parque Municipal, até o final de sua gestão.

Aarão Reis sonhou e idealizou Belo Horizonte no Parque Municipal, sendo com base nele que a cidade nasceu.



Figura 22: Residência de Aarão Reis, no atual Parque Municipal

Fonte: APCBH - Acervo CCNC

Em 1894, Paul Villon⁶ aceitou o convite do engenheiro Aarão Reis (1853-1936) para se juntar à equipe encarregada do projeto de Belo Horizonte. No mesmo ano, Villon se transferiu para Minas Gerais e assumiu as obras paisagísticas da cidade. Primeiramente, atuou na Quarta Divisão (estudos e preparos do solo) e, depois, na Sexta Divisão (Arruamentos, Calçamentos, Parques e Jardins) da Comissão Construtora da Nova Capital (DOURADO, 2011).

Entre 1894 a 1897, Villon executou a implantação do Parque Municipal, um de seus primeiros na capital. Previsto para ser um “pulmão” para a cidade, a maior área verde local foi disposta próxima a um dos três bulevares estruturadores da malha urbana. O parque desenvolvia-se numa superfície de 64 hectares, com base na aplicação dos princípios de jardim paisagista moderno, com a concepção naturalista, que buscava adaptar o desenho paisagístico à situação natural do terreno. Ainda tendo seguido a conformação natural do terreno, o parque foi inserido em uma planta quadrangular e regular, acompanhando o traçado proposto para a cidade.

Esse modelo de parque naturalista, com o jardim paisagista moderno inserido em uma malha rígida segue como principal modelo o Central Park, em Nova Iorque, encravado na malha geométrica urbana de Manhattan.

⁶ A partir de 1898, Villon planejou também os espaços verdes do Palácio da Liberdade, a arborização dos bulevares, das avenidas e ruas da cidade. Com o encerramento dos trabalhos da Comissão, prosseguiu como paisagista municipal até 1899, quando pediu demissão e retornou ao Rio de Janeiro (Leme, 1999, pp. 2222-2223; Trindade, 1997, pp. 266-267). O conjunto de intervenções paisagísticas em Belo Horizonte inaugurou um exemplo no modo de construir cidades no território Brasileiro. Belo Horizonte foi a primeira capital verde a despontar no país, assim projetada desde sua origem, não adaptada posteriormente, como a maioria dos núcleos urbanos tradicionais que, na mesma época, buscavam se enverdecer (DOURADO, 2011).

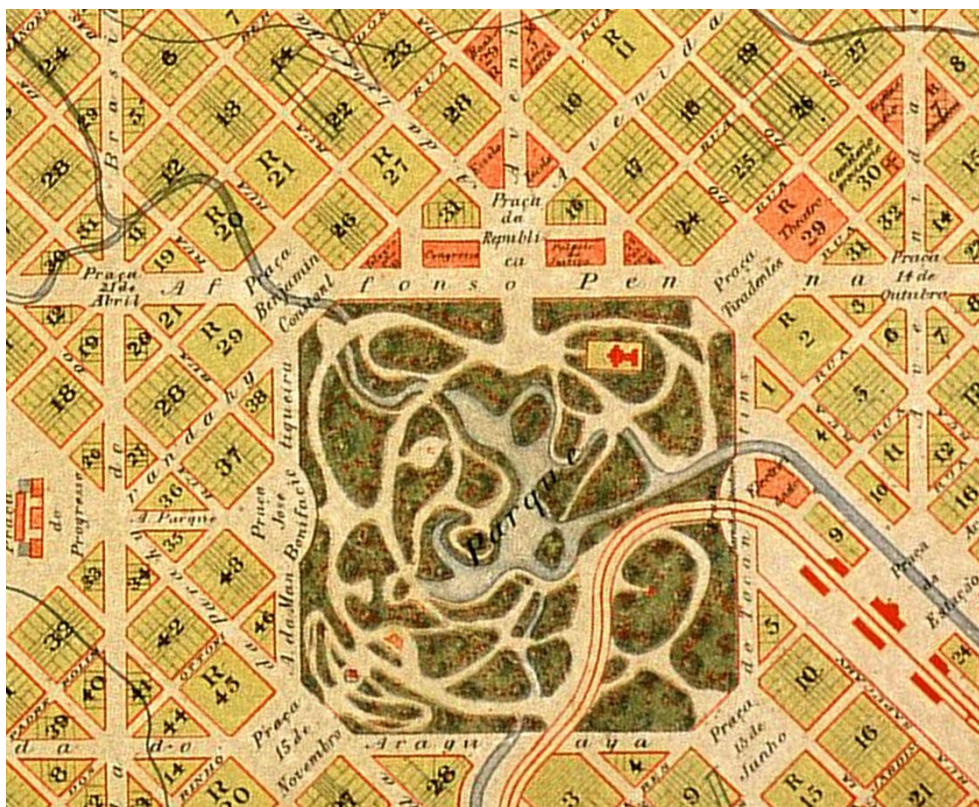


Figura 27: Implantação original do Parque Municipal, inserida na malha rígida da nova capital, com características dos jardins ingleses

Fonte: Panorama de Belo Horizonte, Atlas Histórico (1997)

Foram propostas 6 (seis) praças em seu entorno, todas com acesso ao parque, marcadas por referências históricas e ícones relacionados à República. Quatro destas delas foram planejadas nos vértices do parque, cujo perímetro é quadrangular. As outras duas localizavam-se nos eixos laterais (figura 27).

Nota-se que Aarão Reis planejou seis praças em todo o entorno do parque: destas, apenas a Praça da República (atual Afonso Arinos) que se constituía no ponto de origem da principal linha de força do projeto, foi executada, no trecho da Avenida Afonso Pena, que flanqueia o parque. Dali partiam as três avenidas de acesso às praças 14 de Setembro, da Liberdade e da Federação, destinadas respectivamente aos poderes municipal, estadual e federal (SANTA ROSA, 2002. p. 115).

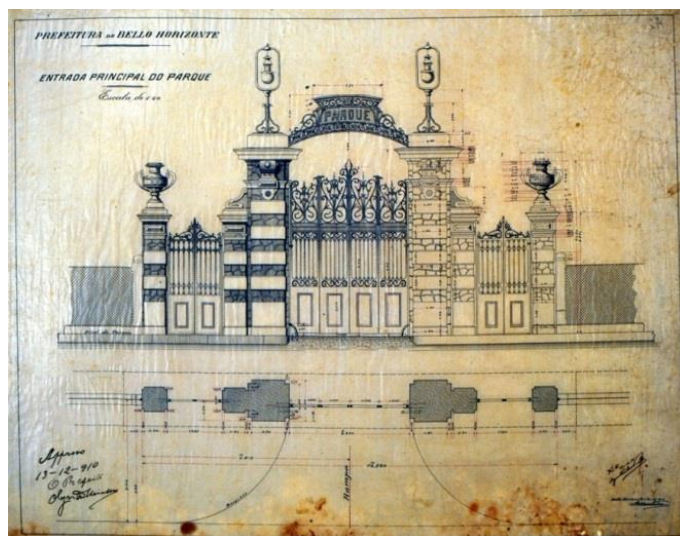


Figura 28: Projeto da entrada principal do Parque Municipal
Fonte: Arquivo Museu Abílio Barreto

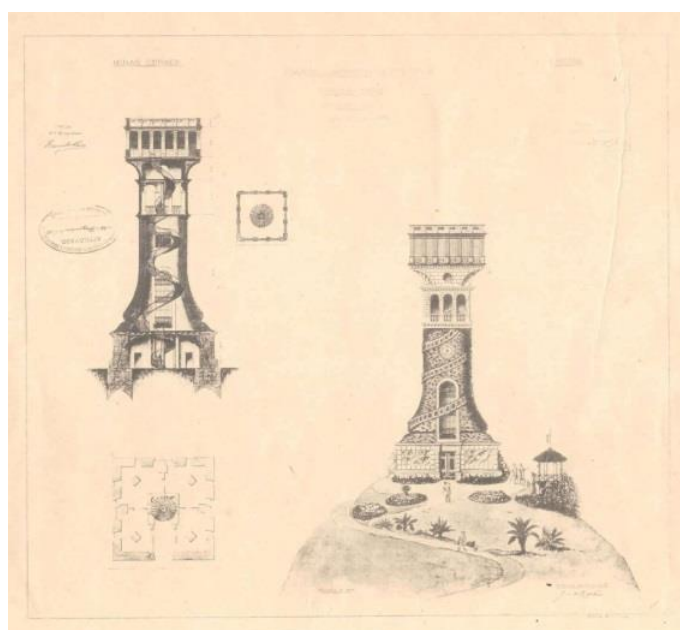


Figura 29: Projeto do Observatório Meteorológico
Fonte: Arquivo Museu Abílio Barreto

O projeto original elaborado por Villon previa um cassino com teatro, um coreto, um restaurante e um observatório meteorológico. Dessas construções, apenas o cassino foi iniciado, numa esplanada onde por muito tempo se encontrou a Moradia Estudantil Borges da Costa. As ruas, alamedas, lagoas e riachos foram traçados de forma livre, seguindo o perfil de jardim inglês; a arborização foi introduzida por meio de transplante de árvores de grande porte que eram trazidas de

diversos locais da cidade, e do plantio de mudas, produzidas em dois viveiros, criados por Villon às margens do Córrego da Serra, um voltado para o cultivo de flores e outro para árvores exóticas:

Um grande parque, 640 mil metros quadrados, será colocado quase no centro da cidade, abrindo para uma grande avenida de 50 metros de largura e três outras de 35 metros. O parque apresenta uma superfície muito irregular cuja parte mais baixa será transformada em grandes lagos e rios e a parte mais alta em esplêndidos mirantes. Ele será o maior e mais importante parque na América e vai sozinho atrair visitantes do Brasil e do exterior e vai elevar a cidade acima das outras para pessoas que querem descansar e recobrar suas forças no verão em locais agradáveis e aprazíveis (REIS, 1897, p. 33).

A inauguração do Parque Municipal, que se tornou o lugar de encontro da elite mineira, aconteceu em 26 de setembro de 1897, três meses antes da fundação da nova Capital do Estado de Minas Gerais. Na noite em que a cidade foi inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, o parque recebeu 200 convidados em um banquete que se estendeu por três dias e três noites, à base de luz elétrica, oferecido pela Comissão Construtora. Dois anos antes, em sete de setembro de 1895, realizou-se no local uma missa campal por ocasião da inauguração do ramal férreo (atual Praça da Estação).

O Parque Municipal e a Praça da Liberdade eram as principais referências para a realização de eventos na cidade, no início do séc. XX (e continuam sendo ainda hoje). O Velo Club foi inaugurado em janeiro de 1898, passando a promover grandes festas esportivas com corridas de bicicleta, de velocípede e a pé. O público acompanhava os eventos com apostas e torcida no pavilhão do clube, local onde hoje em dia abriga o Teatro Francisco Nunes. Outro evento marcante promovido pelo Velo Club foi a primeira competição pública de natação na cidade, em um de seus lagos, rompendo com a monotonia reinante nos primórdios da capital.

Ali também se realizou o primeiro jogo de futebol da cidade, quando esse esporte foi introduzido em Belo Horizonte, por Victor Serpa, no ano de 1904. Em 1908, foi fundado o Clube Atlético Mineiro por um grupo de 22 adolescentes interioranos, entre 13 e 17 anos.

Ao longo dos anos, a área projetada para ser um parque inglês, uma ilha de romantismo na geométrica cidade de Aarão, foi cedendo espaço para um

aproveitamento menos oneroso, visto que os cofres do município já não dispunham de tantos recursos, o que impossibilitou o prosseguimento do projeto inicial. Já em 1907, o Parque Municipal começou a ser desmembrado.

Em 1907, encontrou-se uma solução menos onerosa aos já sobrecarregados cofres públicos municipais: entregar ao governo do Estado a porção sudoeste do Parque, que se abria para a Avenida Mantiqueira, atual Alfredo Balena. Ali, deveriam ser instalados a Diretoria da Agricultura e um laboratório de análises. Não estava mais em cogitação continuar os trabalhos de Paul Villon. Depois do afastamento do paisagista francês e da morte de seu sucessor, José Jorge da Silva Penna, extinguiu-se o cargo de diretor do Parque, que passou aos cuidados do diretor-geral de obras do município (CVRD, 1992, p.38).

A partir de 1911, a porção sudoeste do córrego Acaba Mundo foi drenada, criando-se um lago para criação de peixes⁷; a parte ajardinada foi requalificada e três grandes ruas para articulação interna do parque foram abertas, por meio de pontes e aterros.



Figura 23: Cascata Natural

Fonte: Bello Horizonte, bilhete postal (1997)

O Parque perdeu mais 45.241 metros quadrados de sua superfície em 1912, que foram doados pelo governo do estado para a construção da Faculdade de Medicina e do Centro de Saúde do Estado.

⁷ A área do parque onde foi criado o lago para criação de peixes, oriundo das águas do córrego Acaba Mundo, corresponde atualmente ao Lago do Quiosque, próximo à portaria da Alameda Ezequiel Dias.

Em 1914, ainda na área do parque, foi instalado um forno de incineração para parte do lixo produzido na capital. No mesmo ano, erigiu-se o campo do América Futebol Clube, utilizando 19.388 m² (sítio hoje ocupado por um hipermercado): em troca pela área doada ao clube, a prefeitura ficou com o antigo campo do América, local que hoje sedia o Mercado Municipal.

Foram também instalados os hospitais São Geraldo, em 1920, e o hospital São Vicente de Paula, em 1925, posteriormente demolidos. Desse modo, "vai se conformando ali, onde antes era Parque, uma região hospitalar" (CVRD, 1992, p. 48/9).

Também na década de 1920 foram instalados o gradil e os portões de ferro, o Coreto (retirado da Praça Rio Branco), uma praça circular nos moldes dos jardins franceses em seu entorno, a Estação dos Bondes (atual Mercado das Flores), a quadra de tênis e a pista de patinação. É importante frisar que, nessa época, os parques urbanos passaram a agregar outras funções, como parques infantis e esportes, ainda mantendo a característica de lugar de contemplação.

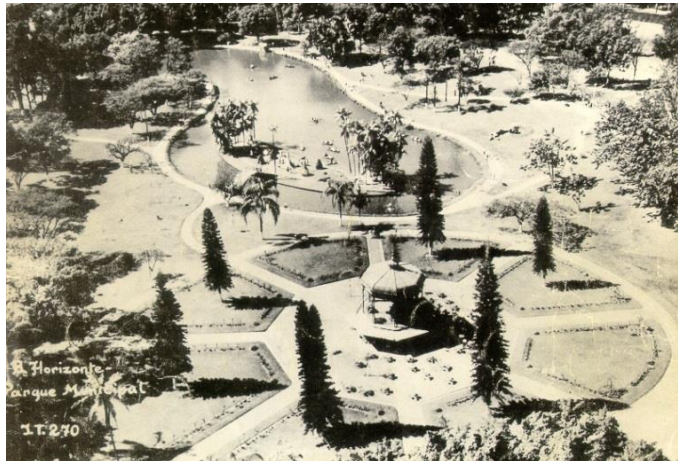


Figura 24: Praça Circular em estilo de jardim francês, executada em 1926

Fonte: Arquivo Eunice Vivacqua (década de 1930)

Nesse período, o Bar do Ponto, localizado do outro lado da Avenida Afonso Pena, ponto de encontro dos jovens poetas Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e Emílio Moura, era uma forte referência do centro da cidade. Com a proximidade da Estação de Bondes, teve sua área de influência ampliada para o interior do Parque.

Em 1937, propôs-se o prolongamento da Rua Pernambuco (atual Alameda Ezequiel Dias) e a Cidade Universitária, que acabou não se consolidando. Nessa área encontram-se hoje, dentre outros, a Fundação Hemominas, o Hospital da Previdência e o Hospital Semper.

Na década de 1940, o parque perdeu mais um grande espaço, dessa vez para as construções do Palácio das Artes, ideado por Juscelino Kubitschek para suprir a demanda cultural da cidade, a qual havia perdido seu antigo Teatro Municipal, na Rua Goiás, para abrigar um espaço mais amplo e moderno para a população. A obra do Palácio das Artes só foi concluída em 1971. Assim, criou-se um teatro de emergência, também inserido no Parque Municipal. Luiz Signorelli projetou o Teatro Francisco Nunes, inaugurado em 1949, que acolheu shows e peças teatrais enquanto as obras do Palácio estavam estagnadas.



**Figura 25: Perspectiva do Parque Municipal com a linha de prédios da Av. Afonso Pena, 1938
Foto de Wilson Baptista**

Nessa mesma década, o movimento modernista invadiu a cidade: as grades do Parque Municipal foram retiradas e uma série de eventos realizados: piano ao ar livre aos domingos, jogos de futebol, peteca, tênis e, principalmente, natação e remo. Intelectuais como Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pelegrino fizeram do parque seu ponto de encontro.

Com a dissolução do Instituto de Belas Artes, em 1946, o artista plástico Alberto da Veiga Guignard transferiu seu curso para o Parque Municipal, com uma escola e oficina permanente, sem nenhum impedimento acadêmico. A escola Guignard foi edificada, a princípio, onde posteriormente se localizou o Colégio

IMACO. Em 1948, o prefeito Otacílio Negrão de Lima rompeu o contrato com a escola, que foi obrigada a migrar para outros espaços até 1951, quando retornou ao parque, instalando-se no esqueleto do futuro Palácio das Artes, que estava em construção havia uma década (CVRD, 1992, p. 90).

No final dos anos 1940, o parque perdeu o controle de acesso e uso, sofrendo um abandono significativo: sua imagem foi associada à insegurança, principalmente devido à retirada dos gradis.

Em 1951, ao assumir a prefeitura, Américo Renné Giannetti empenhou-se em reverter a situação do parque, realizando a primeira grande obra de reforma: recuperação dos jardins e da Lagoa dos Patos, tratamento da água, reparo dos sanitários, asfaltamento das alamedas, implantação de uma fonte luminosa e uma Concha Acústica para apresentação de concertos ao ar livre.

Para avaliar a área, o prefeito chamou o renomado paisagista Roberto Burle Marx, que diagnosticou a situação do parque como “atravancado com construções de toda ordem que lhe tirem a beleza”, aconselhando a proibição imediata de novas edificações no logradouro, o que não foi seguido, tendo em vista que em 1954 foi construída a Escola Técnica de Comércio Municipal, posteriormente Colégio IMACO, demolido em 2013.

Na ocasião das reformas, o local recebeu o nome que leva até hoje, Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em homenagem ao prefeito, que faleceu em 1954.

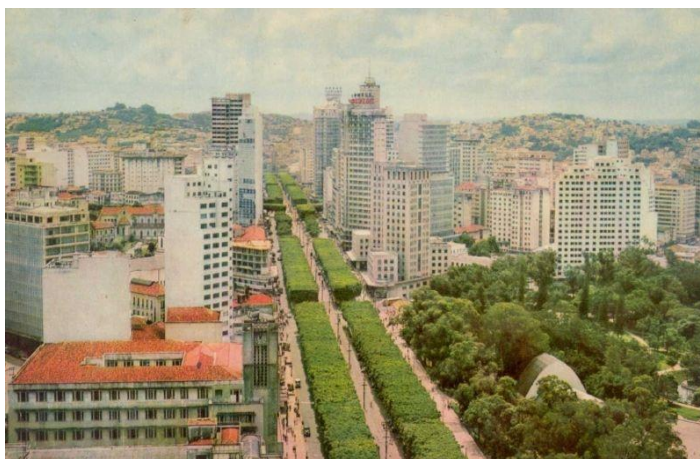


Figura 26: Perspectiva da Av. Afonso Pena nos anos 50, já verticalizada, ainda com os Ficus, removidos nos anos 60. Ao lado, o Parque Municipal, de onde se vê a cobertura do Teatro Francisco Nunes.

Fonte: Fundação Municipal de Cultura.

Entre 1960 e 1970, a população de Belo Horizonte saltou de 600 mil para 1,3 milhão de habitantes, transformando as relações sociais na capital: originou-se uma classe média emergente e uma classe operária especializada, ao mesmo tempo em que a população favelada da cidade aumentou. A cidade passou a ter uma escala metropolitana mais consolidada. Desta forma, as demandas por espaços públicos acompanharam esse crescimento.

Nos anos 1960, a cidade assistiu ao corte dos frondosos fícus da Avenida Afonso Pena (figura 33), alterando a paisagem do principal bulevar da cidade para dar espaço a mais carros. Nesse período, foi permitida também a instalação de Circo no parque, causando grande impacto no local. Em 1966, o Abrigo de Bondes transformou-se em Mercado das Flores; em 1967, as obras do Palácio das Artes foram retomadas. Nessa época, o parque voltou a ser sinônimo de medo e insegurança, gerando o afastamento da população, principalmente durante a noite, uso impossível.

Na década de 1970, foram inaugurados o Orquidário Municipal e o Palácio das Artes. A iluminação de lâmpadas incandescentes foi substituída por de mercúrio. Nesse momento, o jornal Estado de Minas convidou os leitores a reconhecer o parque, buscando na memória afetiva dos cidadãos uma reaproximação do povo com o logradouro.

Em 1975, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) realizou o tombamento de todo o conjunto paisagístico e arquitetônico do parque, por meio do Decreto nº17.086/75, que proíbe novas construções no local. O principal objetivo era reforçar o seu caráter de área de lazer, proibindo-se novas construções em seu território. Pela primeira vez, houve um ganho para a região ganhou: com a canalização do Acaba Mundo, foram acrescidos à sua área cinco hectares (CVRD, 1992, p. 108).

Em 1977, as grades de ferro voltaram a contornar o parque. Nos anos 1980, aconteceu o II Encontro Regional de Biólogos, onde foram elaboradas sugestões para a salvação do parque, cuja situação era apontada, pelos profissionais, como catastrófica.

A segunda grande obra do Parque Municipal teve lugar em 1992, com o plantio de novas espécies de árvores, implantação de sistema de irrigação, repavimentação das alamedas, instalação de novos portões de entrada e aparelhos

de ginástica, além da construção de uma pista de caminhada com aproximadamente dois mil metros.

Em 2002, elaborou-se um completo diagnóstico do parque, juntamente com o programa Parque 21, propondo uma série de melhorias que vêm sendo efetuadas pouco a pouco.

O programa Parque 21 foi elaborado em 2 (dois) volumes, o primeiro apresentando o diagnóstico completo do parque, e o segundo apontando diretrizes quanto a necessidade de melhoria do mesmo.

No que diz respeito ao desmembramento do Parque Municipal, os ordenamentos jurídicos que possibilitaram a cessão de partes da área original a entidades públicas e privadas foram:

- Lei Municipal nº 52 de 30/09/11, Decreto Municipal nº 3.822 de 04/06/13 e Portaria nº 149 de 05/06/13: desmembram o total de 46.241 m² de área do Parque Municipal para construção da Escola de Medicina e Diretoria de Higiene (Hospital São Geraldo em 1920);
- Lei Municipal nº 187 de 06/10/1920: cede área da Alameda Álvaro Celso ao América Football Club. Tal área foi vendida pelo Clube, em 1975, para o grupo supermercadista Pão de Açúcar/Jumbo;
- Leis Municipais nº 201 de 04/10/21, nº 224 de 18/04/22 e nº 250 de 14/04/23: autorizam a construção e a exploração de estabelecimentos comerciais dentro do Parque a quem melhor vantagem financeira oferecer à Prefeitura de Belo Horizonte;
- Decreto Municipal nº 244 de 1935: entrega área para construção do Hospital São Vicente na subdivisão do espaço reservado à Escola de Medicina;
- Lei Municipal nº 61 de 12/2/48: regulariza a via pública aberta em área do Parque, a qual teve o nome de Alameda Álvaro Celso;
- Lei Municipal nº 112 de 20/10/49: regulariza a via pública aberta na área do Parque, que teve o nome de Alameda Ezequiel Dias;
- Lei nº 1257 de 13/07/66, Lei nº 4215 de 13/07/66, Decreto Estadual nº 9.935 de 18/07/66, Lei nº 1939 de 11/02/71: Leis Municipais que tramitaram até que fosse oficializada a doação da área onde se encontra o

Palácio das Artes à Fundação Clóvis Salgado do Governo do Estado de Minas Gerais.

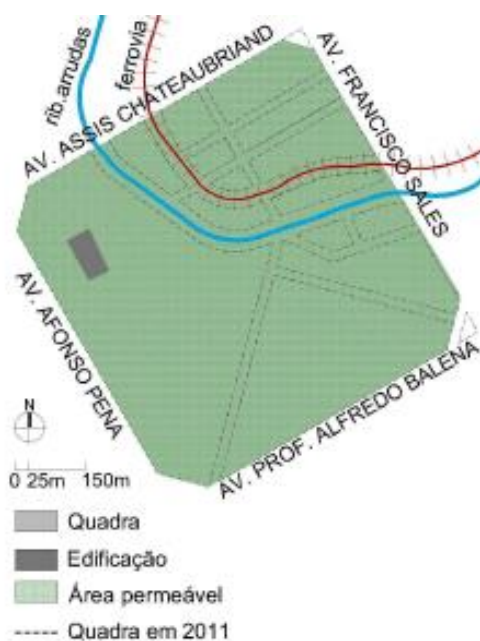


Figura 34: Área do Parque Municipal, em 1897

Fonte: Simão, 2011



Figura 27: Parque Municipal em 1942

Fonte: Simão, 2011.

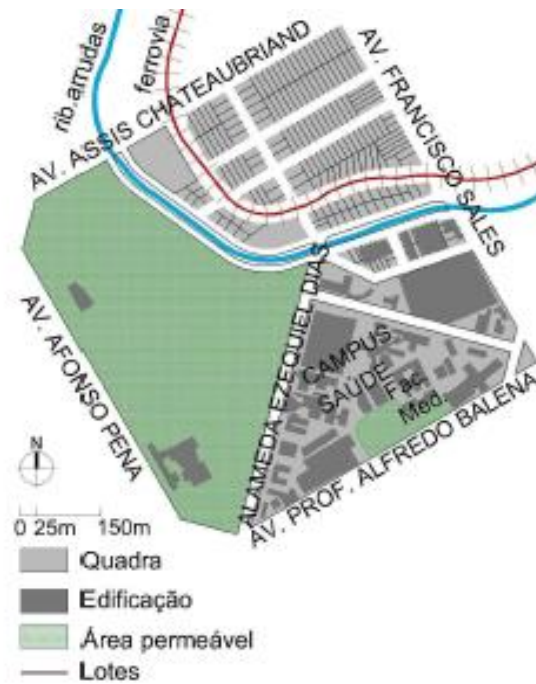


Figura 28: Parque Municipal em 2011
Fonte: Simão, 2011

A Prefeitura Municipal criou, em 2005, a Fundação de Parques Municipais, com a finalidade de manter e administrar os parques de Belo Horizonte. Assim, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti passa a ser dirigido pela Fundação vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

Historia, antecedentes y análisis

En 1889 se decide transferir la capital de Ouro Preto al Curral del Rey, en Belo Horizonte, que es inaugurada como nueva capital de Minas en 1897. El plan urbanístico es autoría de Aarão Reis el paisajístico del Parque de Paul Villon. El diseño para la nueva capital se basó en principios sanitaristas y de progreso y con el objetivo de alojar 200 mil habitantes. El proyecto de la Comisión Constructora (CCNC) ha sido declarado Patrimonio Documental de la Humanidad en 2015. El proyecto del Parque estaba inspirado en la obra de Frederick Law Olmsted de Nueva York y de Alphand en el París de Hausmann de finales del XIX. La idea fundamental de su trazado se apoya en el encuentro de las aguas de los ríos Arrudas y Acabamundo, y en elementos del paisajismo romántico como grutas, cascadas, islas o templetos.



Figura 29: Projeto original do Parque Municipal e sua transformação
Fonte: <http://www.mapahistoricodigitalbh.com.br/>

2.1.4.2. Situação atual/ Apropriação:⁸

O Parque Américo Renné Giannetti está localizado no hipercentro de Belo Horizonte, município do qual recebe direta e sucessivamente todos os impactos da superutilização dos espaços públicos urbanos: poluição, depredações, sobrecarga do uso público e transformações cênicas, entre outros.

Com o objetivo de adequação e ordenamento do espaço, tentando acompanhar a dinâmica urbana por novas demandas, o parque passou por várias intervenções paisagísticas.



Figura 30: Vista parcial do Parque Municipal
Foto de Frederico Haikal/ Jornal Hoje em Dia

Entre as finalidades do Parque Municipal estão:

- promover seu valor social, onde por meio do recreio, propicie o encontro dos cidadãos;
- constituir um lugar com valor ético e moral, onde são construídos códigos de conduta coletiva;
- criar um espaço de valor político onde as diferenças, as pretensões e as intenções coexistam harmonicamente;
- Gerenciar um espaço da história da cidade, da sua origem e da sua vida, onde são guardados vestígios da natureza e as suas transformações ao longo dos tempos urbanos;

⁸ Este subcapítulo é baseado no diagnóstico elaborado pela equipe das prof. Marieta Cardoso Maciel e Mirelli Borges Medeiros, juntamente com uma equipe de alunos da Escola de Arquitetura da UFMG, que fundamentou a continuidade do projeto Parque 21, de 2002.

- Planejar um espaço adequado à morfologia urbana por contribuir na sua configuração física espacial através do seu contraste com o espaço edificado;
- Proteger um espaço de valor ecológico urbano onde os sistemas naturais e artificiais convivam e permaneçam para as futuras gerações (MACIEL et al. 2012. p. 12).

O parque está aberto ao público de terça a domingo, das 6h00 às 18h00. De terça-feira a sexta-feira é mais frequentado por transeuntes que por usuários. Entretanto, é muito utilizado pela vizinhança imediata e moradores de rua. Nos finais de semana, o parque tem seu auge de uso, somando milhares de visitantes que vêm de todo o município de Belo Horizonte e mesmo de outras cidades de Minas Gerais, principalmente aos domingos, dia em que acontece a feira de artesanato de Belo Horizonte, na Avenida Afonso Pena, a qual colabora intensamente para esses números. O uso no domingo acaba extrapolando a capacidade físico-territorial do parque:

Os brinquedos mecânicos funcionam a todo vapor, os vendedores ambulantes correm contra o tempo para atender a demanda por alimentos, os sanitários registram filas e os garis varrem ininterruptamente ao longo do dia. É o dia de grandes eventos como apresentações de músicos renomados e da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, entre outros (MACIEL et al. 2012. p. 18).

Há, por isso, um levantamento das características de apropriação do parque e de como está sua situação física. Primeiramente, vale compreender quantas pessoas trabalham no logradouro diariamente, como mostra a tabela abaixo.

SETOR	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
SLU – Limpeza urbana	47
PBH	21
COMISSIONADO	04
Empresa de Limpeza e jardinagem	36
Empresa de Vigilância	20
AMAS	12
FUNDAÇÃO (Assistentes Administrativos)	01
ASSPROM	01
Bombeiro / eletricitista	01
Administrativo	01
BELOTUR	01
Estagiários	10
Guarda Municipal	19 postos 12/36 diurno 4 postos - 12/36 noturno
Uso do refeitório	136
Uso do vestiário	136
Trabalham dentro da Administração	15 a 20 pessoas

Tabela 3: Relação de Funcionários do Parque Municipal Américo Renné em junho de 2011

Fonte: Fundação de Parques Municipais, apud Maciel, et al, 2012

Em 2011, foi elaborado pela Fundação de Parques Municipais um mapeamento dos visitantes do parque, contabilizando-os com base no ingresso nas três portarias, a da Avenida Afonso Pena, da Alameda Ezequiel Dias e da Avenida dos Andradas. Aplicou-se um questionário a uma parcela dos visitantes, buscando traçar o perfil dos usuários: idade, classe social, horário de visitação e rotas feitas, conforme podemos observar na tabela a seguir:

HORA	TER			QUA			QUI			SEX			SAB			DOM		
	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P2	P3
06:00 - 07:00	-	-	-	-	-	-	75	126	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07:00 - 08:00	186	183	192	-	-	-	171	210	132	-	-	-	54	57	39	135	171	102
08:00 - 09:00	204	225	165	186	153	159	78	240	186	237	171	120	63	111	72	336	432	126
09:00 - 10:00	165	162	225	180	234	252	285	207	288	111	195	90	117	114	129	762	699	192
10:00 - 11:00	275	198	249	111	231	258	135	189	264	153	138	279	135	210	168	1.302	990	327
11:00 - 12:00	180	246	258	204	153	273	129	156	369	210	180	114	234	249	189	2.580	1.095	312
12:00 - 13:00	306	234	236	183	234	354	171	186	546	195	234	219	162	270	195	2.421	1.386	405
13:00 - 14:00	207	201	273	195	171	336	129	198	312	237	249	348	123	351	180	1.434	1.026	216
14:00 - 15:00	156	111	135	159	144	183	261	186	213	192	372	240	330	339	204	1.209	1.212	249
15:00 - 16:00	294	171	213	243	174	219	243	258	249	225	168	258	168	354	174	381	405	267
16:00 - 17:00	192	111	315	186	189	126	252	258	300	213	96	297	87	309	63	135	246	198
17:00 - 18:00	210	93	393	213	99	441	-	-	-	459	117	351	114	261	48	66	159	114
TOTAL PORTARIAS	2.375	1.935	2.654	1.860	1.782	2.601	1.929	2.214	2.958	2.232	1.920	2.316	1.587	2.625	1.461	10.761	7.821	2.508
TOTAL POR DIA	6.964			6.243			7.101			6.468			5.673			21.090		
TOTAL SEMANA	53.539																	
P1= PORTARIA AFONSO PENA P2= PORTARIA ANDRADAS P3= PORTARIA EZEQUIEL DIAS																		

Tabela 4: Quantificação dos visitantes do parque por portaria e horário

Fonte: Maciel et al, 2012

Pode-se verificar na Tabela 4, a quantidade relevante de visitantes do parque nos domingos, com principal acesso pela portaria da Avenida Afonso Pena, justamente no local onde a feira acontece, o que nos permite afirmar que o parque, nesse dia, passa a ser uma extensão da feira de artesanatos.

A Avenida dos Andradas também apresenta um alto acesso dos visitantes, seja por estar localizada perto de uma forte rota de transporte público, seja por oferecer, logo na entrada, a área de brinquedos infantis. Conclui-se que nessa região há uma concentração de crianças e suas famílias, assim como vendedores ambulantes.

PORTARIA	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
AFONSO PENA	93	114	90	91	129	176
ANDRADAS	43	67	105	56	70	171
EZEQUIEL DIAS	30	57	68	57	22	78
TOTAL POR DIA	166	238	263	204	221	425
TOTAL SEMANA	1517					

Tabela 5: Quantificação dos usuários do parque por portaria

Fonte: Maciel et al, 2012

PORTARIA	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
AFONSO PENA	61	87	62	88	19	38
ANDRADAS	95	49	84	75	28	8
EZEQUIEL DIAS	64	90	106	101	59	50
TOTAL POR DIA	220	226	252	264	106	96
TOTAL SEMANA	1164					

Tabela 6: Quantificação dos transeuntes do parque por portaria

Fonte: Maciel et al, 2012

As tabelas 5 e 6 classificam os visitantes em dois tipos: os usuários, que são aqueles que permanecem no parque por um determinado tempo, e os transeuntes, aqueles que apenas passam pelo parque para ir de um lado a outro. Durante a semana, o número de usuários e transeuntes é quase o mesmo, salvo a terça-feira, em que número de transeuntes observa um aumento de 64 pessoas. Já no sábado, o número de usuários é praticamente o dobro do de transeuntes; no domingo, é o quádruplo.

Os usuários reconhecem o Parque predominantemente como um local de descanso e turismo, de contemplação da natureza e fuga da rotina da cidade. As muitas opções do parque acolhem também aqueles que buscam se entreter com seus filhos (brinquedos) ou com atividades esportivas plurais lá manifestadas. Poucos são aqueles que utilizam como local de estudo ou trabalho, principalmente após o fechamento do Colégio IMACO. Um dado curioso desta pesquisa é o Ponto de Encontro que muitos buscam dentro do perímetro do parque: Coreto, Administração, Portaria da Afonso Pena e Lago dos Barcos foram algumas das respostas evidenciadas na pesquisa (MACIEL et al. 2012. p. 22).

Os moradores de rua e albergados também são frequentadores significativos. Nos dias de semana é mais nítida a apropriação desses usuários, que se mantêm na maioria das vezes, em grupos, próximos à região do coreto. Além de utilizarem o parque como dormitório, valem-se dos sanitários. Em 2012, a administração contabilizava uma média de 100 moradores de rua por dia, número que deve haver aumentado bastante nos últimos dois anos, tendo em vista que o centro da cidade apresenta um aumento considerável de moradores em situação de rua.

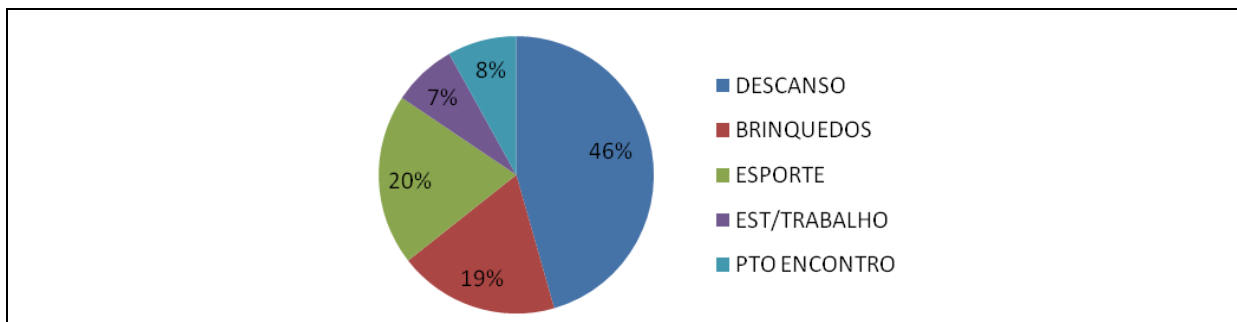


Gráfico 1: Opções dos usuários dentro do Parque durante a semana.

Fonte: Maciel et al, 2012.

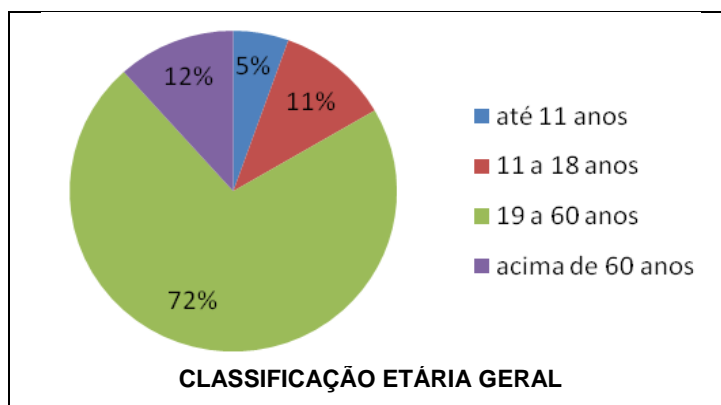


Gráfico 2: Classificação etária da população.

Fonte: Maciel et al, 2012.

No gráfico 2, podemos verificar a classificação etária e de gênero dos frequentadores do parque. Chega-se à conclusão que a grande maioria dos usuários do parque é de adultos (entre 19 a 60 anos), tanto mulheres quanto homens, com 72% no total. A presença de mulheres e homens no parque é equilibrada, sendo 51% de mulheres para 49% de homens. Em seguida, crianças e idosos visitam as instalações, quase na mesma porcentagem: idosos, 12%, e crianças, 11%.

O gráfico 3 apresenta as diferentes faixas de renda dos usuários do parque: a maioria – 48% – dos frequentadores ganha, em média, de dois a cinco salários mínimos. A segunda faixa de renda – 32% – até um salário mínimo. Sendo assim, 70% dos usuários do parque têm renda abaixo de cinco salários mínimos, ou seja, é um público de classe média baixa.

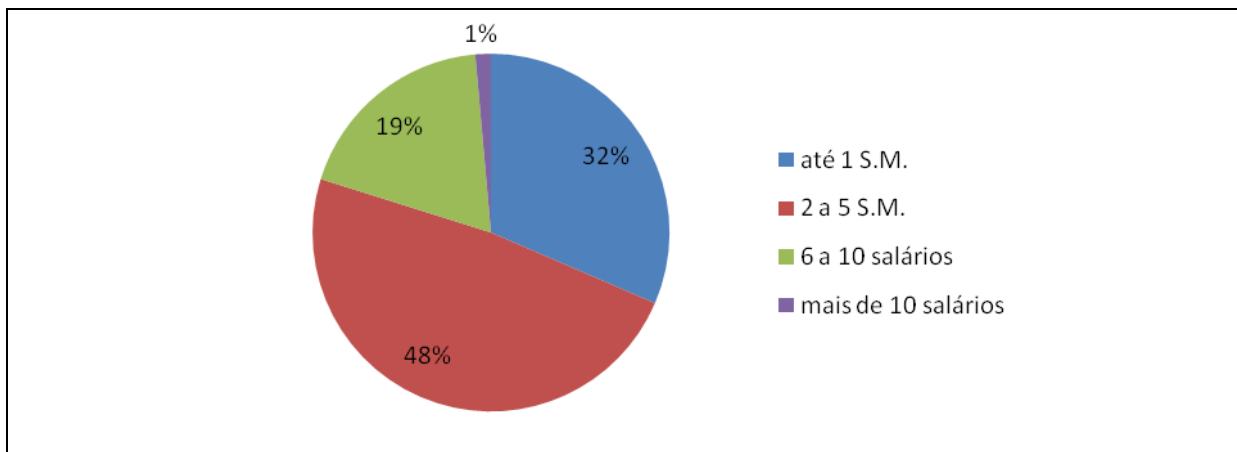


Gráfico 3: Faixa de Renda dos visitantes.

Fonte: Maciel et al, 2012.

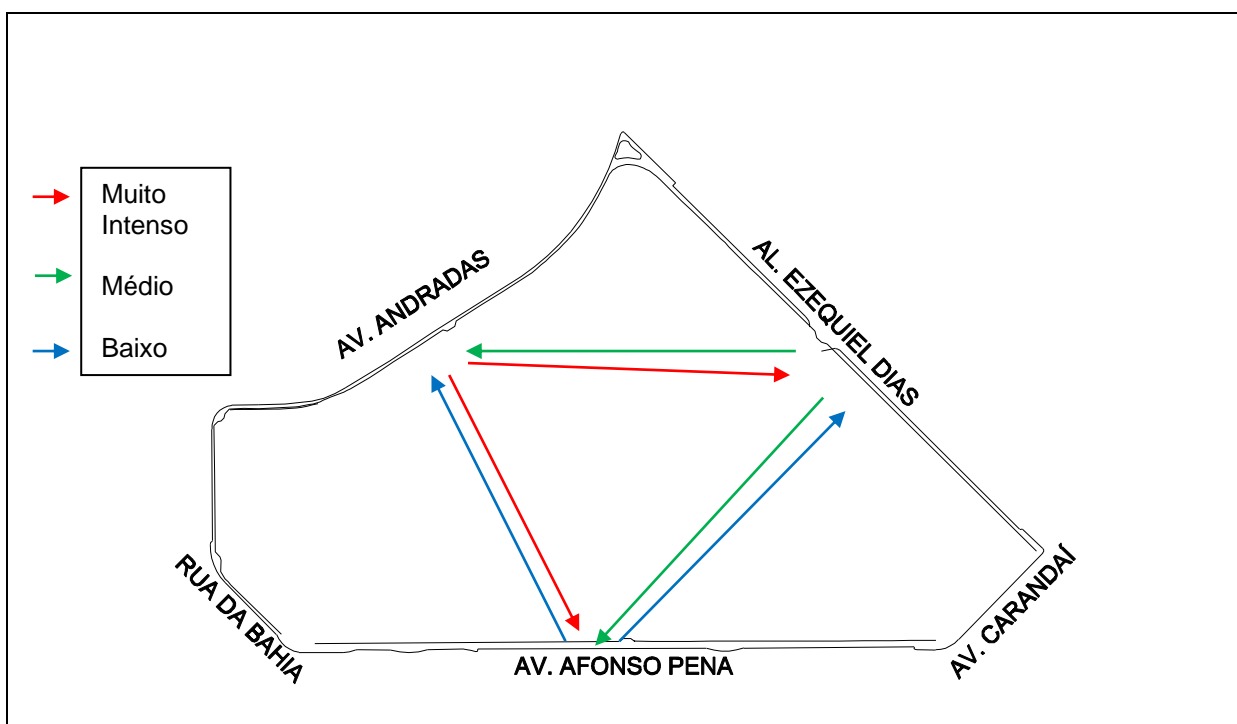


Figura 31: Diagrama dos fluxos principais dos transeuntes

Fonte: Maciel et al, 2012.

Os transeuntes circulam pelas portarias abertas, criando corredores de passagem de um lado ao outro do parque. As rotas mais buscadas pelos visitantes evidenciam que o fluxo se deve às ocupações imediatas do entorno: as estações do “BHBUS” da Avenida Andradas, a proximidade da Praça da Estação, além da conexão com os Hospitais da Ezequiel Dias e a movimentada e tradicional Afonso Pena, uma das principais vias de toda Belo Horizonte (MACIEL et al, 2012, p. 23).

Há pouco tempo, mais precisamente em 2011, o Parque Municipal chamou a atenção da mídia local devido a um incidente ocorrido com um visitante, ocasionado pela queda de uma árvore. Diante disso, a segurança do parque decidiu fechar as portas para eliminar os riscos de novos acidentes: após dois meses em que se fez uma análise completa da saúde das árvores, das quais cerca de 280 foram podadas, o parque foi reaberto.

Uma das principais características do Parque Municipal é seu poder agregador de eventos culturais durante o ano todo, e sua abertura para a inserção de novas atividades, gerando uma vida pública bem consolidada para o logradouro.

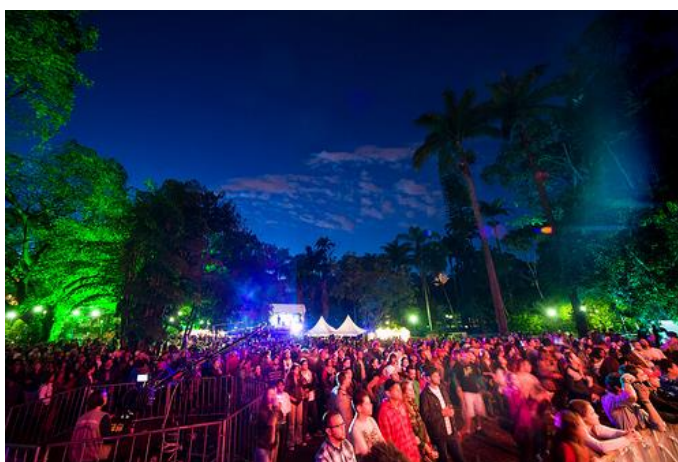


Figura 40: Evento Cultural Conexão Vivo, 2012

Foto de Netum Lima



Figura 32: Planta setorialização atual do Parque Municipal

Fonte: Parque 21, 2001

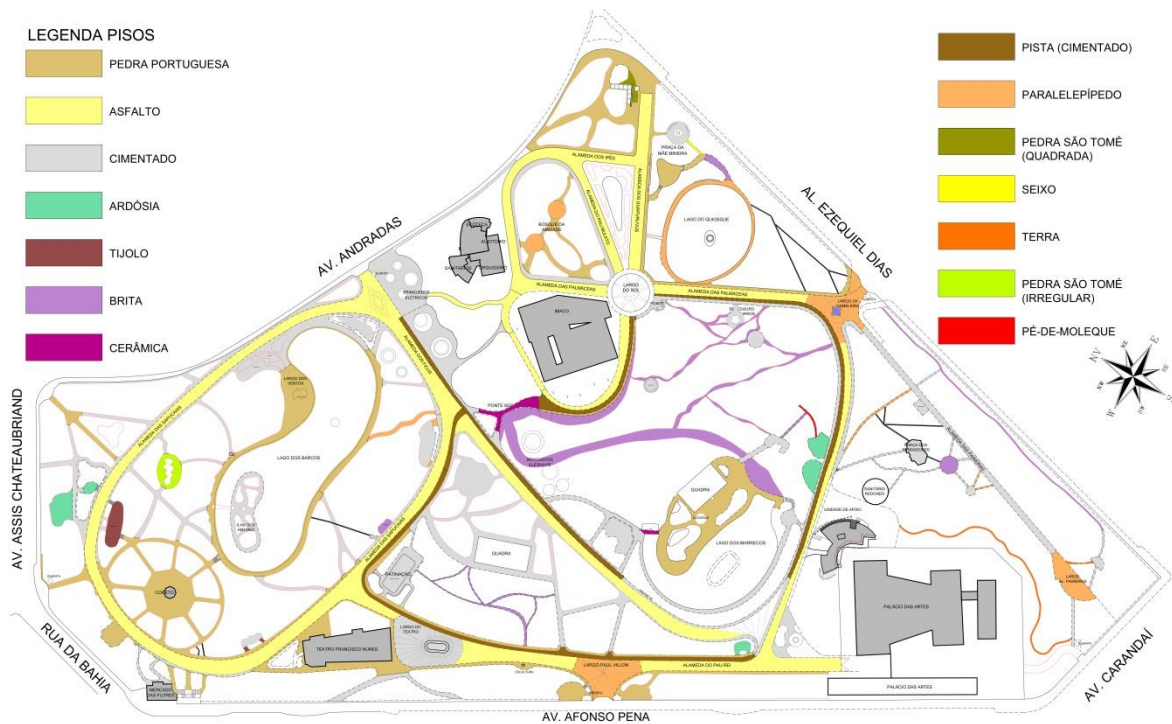


Figura 33: Planta de cadastro dos pisos existentes

Fonte: Maciel et al, 2012

Um dos principais fatores levantados no Projeto de Requalificação do parque foi o conflito de pisos e caminhos existentes. Além disso, constatou-se que, ao longo dos anos, devido aos trajetos feitos pelos frequentadores do parque, foram se abrindo novos caminhos, mais orgânicos, mas sem padrão de material, nem traçado. Outro ponto relevante dos caminhos é o seu mau estado em muitos pontos, havendo a necessidade de padroniza-los e melhorá-los.



Figura 34: Diferentes tipos de caminhos e materiais nos passeios
Foto de Izabella Galera, 2013.

Os acessos ao parque se dão pelas portarias da Avenida Afonso Pena, da Avenida dos Andradas e da Alameda Ezequiel Dias (figuras 44,45 e 46).

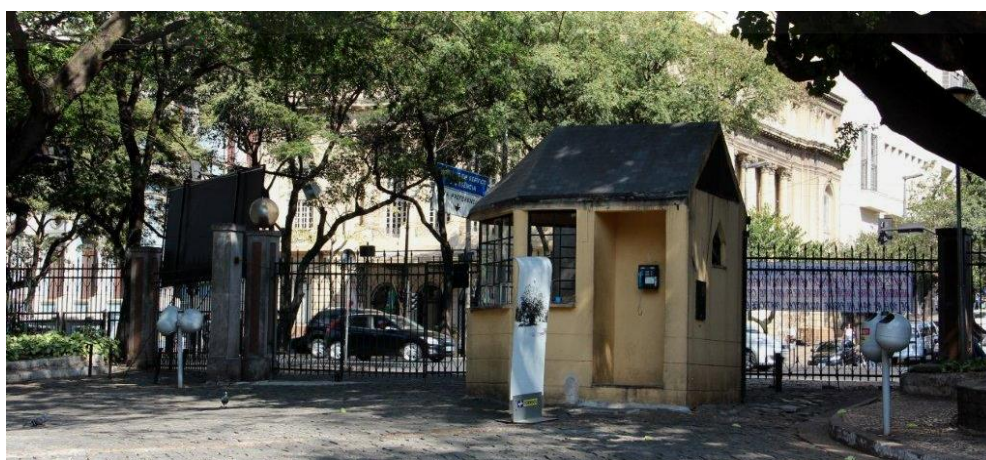


Figura 35: Vista interna da Portaria da Av. Afonso Pena
Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 36: Vista externa da Portaria da Av. dos Andradas

Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 37: Vista externa da Portaria da Alameda Ezequiel Dias

Fonte: Maciel et al, 2012

Além das três portarias, o parque conta com um acesso restrito a funcionários, principalmente para atender o Palácio das Artes, na Rua Carandaí (figura 47). Há outra entrada pela Rua da Bahia (figura 48), desativada no momento devido a problemas de insegurança. Tanto o ingresso da Avenida Carandaí quanto da Rua da Bahia contam com guarita.



Figura 38: Vista externa da Portaria da Rua Carandaí

Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 39: Vista externa da Portaria da Rua da Bahia

Fonte: Maciel et al, 2012

Verificou-se também que alguns acessos trazem problemas constantes para a segurança do parque. O acesso da Rua da Bahia é motivo de insegurança constante devido aos furtos, assaltos e tráfico de drogas. O acesso junto a Avenida Carandaí é subutilizado e isolado dos demais equipamentos e edificações do Parque (MACIEL et al, 2012, p. 27).

O parque conta com mais duas entradas, sem guarita: a da esquina da Avenida dos Andradas, com a Avenida Assis Chateaubriand, e o acesso do Mercado das Flores, na esquina da Rua da Bahia com a Avenida Afonso Pena (figuras 49 e 49).

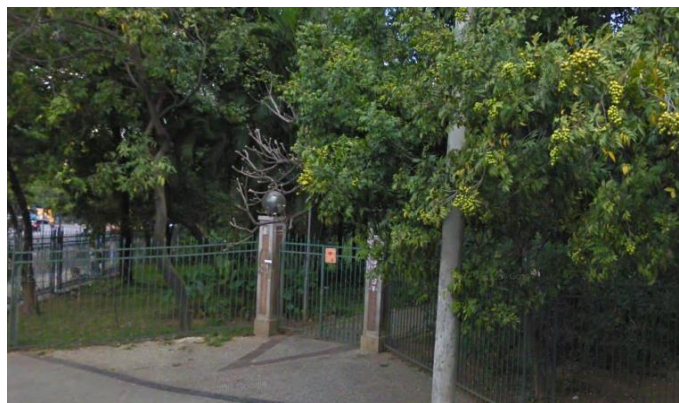


Figura 40: Vista externa do portão da Avenida Assis Chateaubriand

Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 41: Vista externa do portão da escadaria do Mercado das Flores

Fonte: Maciel et al, 2012

As edificações que integram o Parque Municipal são um prédio administrativo, sanitários, uma lanchonete, o orquidário, o Teatro Francisco Nunes – reinaugurado para a abertura do FIT – Festival Internacional de Teatro, em maio de 2014 –, a guarda municipal e o Coreto.

A Partir do ultimo diagnóstico elaborado pela Fundação de Parques em 2012, os sanitários estão subdimensionados, necessitando de uma ampliação e adaptação de acessibilidade universal. No local do antigo Colégio IMACO, demolido em 2013, está sendo construído um Espaço Multifuncional, projetado pelo arquiteto Gustavo Penna.



Figura 42: Vista externa da Administração do Parque Municipal
Foto de Izabella Galera, 2013



Figura 43: Coreto
Foto de Izabella Galera, 2013



Figura 44: Área do antigo Colégio IMACO, onde será o novo Espaço Multiuso
Foto de Izabella Galera, 2013



Figura 54: Reinauguração do Teatro Francisco Nunes
Foto de Izabella Galera, 30 de abril de 2014



Figura 45: Vista externa da Guarda Municipal
Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 46: Vista externa do Orquidário

Fonte: Maciel et al, 2012

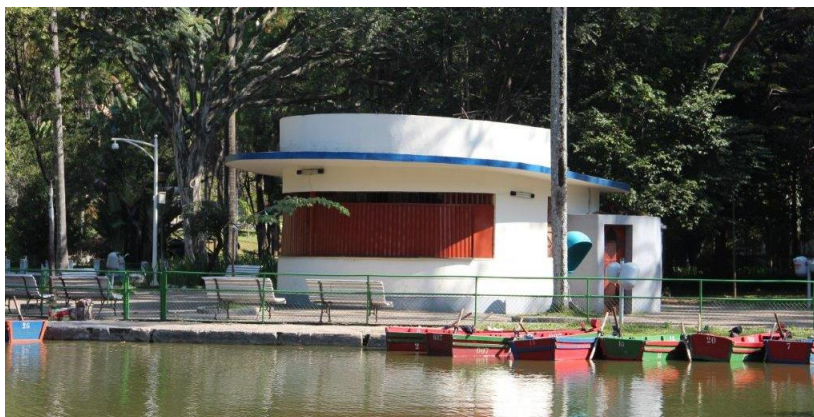


Figura 47: Vista da Lanchonete

Fonte: Maciel et al, 2012.

É válido mencionar com relação aos equipamentos do parque, que as lixeiras são insuficientes, mas muitas ficam vazias enquanto o chão está cheio de lixo. Os bebedouros estão na sua grande maioria em bom funcionamento, a quadra de esportes está um pouco desgastada, necessitando de reparos, e a quadra de tênis está em bom estado. O parque infantil está subdimensionado: em domingos e feriados, especialmente, nota-se a necessidade de ampliação.



Figura 48: Fonte próxima à portaria da Rua Ezequiel Dias

Foto de Izabella Galera, 2013



**Figura 59: Bica D'água próxima à portaria da Rua Ezequiel Dias
Foto de Izabella Galera, 2013**



**Figura 60: Parque infantil (brinquedos gratuitos)
Foto de Izabella Galera, 2013**



Figura 49: Portaria da Av. dos Andradas, ao fundo, que se torna um local de permanência pela quantidade de ambulantes e de brinquedos pagos.

Foto de Izabella Galera, 2013



Figura 50: Quadra de Tênis
Foto de Izabella Galera, 2013



Figura 51: Quadra Poliesportiva
Foto de Izabella Galera, 2013

Em 2012, foi proposto um novo zoneamento para o parque, como se observa na figura 64.

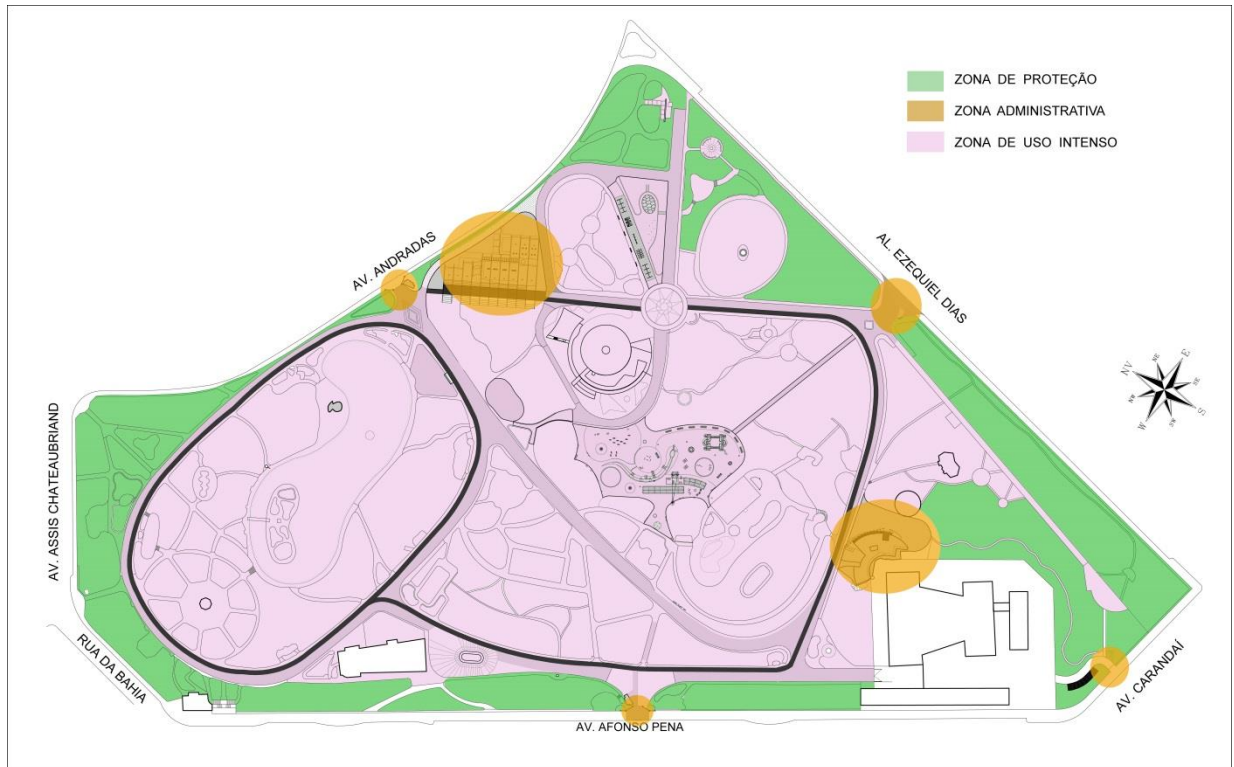


Figura 52: Zoneamento Proposto para a reforma
Fonte: Maciel et al, 2012



Figura 65: Implantação proposta
Fonte: Maciel et al, 2012

Os principais aspectos identificados em 2012, com base no diagnóstico e no Subprograma de Adequação Urbana e Cultural, são principalmente os relacionados aos Ambientes Arquitetônicos e Paisagísticos.

Entendem-se neste trabalho por "Ambientes Arquitetônicos e Paisagísticos" os cenários construídos pelos elementos da arquitetura (planos, cheios, vazios, materiais, cores e texturas) pelas técnicas construtivas e pelos jardins produzindo um lugar exclusivo para as atividades humanas (Parque 21, 2002).

Os ambientes classificados como “arquitetônicos e paisagísticos” que necessitam de uma maior atenção e investimento são:

- **Caminhos:** Trajetos principais e secundários, que devem ser padronizados e requalificados, principalmente por descaracterizar o desenho original do parque;
- **Lagos:** Os três lagos existentes no parque carecem de uma revitalização, pois apresentam patologias graves em sua estrutura;
- **Edificações:** portais, guaritas, teatro, sanitário público sob o mercado das flores, coreto, lanchonete, centro de apoio (sanitários públicos, oficina, escritórios, auditório, orquidário, centro de educação ambiental, administração, sanitários públicos). Conforme ilustrado neste subcapítulo, as edificações do parque não comportam mais a demanda, principalmente em se tratando dos sanitários;
- **Equipamentos:** fixos e móveis (grades e portões, bebedouros, postes, telefone, lixeiras, pérgulas, jardineiras, postes sinalizadores, bancos, etc.) equipamentos infantis, esportivo Os equipamentos existentes são insuficiente, desorganizados, mal distribuídos, danificados e depredados;
- **Praças e Recantos:** Em todo o trajeto do parque, encontram-se pequenos largos com bancos para descanso, muitos destes em mau estado.

2.2. Caracterização do Município – Curitiba

2.2.1 Histórias do Planejamento Urbano de Curitiba

A origem de Curitiba está associada ao desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil Colônia: a motivação econômica determinou as primeiras incursões portuguesas pelo território paranaense, no início do séc. XVII. A busca por minérios, especialmente ouro, formou a primeira vila onde é hoje a capital do Paraná. Até então, esse território era ocupado por nativos Tupi-Guarani e Jê.

Os principais caminhos a chegar a Curitiba eram o “Caminho da Graciosa”, “Caminho de Itupava” e “Caminho do Arraial”, todos vindos do Oceano Atlântico, vencendo, assim, a Serra do Mar.

A permanência destes grupos de mineradores criou condições para que esta vila fosse oficializada como Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em 1693.

As características favoráveis do relevo de Curitiba, localizada sobre um grande planalto, colaboraram para a consolidação dos assentamentos em longo prazo, já que a exploração do ouro, tendo em vista a escala de produção, não refletiu significativamente na economia, nem no espaço urbano. Já a vegetação, a hidrografia e o clima do planalto, por diferir da mata atlântica, possuindo vegetação mais rarefeita, propícia ao plantio, foram decisivos para a ocupação da área.

Com o ciclo do gado, a cidade começou a fazer parte da Rota dos Tropeiros, que levava tropas de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, sendo Curitiba uma região estratégica para as invernadas, locais onde se confina o gado para engorda. Assim, os donos das fazendas alugadas começaram a formar um comércio para atender às necessidades dos tropeiros que passavam a temporada na região.



Cuateiro de Paranaguá, aquarela de João Pedro, o "Mulato", com a legenda: "Água Sinhá de Pernaguá". Início do século XIX.

Coleção: Newton Carneiro

Figura 53: Tropeiro no início do séc. XIX

Fonte: Casa da Memória

No final do séc. XVII, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais já era o principal centro urbano da região, e o segundo núcleo urbano de toda a Província de São Paulo.

Em meados do séc. XIX, a erva-mate passou a ser uma grande atividade de extração e comercialização da região para os países platinos, sendo a estrada da Graciosa o principal meio de acesso ao porto de Paranaguá, de onde se exportavam os produtos paranaenses.

Com a emancipação política do Paraná, em 1853, Curitiba estava na iminência de se tornar a capital da província, o que fez com que a cidade sofresse uma tentativa de controle do uso do solo urbano. Para se tornar capital, era necessário que a localidade fosse organizada, que oferecesse condições para os novos serviços e demandas inerentes à condição de qualquer urbe.

A elite emergente passou a introduzir novos hábitos de consumo e novas reivindicações sociais da cidade, como escolas, teatros, áreas de lazer, entre outros. Nessa época, o engenheiro francês Pierre Taulois foi encarregado de estabelecer novos traçados para a cidade. Em 1855, o "Plano Taulois" foi apresentado, transformando Curitiba em uma cidade de linhas retas e ângulos bem definidos. Embora a cidade assumisse a forma de um plano de desenvolvimento urbano; esse não é considerado um plano urbanístico *Strictu Sensu*.

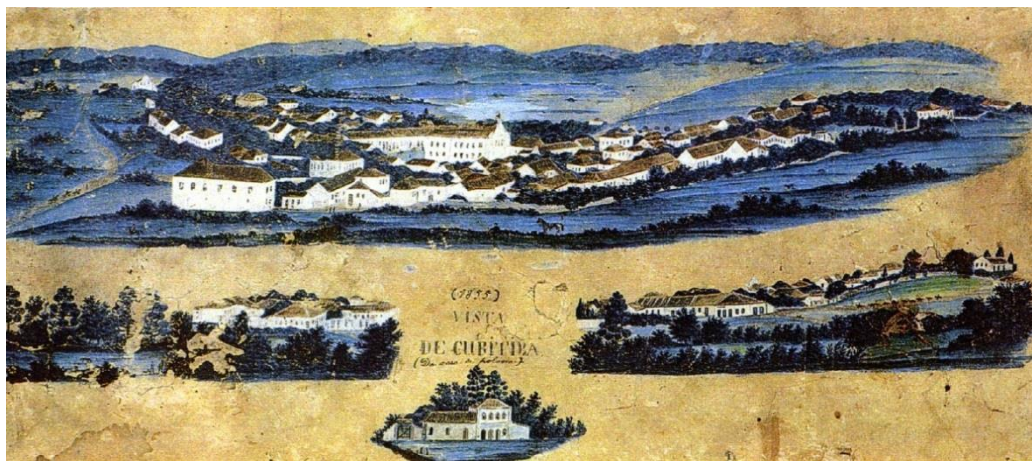


Figura 54: Vista de Curitiba em 1855

Fonte: Aquarela, Elliot - IPPUC

Em meados do séc. XIX, também devido à consolidação do novo país, fundamentou a Lei das Terras, a qual visava fomentar a base de crescimento. Este mecanismo legal facilitou a aquisição de terras por parte dos imigrantes que vieram ao Brasil para suprir a mão de obra escrava no campo.

Curitiba, nesse período, foi marcada pela presença de colônias de imigrantes, principalmente italianos, poloneses, ucranianos e silesianos, que se instalaram ao redor do perímetro urbano, formando o que hoje chamamos de cinturão verde. Outros grupos, em menor quantidade, como alemães, franceses, suíços e árabes, além dos próprios portugueses, acabaram se fixando preferencialmente em domicílios e atividades comerciais e industriais dentro do perímetro urbano.

A presença desses europeus, com seus costumes e valores, contribuiu para a vida sociocultural de Curitiba, reconhecidamente na arquitetura, nas artes, na engenharia e até na agricultura, com a introdução de novas lavouras para a região.

Essas colônias eram estruturadas internamente a seu modo, com o que a terra e o trabalho no campo lhes proviam. Dessa forma, gradualmente surgiram, na paisagem da cidade, as vias carroçáveis em sentido radial, que serviam como corredores de ligação entre a periferia e o centro.

Além das antigas trilhas de chegada, da cidade do séc. XVII, e o caminho de saída para São Paulo, estabelecido no séc. XVIII, surgiram as novas estradas que conectavam as colônias e a área central, no período compreendido entre o séc. XIX e XX.

Em 1895, por causa da falta de infraestrutura na parte central da cidade, foi instaurado o primeiro Código de Posturas de Curitiba, com intuito de promover melhorias na segurança pública, no saneamento, na iluminação, no sistema viário, etc. Nessa época inaugurou-se, também, o primeiro parque urbano de Curitiba, o Passeio Público, em dois de maio de 1886, objeto de estudo da presente pesquisa.

2.2.1.1. “A Nova Cidade” Curitiba

A virada do séc. XIX para o séc. XX foi caracterizada por intensas modificações no quadro urbano em Curitiba. É então que o urbanismo passou a ter relevância como disciplina com pretensões científicas, começando a ganhar espaço nos Estados Unidos e Europa, modificando a forma de pensar a cidade.



Rua XV de Novembro, trecho entre Barão do Rio Branco e a rua Monsenhor Celso, onde aparece a Farmácia Lustoza ao Lado da Casa da Louça. 1919.

Reprodução Marcos Campos Acervo Casa da Memória

Figura 68: Rua XV de novembro

Fonte: Casa da Memória

Com esse foco, o controle do uso do solo urbano e as reformas na cidade garantiriam o funcionamento normal das atividades sociais e, conseqüentemente, a solução de questões urbanas, como dois surtos epidêmicos, em 1889 e 1891, causadores de muitas mortes por causa da falta de condições básicas de saneamento. Respondendo a essas necessidades, as demandas de saneamento

sofreram as primeiras intervenções. Foram instaladas as primeiras redes de distribuição de água e coleta de esgoto, construídas largas avenidas, implantado o bonde elétrico, e o Passeio Público, de 1886, foi remodelado e ganhou portais de entrada. Fundou-se, em 1912, a Universidade Federal do Paraná – a primeira do país – e o quadro urbano da cidade foi ampliado, integrando algumas das colônias de imigrantes (MENEZES, 2001).

Assim sendo, as primeiras ações de ordenação do espaço urbano de Curitiba foram:

- 1855 - Retificação das ruas, tornando a malha viária ortogonal (plano do engenheiro francês Pierre de Taulois);
- 1895 – Elaboração do primeiro Código de Posturas;
- 1903 – Início do processo de hierarquização de usos, definindo áreas de especialização em atividades urbanas e determinando padrões construtivos;
- 1919 – Elaboração do novo Código de Posturas com ênfase para a circulação de veículos, sinalização e estacionamento (IPPUC. 2004. p. 19).

A cidade foi dividida em zonas, com a forma de anéis concêntricos que partiam do centro da cidade (MENEZES, 2001, p. 62). Cada zona ficava condicionada a uma determinada função, variando conforme o nível social da população. A estratégia era valorizar a região central, afastando dela tudo aquilo que interferisse negativamente na estética e funcionalidade da cidade.



Figura 55: Mapa de Ocupação Urbana em 1915

Fonte: IPPUC

Na década de 1940, Curitiba alcançou uma população de 140.656 habitantes, quase o dobro da população dos anos 1920. Junto com este crescimento populacional, a cidade sofreu uma acentuada deterioração da sua infraestrutura, haja vista que nesses últimos 20 anos não se havia investido em manutenção urbana. Para solucionar o problema, o governador Manoel Ribas contratou a empresa paulistana Coimbra Bueno e Cia Ltda. para executar um projeto de intervenção urbanística, sob a forma de um plano de desenvolvimento urbano para a

capital paranaense. Para elaborá-lo, a empresa chamou o urbanista francês Donat Alfred Agache, já reconhecido mundialmente por seus trabalhos.

Alfred Agache baseava-se em uma visão sistêmica dos princípios urbanísticos defendidos pela Section d'Hygiene Urbaine et Rurale du Musée Social de Paris, que se caracterizava por estabelecer seus diagnósticos da estruturação das cidades por meio da associação das aglomerações urbanas a um organismo vivo: a forma “terapêutica” de tratar dos problemas era por meio de zoneamento funcional e as intervenções diretas sobre determinados setores, como meios “cirúrgicos” de tratar os problemas urbanos.

A forma física da proposta de Agache foi de uma cidade com configuração radiocêntrica constituída por avenidas largas no sentido radial e perimetral, tendo como objetivo estabelecer vias de articulação entre setores e áreas especializadas da cidade (IPPUC, 2010; PDM CURITIBA, 2004, p. 23). Esta proposta tinha como base conceitual o Plano de Paris, executado por Georges-Eugène Haussmann. Concluído em 1943, o “Plano Agache” destacou-se por seu caráter organicista, com diretrizes distinguindo para três aspectos:

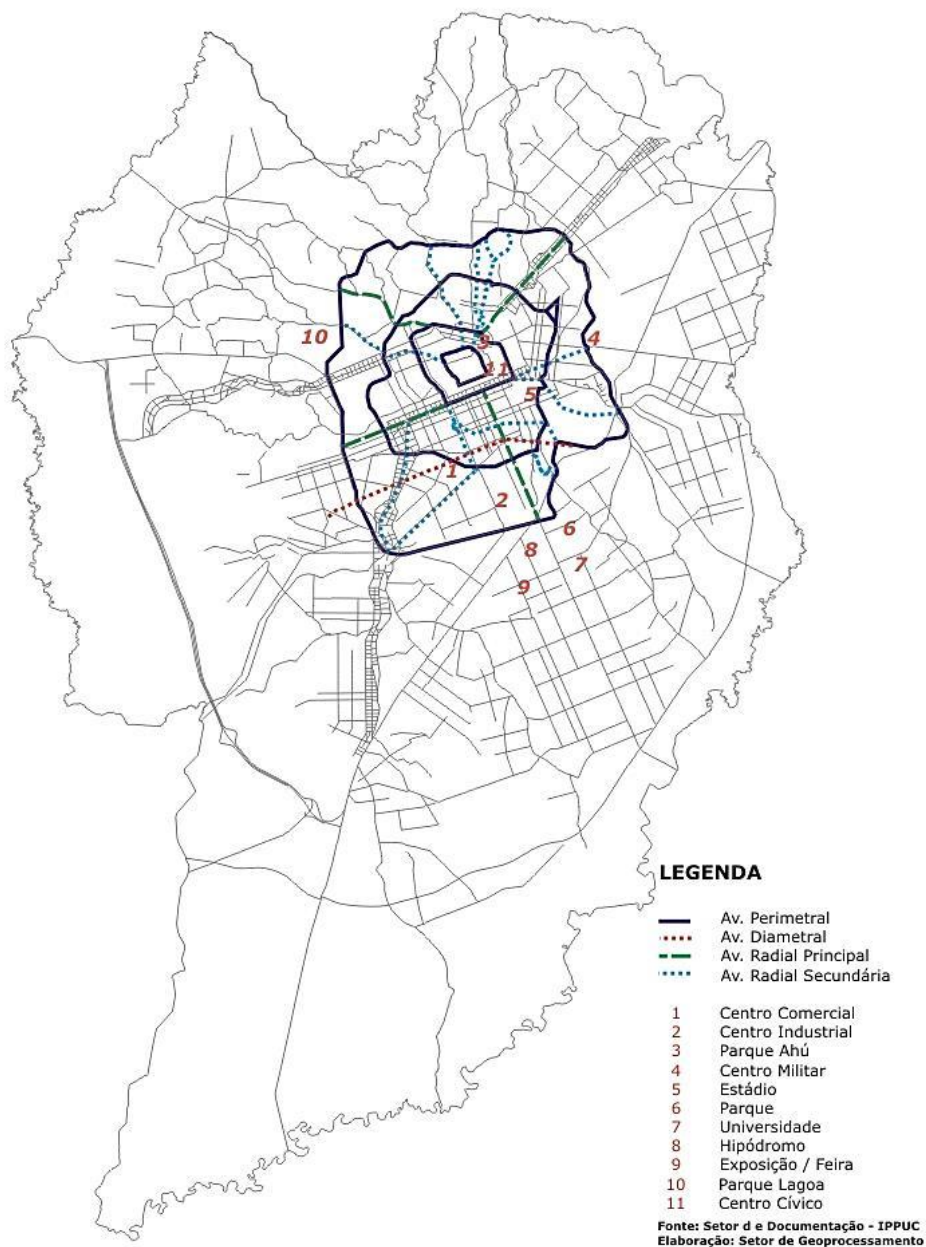
1) saneamento: drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais e rede de abastecimento de água;

2) descongestionamento do tráfego urbano, vias de acesso externo, circulação da produção e abastecimento urbano;

3) órgãos funcionais: centralização dos edifícios apropriados para Poder Público (Centro Cívico) e vários centros de irradiação da vida comercial social.

Na proposta também preocupação com as áreas verdes, apontando sugestões feitas para arborização da área central e preservação das áreas periféricas. Havia a proposta de um horto botânico para adaptação de espécies vegetais que suprissem a arborização da cidade, e de parques ao redor do núcleo urbano, servindo ao mesmo tempo como lazer e como conservação de espécies vegetais de grande porte.

PLANO AGACHE 1943 PLANO DAS AVENIDAS



IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - SIN - Banco de Dados

:: Rua Bom Jesus, 669 :: Cabral :: Curitiba :: Paraná :: CEP 80035-010 :: Fone (41) 3250-1414 :: Fax (41) 3254-8661 :: E-Mail ippuc@ippuc.org.br ::

Figura 70: Mapa do Plano Agache sobreposto ao mapa atual de Curitiba

Fonte: IPPUC

A efetivação do Plano Agache não foi concretizada, por fatores de ordem jurídica, política e econômica, que dificultaram o detalhamento das diretrizes propostas pelo plano. No entanto, algumas delas foram executadas, como o Centro Cívico, o Centro Politécnico (UFPR), o Centro Militar do Bacacheri, as galerias pluviais da Rua XV de Novembro, grandes avenidas como a Visconde de Guarapuava e o Mercado Municipal, entre outros. Ainda que não tenha seguido proposta inicial, o Plano Agache tem o mérito de ter introduzido o urbanismo, com toda a dimensão cultural que isso implica, em Curitiba.

Perante o aumento expressivo da população entre 1940 a 1950, em 1953 elaborou-se um novo Código de Posturas, destinado ao acompanhamento do desenvolvimento urbano, principalmente no que se referia ao controle do meio ambiente. A finalidade era controlar a degradação ambiental, com base em uma visão abrangente do ecossistema urbano.

Somente em 1956, o novo Código de Posturas foi aprovado. Durante essa época houve a reestruturação da Prefeitura Municipal, sendo criado o Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo, com finalidade de exercer o controle urbanístico da cidade e rever o Plano Agache.

Devido ao rápido crescimento da Capital, a cidade lidava com novos problemas, como loteamentos em áreas clandestinas, indústrias em áreas consideradas residenciais, entre outros. O controle do uso do solo urbano passou a ser acentuado com a criação do Código de Zoneamento da cidade, sendo delimitadas áreas residenciais, comerciais e industriais.

No início dos anos 1960 surgiu a Comissão de Planejamento de Curitiba (Coplac), com intuito de prestar consultas diretas ao prefeito, com caráter interdisciplinar.

Em 1963 foi criada a URBS, Companhia de Urbanização e Saneamento, com a finalidade inicial de administrar os fundos de urbanização e saneamento da cidade, com a perspectiva em atuar também na área de ordenamento urbano. Em 1973, foi o órgão responsável pelo planejamento da Cidade Industrial.

Somente em 1964 a ideia do plano global começou a ganhar força e forma definitiva. Houve a proposta da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar) em custear a elaboração do novo plano urbanístico de Curitiba. Como o presidente da Codepar na época, Carlos Rischbieter, estava inteirado das

carências urbanísticas que a cidade estava sofrendo, devido ao crescimento populacional ocorrido nas últimas décadas, e com boas relações com o prefeito, a Codepar apoiou a ideia de um novo plano urbanístico geral para a cidade, em vez de readequar o Plano Agache.

Foi aprovado o projeto da Sociedade Serete, vinculada a Jorge Wilhelm-Arquitetos Associados, razão do nome “Plano Serete”, posteriormente. No contrato a ser assinado pela empresa, sugeriu-se que uma equipe técnica da Prefeitura acompanhasse e participasse efetivamente do projeto, assegurando assim sua continuidade (ANDRADE, 2001, p. 43).

O Plano Preliminar, concluído em 1965, trazia, no aspecto físico, uma proposta inovadora de incentivo ao crescimento linear da cidade. Para tanto, foram deliberados os “eixos estruturais”: vias que tangenciavam o anel central no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste. Ao longo deles deveriam ocorrer expansão urbana e, conseqüentemente, a descentralização do comércio e serviços.

Nesse contexto, o novo sistema de transporte coletivo da cidade seria construído ao longo dos eixos estruturais, devendo servir de elemento indutor do novo adensamento proposto, ganhando destaque. Também houve a proposta de revitalização e “pedestrianização” da área histórica central, tornando o solo urbano útil, humanizando a cidade, que estaria, assim, apta a oferecer todos os equipamentos urbanos necessários ao convívio da população.



Figura 56: Rua XV de Novembro

Fonte: www.guiaturismocuritiba.com

Nesta época, o prefeito da cidade foi às ruas expor as ideias do Plano Serete para a população, realizando o Seminário Curitiba de Amanhã, visando o debate público que reuniu arquitetos, engenheiros, empresários e membros da sociedade, na discussão das propostas do novo plano para a cidade.

A intenção era mostrar que a adoção do Plano Serete ainda não era uma questão fechada, solicitando-se a opinião pública durante o seminário. Mediante tantas opiniões, o prefeito criou um grupo multidisciplinar para assessorar o andamento do plano que resultou, no final de julho de 1965, na criação da Assessoria de Planejamento Urbano de Curitiba.

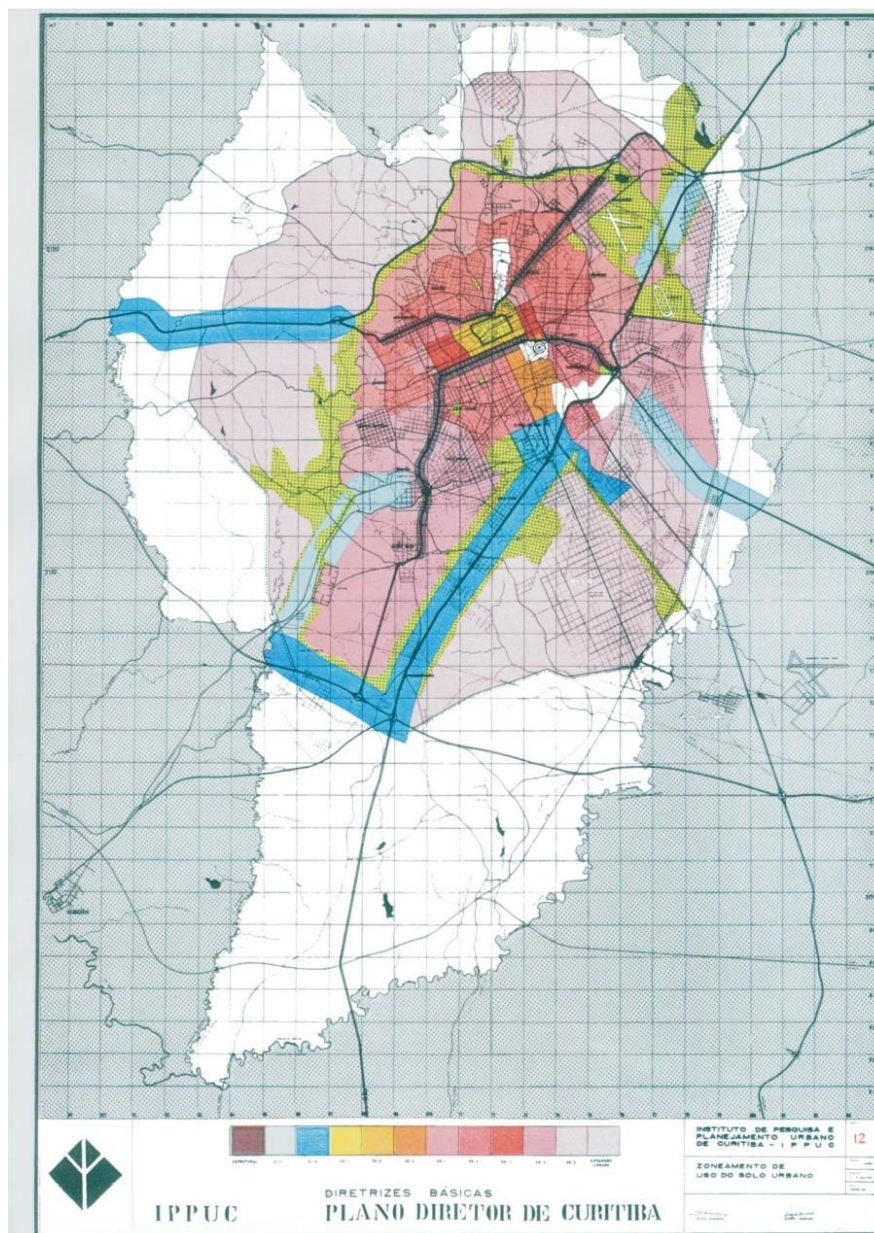


Figura 72: Plano Serete, 1965

Fonte: IPPUC

Em dezembro de 1965 foi criado, oficialmente, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, com a atribuição imediata de preparar o anteprojeto de lei para aprovação no Plano Diretor de Curitiba. Entre as funções do IPPUC estava a de implantar e controlar o Plano Diretor, elaborar detalhes de projetos, indicar soluções urbanísticas mais adequadas para casos adversos, etc.

No início da década de 1970, apesar de restrições de ordem política, o Brasil reunia diversas condições favoráveis, com o “milagre econômico” e a disposição de planejamento e execução de infraestrutura, característica dos governos militares.

Dessa forma, as duas primeiras gestões de Jaime Lerner – 1971-1974 e 1979-1982 – foram marcadas por grandes alterações no sistema curitibano de transporte coletivo, especialmente com a criação do ônibus expresso, que circularia em canaletas exclusivas no centro de avenidas transformadas em “vias estruturais” – já que o tráfego intenso acontecia em ruas paralelas, as “vias rápidas” – ao longo das quais o planejamento direcionava a ocupação do solo urbano (CASTELNOU, 2006, p. 60).

A síntese do planejamento urbano desenvolvida pelo IPPUC, a partir das diretrizes de Wilhelm, baseou-se no tripé uso do solo, transporte coletivo e circulação. Uma nova lei de zoneamento, aprovada em 1975, passou a ser ferrenhamente defendida e mantida pelos urbanistas da prefeitura. Nessa lei, o uso do solo, seus desdobramentos de coeficiente de aproveitamento e de altura dos edifícios estavam atrelados às concepções dos Eixos Estruturais e do Sistema de Transporte Coletivo. As três gestões consecutivas na Prefeitura, que manteve a mesma equipe, garantiu o sucesso da concretização do urbanismo em Curitiba.

Os Eixos Estruturais, onde se localizam os edifícios de maior altura, apresentam-se como uma megaestrutura para Curitiba, definindo seu desenho urbano. Nas áreas contíguas das estruturais, caracterizadas como ZR4, foi permitida a construção de edifícios de média densidade, com seis a dez pavimentos. Em seu conjunto, Curitiba mantém a estrutura viária radial, embora com concepção diferente do Plano Agache, pois o sistema linear das estruturais domina a paisagem (GNOATO, 2006, s/p)

A fim de otimizar a circulação exclusiva para pedestres nas principais vias do centro, foi proposto um Anel Central em torno do cerne da cidade, afastando a área

do tráfego de veículos. Por esta iniciativa o calçadão da Rua XV passou a ser um dos símbolos do planejamento urbano de Curitiba.

O IPPUC e a empresa Serete haviam realizado estudos que identificavam que diversos rios e córregos que atravessavam a área urbana da cidade tinham suas nascentes no próprio município e propuseram que fossem tomadas algumas medidas de proteção das nascentes, em sua maioria na região norte da cidade.

Inicialmente, sugeriram medidas de proteção de quatro rios: o Atuba, o Bacacheri, o Belém e o Barigui, que tinham suas nascentes à montante do centro urbano. Cada um desses rios deveria receber lagos que funcionariam como reguladores de vazão e amortecedores de cheias, dificultando que enchentes chegassem ao centro da cidade. Ao redor desses lagos seriam implantados parques, evitando que suas margens fossem ocupadas e preservando-os da poluição. Com base nessa sugestão, foram criados os parques Barigui e São Lourenço, e mais tarde, em 1988, o Parque do Bacacheri; o quarto parque, o Parque do Atuba, foi implantado em 2004. O parque Bacacheri foi implantado em um ponto que a população já utilizava como áreas de lazer.

O enfraquecimento da ação do Estado e o surgimento de uma economia de mercado fizeram com que diminuísse consideravelmente a possibilidade de grandes intervenções nas cidades. Contrastando com as administrações anteriores, de caráter técnico, foram erigidos diversos parques temáticos, de grande interesse popular, como o Jardim Botânico e o Teatro Ópera de Arame, característicos de uma visão pós-moderna, segundo Jencks, em relação aos Centros Funcionais de Alfred Agache (GNOATO, 2006, s/p).

Conforme cita Gnoato (2006, s/p), Curitiba é uma “bricolagem” de intervenções: quarenta anos depois do Plano Serete - IPPUC, suas principais premissas ainda persistem, como o plano aberto e a estruturação da cidade no tripé uso do solo, transporte coletivo, e circulação, além da procura por constantes inovações.

2.2.1.2. Parques Urbanos em Curitiba

O caso de Curitiba é particular, pois uma política pública inédita de investimento em transportes, equipamentos e áreas livres passou a ser desenvolvida de forma sistemática a partir de 1966, mantendo-se em todas as gestões seguintes.

O primeiro parque urbano de Curitiba foi o Passeio Público (1886), objeto de estudo deste trabalho, criado dentre vários motivos, para conter as enchentes do rio Belém, criando um espaço de contemplação e lazer no coração da cidade para a população que já vinha crescendo.

Antigas áreas de bosques aprisionadas na mancha urbana, então em processo de crescimento, foram transformadas em parques. Foram fundados logradouros como Parque Barigui, cuja área é quase totalmente ocupada por bosque de araucárias, o Parque Barreirinha, o João Paulo II – com a proposta de uma ciclovia acompanhando o leito do rio Belém por seu trajeto– e o Parque São Lourenço, que nasceu de uma enchente. Desse episódio viu-se uma oportunidade de criar parques que serviriam como represa, para contenção destas inundações. Assim, muitos outros, de modo que, em cada gestão, houve a inauguração de algum parque público de linhas projetuais mais ou menos estabelecidas. Como cita Serpa (2007, p. 70): “Concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo a uma vontade política”.

Na marca da concepção urbana de Curitiba, a partir de 1971, a prefeitura desencadeou uma ação encabeçada pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner, impulsionada pelo IPPUC, passando a estudar uma série de transformações urbanas, entre as quais a desapropriação de terrenos e o acerto com proprietários, visando à criação, já em 1972, dos três primeiros parques públicos da cidade pós Passeio Público: os Parques São Lourenço e Barreirinha, ambos com mais de 200.000 m² e o Parque Municipal do Barigui (Figura 73), com cerca de 1.400.000 m², todos ao norte da cidade (CASTELNOU, 2006, p. 58-59).



Figura 57: Parque Barigui
Foto de Brunno Covello

Os parques Barigui e São Lourenço foram financiados pelo BNH. Com estes três parques, foi aplicada a já mencionada metodologia de produção de parques por meio de lagos situados às margens de rios, que funcionam como reguladores de vazão e amortecedores de cheias, dificultando a chegada de enchentes à região central. Ao redor desses lagos deveriam ser implantados parques, evitando que suas margens fossem ocupadas, preservando-os da poluição. Essas áreas de reserva natural foram, de fato, “verdadeiros laboratórios para a solução dos graves problemas de enchentes que anualmente ocorriam na cidade” (OLIVEIRA, 1996, p. 47).

Paralelamente ao projeto de implantação, a Fundação Cultural de Curitiba realizava um projeto de animação destes parques. Dessa forma, o São Lourenço recebeu um Centro de Criatividades; o Barigui, um Centro de Exposições e o Barreirinha, uma biblioteca (ANDRADE, 2001, p. 96-97). Esses espaços verdes projetados apresentam seus traçados derivados dos atributos naturais de onde se situam, preservando bosques de araucárias, flora e fauna local, principalmente de espécies nativas, e garantindo áreas de contemplação, esporte, lazer e cultura (MACEDO; SAKATA, 2003).

Com a constatação de que havia uma carência de áreas verdes municipais acima de 30.000 m², iniciou-se uma política de valorização da natureza, que acabou por promover a arborização viária, a criação de parques, legislações de proteção ambiental e outras ações relacionadas. Isso fez com que Curitiba saltasse, segundo

os índices então divulgados, de 0,7 m² de área verde por habitante em meados dos anos 60 para 16 m²/hab., em 1974. Após cerca de 15 anos, a cidade atingiria a invejável marca de 55 m²/hab. em 1985, assumindo, enfim, o título de “capital ecológica” (CASTELNOU, 2006, p. 58-59).

Para proteger os fundos de vale e a normatização das faixas de drenagem propostas na época contribuiu para a criação de mais espaços de lazer, esporte e educação, que se tornaram prioritários para os investimentos públicos e originaram outras reservas de verde em diferentes escalas, conforme apresenta Castelnou (2006, p. 61). Em 1974, foi criado o Bosque Boa Vista, situado na região Norte. Neste mesmo ano foi inaugurado também o Parque Regional do Iguaçu (Figura 74), com mais de 8.200.000 m², na região Sudeste.



Figura 58: Parque do Iguaçu e Zoológico
Foto de C. Brustolin em www.curitiba-parana.net

Na segunda gestão de Lerner na prefeitura de Curitiba, se propôs a implantação do primeiro espaço a homenagear uma etnia que contribuíra para a formação curitibana: o Bosque Polonês ou do Papa João Paulo II, idealizado em 1978 e inaugurado em 1980, com cerca de 46.300 m², situado igualmente ao Norte, às margens do Rio Belém, o mesmo rio que banha o Passeio Público. Também em 1980 foi entregue o Bosque Capão da Imbuia, localizado na região Sul, com uma área de aproximadamente 42.400 m² com o intuito de descentralizar a oferta de parques, sempre com a relevância da preservação ambiental (CASTELNOU, 2006, p. 58-59).

Nos anos 80 surgiram também novas opções de lazer público, como o Bosque Gutierrez, em 1986, no bairro Vista Alegre, e o Parque General Iberê de Mattos (Parque Bacacheri), de 1988, com cerca de 152.000 m², situado no bairro Bacacheri, ambos na região Norte. Ao sul da cidade foi inaugurado em 1989, o Bosque Reinhard Maackcom, com 78.000 m², na Vila Hauer.

Na década de 1990, a cidade passa a modernizar a proposta de transporte coletivo, implementando o “ligeirinho” no sistema. Nesta época, a questão fundiária, principalmente na região sul do município. Apoiando-se novamente na ideia de melhoria da qualidade de vida por meio da preservação de áreas verdes, sob o lema de Curitiba como “capital ecológica”, foram promovidos novos espaços verdes para lazer e recreação, como o Parque das Pedreiras, o Jardim Botânico, o Bosque do Pilarzinho e o Bosque Zaninelli, no qual se situa a Universidade Livre do Meio Ambiente – Ulma (CASTELNOU, 2006, p. 62).

É nesta época que Curitiba passa a aliar as questões ambientais como símbolo mercadológico, construindo uma imagem de cidade “ecológica” como marketing urbano. Neste momento foi criado o Parque das Pedreiras, conhecido como pedreira Paulo Leminski, inaugurado em 1990, abrigando espaço de contemplação e eventos culturais. Neste mesmo parque é construído a Ópera de Arame, um edifício de estrutura metálica inaugurado em 1992. Neste mesmo contexto é inaugurado um grande símbolo da paisagem de Curitiba, o Jardim Botânico, simbolizado pela estufa metálica, com arquitetura art-nouveau, foi inspirada em um palácio de cristal que existiu em Londres, no séc. XIX.

Para minimizar os problemas de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba – RMC – criou-se uma área de proteção ambiental efetivada por meio do Parque Municipal do Passaúna (figura 75), ao Sudoeste. Inaugurado em 1991, com aproximadamente 6.500.000 m² de área preservada, este que é o maior parque curitibano, protege a represa do rio Passaúna, responsável por 1/3 da água consumida pela cidade. (CASTELNOU, 2006, p. 63).



Figura 59: Parque Municipal do Passaúna

Fonte: ippucweb.ippuc.org.br

A questão ambiental incorporava assumidamente à identidade cultural nascente da cidade com a gestão de Rafael Greca. Os parques urbanos tornam-se cenários ideais para enfatizar e consolidar essa identidade social da cidade, por meio de manifestações culturais, festas étnicas, folclóricas e religiosas.

Até o término da gestão, em 1996, haviam sido criadas mais dez novas áreas públicas, principalmente para homenagear as etnias e culturas que constituíram a população curitibana. Os memoriais inaugurados foram Portugal, da Ucrânia, da Imigração Alemã, Italiana, Fonte de Jerusalém, Memorial Árabe, Casa da Cultura Japonesa, e foi revitalizada a Praça do Japão.

Foram criados novos *slogans* e uma nova identidade para Curitiba, ao passo que esses marcos simbólicos no tecido urbano colaboraram para a formação de um novo modo de vê-la. Os novos bosques e parques implantados tornaram-se, mais do que nunca, instrumentos de marketing no processo de divulgação da cidade, ou seja, obras que iriam incrementar a economia local, o desenvolvimento do turismo e a atração de novos investimentos, assim como otimizariam suas potencialidades naturais, históricas e culturais (CASTELNOU, 2006, p. 64).

Os parques, bosques e praças, constituem cenários de contemplação, turismo, lazer, além de reservas de flora e fauna nativas. Diferentemente dos espaços públicos que foram designadas na região Norte, voltados à memória das etnias estrangeiras, na zona Sul, foram erigidos também espaços voltados à população oriunda do interior do estado. Buscando preservar as margens do rio Barigui, foi fundado o Parque dos Tropeiros, o Parque Diadema, e o Parque Caiuá.

O Parque Tanguá, inaugurado em novembro de 1996, exemplifica um forte vínculo entre as esferas pública e privada, pois suas terras eram propriedade particular, sendo doada em parte à Prefeitura, prevenindo a valorização imobiliária no loteamento adjacente. Este parque é produto de reciclagem de uma antiga pedreira junto ao rio Barigui, sendo atualmente um dos parques mais visitados da cidade.

Hoje em dia constata-se claramente o fenômeno da conurbação em Curitiba: a cidade se conecta aos municípios vizinhos, embora permaneça com seus 75 bairros originais. Os bairros da região Norte apresentam a melhor arborização e proximidade dos parques urbanos; os bairros da região Sul apresentam os maiores índices de crescimento, com condições deficitárias de qualidade de vida.

Conforme se expõe na figura 76, a maior concentração de áreas verdes e os parques mais utilizados pela população estão na parte norte da cidade, sendo o Parque Barigui o principal logradouro para os Curitibaanos. Já o Jardim Botânico é o parque que mais recebe turistas, sendo o parque com maior número de visitantes.

Um dos fatores fundamentais para a vida de um espaço público é seu acesso, apresentado em escala municipal na figura 77. O mapa apresentado abaixo mostra a oferta de parques e bosques de Curitiba, com os principais vetores de circulação municipal e as principais linhas de transporte coletivo. Dessa forma, constatamos a existência de uma malha mais consolidada e com muito mais opção de acesso na parcela norte da cidade.

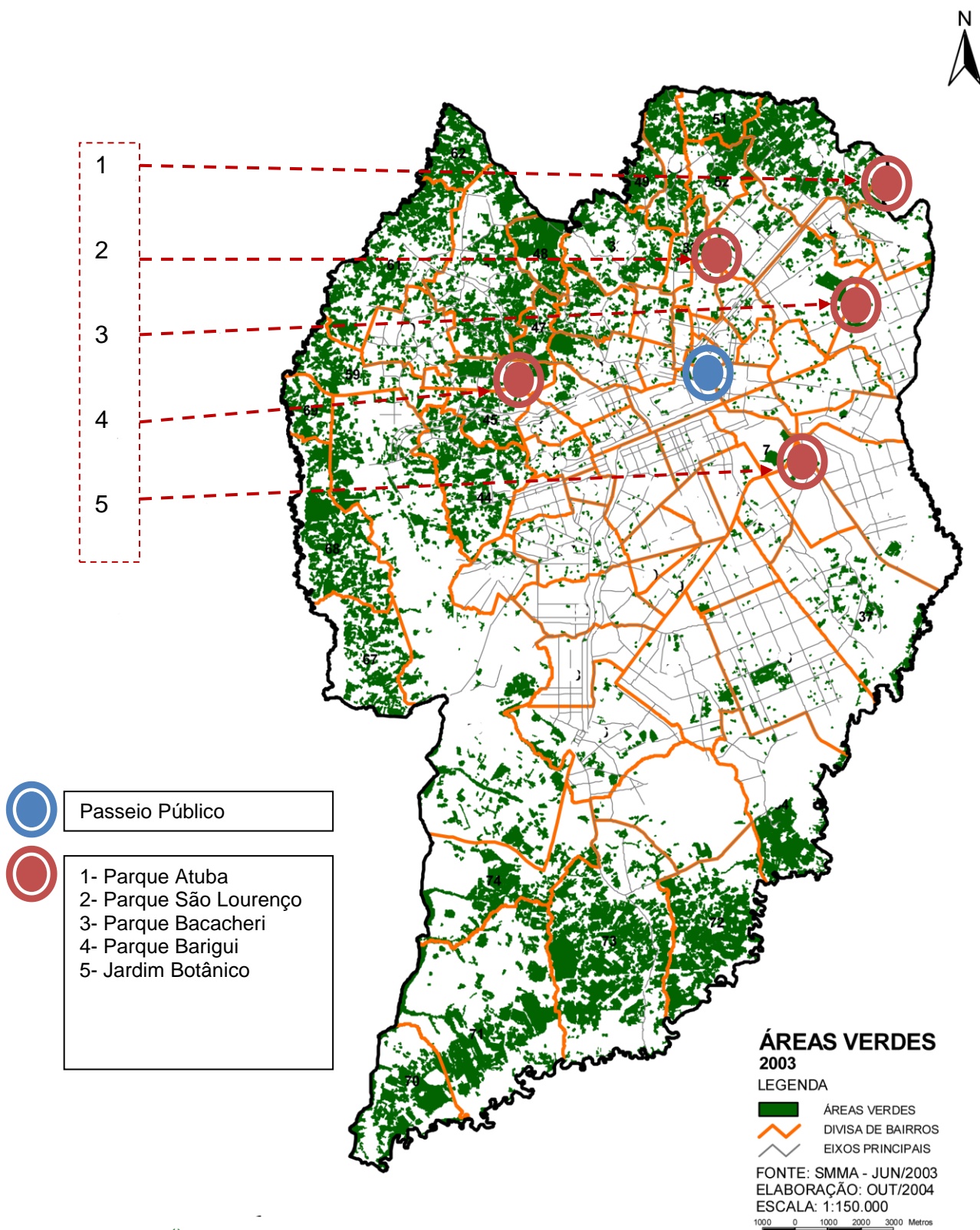


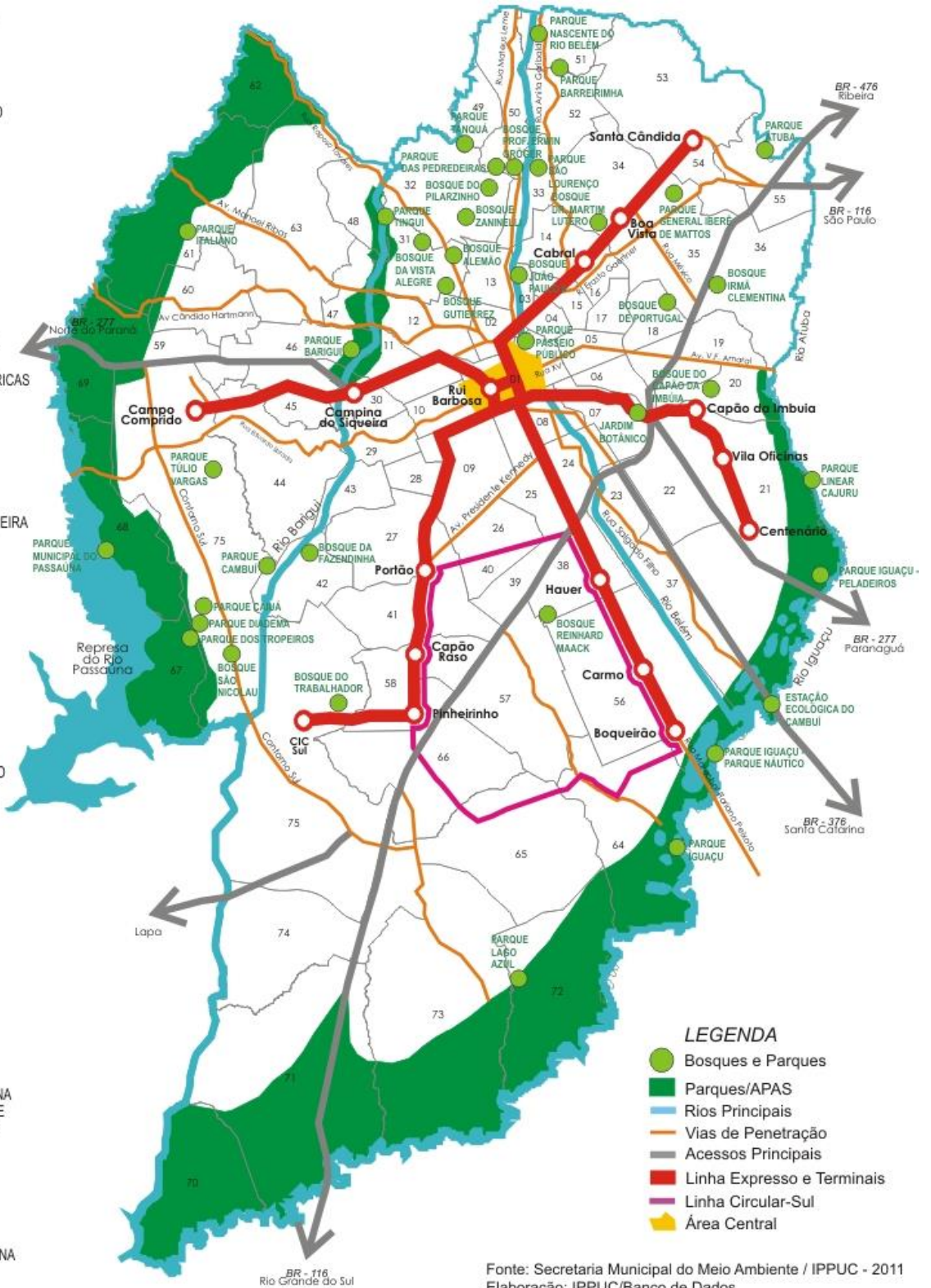
Figura 60: Mapa de Áreas Verdes de Curitiba com os parques mais visitados

Fonte: Mapa elaborado pelo IPPUC, 2004, modificado pela autora.

Parques e Bosques por Bairro em Curitiba - 2011

BAIROS

- 01-CENTRO
- 02-SÃO FRANCISCO
- 03-CENTRO CÍVICO
- 04-ALTO DA GLÓRIA
- 05-ALTO DA RUA XV
- 06-CRISTO REI
- 07-JARDIM BOTÂNICO
- 08-REBOUÇAS
- 09-ÁGUA VERDE
- 10-BATEL
- 11-BIGORRILHO
- 12-MERCÊS
- 13-BOM RETIRO
- 14-AHÙ
- 15-JUVEVÉ
- 16-CABRAL
- 17-HUGO LANGE
- 18-JARDIM SOCIAL
- 19-TARUMÃ
- 20-CAPÃO DA IMBUIA
- 21-CAJURU
- 22-JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23-GUABIROTUBA
- 24-PRADO VELHO
- 25-PAROLIN
- 26-GUAÍRA
- 27-PORTÃO
- 28-VILA IZABEL
- 29-SEMINÁRIO
- 30-CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31-VISTA ALEGRE
- 32-PILARZINHO
- 33-SÃO LOURENÇO
- 34-BOA VISTA
- 35-BACACHERI
- 36-BAIRRO ALTO
- 37-UBERABA
- 38-HAUER
- 39-FANNY
- 40-LINDÓIA
- 41-NOVO MUNDO
- 42-FAZENDINHA
- 43-SANTA QUITÉRIA
- 44-CAMPO COMPRIDO
- 45-MOSSUNGUÉ
- 46-SANTO INÁCIO
- 47-CASCATINHA
- 48-SÃO JOÃO
- 49-TABOÃO
- 50-ABRANCHES
- 51-CACHOEIRA
- 52-BARREIRINHA
- 53-SANTA CÂNDIDA
- 54-TINGUI
- 55-ATUBA
- 56-BOQUEIRÃO
- 57-XAXIM
- 58-CAPÃO RASO
- 59-ORLEANS
- 60-SÃO BRAZ
- 61-BUTIATUVINHA
- 62-LAMENHA PEQUENA
- 63-SANTA FELICIDADE
- 64-ALTO BOQUEIRÃO
- 65-SÍTIO CERCADO
- 66-PINHEIRINHO
- 67-SÃO MIGUEL
- 68-AUGUSTA
- 69-RIVIERA
- 70-CAXIMBA
- 71-CAMPO DE SANTANA
- 72-GANCHINHO
- 73-UMBARÁ
- 74-TATUQUARA
- 75-CIDADE INDUSTRIAL



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente / IPPUC - 2011
Elaboração: IPPUC/Banco de Dados

Figura 61: Mapa de parques e bosques de Curitiba

Fonte: IPPUC

2.2: PASSEIO PÚBLICO

Nessa várzea banhada ou antes inundada pelo rio Belém que se ensaia por toda a parte formando lodaçais e charcos imundos, pode-se traçar um formoso jardim, cuja feitura não dará muito trabalho em seu delineamento e execução, porquanto esta população toda deve contar com seu espírito laborioso e amante do progresso, a boa vontade, e experiência e os conselhos daquele distinto cavalheiro, cujo gosto nessa matéria e conhecimentos bebidos em viagens aos centros mais civilizados do mundo nos garantem preciosíssimo e ativo colaborador (Francisco Fasce Fontana, Relatório do ano de 1888, apud LACERDA, 2001, p.27).

O Passeio Público, durante aproximadamente um séc., foi o único parque municipal de Curitiba, sendo inaugurado duas vezes: em 02 de Maio de 1886 e após sua conclusão, em 03 de agosto do mesmo ano. A sua concepção e construção se devem a uma medida preventiva contra a cólera, uma vez que terreno abandonado era alagadiço, constituindo um foco para o desenvolvimento de doenças.

Segundo Lacerda (2001, p. 21), a ideia de dotar a Província de um Jardim Botânico ou Passeio Público (terminologia de origem espanhola ou platense) não era totalmente nova. Em 1857, na conjuntura da emancipação⁹, os administradores preocuparam-se em dar status de capital a Curitiba. Assim, o vereador José Antônio Vaz Carvalhais propõe a Lei, datada em 22 de março de 1857, que se pode considerar o primeiro ato oficial propondo a criação de um Jardim Botânico.

A iniciativa de implantar um parque público para Curitiba, a fim de mitigar os problemas causados na região do Banhado Bittencourt, foi do então presidente da província do Paraná, Alfredo D'Escragnolle Taunay, que ficou no poder entre 1885 até três de junho de 1886.

Cabe conhecermos um pouco da formação do Visconde de Taunay para entendermos a importância que o presidente deu ao projeto de implantação do Passeio Público. Alfredo D'Escragnolle Taunay era neto de Nicolas Antoine Taunay, famoso pintor francês, um dos chefes da Missão Artística Francesa. Após o retorno de seu avô para a França, seu pai, Félix Émile Taunay, juntou-se aos demais chefes

⁹ Nessa época, a Província do Paraná estava se emancipando de São Paulo.

da missão francesa, Debret e Grandjean de Montigny, assumindo as aulas de paisagem e pintura histórica que foram deixadas por Nicolas.

Alfredo D'Escragnolle Taunay cresceu em um ambiente artístico, em meio à admiração pela natureza: foi dele e de sua família o empenho para a recuperação da Floresta da Tijuca, local onde ficava sua moradia, na época em que a mesma se encontrava desmatada em decorrência da comercialização de carvão.

Já como presidente da província do Paraná, Taunay aliou toda sua herança cultural a valores da natureza local, buscando potencializar estas belezas com o desenvolvimento dos pequenos núcleos urbanos e das colônias de imigrantes.

A história do Passeio Público começa em 1858, tendo como inspiração as transformações urbanas ocorridas da Europa no séc. XIX, que alteraram o conceito de cidade, principalmente devido à Revolução Industrial, quando preocupações com higiene, melhoria no trânsito e o embelezamento da cidade passaram a ser discutidas como premissas de qualidade de vida.

No momento em que o parque foi implantado, Curitiba ainda tinha características de cidade do interior: contando com apenas 15 mil habitantes e 1.283 prédios no perímetro urbano, era tomada por chácaras e colônias de imigrantes, que se estruturavam ao redor do centro urbano mais consolidado.

Segundo Lacerda (2001, p. 17) o que se tornou um parque havia sido um grande terreno que a população conhecia como Banhado Bittencourt (figura 78). Em 1858, o Dr. José Cândido da Silva Muricy enviou um alerta ao Presidente da Província Alfredo d'Escragnolle Taunay de que o pântano poderia ser um local propício para a procriação do mosquito da malária, podendo gerar uma epidemia, sendo um “flagelo que preocupava as administrações públicas” (LACERDA. 2001 p. 22).



Figura 62: Terreno onde foi construído o Passeio Público; colina da Chácara de Nhá Laura (atual Colégio Estadual do Paraná), em 1880

Foto de Adolfo Volk/ acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

O saneamento do sítio onde foi implantado o Passeio Público também se relaciona à ocupação residencial do atual bairro Alto da Glória. Nessa região, ilustres famílias, principalmente de produtores de erva mate, construíram suas casas de campo. A Chácara de Nhá Laura, onde atualmente se encontra o Colégio Estadual do Paraná, foi antiga propriedade do Desembargador Agostinho Ermelindo de Leão, fundador da Mate Leão, local em que a família chamava de Casa de Chácara, que naquela época, estava fora do perímetro urbano. O local limitava com o Tanque Bittencourt, ou Banhado Bittencourt, como costumava ser chamado, área que era tida como um “banhado fétido” que margeava o Rio Belém.

O principal ator da execução do Passeio Público, e seu principal defensor, pode-se afirmar também, foi Francisco Fasce Fontana, um uruguaio que chegou a Curitiba para se dedicar ao ramo da erva-mate, iniciando sua vida comercial na cidade como sócio da firma Silva, Irmãos & Fontana.

No momento em que Fontana associou-se à ervaria Silva & Irmãos, foi o responsável pelo melhoramento da estrutura da fabrica que estava situada no início do Alto da Glória, local banhado pelo rio Belém, muito próximo do Passeio Público. Destes melhoramentos feitos por Fontana, a antiga “fazendola” como era estigmatizada, passou a ser uma excelente vivenda, cercada de parque, cortada por canais navegáveis por pequenas canoas. O banhado que dominava a maior parte

do terreno foi transformado num dos mais belos jardins de Curitiba (LACERDA, 2001, p. 39).

Com a realização desta obra, que contou com o projeto do engenheiro Lazzarini, Fontana beneficiou-se tanto pela qualidade do projeto de saneamento e alteração do curso do rio quanto, posteriormente, pela qualidade estética de sua residência, que ficou conhecida na cidade como “mansão das rosas”. Quando o Presidente Taunay se deparou com o contraste entre a mansão de Fontana e a fazendola, convidou o empresário para dirigir as obras do Passeio Público.

Iniciadas as obras, o primeiro passo foi delimitar precisamente o terreno do parque, com 2/3 de área pertencente ao município e 1/3 comprado da viúva Hauer. Após os limites estarem bem definidos, o Passeio passou por uma obra de mais de 600m de canais navegáveis propostos pelo engenheiro Lazzarini, em seu projeto de saneamento.

Foi com estes 600 metros de canais navegáveis, arborizado, mas ainda incompleto que, no dia 02 de maio de 1886, a população de Curitiba foi convidada à festa de inauguração do primeiro parque público da cidade, na presença do Presidente Taunay, um dia antes de ele passar a administração da província para o Dr. D'Almeida Faria Sobrinho, conhecido até hoje como Presidente Faria, nome que atualmente leva uma das ruas que delimitam o Passeio Público.

Em 1886, instalou-se no parque o primeiro foco de luz elétrica. Os curitibanos se reuniram no começo da noite para comemorar, podendo aproveitar ainda mais o Passeio Público, além de aquilo ser uma novidade.

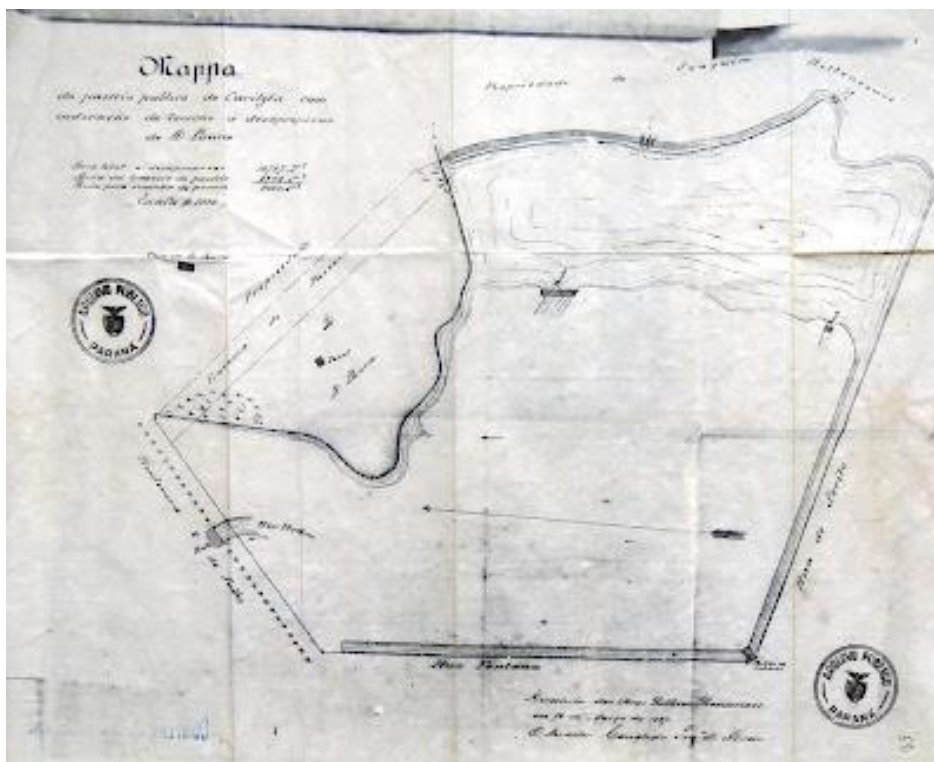


Figura 63: Planta elaborada por Lazzarini em 19 de março de 1887, para a aprovação do então diretor de Obras Públicas, Cândido Ferreira de Abreu.

Fonte: Arquivo Público do Paraná

O engenheiro Lazzarini projetou a retificação do Rio Belém, a construção de comportas e as ruas de seu entorno, assim como o prolongamento da Rua Serrito (atual Rua Carlos Cavalcanti) e a abertura da Rua Fontana, atual Rua Presidente Faria, como se observa na Figura 79 (LACERDA, 2001, p. 44).

Dentre as atrações do parque, uma das primeiras foi o carrossel, conhecido como “a elegante máquina rodante de cavalinhos”, “máquina do recreio das crianças” ou simplesmente “máquina de cavalinhos”. O brinquedo chamou tanto a atenção da população que o seu uso teve que obedecer a normas, como trajes adequados. O diretor do parque, Francisco Fontana, teve que observar o mesmo no uso dos barcos.

Conforme afirma Lacerda (2001, p. 65), a “máquina de lazer”, comprada com dinheiro público, destinada a um logradouro também público, que tanto deslumbramento causou ao povo – o qual certamente começou a utilizá-lo sem grandes rituais ou mesmo organização –, passou a ser objeto de regras autoritárias e segregacionistas.

Em defesa a essas medidas, Fontana afirmava que a arrecadação, tanto do uso do carrossel quanto dos barcos, seria destinada à manutenção e à conservação do parque. Esta justificativa também era uma oportunidade para o diretor do parque salientar que os valores que a prefeitura destinava ao parque, em seu orçamento, não cobriam seus custos, sendo o próprio Francisco Fontana quem, muitas vezes, teve que arcar com as contas do Passeio Público.

Por motivos políticos, em outubro de 1888, Francisco Fasce Fontana pediu exoneração do cargo de diretor do passeio público. A partir de então, o parque sofreu abandono por parte do governo, cujas dívidas estavam pendentes devido à construção do Passeio Público. A população, porém, continuou a frequentá-lo.

O logradouro tinha apenas 600 m² e precisava ser ampliado. Para isso, a Chácara Nhá Laura Borges, que hoje dá lugar ao Colégio Estadual do Paraná, como mencionado, separado do Passeio Público pela Rua Luiz Leão, foi desapropriada em 1887. Em 1916, a Chácara Bittencourt, ou Engenho, onde hoje é o Circulo Militar, cuja área e tanque já eram cobiçados, foi desapropriada e anexada ao Passeio Público.

Da mesma forma que essas duas grandes chácaras foram inseridas no Passeio Público, em 1939 o parque começou a sofrer seu processo de desmembramento, sendo transferida uma parte da área do Engenho Bittencourt pelo Projeto nº 19, de 1939, para a ocupação da Sociedade Paranaense de Tênis e Hipismo e, posteriormente, ao Clube Curitibano.

A área correspondente ao Círculo Militar fez limite com o Passeio Público até 1978, quando ocorreu o prolongamento da Avenida Mariano Torres, com a criação da Rua Luiz Leão, e aquele clube foi desanexado do logradouro (LACERDA, 2001, p.85).

No início do séc. XX, o contexto urbano de Curitiba mudou, principalmente pelo fato de que a população, em um pouco mais de dez anos praticamente dobrou. Em 17 de julho de 1906, pela lei nº 182, o então presidente da província resolveu que o nome do parque deveria mudar para Jardim Botânico (figura 80). Diante dessa proposta, o logradouro iria assumir funções de viveiro de plantas, espaço de preservação da natureza e lazer.



Figura 80: Passeio Público quando chamado de Jardim Botânico, ideia que não atraiu os curitibanos

Foto disponível em retratosdobelem.blogspot.com.br

Essa ideia foi muito difundida no final do séc. XIX e início do XX, principalmente na cultura francesa (sem esquecer-se dos franceses que vieram para a América Latina), em que cada cidade destinava uma área como “horto”, que deveria abastecer este centro de vegetações, tanto para vias públicas, quanto para outros parques e praças.

Em 1913, sob a presidência de Carlos Cavalcanti, criou-se a Companhia Melhoramento da Capital, baseada no modelo haussmanniano. O Barão Georges-Eugéne Haussmann, antigo prefeito de Paris, foi o responsável pela reforma urbana de Paris, na metade do séc. XIX, com uma proposta de modernização fundamentada no traçado regulador rígido para a cidade, aliado a uma grande oferta de espaços públicos, como parques, praças e os famosos bulevares.

Chamou-se o arquiteto francês Joseph Antoine-Bouvard, o mesmo que participou da proposta urbanística de São Paulo, para requalificar e modernizar Curitiba. Nessa ocasião, Candido de Abreu foi nomeado prefeito pelo segundo mandato, após retornar de Belo Horizonte, onde tinha ajudado na Companhia Urbanizadora da Capital, com muito conhecimento na proposta do planejamento haussmanniano, que também foi inspiração para construir a nova capital de Minas Gerais.

Para o Passeio Público, as pretensões eram aterrar os canais e abrir praças para jogos esportivos, sendo um dos lagos destinado a práticas de exercícios como

natação e regatas. Além das propostas de lazer, que então eram uma tendência nos projetos de parques públicos, em que a função do parque extrapolava a contemplação, havia a previsão de um novo paisagismo para o logradouro, modificando sua forma de arborização.

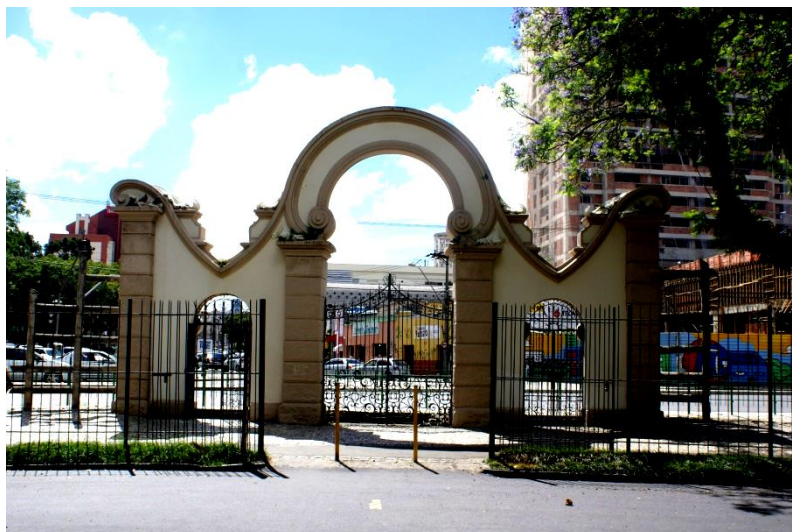
Dentro da visão da Companhia de Melhoramentos de Curitiba, uma das diretrizes que, pode-se dizer, perdura na configuração atual da cidade, é a preservação de “algumas florestas para ponto de recreio” vislumbrando no futuro a intenção de criar *Bois* (bosques em francês) na capital. Estas áreas destinadas à preservação para futuros *Bois* é onde, nos anos 70, a prefeitura de Curitiba passou a construir sistematicamente novos parques para a capital.

Antoine-Bouvard foi contratado para desenhar o paisagismo do Passeio Público: o que mais caracterizou sua intervenção, em 1915, foi a construção dos Portões de acesso, projetados para o Passeio Público com a inspiração nos portões do cemitério de cães em Asnière Sur-Seine. Os portões têm, até hoje, uma marca tão forte e simbólica de representação do próprio parque, que foram os primeiros “monumentos” relacionados ao passeio público a serem protegidos por lei no Patrimônio Artístico Estadual em 1974 (figuras 81 e 82).



Figura 64: Portão de acesso ao Passeio Público na esquina da R. Carlos Cavalcanti com a R. Presidente Faria. Este portão foi demolido para dar lugar a um portão modernista nos anos 50, sendo construída esta réplica em 1974, ano de seu tombamento.

Foto de Izabella Galera



**Figura 65: Portão de acesso ao Passeio Público na esquina da R. Presidente Faria com a Av. João Gualberto, inaugurado em 22 de outubro de 1915
Foto de Izabella Galera**

Dentro das suas propostas para o parque, cabe mencionar a de jardim paisagístico moderno, ou pitoresco, com a construção de rochas artificiais e a criação de grutas e cascatas, já utilizando cimento e de ilhas, como as “Ilha das Ilusões”, local que homenageia o poeta paranaense Emiliano Pernetta, e a “Ilha dos Amores”. Outra proposta relevante na vida do parque foi a via para acesso de carros, que entravam pelos portões projetados por Bouvard (figuras 81 e 82).

Quanto às características haussmannianas do Passeio Público propostas por Bouvard e aceitas por Cândido de Abreu, foram convocadas para criar espaços abertos cercados de uma natureza ideal recorrendo ao artifício de lugares pitorescos. Além disso, às atrações do logradouro soma-se como espírito que o orienta visando reconstruir, via de lazer junto à natureza, um clima de *Belle époque*. (LACERDA, 2001, p.138).

Em 1932, o Passeio Público passou a abrigar um pequeno zoológico. Os primeiros animais, que chegavam aos poucos, a habitar o parque, foram os macacos Chico e Russo, que ficavam em um viveiro que ainda hoje está vivo na memória coletiva dos antigos usuários do parque (figura 83). Logo depois, o zoológico recebeu aves ornamentais, répteis, mamíferos, etc.

Em 1979, um documento denominou o local como “Parque Zoológico do Passeio Público”, exigindo toda a estrutura necessária para comportar os 103 mamíferos, 721 aves e 429 peixes nos aquários (LACERDA, 2001, p.161).

Em 1982, foi criado o Zoológico de Curitiba, inserido no Parque Regional do Iguaçu, restando apenas alguns macacos e aves no Passeio.



Figura 66: Antigo viveiro dos macacos
Foto do acervo da Biblioteca Pública do Paraná

O primeiro parque infantil da cidade foi edificado pelo arquiteto Frederico Kirchgässner em 1935 nas dependências do Passeio Público. No mesmo ano inaugurou-se o Restaurante do Estudante, na época um bar muito frequentado, principalmente nos fins de semana. É importante frisar que, no mundo todo, os parques urbanos começavam a conceber novas formas de lazer, principalmente voltadas à permanência do usuário no local. Assim os *playgrounds*, ou parques infantis, passaram a fazer parte da vida do parque urbano, da mesma forma que os restaurantes, bares e cassinos.

O coreto (figura 84), construído desde a inauguração do parque, teve seu telhado totalmente reformado, em 1941. Aproveitando essa estrutura, criou-se, em 1999, o aquário com peixes ornamentais (figura 85).



**Figura 67: Coreto do Passeio Público, no parque desde sua inauguração
Foto do acervo da Biblioteca Pública do Paraná.**



**Figura 68: Antigo coreto transformado em aquário em 1999, recém-reformado. Hoje abriga
várias espécies de peixes e algumas tartarugas.
Foto de Izabella Galera, dezembro de 2013**

Em 11 de agosto de 1948, concebeu-se a Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná – CEU, uma entidade Estudantil sem fins lucrativos, a qual obteve sua formalização legal em 28 de abril de 1952, e inauguração no dia 26 de agosto de 1956. O CEU foi construído em uma parte do Passeio Público que o governo do Estado, sob comando do governador Moyses Lupin, cedeu à União Paranaense dos estudantes. As obras da Casa do Estudante iniciaram-se em 1949,

sendo finalizadas em 1956, quando o então presidente Juscelino Kubitschek participou da inauguração do edifício.



Figura 69: Vista aérea da Casa do Estudante Universitário – CEU, e sua inserção no Passeio Público.

Fonte: <http://www.ceupr.com.br/p/fundacao.html>

Na década de 1950 o Pavilhão de Madeira, que servia como bar e estação dos barcos, foi totalmente transformado em restaurante, ostentando o nome de Restaurante do Estudante. As canoas que circulavam pelo Passeio foram substituídas por pedalinhos, trazidos pelo novo dono do restaurante, João de Pasquale. Em 1956 foi inaugurado o novo restaurante, nomeado de Recreio do Garoto, após incêndio ocorrido neste mesmo ano. Já nos anos 1970 o restaurante veio a se chamar Bar Lá no Pasquale, época em que o local foi mais frequentado, principalmente por intelectuais. A partir 1998, passou a ser o Restaurante do Passeio (LACERDA, 2001, p. 143- 160).



Figura 70: Os antigos barcos que transitavam pelos canais do Rio Belém e os novos pedalinhos trazidos por João de Pasquale

Fonte: Acervo familiar de Helmuth Wagner, disponível em www.gazetadopovo.com.br

Nos anos 60, o Passeio Público recebeu sua maior revitalização quando foi aprovado o Plano de Zoneamento e Uso do Solo, revisado em 1962. Somente em 1965 foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo, propondo diretrizes básicas para a cidade, e a criação de um órgão destinado ao planejamento urbano, chamado inicialmente Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – APPUC, hoje conhecido mundialmente como Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC –, com a finalidade de elaborar o Plano Diretor da capital.

Em 1965, devido ao Plano Diretor do Passeio Público, planejado pelo IPPUC, foi proibida a circulação de automóveis dentro do parque. Concluíram-se a canalização e a canalização do Rio Belém. O parque infantil foi remodelado e banheiros foram construídos. As trilhas foram pavimentadas, o parque recebeu novas redes de iluminação, o restaurante foi reformado, assim como a Ilha da Ilusão, além da elaboração da Ilha dos Macacos. Dentre tantas mudanças e adaptações, o Passeio Público ficou com esta organização, mostrada na figura 88.

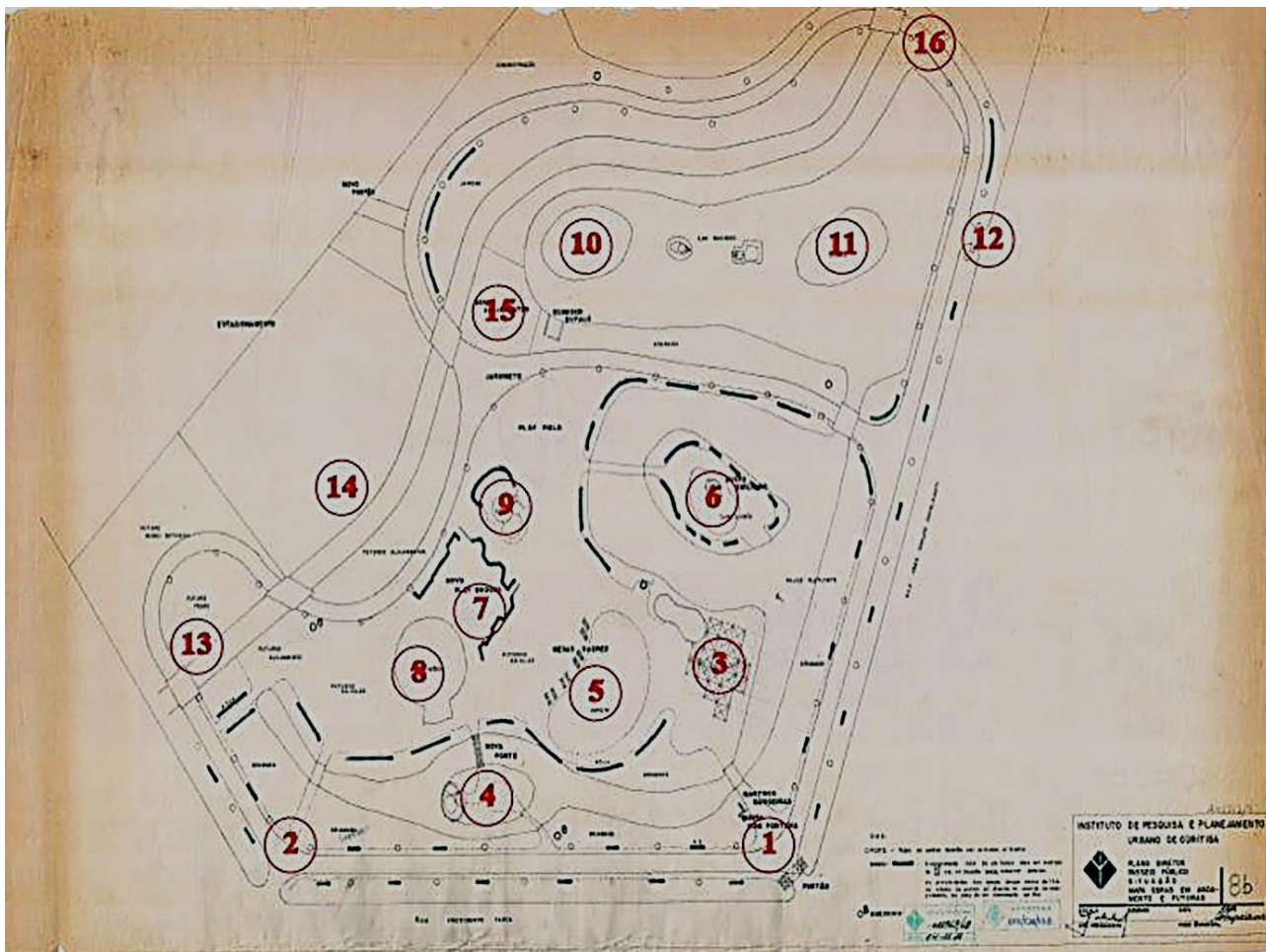


Figura 71: Planta do Passeio Público já revitalizado, na década de 1960

Fonte: Biblioteca do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba)

Legenda fig. 88

1 - Portal da Avenida Carlos Cavalcanti	9 - Coreto (Atual Aquário)
2 - Portal da Rua Pres. Faria.	10 - Ilha dos Macacos
3 - Bar/Restaurante "Lá no Pasquale" (atual Restaurante do Passeio)	11 - Lar das Garças
4 - Ilha dos Amores	12 - Portal de Arte Contemporânea
5 - Viveiro das Aves	13 - Bicletário
6 - Ilha da Ilusão	14 - Viveiros das Araras
7 - Parque Infantil	15 - Administração

Após a grande obra executada nos anos 1960, o parque passou , nos anos 1970, por sua chamada “a década de auge”, em que era considerado o principal ponto de reunião e lazer dos cidadãos curitibanos nos fins de semana.

Contribuiu para o apogeu do parque o poder agregador que o restaurante “Lá no Pasquale” exercia nestes anos, ficando muito conhecido e frequentado na época. Outro motivo é o fato de, no começo dos anos 1970, o Passeio era ainda o único Parque Público da cidade, tendo em vista todas as mudanças que Curitiba havia sofrido ao longo de quase um séc., apresentando características de uma grande metrópole a que, por sua vez, tinha grande demanda por lazer.

Em 1972, foram inaugurados os dois primeiros parques da “Era Lerner”, o Barigui e o da Barreirinha. A proposta da Prefeitura era conciliar a oferta de lazer próxima aos bairros às áreas de preservação e contenção de enchentes na cidade. A partir de então, o movimento no Passeio Público começou a decair, pela proximidade, escala e início de uma sistemática ótica de abandono.

Em 1974, o portal concebido por Joseph-Antoine Bouvard foi tombado como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado. Aproximadamente dez anos após o tombamento dos “portões de Bouvard”, o parque foi tombado como conjunto paisagístico, pelo mesmo órgão.

No final dessa década, o programa social Animação da Cidade levava ao parque, todos os domingos, "bandas regionais, grupos de artistas, de samba, teatro infantil, espetáculos circenses. Aos sábados pela manhã, o Bar Lá no Pasquale era o ponto de encontro favorito dos políticos e intelectuais" (LACERDA, 2001, p. 145).

Como melhorias posteriores ao tombamento do parque, é relevante frisar que em 1986, para a comemoração do centenário, limpam-se os canais, reformou-se o restaurante, os pisos e os calçamentos, concluiu-se a obra de isolamento dos animais e instituiu-se um programa cultural para dar função ao palco flutuante que havia sido construído.

Em 1992, uma grande obra viária ocorreu no entorno do Passeio, devido à necessidade de a linha de ônibus biarticulado passar na Rua Presidente Faria e na Avenida João Gualberto. Para tanto, foi necessário afastar o cercamento original da reforma de Bouvard do alinhamento original, e no limite do parque com a calçada, construir um novo cercamento (Figura 89).¹⁰

¹⁰ Houve a intenção de demolir o cercamento original da proposta de Bouvard, substituindo-o por um novo, o que desencadeou o projeto de tombamento do parque como um conjunto. Assim, a proposta foi alterada.



Figura 72: Adaptação do novo cercamento, inserido em 1992, ao cercamento original de 1915.

Foto de Izabella Galera – Dezembro 2013

Em 1999, uma nova reforma foi feita do Passeio: instalou-se o aquário, inseriu-se um sistema de bombeamento nos canais e alguns arranjos paisagísticos, recuperaram-se árvores, A medida mais importante, porém, foi a instalação de um módulo policial 24 horas, para maior segurança e melhora da imagem do parque, que durante anos, sofreu principalmente com o estigma de lugar de conflitos e insegurança.

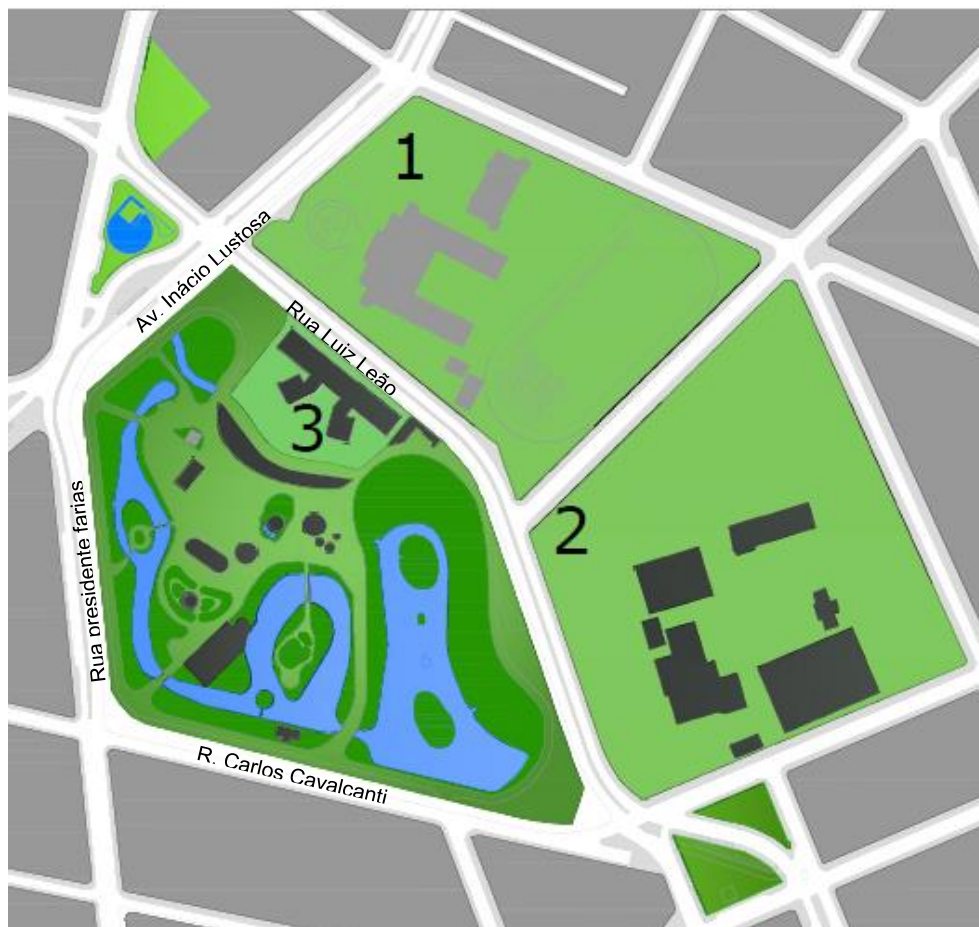
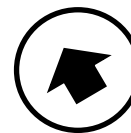


Figura 90: Planta do Passeio Público com sua área desmembrada
Mapa elaborado por Izabella Galera

Legenda da Figura 90

- | | |
|----------|--|
| 1 | Antiga Chácara da Nhá Laura, anexada ao Passeio Público em 1887, desmembrada do Parque, em 1942, para construção do Colégio Estadual do Paraná |
| 2 | Área anexada em 1916 ao Parque, que começa a ser desmembrada em 1939, culminando, em 1978, com a construção do Círculo Militar |
| 3 | Atual Casa do Estudante Universitário –CEU –, desmembrada do Passeio Público em 1956. |

Atualmente, o parque passa por um estudo de revitalização elaborado pelo IPPUC¹¹, e com uma forte pressão popular e da mídia, para que este local estabeleça novamente uma imagem positiva, atraindo assim mais usuários.

¹¹ O Projeto de Revitalização do Passeio Público elaborado pelo IPPUC não foi disponibilizado para a autora, uma vez que seu responsável não estava disponível por telefone, nem e-mail, ou mesmo para uma visita presencial.

2.2.2. Situação atual/ Apropriação:

Neste subcapítulo analisa-se a situação atual do Passeio Público, especialmente do meio físico e antrópico, pelo foco da pesquisa em compreender as lacunas geradas em muitos espaços públicos, o afastamento dos usuários, e o esquecimento do logradouro.

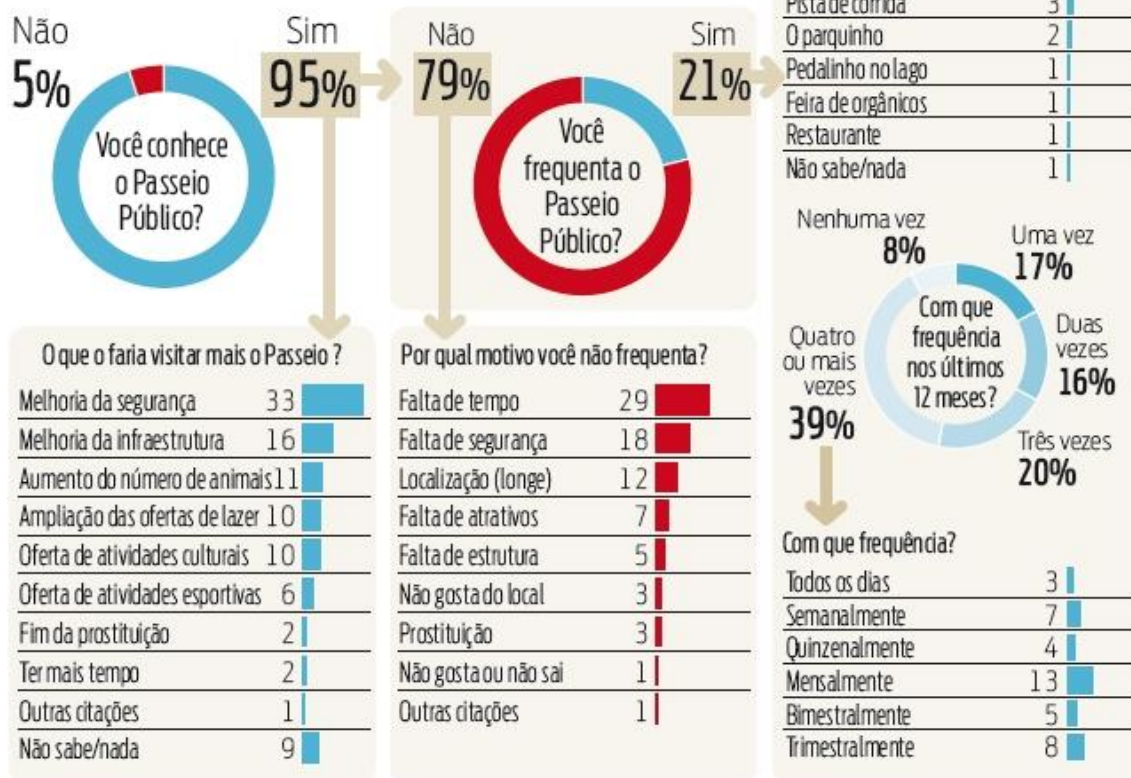
Atualmente, o Passeio Público passa por um processo que poderia ser chamado de (re)descoberta, ressignificação e revalorização, por parte de um grupo de cidadãos, com aporte da mídia, mais precisamente do jornal Gazeta do Povo, e da Prefeitura como executor de melhoramentos físicos.

O Passeio Público, localizado na região central de Curitiba, aberto ao público diário e transeuntes de terça-feira a domingo, das seis da manhã às oito da noite recebe, em média, cinco mil visitantes por semana. Nos fins de semana o número aumenta pela presença de famílias que vêm visitar o Zoológico e da Feira dos Orgânicos, realizada aos sábados.

Pelo infográfico abaixo, apresentado pela Gazeta do Povo em maio de 2013, nota-se que o parque é conhecido por 95% dos moradores da capital paranaense – mas 79% dos residentes no município não frequentam o local.

POR QUE NÃO VOU?

Apesar de conhecido, o parque mais antigo de Curitiba ainda está longe de atrair o morador da capital.



Fonte: Paraná Pesquisas. Metodologia: entre 27 de abril e 1º de maio foram entrevistados 526 habitantes de Curitiba maiores de 16 anos. Grau de confiança de 95% e margem de erro de 4,5%. Infografia: Gazeta do Povo.

Figura 91: Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo em maio de 2013.

Fonte: Paraná Pesquisas; Imagem: Gazeta do Povo

Na pesquisa elaborada pelo Paraná Pesquisas, estão evidentes as duas principais justificativas para que o Passeio não seja a principal opção de lazer para o Curitibaano: a “falta de tempo” e a insegurança, que fazem com que a população opte por outros parques. A pesquisa mostra, ainda, o que mais agrada no Passeio Público: os animais, a natureza e a pista de corrida.

A sensação de insegurança que o Passeio Público passa à população foi constatada em duas perguntas da pesquisa. Entre os 79% que não frequentam o parque, o medo foi apontado como o motivo por 18%. Levando em consideração o universo dos 95% que disseram conhecer o local, 33% informaram que o frequentariam mais vezes se houvesse mais segurança.

Apesar do temor da população, o Passeio Público abriga há 16 anos uma sede da Polícia Militar (PM) e está a 250 metros da Guarda

Municipal. Segundo dados da PM, no primeiro trimestre deste ano foram registrados 24 delitos na região do parque, número considerado baixo pela corporação. Na avaliação do tenente Fernando Cantador, há certa confusão da população devido à presença histórica de moradores de rua e prostitutas no local (MARCHIORI, 07/2013, s/p).

Apesar de o Passeio Público receber um número alto de visitantes, há um potencial enorme para que este número cresça, principalmente se for levado em conta que boa parte dos pesquisados aponta que a infraestrutura e a falta de uma programação cultural também são fatores considerados para não frequentarem o Passeio. Parques de tamanhos semelhantes, mas distantes da região central, como o Parque São Lourenço, recebem entre 24 mil e 34 mil visitantes por semana. Já o Parque Barigui tem público semanal estimado em 165 mil pessoas (Gazeta do Povo, mai. 2013).

Uma pesquisa realizada pela engenheira florestal Elisabeth Hildenbrand¹², na qual foram entrevistadas 1.831 pessoas, revelou o perfil dos usuários dos parques de Curitiba: os principais motivos de visita aos parques, entre moradores e turistas são, em primeiro lugar, a apreciação de amigos e parentes (26,2%) e, em seguida, a prática de atividade física (20,7%).

A falta de segurança, muito comentada nas entrevistas, apresenta um preconceito do senso comum, que aponta como insegurança questões como prostituição e uso de drogas, em estereótipo de que o parque todo é tomado por este tipo de atividade, sem que se compreenda que é na diversidade de usuários, principal proposta de um espaço democrático, que os grandes contrastes se apagam. Há, evidentemente, um estereótipo negativo cravado na imagem coletiva que as pessoas fazem do Passeio Público.

Os gráficos abaixo mostram que, ainda que a insegurança seja grande, as ocorrências policiais do logradouro são muito menores que de outros espaços públicos tão conhecidos e muito mais frequentados quanto. Outro fator muito importante na apropriação do parque é o acesso ao transporte público, apresentado nas figuras 92 e 93.

¹² Pesquisa financiada pela fundação O Boticário de Proteção à Natureza e pela fundação estadunidense MCArthur, com dados divulgados no jornal Gazeta do Povo em maio de 2002. Ressalte-se que, apesar de a pesquisa ter sido desenvolvida há mais de 10 anos, é um importante fator de análise

Ocorrências registradas pela Guarda Municipal no 1º semestre

	Ocorrências	Flagrantes
Passeio Público	9	0
General Osório	31	4
Santos Andrade	45	3
Tiradentes	95	22
Eufrásio Correia	139	50

Ocorrências registradas no Passeio Público

Apoio a GM e outros órgãos	3
Desordem/Vandalismo	2
Abordagem	1
Depaparecimento	1
Roubo	1
Uso de substância ilícita	1

Figura 73: Infográfico elaborado pela Gazeta do Povo em maio de 2013

Fonte: Guarda Municipal, URBS e SETRAN

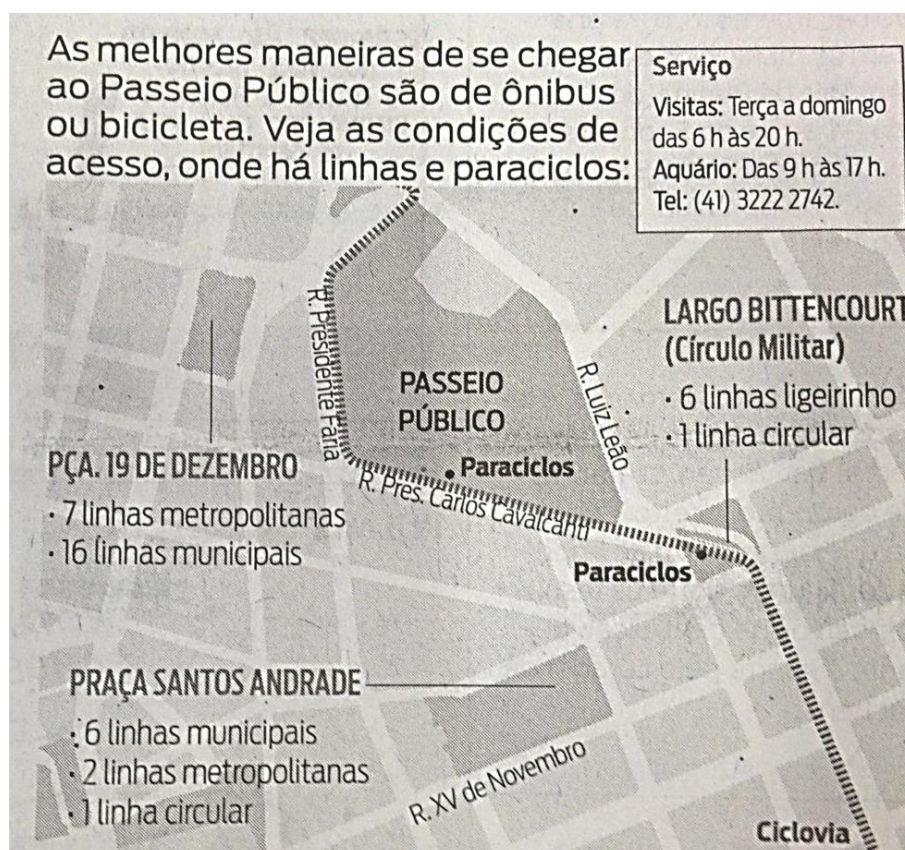


Figura 74: Mapa de acessos ao Passeio Público

Fonte: Redação. Infográfico: Gazeta do Povo.

As figuras apresentadas acima mostram que a insegurança e a falta de acesso não servem como pretexto para evitar o Passeio Público, evidenciando a

imagem negativa que permeia o senso comum do curitibano. O fator que mais justifica a dificuldade de acesso ao Passeio Público é o meio de transporte individual, uma vez que o parque não oferece estacionamento. Diante dessa questão, muitos curitibanos acabam preferindo ir a parques que oferecem esta opção.



PASSEIO PÚBLICO

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Portal Principal | 12 - Administração |
| 2 - Portal Secundário | 13 - Pista de Patinação |
| 3 - Restaurante | 14 - Sede de Manutenção |
| 4 - Sanitários | 15 - Acesso de Serviço |
| 5 - Chafariz | 16 - Bicicletário |
| 6 - Sede da Polícia Militar | 17 - Fonte |
| 7 - Recinto Passáros | 18 - Playground |
| 8 - Recinto Macacos | 19 - Rua Interna/pista de caminhada |
| 9 - Serpenteiro/sanitários | 20 - Ciclovias |
| 10 - Viveiro Passáros | 21 - Deck Pedalins |
| 11 - Aquário | 22 - Lago |

Figura 94: Croqui do Passeio Público com sua configuração atual

Fonte: SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba

A configuração atual do Passeio Público (figura 94) mostra que os acessos se dão em 3 (três) locais: na esquina da Rua Presidente Faria com a Rua Carlos

Cavalcanti, em um dos portões de Bouvard, apresentado como Portal principal; no encontro da Avenida João Gualberto com Rua Residente Faria, e na Rua Carlos Cavalcanti, ambos acessos secundários. O acesso de serviço se dá pela Rua Luiz Leão, onde é possível a entrada de automóveis para a manutenção do parque. Todos os acessos se apresentam em bom estado.



Figura 95: Portão de acesso ao Passeio Público na R. Carlos Cavalcanti

Foto de Izabella Galera



Figura 75: Acesso lateral com portão modernista

Foto de Izabella Galera



Figura 76: Portão de acesso ao Passeio Público pela R. Luiz Leão
Foto de Izabella Galera

As edificações também se encontram em bom estado, como o prédio da Administração (figura 98); o aquário, que passou por reforma recentemente (figura 99); a pista de patinação; os sanitários, e o posto da Polícia Militar, denominado Núcleo de Proteção ao Cidadão.



Figura 77: Edifício Administrativo
Foto de Izabella Galera

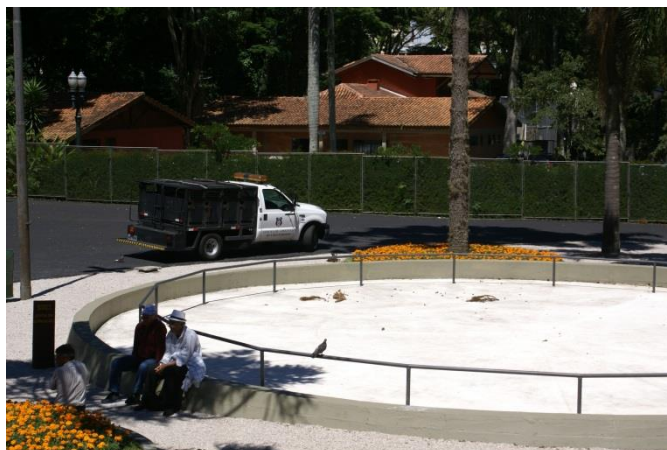


Figura 78: Pista de Patinação
Foto de Izabella Galera



Figura 79: Edificação do Terrário e Sanitários
Foto de Izabella Galera



Figura 80: Vista interna do sanitário feminino
Foto de Izabella Galera

Os sanitários, onde geralmente encontramos conflitos em espaços públicos, apresentam-se em bom estado e sem sobrecarga de uso. A figura 101 mostra que os materiais estão bem conservados e o espaço está limpo e cuidado.



Figura 102: Posto Policial - Núcleo de proteção ao Cidadão
Foto de Izabella Galera



Figura 81: Quiosque padrão do Passeio Público - Administrado por permissionários
Foto de Izabella Galera

Dos edifícios administrados por permissionários, os quiosques estão em bom estado. O único edifício que apresenta necessidade de reforma é o Restaurante do Passeio, o antigo e famoso Lá no Pasquale. A manutenção do restaurante fica a cargo do permissionado pelo estabelecimento.



Figura 104: Restaurante do Passeio
Foto de Izabella Galera

Os lagos, componentes do parque que têm maior necessidade de manutenção constante, principalmente por causa da tubulação, folhas e peixes, estão superficialmente em boas condições. O estado físico dos lagos não apresenta nenhuma patologia grave, e a qualidade de sua água também é controlada. Como a manutenção de lagos é um item dispendioso no orçamento do parque, considera-se adotar a parceria público-privada para manter o logradouro em melhores condições. Recentemente, a ponte pênsil, que dá acesso à Ilha das Ilusões, foi revitalizada, encontrando-se em ótimo estado.

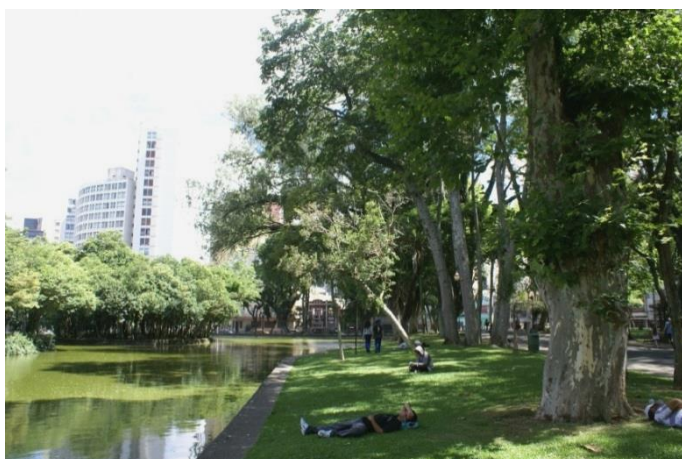


Figura 82: Vista do Lago com o recinto dos macacos ao fundo
Foto de Izabella Galera



Figura 106: Ponte Pênsil
Foto de Izabella Galera



Figura 83: Rua interna entre os dois lagos
Foto de Izabella Galera

Recentemente, toda a pista de caminhada foi recapeada, o que dá ao Passeio um aspecto de cuidado, aumentando significativamente a apropriação do espaço pelos frequentadores que vão fazer exercício físico. Como se observa na figura 107, os passeios do parque estão em bom estado.



Figura 84: Espaço para jogos com grande concentração de frequentadores
Foto de Izabella Galera



Figura 85: Espaço para jogos com grande concentração de frequentadores
Foto de Izabella Galera

As figuras 108 e 109 mostram-nas a área de jogos, que tem sua apropriação consolidada por um grande grupo de senhores que vem diariamente jogar xadrez e baralho no parque. Este “largo” está localizado ao lado do Núcleo da Polícia Militar, constituindo o espaço com sua ocupação mais legítima, que sobrevive ao longo dos anos.

Podemos perceber na figura 110 e 111 que o *playground* para crianças encontra-se em ótimo estado, sendo outro ponto de grande ocupação. O mesmo foi projetado com um balão central, para rememorar o histórico evento em o Balão Granada saiu do Passeio Público, no início do séc. XX.



Figura 86: Playground com brinquedo desenhado para lembrar o Balão Granada
Foto de Izabella Galera - dezembro de 2013



Figura 111: Playground
Foto de Izabella Galera - junho de 2014

Outro evento relevante na vida do Passeio Público é a Feira de Produtos Orgânicos, que acontece todos os sábados das 7h00 às 13h00. Essa feira chega a receber aproximadamente 1.000 frequentadores, atraindo não só o público cativo da vizinhança, mas também pessoas de todas as partes da cidade. É interessante notar que é um público que em outros dias da semana não costuma frequentar o Passeio, vem aos sábados para a feira. A Feira de Orgânicos é uma iniciativa da Prefeitura de Curitiba que busca fomentar o desenvolvimento sustentável junto a pequenos produtores e pequenas cooperativas.



Figura 87: Feira de Orgânicos e Artesanato aos sábados de manhã
Foto de Izabella Galera - junho de 2014



Figura 88: Feira de Orgânicos e Artesanato aos sábados de manhã
Foto de Izabella Galera - junho de 2014



Figura 89: Cercamento projetado por Bouvard em mau estado
Foto de Izabella Galera - junho de 2014

De um modo geral, o cercamento do Passeio Público encontra-se em bom estado: entretanto, ao longo da Rua Carlos Cavalcanti, o cercamento projetado por Bouvard, tombado pelo patrimônio histórico está quebrado (figura 114).



Figura 90: Mapa de Apropriação s/ escala
Mapa elaborado pela autora

Analisando a concentração dos frequentadores do Passeio Público em diferentes dias da semana, elaborou-se um mapa de apropriação que elucida bem a área onde o parque tem seu maior agrupamento de pessoas.

Conforme se expõe na figura 115, o local de maior reunião de pessoas fica na parte lateral ao longo da Rua Carlos Cavalcanti, com um perfil de usuários específico: nessa região, quem mais se apropria do local são os idosos que vão, diariamente, em horários distintos, jogar xadrez e baralho. Conforme já comentado anteriormente, este uso é um dos mais legítimos e consolidados que o Passeio

Público abriga, delimitando bem um tipo de usuário estável dentro da vida deste espaço público.

Na área central do parque, o uso mais intenso fica por conta do *playground*, o qual tem um poder catalizador para a apropriação, atraindo crianças acompanhadas de seus responsáveis para a região. A área conta também com sanitários, terrário, aquário e boa parte dos animais do Passeio. Com todos estes equipamentos, a região atrai a maior parte dos frequentadores do parque, e também o maior número de ambulantes.

A região marcada no mapa com a cor roxa é a “alameda central” que divide os lagos, e tem um uso mais voltado para a contemplação e descanso. Nessa área ficam mais adultos buscando uma “folga” da cidade, casais de namorados, leitores, etc. Outro tipo de apropriação que permeia o entorno e boa parte interna do Passeio Público é a prática de exercício físico. Todo o perímetro pontilhado com a cor vermelha apresenta movimentação de pessoas que vão ao parque para correr ou fazer caminhada, ocupando o parque em locais menos movimentados.

Toda a fração do Passeio Público na extensão da Rua Luiz Leão, ao lado do Lago e Viveiro dos Macacos, apresenta poucos usuários ao longo do dia. Um motivo é que a parte administrativa do Passeio Público e Veterinária se encontra nesta região. Outro motivo é a falta de atrativos e a baixa circulação de pessoas na rua. Há permanência de pessoas apenas no encontro com a Avenida João Gualberto, onde se localiza o “cicle Jaime”, ponto de aluguel de bicicleta e lanchonete, e de uma academia ao ar livre.

3. RELAÇÃO ENTRE OS PARQUES: PASSEIO PÚBLICO (CURITIBA) E PARQUE AMÉRICO RENNÉ GIANETTI (BELO HORIZONTE)

3.1. Análise/ Comparações

Para fazer a análise dos parques, foram divididos os parâmetros ponderados em três aspectos a serem aprofundados: Físico, Biótico e Antrópico; como complemento à análise, compararam-se as entrevistas concedidas pelos gestores dos dois parques.

Para início do cotejo, é válido mencionar alguns dados (as tabelas 7 e 8) dos dois municípios e suas respectivas regiões metropolitanas, na tentativa de compreender questões fundamentais para sua demanda de espaços públicos.

Região Metropolitana de Belo Horizonte	Minas Gerais	34 municípios	5. 414.701 habitantes
Região Metropolitana de Curitiba	Paraná	29 municípios	3.223.836 habitantes

Tabela 7: Aspectos Físicos Regiões Metropolitanas
Tabela elaborada pela autora com base no Censo 2010 e IBGE

Cidade	População	Área	Densidade	PIB	Renda	IDH
Belo Horizonte	2.375.444 hab.	330,954 km ²	7.200 km ²	51,6 bilhões	2.174,8 per capita	0,810
Curitiba	1.746.896 hab.	434,967 km ²	4.025 km ²	50,3 bilhões	2.889,59 per capita	0,823

Tabela 8: Aspectos Físicos e Socioeconômicos dos municípios estudados
Tabela elaborada pela autora com base no Censo 2010 e IBGE

Constata-se, mediante as informações apresentadas nas tabelas acima, que a grande diferença entre Belo Horizonte e Curitiba está na densidade populacional. Os dois municípios apresentam áreas próximas, tendo Curitiba aproximadamente 134 km² a mais que Belo Horizonte. A população metropolitana de Belo Horizonte

tem 2.190.865 habitantes a mais que a população da Região Metropolitana de Curitiba. A capital mineira também conta com uma população bem maior do que a de Curitiba, apresentando uma densidade de 7.200 hab./km² contra 4.025 hab./km² da capital paranaense.

A diferença populacional entre as duas capitais justifica a maior demanda por serviços básicos, espaços públicos e pela complexidade estrutural de Belo Horizonte, o que se reflete na procura por espaços de lazer.

São evidentes as semelhanças entre os parques no que tange ao aspecto físico, como localização, idade, área e topografia. Os dois parques se desenvolvem à margem dos rios mais importantes de cada cidade: em Curitiba, o Rio Belém e em Belo Horizonte, o Ribeirão Arrudas.

O Passeio Público de Curitiba tem 128 anos e o Parque Municipal de Belo Horizonte, 117 anos. Por serem ambos os parques oriundos do discurso urbanístico do séc. XIX, há também similitude no estilo paisagístico, nas propostas de infraestrutura urbana que se aplicavam nas cidades, no discurso político, etc.

PARQUES		PASSEIO PÚBLICO CURITIBA	PARQUE MUNICIPAL BELO HORIZONTE
ORIGEM		02 de maio de 1886	12 de dezembro de 1897
IDADE		128 anos	117 anos
LOCALIZAÇÃO		Rua Carlos Cavalcanti X Avenida João Gualberto X Rua Presidente Faria. Centro - Curitiba	Avenida Afonso Pena, s/n, Rua da Bahia, Avenida Carandaí, Alameda Ezequiel Dias e Avenida dos Andradas. Centro – Belo Horizonte
ASPECTOS FÍSICOS:	ÁREA	69.285m ²	180.000 m ²
	TOPOGRAFIA	Relevo plano Situado a margem do Rio Belém	Relevo Plano Situado à margem direita do Ribeirão Arrudas

Tabela 9: Aspectos Físicos

Tabela elaborada pela autora

É importante ressaltar a localização destes parques, pois esta questão influencia muito em sua apropriação. Os dois estão inseridos na área central de suas respectivas capitais, mas com diferenças cruciais entre si.

O Parque Municipal está inserido entre duas grandes avenidas muito movimentadas, tanto por carro, quanto por pedestres. Como podemos observar na

Figura 116 e 117, a Avenida Afonso Pena é o grande Bulevar de Belo Horizonte, com muitos edifícios institucionais inseridos em frente ao parque, como a Prefeitura, Casa da Justiça, Conservatório de musica, Palácio das Artes (este dentro dos limites do parque), Instituto de Educação, etc. A Avenida dos Andradas abarca uma grande quantidade de linhas de ônibus da Região Metropolitana, sendo trajeto obrigatório diário para milhões de pessoas.

A área hospitalar também mantém um grande número de pessoas, durante o dia, pela região. Como resultado deste entorno, o fluxo de pessoas nessa área é muito grande, seja simplesmente para atravessar de um lado para o outro, cortar caminho, flunar, fazer esportes, leitura, lazer, etc. O Parque Municipal absorve boa parte desses sujeitos.

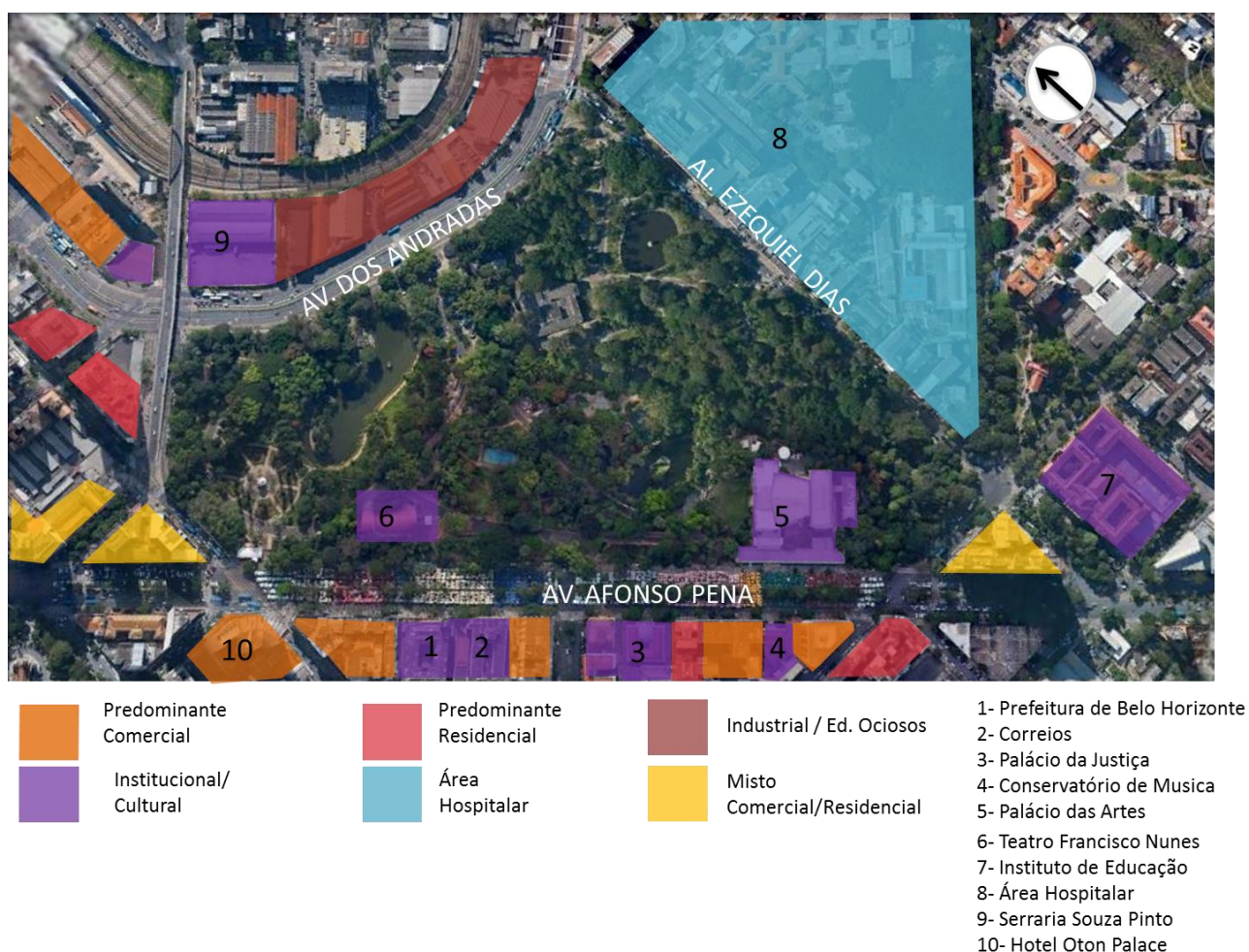


Figura 91: Entorno imediato do Parque Municipal com os principais edifícios, s/escala
Mapa elaborado pela autora.

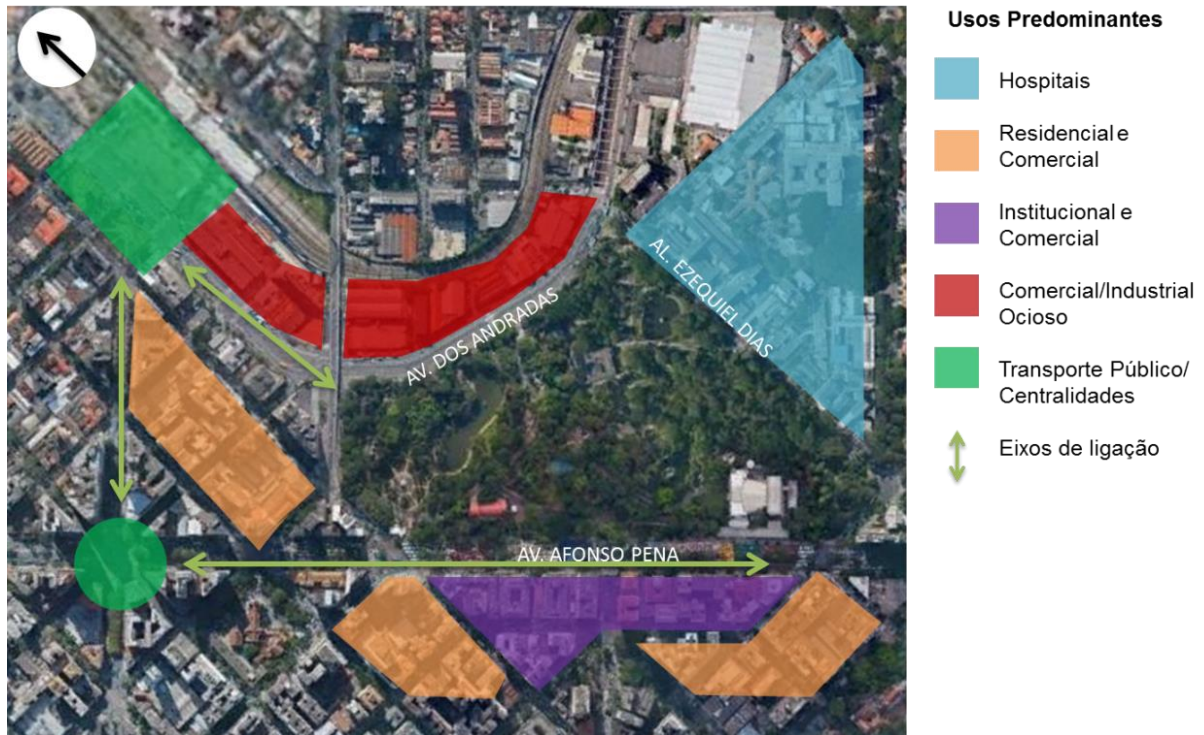


Figura 92: Entorno Parque Municipal s/ escala
Mapa elaborado pela autora

O Passeio Público (figura 118), ainda que inserido na região central de Curitiba, tem em seu entorno imediato um predomínio de Edifícios Residenciais, com pequeno comércio, em alguns casos. A Rua Presidente Faria é onde passa a canaleta do Ônibus Biarticulado, o BRT. Por menor que seja esse corredor, acaba criando uma barreira para quem transita a pé. Na mesma quadra há uma escola, alguns pequenos prédios antigos e um prédio de classe média alta.

Na Rua Luiz Leão, limitam com o Passeio o Colégio Estadual, o Círculo Militar e a Casa do Estudante Universitário, todos edifícios que já foram parte do Passeio Público. O que mais chama a atenção, neste caso, é que nenhum desses edifícios tem integração ou comunicação com o Passeio Público: a rua tem função predominante de circulação de carros, com poucos pedestres.

A Praça Santos Andrade, cuja circulação de pessoas é muito maior, por mais próxima que esteja do parque, não interfere na vida do Passeio Público.



Figura 93: Entorno imediato do Passeio Público s/ escala
Mapa elaborado pela autora

Os pontos em comum que os entornos dos dois parques apresentam são, principalmente, a área hospitalar, em Belo Horizonte, e o Hospital das Clínicas em Curitiba. Entretanto, a proximidade imediata da área hospitalar de Belo Horizonte com o Parque Municipal é imediata; já no caso do Passeio Público há uma distância de duas quadras, fator que faz perder muito de sua integração com o lugar.

Tanto o Colégio Estadual de Curitiba, quanto o Instituto de Educação, em Belo Horizonte tem em seu caráter histórico e físico, as mesmas características.

Oferta de transporte coletivo, área comercial próxima, teatros, etc., todos estes usos são compatíveis na localização dos dois parques. O que realmente faz com que um tenha relação maior com o entorno é a integração que alguns edifícios têm com o parque e, principalmente, a característica das vias de acesso que, no caso de Belo Horizonte, têm muito mais pedestres do que no caso do Passeio Público.

Outro parâmetro de grande relevância, sobretudo no que tange à manutenção e custo do parque, é a área. O Passeio Público tem aproximadamente 70.000m², enquanto o Parque Municipal tem 180.000m². Se comparadas as áreas com os demais parques, tanto em Curitiba, como em Belo Horizonte, podemos afirmar que eles estão próximos entre si, principalmente por lidarmos também com áreas muito maiores em outros parques. Mas cotejados entre si, o Parque Municipal tem quase três vezes o tamanho do Passeio Público, o que por sua vez, reflete no custo de manutenção, na oferta de diferentes equipamentos como Teatro, Quadra de tênis, Quadra Poliesportiva, um antigo Colégio, atraindo assim diferentes tipos de uso e mais pessoas ao parque.

O parâmetro relacionado ao aspecto físico mais importante é a capacidade de carga, apresentada abaixo mediante a entrevista com os gestores dos parques. Quando se perguntou ao Diretor do Departamento de Parques da Área Sul de Belo Horizonte, Homero Brasil, sobre um limite de carga no Parque Municipal, este frisou uma limitação de carga para eventos culturais, que acontecem constantemente no Parque Municipal o qual, muitas vezes, sofre um impacto negativo com uma sobrecarga. Devido a questões assim, descritas na tabela abaixo pelo gestor, o limite para um evento no Parque Municipal é de 6.000 pessoas.

Já no Passeio Público, a carga limite apontada pelos entrevistados é de 5.000 pessoas, justificando que em eventos culturais que contaram com aproximadamente 20.000 pessoas no parque, houve sobrecarga, mesmo que sem impacto negativo, a circulação de pessoas ficou prejudicada.

Questão: Qual a capacidade do Parque?	
Homero Brasil	Walquiria e Denilson
Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	SMMA Curitiba Passeio Público
O Parque Municipal não tem capacidade de receber eventos acima de 6.000 pessoas . Apesar de ele ser muito grande, quando se faz um evento, há uma concentração muito grande em uma determinada área, e isso realmente dá um impacto ambiental negativo muito grande. Por exemplo, a alterosa era um programa para as crianças, e ficava um rastro de destruição muito grande. Então, 2008 foi o último ano.	5.000 pessoas Porque quando teve o evento da Vinada, 15.000 pessoas é muita gente pisando na grama, tem bastantes agressões ali. Extrapolou a capacidade de carga.

<p>Conversei com os organizadores e promotores e falei, olha o parque municipal não tem condições de receber um evento como este com 50.000 pessoas. Principalmente eventos que são anunciados em televisão, ficam um arraso. Agora nós temos eventos tipo Conexão Vivo, que realmente limitamos a 6.000 pessoas em uma determinada área. A Noite Branca, que teve no Parque Municipal, no ano de 2011, parece, ou 2012: Foram 100.000 pessoas. Também foi um formato que não podemos fazer mais. Ou seja, se for fazer Noite Branca, vamos, mas vamos limitar a 6.000 pessoas para o parque inteiro, não ficar com o portão aberto para 100.000 pessoas, que realmente foge e escapa do controle. O impacto é tão negativo que no dia seguinte é sujeira, lixo, pisoteamento. Recentemente nós assinamos um TAC, termo de ajuste de conduta, do Ministério Público, limitando a só 24 eventos noturnos no Parque Municipal por semestre.</p>	
--	--

Tabela 10: Resposta Entrevistados - Capacidade de Carga dos Parques

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados.

No que tange aos aspectos bióticos, a linha eclética apresentada nos dois parques é definida pelos traçados orgânicos, uso de vegetação exuberante e lagos sinuosos com pontes e chafarizes.

Esta vegetação exuberante, com uma mescla de mata nativa com vegetação exótica apreciada tanto no Parque Municipal, quanto no Passeio Público (tabela 11).

PARQUES		PASSEIO PÚBLICO CURITIBA	PARQUE MUNICIPAL BELO HORIZONTE
ASPECTOS BIÓTICOS	FLORA	Árvores nativas e exóticas como o carvalho, o cipreste, a paineira, o jacarandá, o plátano, o ipê-amarelo, a canela e o eucalipto.	Diversificada, com representatividade de várias espécies vegetais do país, assim como espécies exóticas que foram implantadas na época de sua inauguração.
	FAUNA	Sabiá, tico-tico e canário-da-terra, coleirinha, chupim, pica-pau, sanhaço,	Bastante rica, em se tratando de ambiente urbano, com predominância

		pombo, joão-de-barro e garça branca.	de diversas espécies de aves.
	RECURSOS HÍDRICOS	Rio Belém	Ribeirão Arrudas e Acaba Mundo

Tabela 11: Aspectos Bióticos

Tabela elaborada pela autora

O Parque Municipal (figura 119) apresenta uma diversidade muito grande de árvores centenárias em todo o seu limite, sendo algumas delas frutíferas, como por exemplo, a jaqueira. Na época em que essa dá frutos, os mesmos são distribuídos para a população. Outra característica da vegetação do parque é a quantidade de canteiros com herbáceas, helicônias, filodendros, bromélias e trepadeiras em geral. Este tipo de vegetação comporta-se muito bem em áreas sombreadas, oferecendo textura e variação de cores para o espaço, mas apresenta uma complexidade maior em sua manutenção.



Figura 94: Vegetação Parque Municipal

Foto de Izabella Galera, setembro 2013

O Passeio Público, por sua vez, apresenta grande quantidade de árvores centenárias, área gramada, samambaias e algumas plantas ornamentais. Entretanto, se comparadas com o Parque Municipal, a complexidade e variedade de plantas é menor (figura 120).

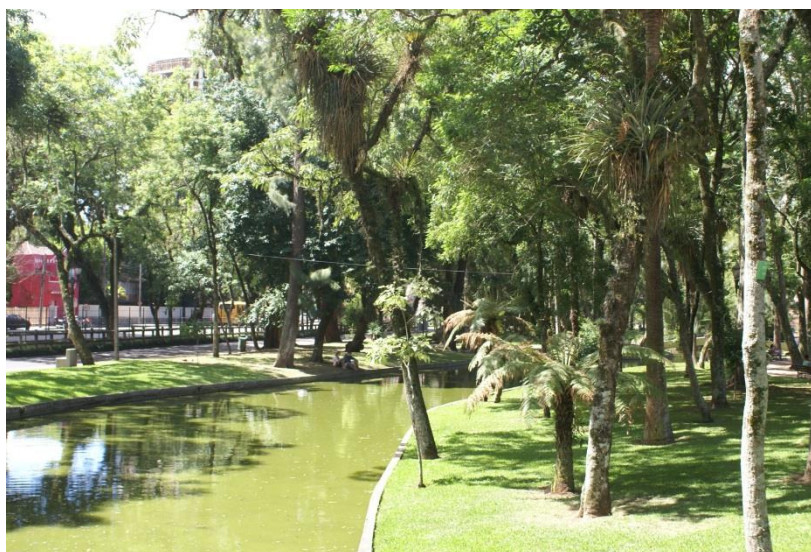


Figura 95: Vegetação Passeio Público
Foto de Izabella Galera, dezembro 2013

Em 2002 foi elaborado o Parque 21, um Programa de Revitalização e preservação do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Os principais conflitos da Fauna e Flora diagnosticados no parque foram:

- A. Risco de queda de árvores;
- B. Infestação de cupins e outras pragas;
- C. Presença expressiva de fauna doméstica no parque, predadora de inimigos naturais das pragas que prejudicam a vegetação;
- D. Falta de sistema de irrigação;
- E. Falta de mão-de-obra qualificada para o manejo da vegetação;
- F. Falta de máquinas e ferramentas adequadas para a manutenção;
- G. Solo degradado e pobre em matéria orgânica;
- H. Manejo inadequado dos resíduos vegetais.

Dos problemas apontados pela pesquisa, o sistema de irrigação já foi inserido no parque, a mão de obra atualmente é terceirizada, e a saúde das árvores foi analisada.

Há pouco tempo, mais precisamente em 2011, o Parque Municipal chamou a atenção da mídia local devido a um óbito ocorrido com um visitante, ocasionado pela queda de uma árvore. Diante disso, a segurança do parque decidiu fechar as portas para eliminar os riscos de novos acidentes. Após uma análise completa da saúde

das árvores, e poda de cerca de 280 árvores, processo que durou dois meses, o parque foi reaberto.



Figura 96: Viveiro de Aves no Passeio Público
Foto de Izabella Galera, dezembro 2013

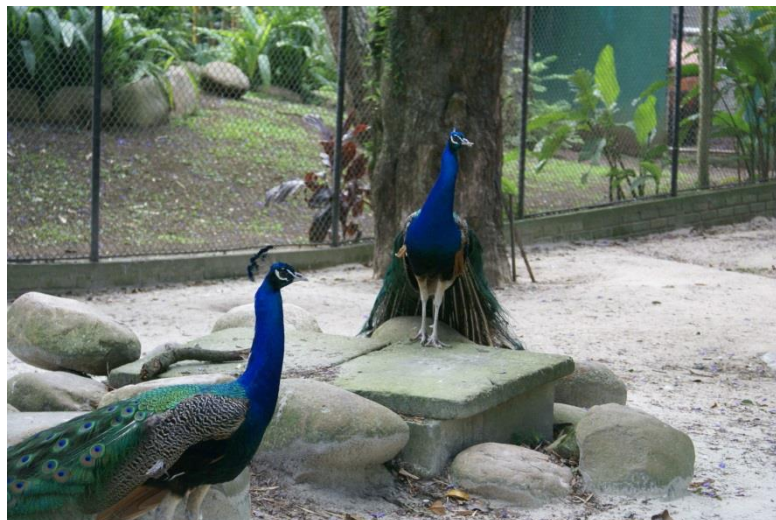


Figura 97: Aves do Passeio Público
Foto de Izabella Galera, dezembro 2013

Por contar com um pequeno zoológico com aves diversas, alguns répteis, um aquário e um viveiro de macacos, pode-se afirmar que a fauna do Passeio Público tem uma grande variedade. O viveiro dos animais está em bom estado, mas em alguns casos deveria ser maior, como vemos na figura 121 e 122. Além dos animais do zoológico, o parque apresenta grande quantidade de aves e peixes nos lagos.

O Parque Municipal apresenta uma diversidade muito grande de animais habitantes do espaço. Em estudo apresentado pelo projeto Parque 21, observou-se uma grande quantidade de peixes, aves (gansos, patos), insetos etc. O grande desafio exposto no estudo concerna à fauna doméstica, mais precisamente, aos gatos.

A fauna doméstica existente no parque, sobretudo os gatos, são predadores de aves, lagartixas, lagartos, morcegos insetívoros e anfíbios, justamente os principais inimigos naturais dos insetos, alguns dos quais constituem hoje sérias pragas que atacam principalmente as árvores, colocando em situação de risco o patrimônio natural da cidade (Parque 21, 2002).

O aspecto comparativo relacionado ao meio antrópico é onde nós vemos a maior diferença entre os dois parques, no que diz respeito à quantidade de público visitante. Os demais parâmetros se aproximam bastante, principalmente o perfil do usuário, os equipamentos oferecidos e a regulamentação patrimonial.

PARQUES		PASSEIO PÚBLICO CURITIBA	PARQUE MUNICIPAL BELO HORIZONTE
PARÂMETROS			
ASPECTOS ANTRÓPICOS	APROPRIAÇÃO DURANTE A SEMANA	500 a 1.000/ dia	7.000/ dia
	APROPRIAÇÃO FINAIS DE SEMANA	5.000/ finais de semana.	Sábado: 10.000 Domingo: 20.000
	REGULAMENTAÇÃO	Em 1974, o portal concebido por Antoine J. Bouvard foi tombado, considerado Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado. Em 1998, o Passeio Público foi tombado pelo Estado como patrimônio histórico.	Decreto de Tombamento do Parque – IEPHA/MG nº 17.086, de 13 de março de 1975.
	UNIDADES RECREATIVAS (Cultural, Esportes, Infantil, Apoio e Lazer).	Restaurante, <i>playground</i> , aquário, terrário, sanitários, rинque de patinação, ponte pênsil, casa da guarda, pedalinhas, pista para caminhadas, ciclovia, bicicletário, Zoológico de pequenos animais.	Teatro Francisco Nunes, <i>Playground</i> , Parque de diversões pago, Quadra de Tênis, Quadra Poli esportiva, Barcos, pista de caminhadas, Academia ao ar livre, Coreto, Lanchonete, Lambe-Lambe, pista de patinação.
	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	Terça-feira a domingo, das 06 às 20 horas.	Terça-feira a domingo, das 06 às 18 horas.

	REFORMAS/ REVITALIZAÇÕES	Foi proposta pelo IPPUC uma reforma em todo o Passeio Público, projeto barrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pelo Patrimônio do Estado do Paraná, devido a não levar em conta o tombamento do parque. No final de 2013, o Passeio Público passou por intervenções pontuais como o recapeamento da pista de caminhada e a revitalização da Ponte Pênsil.	Foi elaborado o novo Plano Diretor do Parque Municipal. A restauração do Teatro Francisco Nunes foi finalizada e está em andamento a construção do Espaço Cultural, onde era o antigo Colégio IMACO.
--	-----------------------------	--	--

Tabela 12: Aspectos Antrópicos

Tabela elaborada pela autora

Com respeito ao número de visitantes nos parques por dia, e nos finais de semana, o Passeio Público apresenta uma quantidade bem menor que a do Parque Municipal, o que pode ser justificado principalmente pelo Passeio ser menor do que o Parque da capital mineira, pelo entorno imediato, que tem menos pedestres do que no entorno do Parque Municipal, e pelo estereótipo negativo em que muitos Curitibanos ainda acreditam.

O número de visitantes varia ainda mais entre os parques durante os fins de semana, devido à demanda por lazer e espaços públicos da população belo-horizontina ser atendida principalmente por esse logradouro. O Parque Municipal abarca 60% dos visitantes de todos os parques municipais oferecidos em Belo Horizonte, o que se explica principalmente pelo acesso a transporte coletivo em seu entorno. Em Curitiba, este número aumenta principalmente aos sábados, quando boa parte de seus usuários vai à Feira de Orgânicos. Entretanto, o principal fator que compromete o número de visitantes do Passeio Público é a oferta de outros Parques Urbanos, já muito consolidados na vida do Curitibano, que costumam receber muitos usuários por fim de semana. Outro fator importante apresentado pelos gestores é a falta de um estacionamento para carros, o que acaba fazendo o cidadão optar por outro espaço público.

É relevante mencionar que a procura por parques urbanos em Curitiba advinda dos cidadãos é muito grande, e que a qualidade destes parques é um fator essencial para esta apropriação.

De outro lado, a imagem de ambos os parques está gravada no imaginário da população, pois eles remontam à história de Curitiba e de Belo Horizonte: o sentimento de nostalgia vincula-se ao sentimento de pertencimento ao lugar.

Para Tuan (1980, p. 07), cada indivíduo percebe o espaço e se relaciona com ele de maneira particular. Segundo o autor, a percepção de cada um compreende um elo afetivo entre o indivíduo com seu meio físico. Esta ligação é reforçada pelos aspectos culturais, pois o lar é visto como um lugar íntimo, bem como a cidade natal, o que nos permite afirmar que tanto o Passeio Público como o Parque Municipal fazem parte destes referenciais urbanos (FEIBER, 2004, p. 95).

As respostas dadas pelos gestores dos parques à pergunta sobre a influência da frequência nos logradouros são muito próximas: ambos entrevistados garantem que a frequência intensa não prejudica o parque. No caso de Belo Horizonte, o entrevistado afirma que o que pode prejudicar o parque são o mau uso e vandalismo. Em Curitiba, é evidente que a frequência intensa é um anseio dos gestores; mencionou-se que alguns eventos culturais recente chegaram a ter uma sobrecarga, mas sem prejudicar o parque:

Questão: No que a frequência intensa pode prejudicar o parque?	
Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
A frequência não prejudica o parque. O que prejudica o parque é o mau uso por parte de uma pequena parcela da população como vandalismo, “arte” e depredações, principalmente as extrações físicas.	O Passeio não chega a ser tão ocupado a ponto de ter uma frequência intensa como gostaríamos. Ultimamente, tivemos dois eventos com sobrecarga no parque, mas não chegou a prejudicá-lo. Na verdade, o que a gente quer é que o passeio seja mais ocupado mesmo.

Tabela 13: Resposta dos entrevistados à questão: “No que a frequência intensa pode prejudicar o parque?”

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

No mesmo sentido da tabela anterior evidencia-se que, para ambas as administrações, quanto mais intenso for o uso, melhor, como responde Homero

Brasil. Os gestores de Curitiba acrescentam que a frequência intensa colabora para que o parque exerça a sua função.

Questão: No que a frequência intensa pode colaborar para o parque?	
Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
Quanto mais intenso é o uso, melhor é para a administração. Nós temos a herança de outros parques que, quando a população não se apodera do espaço público, uma clientela ruim, principalmente ligada a traficantes, ao uso de drogas, toma este espaço.	É para o fim a que se destina. Uma Unidade de Conservação é implantada no meio urbano justamente para atender a melhoria da qualidade de vida da população, pra proporcionar atividades ao ar livre, momentos de lazer, prática de exercício físico, etc. O passeio hoje completa quase que 100% da função a que se destina.

Tabela 14: Resposta dos entrevistados à questão: “no que a frequência intensa pode contribuir para o parque?”

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Com relação ao de horário de funcionamento, os gestores dos dois parques explicam que o aumento da carga horária não é possível. O Parque Municipal funciona das seis horas da manhã às seis da tarde, independente da estação do ano. Para o entrevistado, o aumento deste horário é inviável por motivos financeiros, sobretudo devido ao alto valor de uma vigilância. Após a entrevista, a câmara dos vereadores de Belo Horizonte aprovou a lei para o aumento do horário de funcionamento do Parque Municipal.

Para os entrevistados em Curitiba, a carga horária de seis da manhã às oito da noite, independente da estação do ano, não apresenta viabilidade de ampliação, principalmente pelos cuidados com os animais do parque. Ainda se mencionou que o uso do parque cai muito após as 20h00.

Vale mencionar que recentemente foi aprovado na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte o Projeto de Lei 541/13, que amplia para até 21h o horário de funcionamento do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. O projeto foi aprovado em segundo turno do dia 03 de julho de 2014, e aguarda a aprovação da proposta na Prefeitura de Belo Horizonte.

Questão: Há possibilidade de o parque aumentar o horário de funcionamento (às vezes em horário de verão)?	
Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
Não. O Parque Municipal funciona das 6h da manhã às 18h. Para aumentar o horário teríamos que gastar muito mais com a manutenção, que é extremamente cara. Tem vigilância, exatamente pelo grau de depredação.	Não, por conta dos recintos dos animais. Eles precisam deste sossego, por isso, não tem como ampliar o horário para além das 20h00, que é o período que o parque funciona hoje, independente que seja no inverno ou no verão.

Tabela 15: Resposta entrevistados - Aumento no horário de funcionamento dos parques

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Sobre os maiores conflitos vividos nos parques (tabela 16), Belo Horizonte apresenta como mais significativos a depredação e o vandalismo, que vêm acontecendo, principalmente, pela permanência e uso indevido de um grande número de moradores de rua. Já Curitiba aponta como o maior complicador a adequação do parque a novos usos e perfis de usuários, cujas propostas não estão alinhadas à preservação patrimonial do parque. Outro conflito apresentado é quanto à manutenção da vegetação que muitas vezes acaba desagrada parte da população.

Questão: Quais são os principais conflitos?	
Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
O principal conflito que nós temos é a questão de depredação e vandalismo e, infelizmente, os moradores de rua, que hoje estão em número de 150 a 200, variando . Eles causam um impacto negativo grande, até mesmo pelos maus costumes. Deitam nos bancos, às vezes fazem necessidades em lugar que não se deve e é um impacto realmente negativo	O maior conflito citado na entrevista foi o ajuste do parque a alguns usos como a bicicleta, eventos culturais que em alguns momentos esbarram nos interesses dos moradores do entorno e, principalmente, a adequação destas necessidades a uma proposta de revitalização que não negligencie a questão patrimonial do Passeio Público,

grande.	ou seja, alguns conflitos de interesses. Outro ponto levantado foi a questão da manutenção da vegetação: a poda, ou até mesmo o corte de algumas árvores, não são aceitos pela população.
---------	--

Tabela 16: Resposta entrevistados - Principais conflitos

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

O Parque Municipal em Belo Horizonte é o parque mais frequentado da capital mineira, absorvendo 60% da população que costuma ir a esse tipo de logradouro. Depois do Parque Municipal, os parques mais movimentados são o Parque das Mangabeiras, o Parque JK e o Barragem Santa Lucia, todos localizados na região centro-sul de Belo Horizonte. Na região norte da cidade, o Parque Lagoa do Nado é o mais frequentado.

O Passeio Público, em Curitiba, não está nem entre os 10 parques mais frequentados da cidade. Em primeiro lugar vem o Jardim Botânico, o mais visitado por turistas; o principal parque para o curitibano é o Barigui, seguido do São Lourenço, do Bacacheri e do Parque Tingui. Todos os parques mencionados pelos entrevistados estão inseridos na parte norte da capital paranaense, o que evidencia uma necessidade de promover espaços públicos para a região sul.

Dentre as características das duas capitais, percebe-se que os parques mais apropriados estão concentrados em uma parcela do território, nos dois casos, nas regiões mais abastadas dos municípios. Diante disto, fica clara a necessidade de oferecer e qualificar os parques localizados o na região sul (no caso de Curitiba) e na região norte (no caso de Belo Horizonte).

Questão: Qual a relação de Visitantes comparada a outros Parques Municipais? Quais são os mais frequentados?	
Homero Brasil – Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
Temos parques que têm uma movimentação muito intensa. Depois do parque municipal, temos dois parques cujo movimento muito intenso, o Parque JK e o	Jardim Botânico é o primeiro mais visitado por turistas, por exemplo, parque Barigui é o mais visitado pelos Curitibanos. Mas na nossa experiência

<p>Parque Santa Lucia, que são parques abertos.</p> <p>Temos o Parque das Mangabeiras - enquanto o Parque Municipal recebe 600.000 pessoas/mês - recebemos aqui no Parque das Mangabeiras de 20 a 30.000. É uma diferença muito grande. Exatamente porque eu falei, no parque das mangabeiras as famílias gastariam duas passagens a mais.</p> <p>Na área norte temos o Parque Lagoa do Nado, que também é um parque com uma tradição cultural muito grande. O parque Guilherme Lage, e os parques do Drenurbs, N. S. Senhora da Piedade, Primeiro de Maio, que têm uma frequência muito boa também e são parques bonitos.</p> <p>No Barreiro tem o Parque Burle Marx, que tem também uma vida cultural intensa, uma relação muito grande com as regionais, os movimentos de costureiras, grupos artesanais, grupos folclóricos.</p> <p>E tem agora um parque que está fazendo um sucesso danado, muito bonito, que é o Jaques Cousteau, tá muito bonito mesmo o Parque Jaques Cousteau, a população redescobriu o parque. Redescobriu porque está bonito, todo mundo gosta de coisa bonita e organizada. Como ele tá bonito, com uma pista de Cooper na calçada, é um parque que está muito sendo procurado, inclusive para festa de casamento, aniversário de criança. É um fenômeno que está acontecendo, a classe média tá fazendo festa nos parques. Por exemplo, no último sábado, dia 8 de maio, teve um pedido de casamento no parque serra do curral. E no Aggio Pio Sobrinho, um mês atrás, um casal fez uma recepção. Chama atenção dos outros usuários uma festa de casamento, festa de aniversário, está tendo piquenique, então é uma coisa muito bonita essa apropriação do espaço público.</p>	<p>em relação aos parques, em relação à área, o Passeio Público foi o que eu te falei, as pessoas atravessam o passeio, ou são estudantes, trabalhadores, pessoal da Região Metropolitana.</p> <p>Já consolidado, mas os mais frequentados mesmo é o Jardim Botânico, Parque Barigui, Parque Bacacheri, Parque São Lourenço, Ópera de Arame e Pedreira, agora o Atuba está sendo bastante frequentado, então ele não está entre os 10 mais frequentados. O Bosque do Papa, a linha turismo para ali perto, mas tem o Bosque alemão, mas eu acho que o passeio público tá caminhando.</p>
--	--

Tabela 17: Resposta dos entrevistados - Relação de visitantes dos parques em comparação a outros parques municipais

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

A estrutura administrativa do Passeio Público é feita de forma descentralizada. Quem faz a gestão do parque é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, contando com dois departamentos: o de Pesquisa e Monitoramento da Fauna, inserido no Passeio Público, e do departamento de Parques e Praças, com duas frentes distintas: uma responsável pela manutenção do parque, e outra com projetos. Alguns serviços estão sob a responsabilidade da URBS, enquanto os vendedores ambulantes estão sob a incumbência da Secretaria Municipal de Urbanismo, como mostra a figura 123.

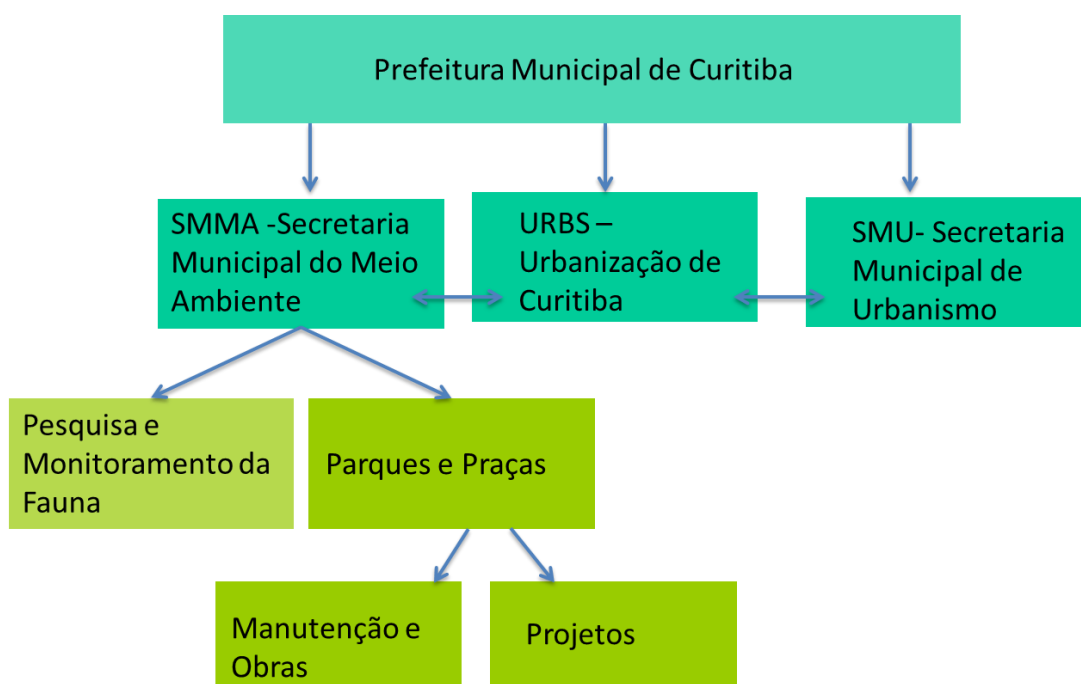


Figura 98: Estrutura Administrativa Passeio Público

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba

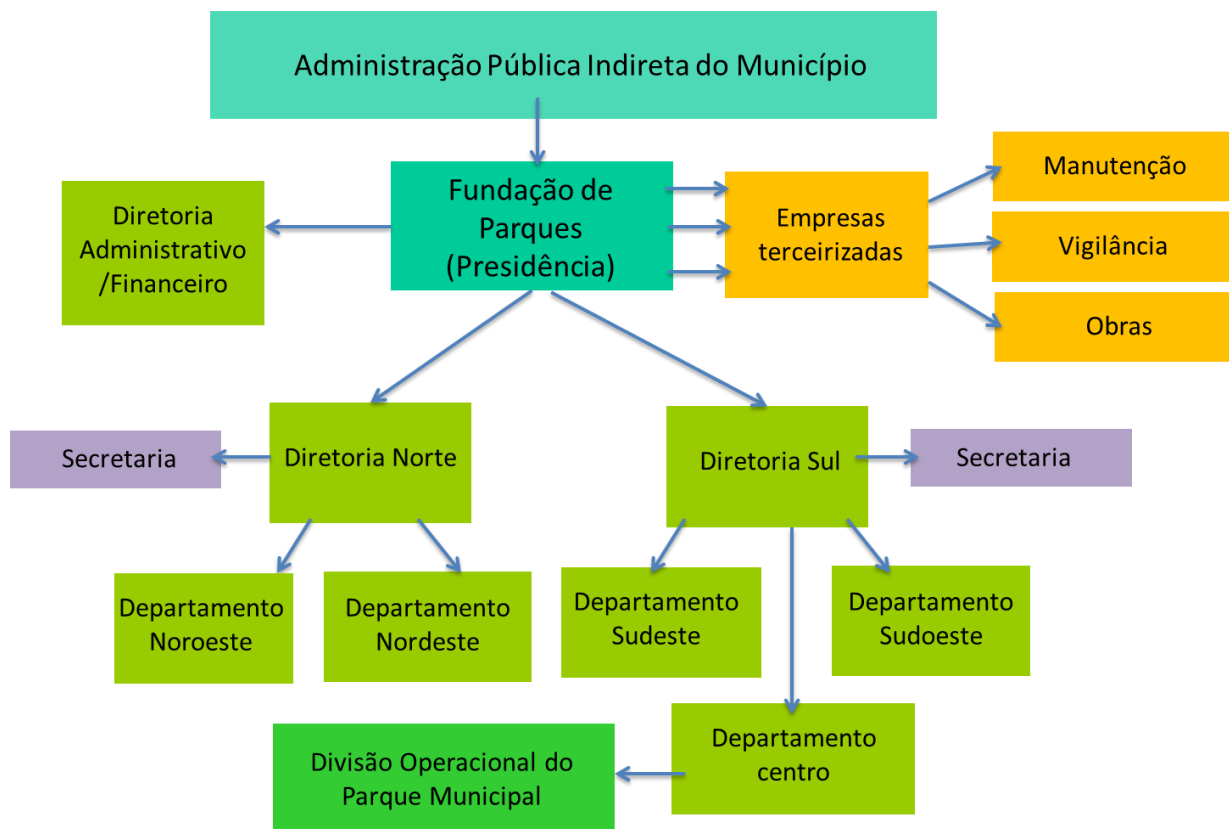


Figura 99: Estrutura Administrativa Parque Municipal

Fonte: Fundação de Parques Municipais

A Fundação de Parques Municipais – FPM – integra a Administração Pública Indireta do Município, vinculando-se à Secretaria Municipal de Meio Ambiente. É constituída por um Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, a qual, por sua vez, é composta pelo presidente e três diretorias (figura 124). Dentro do Departamento Centro da Fundação de Parques, há uma divisão específica para cuidar do Parque Municipal, divisão esta que não existe para os demais parques da cidade.

A tabela abaixo apresenta as respostas dadas pelos entrevistados sobre como é feita a gestão dos parques. A grande diferença entre eles é que, em Belo Horizonte existe uma Fundação de Parques, é vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, integrada à Administração Pública Indireta do Município. Em Curitiba, a administração responde a duas secretarias distintas, vinculadas à Prefeitura Municipal.

Questão: Como é feita a Gestão do parque?	
<p>Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal</p>	<p>Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público</p>
<p>A Fundação de Parques foi criada no ano de 2005. Ela tem duas diretorias. Uma diretoria que cuida dos parques da área norte. E outra que cuida dos parques da área sul.</p> <p>Cada diretoria tem (no caso da diretoria Sul) três departamentos. O departamento Centro, que é um chefe do departamento e dois chefes de divisão. Nós temos em torno de 150 funcionários.</p> <p>A guarda é feita pela guarda municipal, sendo que existem alguns vigilantes terceirizados.</p> <p>A mão de obra é toda terceirizada: poucos da prefeitura que estão se aposentando, ainda estão trabalhando, mas não estão sendo repostos mais. Então a mão de obra é terceirizada, jardineiros, capineiros, quem toma conta dos banheiros.</p>	<p>São várias secretarias que fazem a gestão do Passeio Público, todos vinculados à Prefeitura Municipal de Curitiba, mas cada categoria tem uma administração diferenciada.</p> <p>A maior parte é feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em dois departamentos, um é o Departamento de Pesquisa e Monitoramento da Fauna, que cuida do Zoológico também e dos recintos dos animais e do pequeno hospital veterinário. E, no Departamento de Parques e Praças, cuida da manutenção do Passeio. Os permissionários, que são o pessoal dos restaurantes, são administrados pela URBS.</p> <p>Tem o comércio ambulante, que é administrado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, e tem o cicle Jaime que é da URBS.</p> <p>Então é URBS, SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) e SMMA com dois departamentos diferenciados.</p>

Tabela 18: Resposta dos entrevistados - Como é feita a gestão dos parques
Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Com relação ao orçamento disponibilizado para cada parque, o custo apresentado pelo entrevistado em Belo Horizonte é de 3 a 4 milhões de reais ao ano, em média, totalizando entre 250 a 330.000 reais/mês.

Em Curitiba, os entrevistados explicam que o orçamento mensal disponibilizado para a manutenção de todas as Unidades de Conservação da cidade é de 340.000 reais/ mês, sendo repassado para o Passeio público um valor de 30 a 50.000 reais/mês, em média. Como nesse valor não estão incluso os custos de

manutenção e cuidados com os animais, pode-se afirmar que o custo mensal deve ser mais substancial.

Ainda assim, o custo de manutenção do Parque Municipal é muito maior que o do Passeio Público, como se pode ver na tabela 19.

Questão: Como funciona o orçamento (Tanto para reformas, quanto para manutenção), e qual é a média de gasto anual com o parque?	
Homero Brasil – Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
Nós temos hoje no parque municipal, se você colocar na ponta do lápis todos os seguimentos, por exemplo, tem o pessoal da SLU, tem o pessoal da Guarda Municipal, fica até difícil de fazer um orçamento. Mas eu por alto imaginaria em torno de 3 a 4 milhões de reais/ano.	Não existe uma verba estipulada só pro Passeio Público, a manutenção e o valor gasto estão inseridos junto com a manutenção de outras unidades de conservação. Mas em média nos temos em torno de uns 340.000 mensais para gestão de todos os parques, em torno de 42 unidades de conservação que a gente cuida em relação de roçada e limpeza, manutenção das edificações e equipamento urbano, mas em média a gente disponibiliza deste orçamento para o Passeio Público em torno de 30 a 50.000 mensais.

Tabela 19: Resposta dos entrevistados - Como funciona o orçamento do parque
Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

No que tange às políticas públicas aplicadas nos parques (tabela 20), o Parque Municipal recebe obras e melhorias em sua estrutura devido à compensação ambiental. Em Curitiba, isso ainda não está sendo praticado. Entretanto, recentemente foi aprovado um decreto com a possibilidade de adoção de logradouros públicos; com isso, os entrevistados veem uma possibilidade de disponibilizar a adoção dos lagos. Outras ações vinculadas à prefeitura vêm tomadas, principalmente relacionadas à sustentabilidade, como a redução de consumo e minimização de impactos ambientais.

Questão: Quais são as Políticas Públicas que estão sendo aplicadas no parque?	
Homero Brasil – Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
<p>Em relação à políticas públicas, temos hoje as várias compensações ambientais que acontecem no COMAM¹³, direcionadas para os parques. O Parque Municipal já recebeu vários. Por exemplo, uma das compensações ambientais maravilhosas foi a reforma do Teatro Francisco Nunes, que ficou em torno de 12 milhões de reais.</p> <p>Como reformaram o Teatro, nós da fundação revitalizamos todo o seu entorno com uma vegetação bonita, melhoramos o paisagismo, os jardins, melhoramos os pisos das alamedas que estão todos novos. Essas coisas positivas puxam outras.</p> <p>Tivemos uma parceria com a Associação dos Tenistas que nos ajudou. E no parque municipal pequenas reformas sempre vêm por parte de compensações ambientais</p>	<p>O carro chefe da nova gestão é Sustentabilidade; então, estamos tentando fazer redução de muitos materiais.</p> <p>Atividades tanto de Educação Ambiental aliado a teatro de rua, cada atividade cultural é aliada a questão de Educação Ambiental, o Passeio Público e o Zoológico contam com educação ambiental permanentemente, visitas monitoradas.</p> <p>Está sendo discutido agora é que saiu um decreto ano passado, em 2013, sobre a adoção dos logradouros públicos. Então, no Passeio Público hoje, nosso maior desafio é a filtragem dos lagos, Então este decreto possibilita que empresas possam adotar parte dos parques. Adotar o parque inteiro, ai é uma concessão. Hoje temos o Parque Barigui, a ópera de arame e agora saindo pra Licitação novamente o Jardim Botânico.</p> <p>A gente não vê ainda nos próximos anos uma parceria Público-Privada no Passeio Público. Como falei, são vários órgãos que administram e gerenciam aquele espaço, acho que complicaria um pouco mais, mas a gente vê sim alguma empresa tendo interesse em alguma área do Passeio e adotar.</p>

Tabela 20: Resposta dos entrevistados: Políticas Públicas voltadas para os parques
Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Entre as reformas previstas para o Parque Municipal está o Espaço Multiuso, um local fixo para muitos eventos, localizado na área onde era o antigo Colégio

¹³ COMAM – Conselho de Meio Ambiente do Município de Belo Horizonte

IMACO. As obras, em andamento, têm conclusão prevista para 2015. O projeto de revitalização do parque, também está em curso, focado no melhoramento dos caminhos, dos edifícios, dos lagos e dos equipamentos, em geral. Outro ponto relevante é o estudo do Plano Diretor, que está sendo elaborado.

Em Curitiba, a população espera e pressiona as autoridades para que o Passeio Público seja reformado. O projeto¹⁴, elaborado pelo IPPUC, foi apresentado à população em março de 2014:

O Passeio Público de Curitiba vai ganhar uma grande área destinada às crianças, praça de alimentação, mais ciclovias, novos jardins e uma Praça da Música, além de uma revitalização dos viveiros e do espaço da feira de orgânicos e de uma torre de observação para melhorar a segurança no local. As intervenções fazem parte do projeto de requalificação do Passeio Público, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e apresentado em audiência pública realizada na Câmara Municipal nesta segunda-feira (17).

Apresentado por seu principal mentor, o arquiteto Reginaldo Reinert, e muito bem recebido pelos participantes da audiência, o projeto tem o objetivo de reaproximar a comunidade do Passeio Público, por meio de intervenções que tragam mais segurança ao local, resgatem a importância histórica do primeiro parque de Curitiba e possibilitem uma gama maior de atividades e atrações. “Esse é um projeto aberto, um conceito criado para uma das mais antigas regiões ocupadas da cidade. É um referencial e precisa ser valorizado como tal”, disse Reginaldo Reinert.

Entre as intervenções propostas estão a consolidação de duas ciclovias – a externa, já existente, e outra interna, ao lado da pista de caminhada. A ciclovia interna e a pista de caminhada deverão ter, cada uma, cerca de 3,5 metros de largura. Para aumentar as áreas destinadas a pedestres e ciclistas, a circulação de veículos dentro do Passeio Público será limitada apenas a um local específico para carga e descarga e área de estacionamento de ônibus escolares.

Os postos da Polícia Militar e da Guarda Municipal serão deslocados para a área externa. Dessa forma, além de eliminar o tráfego de viaturas, haverá a possibilidade de ações policiais preventivas no entorno do Passeio. A segurança pública também será ampliada com a instalação de uma torre de observação, na parte central do parque, o que permitirá um monitoramento mais efetivo.

Uma grande área será destinada às crianças, onde será instalado um novo playground e um jogo interativo por meio do qual os pequenos irão conhecer a geografia e a história de Curitiba que poderão ser

¹⁴ Tanto a proposta elaborada pelo IPPUC, quanto o diagnóstico foram solicitados pela autora durante meses, mas não foram disponibilizados pelo arquiteto responsável, ainda que houvesse a autorização da presidência do órgão envolvido. Ele não estava disponível em seu local de trabalho, nem para visita, nem telefone ou mesmo por email. A única informação acessível sobre este projeto é do jornal Gazeta do Povo.

“contadas” pelas aves do Passeio. Os viveiros de pássaros e de quelônios também deverão ser revitalizados. Já o espaço destinado à feira de produtos orgânicos será ampliado e equipado com pontos de água e luz, além de proteção contra a chuva para os clientes que estiverem posicionados diante das barracas. De acordo com a proposta do IPPUC, a Feira de Orgânicos poderá ter sua periodicidade ampliada, ocupando outros dias da semana, além do sábado, de acordo com a avaliação dos feirantes.

Na área central do Passeio Público serão implantados os Jardins das Cores – formados por alamedas repletas de canteiros multicoloridos, preenchidos com flores da estação. Envolvida pelos jardins floridos será instalada a Praça da Música, com espaço para a apresentação de concertos e outros espetáculos. Complementando a proposta artística, o palco flutuante deverá ser reformado (ANTONELLI, 03/2014, s/p).

A proposta apresentada em audiência pública pelo IPPUC não está disponibilizada para as demais Secretarias, por estar ainda em etapa de discussão, sobretudo no que diz respeito à alteração de um bem tombado e protegido, e à legislação ambiental. Enquanto essa “grande reforma” proposta pelo IPPUC não se concretiza, algumas ações já foram tomadas pela Secretaria do Meio Ambiente, como o recapeamento das vias, a reforma da ponte pênsil, da pista de patinação, etc.

Conforme a tabela 21 mostra, os dois parques passam por pequenas e grandes reformas, discussão, manutenção, e empenho em uma melhoria para a população.

Questão: Quais são as reformas previstas?	
<p>Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal</p>	<p>Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público</p>
<p>Para maio do ano que vem (2015) nós teremos o espaço multiuso. E uma coisa ótima, porque vai parar aquele entra e sai de carretas montando tenda, e desmontando tenda. Montando palco e desmontando palco, e vai ser uma coisa física.</p> <p>Por outro lado foi demolido o IMACO, uma construção que teve seu uso educacional muito aproveitado, mas que gerava um impacto negativo e visual com uma construção quadrada, pesada, que parecia mais uma cadeia do que uma escola.</p> <p>Também está em andamento um projeto de revitalização do parque. Que é a redefinição dos brinquedos eletromecânicos, um centro administrativo bacana que vai dar condição mais humana para os ambulantes, para os funcionários do parque, para o pessoal da SLU, com banheiro para os funcionários, para os ambulantes, que hoje existe uma escassez. E a reforma dos próprios sanitários públicos, que vão passar por uma ampla reforma.</p> <p>É uma obra no valor de 12.500.000 que já conseguimos o recurso via o Ministério do Turismo com o Prodetur, Programa de Desenvolvimento do Turismo. Já recebemos um aporte de 957.000 reais, e a Sudecap já está na fase final do processo licitatório.</p> <p>É o primeiro parque a receber um plano diretor, com a duração de um ano. Nós vamos limitar a questão das construções, fazer um plano de manejo, enfim, é um plano diretor muito bacana que está tendo a participação por enquanto, de vários funcionários do Parque Municipal, de arquitetos da empresa, e depois vamos chamar a comunidade para participar também, em determinado momento.</p>	<p>Tem projetos dos mais simples até os mais sofisticados, de interferir na paisagem, mas como ele é protegido pelo patrimônio, o principal conflito que os arquitetos e urbanistas que chegaram na nova gestão se confrontaram. Porque ideias têm muitas, a gente sabe também que eles gostariam de mudar o restaurante, uma série de coisas, até o comercio ambulante, mas ele esbarra com a legislação. Então, a gente está tentando melhorar o que tem e oferecer. Reformas grandes, no momento, não estão previstas. A última reforma que fizemos foi a Ponte Pênsil, que estava a quase 10 anos fechada, reabriu agora, foi feita toda a restauração, e o pessoal pode ir até ali a ilha dos poetas, passear. O paisagismo: o pessoal quer muita flor ali no passeio, quer que mude um pouco o paisagismo, e isto aos poucos a gente vai tentando adequar.</p>

Tabela 21: Resposta dos entrevistados - Reformas previstas

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Ao questionar os entrevistados sobre o que o parque representa para as suas capitais, a memória e a nostalgia são evocadas muita clareza. Para os entrevistados, os parques representam a própria história das pessoas: é nesses lugares que muitos hábitos já quase esquecidos ainda sobrevivem.

Para além do conceito de memória coletiva, os parques representam a ideia dos “lugares de memória”, difundido por Pierre Nora. Onde existe o humano, pode-se afirmar que a Memória estabelece-se, gerando os seus lugares. O historiador francês acredita que um dos pontos mais significativos da cultura contemporânea encontra-se na relação entre o respeito ao passado, seja ele real ou imaginário, e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade (NORA, 2002, s/p).

Questão: O que o parque representa para a cidade?	
<p>Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal</p>	<p>Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público</p>
<p>O Parque Municipal ele tem uma coisa na cidade pra população de Belo Horizonte muito grande. Conforme eu disse no início, ele foi inaugurado em 1897, e até 1982... Então uma grande parte da vida social de Belo Horizonte se conta lá. Os footings, os namoros, que até hoje acontecem. Então, tem grupos, seguimentos sociais que vão aos domingos lá, impreterivelmente, vão lá namorar, conversar, ver os amigos, paquerar, enfim, ele continua com esta dinâmica social.</p> <p>E também o Parque Municipal é um espaço bastante democrático. Durante a semana, a classe média, média alta faz Cooper lá. No final de semana, evidentemente, existe a classe média e média alta lá, existe, na leitura, no ponto de leitura, no coreto, mas evidentemente o grosso da turma é realmente as famílias de classe C e D. Porque não são sócios de clubes, não tem sítios, e tem o parque municipal o seu ponto de encontro.</p> <p>Eu falo que o Parque Municipal é um grande psicólogo social. As pessoas lá, descansam, conversam, e no dia seguinte estão com as baterias recarregadas pra começar a carga diária e pesada que é a vida.</p> <p>O fluxo é constante o ano inteiro. Esta é a grande característica do Parque Municipal. Ele sozinho responde por 60% da frequência de todos os outros 72 parques. Então. É um fenômeno.</p>	<p>O passeio faz parte da vida das pessoas. Eu duvido que um Curitibano nunca tenha passado pelo passeio quando fosse criança.</p> <p>Por mais que a pessoa torça o nariz pro Passeio Público, ele faz parte da vida e da história de Curitiba e dos Curitibanos.</p> <p>Outro ponto é que é um marco histórico no urbanismo também de Curitiba. Não é só porque partiram de exemplo de outras capitais Brasileiras, Rio de Janeiro, Salvador, que já tinha seus Jardins Botânicos, seus Passeios. Aqui teve um diferencial histórico a partir de um projeto urbanístico da cidade. Então ele já se torna um referencial em projeto urbano, por tornar Curitiba como uma questão de melhoria do espaço urbano lá no séc. XIX, acompanhando uma tendência mundial. Pra você ver como é importante pra fundamentar a coisa de que Curitiba é inovadora desde muito tempo. Fora outras inovações que vieram com o Passeio Público.</p> <p>Ele acompanha o crescimento da cidade. No parque, o cavalinho elétrico foi também um dos primeiros do Brasil. Este tipo de gestão de parceria público-privada; também é interessante que o passeio público no início era uma parceria público privada, era cobrada entrada, era gerido por um senhor que fazia funcionar como se fosse uma empresa. Nesta questão, o passeio público é simbólico pra cidade, ele tem esta característica.</p> <p>E a importância do Passeio Público é incontestável, é o primeiro parque da cidade e também teve esta função de contenção de cheias.</p> <p>A história do passado faz parte do espaço presente.</p>

Tabela 22: Resposta dos entrevistados à pergunta “o que o parque representa para a cidade?”

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

Para concluir a análise comparativa dos parques, a última questão apresentada na tabela abaixo se refere à função que o parque deve desempenhar na cidade. Nos dois casos, os entrevistados apontaram o lazer e a cultura, a preservação ambiental e a história que o parque encerra em si como fatores fundamentais:

Questão: Qual o papel e a função que o parque deve desempenhar na cidade?	
Homero Brasil Fundação de Parques de Belo Horizonte Parque Municipal	Walquiria e Denilson SMMA Curitiba Passeio Público
Histórica Cultural Preservação Ambiental	Lazer Contenção de cheias (função inicial) Preservação Ambiental Histórica

Tabela 23: Resposta dos entrevistados à questão: “Qual função que o parque deve desempenhar?”

Tabela elaborada pela autora com base em respostas dadas pelos entrevistados

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques de bairro ou similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso (JACOBS, 2000, p. 97).

As cidades, de um modo geral, possuem símbolos públicos, seja uma praça, seja edifício ou uma avenida os que, por meio de sua visibilidade, conferem imagens de poder e glória às localidades. No que tange à nossa pesquisa, tanto o Parque Municipal Américo Renné Giannetti quanto o Passeio Público, por meio da sua história, constituem-se em marcos referenciais que detêm a memória e a identidade da cidade. Ressalte-se que só é passível de memória aquilo que se transformou e que, portanto, sugere a lembrança, a memória da identidade de ontem (FEIBER, 2004, p. 95).

Em se tratando de desvendá-la, relembremos que a ideia de parque público urbano emergiu no séc. XIX. Na Inglaterra, em 1833, foi apresentado para o parlamento britânico um inventário de fatores que determinavam a necessidade de espaços públicos para os habitantes das cidades, notadamente no relacionado à saúde, ao bem estar, à moral e à diversão da população. Nasceu então a ideia de parque público como lugar de virtudes (SERPA, 2007, p. 80).

Isto fica muito evidente quando vemos que os primeiros parques públicos surgem na Inglaterra e França, no início do Sec. XIX, como os “pulmões” das grandes cidades e um como um filtro das mazelas da sociedade. Ou seja, os parques públicos vêm para melhorar a vida do trabalhador, e principalmente como um meio de controle social, pois ao oferecer a água potável e um local para a família, você tira este cidadão dos locais mal vistos pela sociedade, como bares e casa de jogos, assim distancia-os dos vícios, e principalmente diminui a possibilidade de motins e organizações operárias.

O séc. XIX foi marcado por um crescimento intenso nas cidades, ocasionando superpovoamento e poluição dos meios naturais. Dessa forma, na maioria das cidades europeia, os parques urbanos foram criados como resposta às questões

sanitárias e estéticas das cidades. É neste momento que o parque se afirma como tema urbano, cuja existência vem a ser fundamental para a vida nos grandes centros, passando a fazer parte de uma metodologia de planejamento urbano. Serpa ressalta que “todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam” (Serpa, 2007, p. 69).

Atualmente, os parques públicos centrais têm uma abrangência que extrapola os limites municipais, o que propicia uma pluralidade de frequentadores, vindo a reforçar a importância de uma área verde pública preservada de um alto valor histórico e cultural. Embora esses espaços necessitem de maior manutenção e policiamento, sua imagem está associada à conservação da natureza.

A percepção da imagem de ambos os parques, seja em Belo Horizonte, seja em Curitiba, traduz-se em práticas cotidianas que os tornam de caráter perene. A história do parque faz parte da história da cidade, seus hábitos são constituintes dos hábitos da comunidade, ou seja, o parque reflete o que a urbe vive.

Conforme afirma Serpa (2007, p. 69-70), a temporalidade e as escalas espaciais dos parques são condições necessárias à problematização da discussão da vida desses espaços públicos. O autor aponta dois pontos cruciais a serem discutidos. O primeiro está na necessidade em assegurar a coerência entre a forma e o discurso, o que foi detectado em ambos os parques estudados, pois, atualmente, com sua forma e escala espacial protegida, ambos podem se configurar como espaço democrático ou excludente, dependendo do discurso político e dos diferentes interesses intrínsecos aos espaços públicos.

Não só os parques, mas a cidade de uma forma geral é regida por interesses, que pode vir de cima para baixo, ou seja, do poder público para a população, ou de baixo para cima, vindo da população o empenho por estes espaços, o que tende a dar ao lugar uma legitimidade e poder de permanência maior, principalmente quando interesses especulativos aparecem.

Outro item assinalado por Ângelo Serpa são os valores dos parques, que podem e devem ser sempre revisitados, uma vez que novos valores aos parques podem ser atribuídos e diferentes relações com o espaço público podem ser estabelecidas ao longo de nossa história como sociedade. Ainda segundo Serpa, dois fatores que fazem com que um parque tenha uma interação maior ou menor com a cidade são a acessibilidade e a proximidade, elementos de extrema

importância para o público que frequenta os parques, essenciais para caracterizar o perfil do usuário que frequenta determinado espaço público (2007, p. 76).

Podemos verificar várias características similares entre os parques estudados, uma vez que tiveram origens e trajetórias semelhantes. Ambos, em seus primórdios, eram frequentados pela alta burguesia da época, enquanto às classes menos favorecidas eram destinados locais de lazer fora do núcleo urbano, como as várzeas dos rios e pequenas chácaras afastadas da cidade.

Atualmente, beneficiados pelo transporte coletivo e pelo livre acesso aos visitantes tornaram-se, em uma antítese do passado, uma fonte de lazer e recreação para as classes menos abastadas (FEIBER, 2004, p. 100).

Mais de 60% dos frequentadores de ambos os parques vivem na periferia, muitos em municípios da Região Metropolitana. A acessibilidade, no que se relaciona ao transporte coletivo, justifica muito bem o perfil da grande maioria de frequentadores do parque.

A proximidade, outro fator determinante da vida de um parque, explica, por sua vez, os dois fatores que diferenciam os parques estudados entre si. Primeiramente, cabe explicar o que a proximidade determina no Parque Municipal de Belo Horizonte. Conforme apresentado no capítulo anterior, o Parque Municipal abarca 60% da frequência de todos os parques municipais. Esse dado torna-se ainda mais interessante quando complementado com a informação que Belo Horizonte tem 72 parques municipais.

Há motivos de sobra para que o Parque Municipal seja o parque mais importante e apropriado da cidade, embora seja relevante entender o que faz com que boa parte da população de Belo Horizonte opte pelo parque central na cidade, em vez do parque de seu bairro.

A oferta por parques urbanos em Belo Horizonte é muito significativa. Entretanto, em muitos casos, a qualidade do espaço oferecido, sua manutenção, a oferta de equipamentos e atividades culturais não são feitas da mesma forma que nos parques centrais.

Como apontado por esta pesquisa, a descentralização da oferta de atividades culturais, os investimentos com estrutura física, a iluminação, a segurança, e o paisagismo são de extrema importância para que parques próximos à grande parcela da população sejam mais utilizados.

Os parques de bairro são de extremo valor para a comunidade que vive em seu entorno, podendo, se bem aproveitados, melhorar a qualidade de vida e autoestima de uma vizinhança. Eles têm o potencial de oferecer festas comunitárias bairro, feiras, assembleias, atividades físicas, e qualidade ambiental e estética para uma região.

O parque curitibano objeto deste estudo, o Passeio Público, tem um bom fluxo de visitantes por dia, embora tenha capacidade e intenção de aumentar o número de frequentadores. Para isso está, por parte da prefeitura, investindo em oferta de pequenos eventos culturais, de feiras, em sua manutenção, na qualidade do espaço físico, e em seu policiamento. Em consenso com essa postura, população e mídia local têm a intenção de “ocupar o Passeio Público”, despertando nos habitantes de Curitiba a reflexão do uso este espaço público, sua memória e seu valor.

O que pode vir a justificar a apropriação do parque no que se relaciona à proximidade é que, ainda que os moradores e trabalhadores do entorno tenham contato com o parque, boa parte da população de Curitiba encontra em parques maiores, muito bem conservados, em regiões mais próximas de suas casas, como uma facilidade maior de permanência.

Os praticantes de esportes a céu aberto, como corrida, skate ou bicicleta e as pessoas que levam animais domésticos para os parques, encontram no Parque Barigui, no Parque São Lourenço e no Parque Bacacheri, boas estruturas para suprir sua relação com o espaço público.

Curitiba tem torno de 41 unidades de conservação: em sua história e postura política, uma tradição em cuidar e oferecer parques urbanos como discurso urbanístico, como fio condutor de uma política ambiental, como atividade turística e, pode-se afirmar, cultural, também. Como proposta da atual gestão municipal, pretende-se ampliar e oferecer mais unidades de conservação ambiental, e parques na parte sul do município.

A qualidade de boa parte dos parques urbanos de Curitiba é inquestionável e legítima, refletindo que grandes partes dos usuários dos parques urbanos na cidade optam por parques mais próximos de suas casas, em detrimento de um parque central. Outra justificativa apontada para esta questão é a oferta de estacionamento para carro, que não há no Passeio Público, e acaba por justificar o porquê de uma parcela da população não ir ao logradouro.

Ao discutir sobre a questão da relação do histórico e sua relação com as novas demandas da cidade contemporânea, é justo refletir em como fazer coexistir as suntuosas floreiras dos parques históricos com áreas de lazer infantil e seus brinquedos de cores fluorescentes, sem ferir a estética que convém a um sítio histórico. Serpa (2007, p. 77) afirma que o usuário é, como os criadores dos parques urbanos, um agente no espaço do qual ele se apropria. A utilização dos parques urbanos é ordinária, cotidiana, banal.

Isto justifica muito dos conflitos que vivemos nos parques históricos, como os caminhos abertos naturalmente pelo fluxo de transeuntes nos parques, que não fazem parte do traçado original, pela retirada de flores, pela pesca, enfim, pela apropriação natural feita pelos usuários. Constata-se, nesta pesquisa, uma necessidade muito grande de os novos usos não desprezem as funções do passado: para tanto, deve-se investir principalmente em educação ambiental e patrimonial, para que o parque tenha, sobretudo, um caráter educativo sem perder, nunca, sua função de lazer.

Um conflito mencionado principalmente em Belo Horizonte é o da presença dos moradores em situação de rua, que territorializam determinadas áreas dos parques urbanos. Para esta questão, tão delicada e profunda, entendo que uma política de assistência social mais ativa e progressista pode ter resultados positivos. É evidente a necessidade urgente de que a Assistência Social atue em conjunto com a Fundação de Parques Municipais, e outros órgãos públicos, no sentido de não expulsar este tipo de frequentador do parque, mas oferecer-lhes atividades, não só no Parque Municipal, mas em outros pontos da cidade, ou seja, um trabalho mais aprofundado com esta população que vem, de forma geral, crescendo exponencialmente nas ruas de Belo Horizonte.

Isto prova que o parque público – apesar de suas características de lugar de controle e pacificação social- não está protegido do mundo que o rodeia (afina, porque haveria de estar?). Ao contrário, ele serve de caixa de ressonância, de eco para o mundo ao seu redor. Longe de neutralizar as dissonâncias urbanas, ele é o espelho que as reflete (Serpa, 2007, p. 79).

Conforme o objetivo apontado no início da pesquisa, ao se observar no que os parques podem agregar valor à vida dos grandes centros, cabe mencionar que o parque, como espaço de natureza, é um estruturador de vínculos e relações sociais

e deve ser encarado como um antídoto para todos os males. Além disto, ele se afirma por integrar os bairros no tecido urbano, por melhorar a qualidade de vida de determinada região, bairro ou cidade, e por resolver conflitos sociais por meio de intervenções espaciais. São essas as razões que justificam a pertinência da questão frequentemente colocada por planejadores e usuários, da abertura ou do fechamento dos parques públicos (SERPA, 2007, p. 84).

O parque representa, sobretudo atualmente, um lugar de socialização e urbanidade, sendo a apropriação do espaço público um ato de liberdade e um direito que deve ser reivindicado por todos os cidadãos, não só pela oferta, mas também pela qualidade deste espaço, e o que ele pode oferecer.

Algumas considerações finais feitas sobre o uso dos parques aponta que sua apropriação se dá primeiramente pelas crianças as quais, por serem acompanhadas por adultos, levam boa parcela dos usuários ao parque, em um tempo de permanência bom. Esse público interage com boa parte do território oferecido nos parques, embora sejam mais concentrados nos *playgrounds*, nas áreas gramadas para piquenique, no zoológico e nos lagos, para andar de barco ou pedalinho ou dar comida aos peixes.

Para o uso infantil, tudo o que puder ser ofertado para fortalecer o laço que as crianças têm com os parques deve ser feito, procurando sempre se renovar no que diz respeito a brincadeiras, buscando diversas formas de estímulo e interação. O parque é um símbolo da infância, faz parte da história das cidades e da própria imagem do que é ser criança. É quase antinatural não relacionar a palavra parque e ideia de infância, brincadeiras, esconde-esconde, trenzinho, lambe-lambe, descobertas, pipoca, balão, domingo e lazer.

O uso voltado para a prática de exercício físico vem se legitimando ao longo da história das cidades, principalmente pelo fato de as pessoas necessitarem praticar esportes, encontrando nos parques um local para este fim. Os usuários jovens observados nos dois parques vão geralmente pelos motivos relacionados à prática de exercício físico, como tênis, futebol (os jovens das escolas próximas vêm no horário do intervalo ou após a aula para jogar bola), corrida, etc.

Com o uso cultural, vem um tipo diferente de jovem para o parque. É outro público, que surge atraído pela oferta de *shows*, feiras, teatro, dança. Essa oferta de eventos culturais nos parques atrai um público que geralmente não tem o hábito de

frequentar os parques nos fins de semana, mas ao se relacionar com o espaço pelo uso cultural, acaba criando um laço mais forte com o espaço.

Acredito que a oferta de *shows*, teatro, orquestra sinfônica, feira de orgânicos, cortejo, toda a forma de manifestação cultural que for oferecida nos parques, tem o poder de trazer um pouco da cidade para o parque, e muito do parque para a cidade. Esta interação é fundamental e muito rica, no sentido em que faz do espaço público um palco para as mais diversas formas de manifestação.

Constata-se também a necessidade de estudar e limitar a capacidade destes eventos para não ter impactos negativos, criando estratégias de divulgação, horários e manutenção para que os impactos sejam minimizados ao máximo.

Recentemente, no último Conexão BH que aconteceu no Parque Municipal, regras voltadas a utilização de copo individual no evento fez com que a geração de resíduos diminuísse muito. Além disso, todas as embalagens utilizadas foram recolhidas diretamente pela Asmare (Associação de catadores de lixo), para fim de reciclagem. Dessa forma, o evento minimizou muito o impacto no parque, e fomentou a economia criativa.

A contemplação, o mais antigo dos usos contidos nos parques, pode ser percebida por idosos que vão aos parques para ler seus jornais há anos; por pessoas que em seus horários de brecha do trabalho, vão ao parque para conseguir se desconectar um pouco da correria que é a vida, pelo antigo *flâneur* de Walter Benjamin (este quase extinto nos dias atuais, mas um sobrevivente que pode ser encontrado nos parques), pelos casais de namorados, enfim, por quem faz do parque um espaço de contemplação, do desfrute de bons bancos, de uma sombra, de áreas gramadas, de água potável e de segurança, que já atendem bem este tipo de uso. Nunca faltarão motivos para se sustentar e manter a vida de um parque, principalmente um parque central, histórico, cultural, plural e democrático.

Um dos maiores desafios identificados no Parque Municipal de Belo Horizonte apresenta-se na estrutura física que, pelo alto custo de sua manutenção, expõe uma necessidade de melhoria em vários pontos. No caso do Passeio Público, o maior desafio detectado foi a necessidade de aumento do número de frequentadores no parque, o que deverá acontecer principalmente quando mais atividades forem oferecidas no parque e sua imagem de local inseguro e mal frequentado seja revertida, e seja dado o valor que este parque tem na cidade.

Em ambos os casos, as administrações estão se estruturando e criando alternativas para que estes desafios sejam superados. Nota-se nos últimos anos uma preocupação maior tanto pelos poderes locais, quanto pela população, ao reivindicar a melhoria nos espaços públicos e a sua ocupação.

Muitos desafios surgiram ao longo da história dos dois parques, e muito já se conseguiu avançar. Ao mesmo tempo, acredita-se que novos desafios ainda surgirão para estes parques, principalmente no que diz respeito à especulação e pressão imobiliária. Por isso, é válido ressaltar que pesquisas nesta área sempre serão importantes, que a administração pública tem o dever de estar atenta a todas as transformações da cidade, cuidando para que os espaços públicos se mantenham sempre democráticos e principalmente, que a população não se afaste de um lugar que é seu por direito na cidade.

Ao identificar as políticas públicas voltadas aos Parques Urbanos, cabe aqui ressaltar que o parque exige primeiramente ter uma linguagem comum e uma conciliação de interesses. Esse é o maior desafio não só no que diz respeito ao espaço público, mas principalmente a toda a cidade, a qual frequentemente está sendo estruturada como uma empresa, com políticas voltadas ao lucro de pouca fatia da população, com processo de especulação imobiliária e exclusão de diferentes camadas da sociedade.

De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o “mundo urbano exterior” e se inscrevem num contexto geral de “visibilidade completa” e especulação. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados a diferentes instâncias do poder local – verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário-, os novos parques tornam-se importantes instrumentos de valorização fundiária (Serpa, 2007, p. 26).

Buscando de forma particular, apontar um caminho para os parques, acredito que um olhar interdisciplinar para os problemas, a abertura para a participação popular, políticas que agreguem os interesses do planejamento urbano, valores paisagísticos, ambientais, históricos e educacionais consigam articular e realizar melhorias constantes nos parques.

Há uma necessidade de aproximar cada vez mais o cidadão de sua vida urbana, à vida cívica, ao que se faz em espaços públicos. Aproximar a vida do cidadão a seus parques, e que estes parques possam oferecer, além de bem-estar,

uma oportunidade do cidadão também se responsabilizar e respeitar aquele espaço, buscando melhorias em um amplo processo de discussão e informação, voltado para os interesses da população da forma mais humana possível.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. V. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Departamento de Geografia, Curitiba.
- ANTONELLI, D. *Um plano para o Passeio Público*. 18/03/2014. Disponível em <gazetadopovo.com.br:http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/ocupe-passeiopublico/conteudo.phtml?tl=1&id=1454964&tit=Um-plano-para-o-Passeio-Publico>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BERTRAND, G.. **Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico**. Toulouse, v. 39, n° 3, p. 249-272, 1968
- BEVERIDGE, C. **A park for the people: New York's Central Park was designed to expose all social classes to the civilizing force of natural beauty. (Designers Frederick Law Olmsted & Calvert Vaux)**". *Natural History*, New York, v. 92, p. 28-39, Aug. 1983. In: MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BOYER, C. M. **Sustainability and the city**. In TEUTONICO, J. M; MATERO, F. **Managing Change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.
- BRASIL. Código Florestal. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.
- BROWNE, K.; WHITAKER, B. **Parks for People**. New York: Schocken Books. 1973. 142p
- CARDIELOS, J. P. **A Construção de uma Arquitetura da Paisagem**. Universidade de Coimbra, 2009.
- CASTELNOU, A. M. N. **“Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo”**. Em: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53073, dez. 2006
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009. p.191 a 195.
- _____. (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____ **Modelos Cambiantes: Planejamento, Gestão e Organização do Espaço Urbano.** Pará: XII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano regional.

CUSTODIO, V. **Segregação, fragmentação e segmentação.** In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA-LATINA, X, 2005, São Paulo. Anais do X EGAL. São Paulo: FFLCH/USP - Depto. de Geografia, 2005. p. 1-16.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Parque Municipal**, crônicas de um tempo. Belo Horizonte, CVDR, 1992.

CONTINENTINO, L. *Plano de urbanização de Belo Horizonte.* Conferência realizada no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo. Revista Mineira de Engenharia, Belo Horizonte, nº 25/26, p. 41-59, mar./abr.1941.

CONZEN, M. P. **The study of urban form in the United States.** Urban Morphology, v. 5, nº 1, p. 3-14, 2001.

CONZEN, M. R. G. *The Havel towns: townscapes of the Havel region, exemplified by Rathenow.* In: CONZEN, M. R. G. (Ed.). **Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998.** Oxford: Peter Lang, 2004 a. p. 83-100.

CORREA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, S. A. P. *A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima.* **Paisagem e Ambiente**, nº 25, p. 55-76, 2008.

DOURADO, G. M. **Belle époque dos jardins.** São Paulo: SENAC, 2011.

FEIBER, S. D. **Área verdes urbanas imagem e uso** - o caso do Passeio Público. R. Revista RA´E GA, n. 8, p. 93-105, Curitiba: UFPR,

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. 100 anos de modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte.* Belo Horizonte, 2001. v.1: Políticas públicas.

_____. *Centro de Estudos Históricos e Culturais. Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano na cidade de Belo Horizonte (1894-1960):* Belo Horizonte, 2004. (mim.)

GANEM, R.; LEAL, Z. M. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (org.). **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo.** Brasília: Garamond Universitária. 57 a 71 p.

GNOATO, L.S. *Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. Algumas premissas teóricas do Plano Wilhelm-IPPUC*. 05/2006. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351. Acesso em: 14 jul. 2014

GRANZ, G. **The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America**. The Mit Press. Cambridge, Massachusetts: London, England. 1982. 344p.

IBAMA, **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. –Brasília: MMA, 2007, 124p. ; 29 cm. (Serie Áreas Protegidas de Brasil, 5)

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano Diretor 2004: o planejamento urbano de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KEENE, J. C. *The links between Historic Preservation and Sustainability: an Urbanist's Perspective*. In: TEUTONICO, J. M; MATERO, F. **Managing Change: sustainable approaches to the conservation of the built environment**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991. 432p.

LEAL, G. **Estudo Revela Estilo dos Parques Brasileiros**. O Estado de São Paulo. 17/10/2000.

LUDKE, M, ANDRÉ, Mi. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. EPU. São Paulo: 1986

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2. Edifício São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Quapá).

MACIEL, M.C; PARQUE 21 - Programa de revitalização e preservação do Parque Municipal Américo René Giannetti . **Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2003**

MACIEL, M. C; COSTA, S. A. P; ÁLVARES, L. C; TEIXEIRA, M. V; COIMBRA, V. B C; SIMÃO, K. M C; PERNA, S. A; GODINHO, L. R. **Parques Públicos de Belo Horizonte**. São Paulo, p 51-73, 2009 (Paisagem Ambiente, ensaios. N- 26).

MAGALHÃES, B. A.; ANDRADE, R. F.. **Belo Horizonte - Um espaço para a República**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.

MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Espaço livre - objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n° 21, p. 175-198, 2006(a). 150

_____. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 21, p. 199-213, 2006(b).

MARCHIORI, R. *Passeio é popular, mas pouco visitado*. 07/05/2013. Disponível em <gazetadopoco.com.br: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/ocupe-passeio-publico/conteudo.phtml?id=1370033&tit=Passeio-e-popular-mas-pouco-visitado>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

Marcuse, P. **Cities in quarters**. In: Bridge, G.; Watson, S. (orgs.). *A companion to the city*. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: a experiência de Curitiba**. Curitiba: Papyrus, 2001.

MOUDON, A. V. **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. *Urban Morphology*, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997.

NORA, P. *Reasons for the current upsurge in memory*. 2002-04-19. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2002-04-19-nora-en.html>. Acesso em 02 abr. 2014

OLIVEIRA, M. *Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques*. *Revista paranaense de desenvolvimento econômico e social*, n. 88, 1996.

RABINOVITCH, J. *Como construir hoje o amanhã das cidades*. *Revista Veja*, edição 1 681, 27 dez. 2000. p.138-141.

PBH. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Programa Parque 21 – Parque Municipal: Um mosaico muito colorido*. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Parque Municipal (Relatório de pesquisa), 2002.

REGO, R.; MENEGUETTI, K. S. **A respeito de morfologia urbana: tópicos básicos para estudos da forma da cidade**. *Acta Scientiarum Technology*, Maringá, v. 2, p. 123-127, 2011.

- RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: Pensando o Ambiente Humano**. Belo Horizonte: Rona, 2000. 396p.
- RICOEUR, P.. **La memoria, la Historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
- SÁNCHEZ, F. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANTA ROSA, J. B. **Belo Horizonte - "Cidade Jardim" à utopia de um urbanismo ajardinado: os planos urbanísticos de 1895 e 1935**. 2002. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. 3. Edifício São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **A Metamorfose do espaço habitado**, São Paulo, 1988.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. **O uso do método comparativa nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v.9, p.49-87, 1998.
- SEGAWA, H. **Ao Amor do Público: Jardins no Brasil**. Studio Nobel, FAPESP: São Paulo, 1996.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SILVA, L. J. M. **Parques Urbanos: A Natureza na Cidade - uma análise da percepção dos atores urbanos**. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2003. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.
- SOUZA, A. et al. **A Qualidade de Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Zarah. 1984. 101p.
- TAVEIRA, E. **Políticas Públicas de Proteção Ambiental no Espaço Urbano: o caso do Parque Municipal das Nascentes do Mindú**. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA/CCA/UFAM: Manaus – AM. 2010.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- VELASCO, J.M. A. **Ciudad y Espacios Verdes**. Madrid, 1971. Serviço Central de Publicaciones. Ministerio de la Vivienda.

WWF, World Wide Fund for Nature, 1994, **Subsídios para Discussão, Workshop Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação**, Brasília, DF.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001. 300p.

ANEXOS

Anexo A

Entrevista Dissertação de Mestrado – UFMG

“OS PARQUES DO SÉC. XIX EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA: Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte”

Entrevista com Homero Brasil, Diretor do Departamento de Parques da Região Sol de Belo Horizonte, em 14 de maio de 2014, no Parque das Mangabeiras.

(Izabella) Qual é o papel e a função do Parque Municipal (que ele desempenha) na cidade?

(Homero Brasil) Bom, o Parque Municipal ele é emblemático na cidade de Belo Horizonte. Primeiro porque ele foi o primeiro Parque a ser fundado em 1897 e até 1982 ficou reinando sozinho, como o único parque. Então neste período todo ele ficou profundamente gravado na consciência da população Belo Horizontina como um parque Cultural, que ali tem manifestações como Capoeira, Musica, Folia de Reis, espetáculos Circense de grupos de rua, então a questão cultural é muito forte. Depois o concerto do parque que foi fundado em 1978 é um dos programas culturais mais longevos de BH.

Segundo é a questão Ambiental. Ele é de uma importância vital porque ele ajuda a fazer um grande corredor ecológico entre as várias áreas de BH. As aves (ou árvores?) vêm da Região Leste, para o Parque Municipal, para o parque das Mangabeiras. Ele é um refugio de uma fauna silvestre ainda remanescente que temos lá de muitas aves.

Então nós estamos falando da questão ambiental, da questão cultural, da importância, por exemplo, do microclima da cidade de Belo Horizonte, que em determinados dias, a temperatura no entorno do parque chega a ser de 2° ou 3° graus abaixo que a temperatura da praça sete, enfim, o parque tem uma importância muito grande pra cidade.

(Izabella) Tá ótimo!

(Izabella) A outra questão aqui é no que diz respeito desta frequência intensa do parque, que geralmente acontece no final de semana, o que prejudica o parque desta questão mais da intensidade?

(H.B.) Olha, na verdade a frequência não prejudica o parque. O que prejudica o parque é o mau uso feito de uma pequena parcela da população, tem vandalismo, arte e depredações. Principalmente nas estações físicas. Na questão ambiental, até que não existem grandes depredações. A população aprende a acostumar. Mas por outro lado nos temos que conter a população com algumas cerquinhas ali, algumas cerquinhas lá. Senão a pessoas atravessa no meio dos canteiros e isto realmente atrapalha.

Agora, o uso intenso do Parque Municipal é até bom. Nós achamos interessante, porque quanto mais a população (PAUSA)...

O uso intenso não é um impacto negativo, o impacto negativo é o mau uso como eu acabei de falar na entrevista.

(Izabella) É, até a terceira pergunta é No que vai colaborar. No que o uso intenso vai colaborar no parque.

(H.B.) Colabora sim. Porque nos temos a herança de outros parques que quando a população não apodera do espaço público, uma clientela ruim, principalmente ligada a traficantes, uso de drogas, é pior. Então quanto mais intenso é o uso, melhor é para a administração.

E nós temos que conviver com isto no Parque Municipal porque o parque por ele ser central, as famílias, principalmente nos finais de semana, e aí vamos dizer um casal típico com dois filhos, eles gastam apenas uma passagem para vir do Bairro para cá. Ao passo que outros parques tipo o Mangabeiras, por exemplo, que é um parque bonito, grande, com uma capacidade muito grande de receber visitação, ele é um pouco menos (visitado), porque as famílias que frequentam os parques gastariam duas passagens. Então você considerando uma família com quatro pessoas, são oito (passagens) por dia. Então isso pra quem ganha dois salários mínimo/mês, pesa realmente.

(Izabella) Então você acha, assim, porque tô falando até porque é uma coisa que eu estou notando, como uma característica, que uma das questões do parque municipal no final de semana ser tão frequentado é a questão do transporte coletivo?

(H.B.) Sim, com certeza é. Tanto é que nos finais de semana, logo após o pagamento, o uso é mais intenso. Na segunda semana após o pagamento, cai um pouquinho. E terceira semana cai mais e na quarta muito mais. Depois começa de novo o ciclo.

(Izabella) Ótimo. Então está bom.

(Izabella) A outra pergunta eu queria saber sobre o horário de funcionamento. Tem alguma possibilidade ou estudo de aumentar este horário de funcionamento?

(H.B.) Não, Não tem. O Parque Municipal funciona das 6h da manhã às 18h. Pra aumentar o horário nós teríamos que gastar muito mais com a manutenção, que é uma coisa extremamente cara. Tem vigilância. Exatamente pelo grau de depredação, tem que colocar pessoas nos sanitários públicos. Lá nos temos três baterias de sanitários públicos masculino e três femininos. Então são seis banheiros. Então teria que colocar um em cada banheiro. Então realmente seria um custo muito elevado passar pra um uso noturno.

E isto aí nós já tivemos vários projetos e todas às vezes esbarra na questão do custo de manutenção.

(Izabella) É. Isto realmente é verdade.

(H.B.) Agora, seria uma coisa ótima.

(Izabella) É, por exemplo. Eu vejo em Londres que no horário de verão eles aumentam. Os parques não são abertos 24h, destes que eu estudo do Séc. XIX. Só o Central Park. Até por uma característica física. Mas assim, às vezes em horário de verão aumente, só que tudo reflete em quanto de dinheiro tem no país.

(Izabella) A gestão como que é feita?

(H.B.) Bom. Pra gerir os 73 parques da fundação dos parques municipais nós temos a Fundação que foi criada no ano de 2005. Ela tem duas diretorias. Uma diretoria que cuida dos parques, vamos dizer da área norte. E os parques da área sul. Cada diretoria tem, no caso da diretoria Sul tem três departamentos. O departamento Centro, que é uma chefe do departamento e dois chefes de divisão. Nós temos em torno de 150 funcionários. A guarda é feita pela guarda municipal, sendo que existem alguns vigilantes terceirizados. E a mão de obra é toda terceirizada, poucos da prefeitura que estão aposentando, ainda estão trabalhando, mas não estão sendo repostos mais. Então a mão de obra é terceirizada, jardineiros, capineiros, quem toma conta dos banheiros.

(Izabella) Tá legal. E a SLU cuida da limpeza.

(H.B.) Ah, existe também no caso do parque municipal um grupo remanescente da SLU, que já está com idade avançada, acima de 55 anos, cuja produtividade é pequena, e que a SLU terceirizou uma serie de outros serviços, mas mantém este grupo também. Mas é um grupo que caminha para a extinção, sendo que quando aposentados, não são repostos.

(Izabella) Os principais conflitos que você enxerga no Parque?

(H.B.) Olha, por incrível que pareça, o parque municipal ele tem cerca de 40 ambulantes, quatro permissionários da lanchonete, dos brinquedos e dos burrinhos. Essa turma nós convivemos relativamente muito bem. O principal conflito que nós temos é a questão de depredação e vandalismo e infelizmente os moradores de rua, que hoje estão em numero de 150 a 200 variando. E que causam um impacto negativo grande, até mesmo pelos maus costumes. Deitam nos bancos, às vezes fazem necessidades em lugar que não se deve e é um impacto realmente negativo grande.

(Izabella) Tem algum projeto, alguma coisa relacionada à Ação Social?

(H.B.) É, realmente alguns problemas tem moradores de rua, ou quem mexe com droga, não é uma politica da Fundação de parques. É uma política do governo municipal, estadual e federal. Então é um sistema amarrado que precisa melhorar isto ai.

(Izabella) É, com certeza. Quais políticas públicas, que tem várias como adora o verde, etc., que está sendo aplicadas no Parque Municipal?

(H.B.) Nós, em relação a políticas públicas, nós temos hoje as várias compensações ambientais que acontecem no Comam, são direcionadas pros parques. O Parque Municipal

já recebeu vários. Por exemplo, uma das compensações ambientais maravilhosas foi a reforma do Teatro Francisco Nunes, que ficou em torno de 12 milhões de reais. Um teatro bonito, bacana, e que uma coisa puxa a outra. Como reformaram o Teatro Francisco Nunes, nós da fundação revitalizamos todo o seu entorno com uma vegetação bonita, melhoramos o paisagismo, os jardins, melhoramos os pisos das alamedas que estão todos novos. Então essas coisas positivas uma puxa a outra.

(Izabella) E esta construção agora do Espaço Multiuso, eu até tô acompanhando, mas vi que está com tapume ainda.

(H.B.) É, vai demorar mais ou menos um ano. Pra maio do ano que vem nós teremos o espaço multiuso. É uma coisa ótima, porque vai parar aquele entra e sai de carretas montando tenda, e desmontando tenda. Montando palco e desmontando palco, e vai ser uma coisa física.

Por outro lado foi demolido o IMACO, que era uma construção que teve seu uso educacional muito aproveitado, mas que gerava um impacto negativo e visual com uma construção quadrada, pesada, que parecia mais uma cadeia do que uma escola.

E hoje este espaço multiuso é uma construção bonita do arquiteto Gustavo Penna, leve, bacana, que interage com a paisagem. Vai ter um terraço, que a pessoa vai subir nesse terraço e usufruir dessa paisagem do parque. Ele é todo vazado, a estrutura onde fica o público é longe do palco, uma coisa maravilhosa, um projeto bonito, que assim que ficar pronto nós poderemos ver a Orquestra Sinfônica tocar no parque para 4 a 5 mil pessoas assistindo os shows teatrais e musicais. Uma coisa maravilhosa.

E também está em andamento um projeto de revitalização do parque. Que é a redefinição dos brinquedos eletromecânicos, um centro administrativo bacana que vai dar condição mais humana para os ambulantes, para os funcionários do parque, para o pessoal da SLU, com banheiro para os funcionários, para os ambulantes, que hoje existe uma escassez. E a reforma dos próprios sanitários públicos, que vão passar por uma ampla reforma.

É uma obra no valor de 12.500.000 que já conseguimos o recurso via o Ministério do Turismo com o Prodetur, Programa de Desenvolvimento do Turismo. Já recebemos um aporte de 957.000 reais, e a Sudecap já está na fase final do processo licitatório.

(Izabella) Tá ótimo. A outra pergunta era sobre reforma, estão já foi respondida.

Só, a Marieta até comentou que está sendo elaborado um Plano Diretor pro Parque.

(H.B.) Ah, esta é a grande novidade. É o primeiro parque a receber um plano diretor. Com a duração de um ano. Nós vamos limitar a questão das construções, fazer um plano de manejo, enfim, é um plano diretor muito bacana que está tendo a participação por enquanto, de vários funcionários do Parque Municipal, de arquitetos da empresa, e depois nós vamos chamar a comunidade para participar também, em determinado momento.

(Izabella) Bacana. Eu vou querer participar também.

O que parque representa pra cidade, mais ou menos a primeira questão, mas se tiver alguma coisa mais.

(H.B.) O Parque Municipal ele tem uma coisa na cidade pra população de Belo Horizonte muito grande. Conforme eu disse no início, ele foi inaugurado em 1897, e até 1982... Então uma grande parte da vida social de Belo Horizonte se conta lá. Os footings, os namoros, que até hoje acontecem. Então tem grupos, seguimentos sociais que vão aos domingos lá, impreterivelmente, vão lá namorar, conversar, ver os amigos, paquerar, enfim, ele continua com esta dinâmica social.

E também dizer que o Parque Municipal é um espaço bastante democrático. Durante a semana, a classe média, média alta faz *Cooper* lá. No final de semana, evidentemente, existe a classe média e média alta lá, existe, na leitura, no ponto de leitura, no coreto, mas evidentemente o grosso da turma é realmente as famílias de classe C e D. Porque não são sócios de clubes, não tem sítios, e tem o parque municipal o seu ponto de encontro.

Eu falo que o Parque Municipal é um grande psicólogo social. As pessoas lá, descansam, conversam, e no dia seguinte estão com as baterias recarregadas pra começar a carga diária e pesada que é a vida.

(Izabella) Além desse fluxo de final de semana, e da semana. Tem um fluxo por ano que modifica, por exemplo, férias escolares, alguma coisa que aumenta?

(H.B.) Sim, Sim. Olha eu não diria que aumenta não. É interessante que uma parcela de Belo Horizonte vai embora pro interior. Uma parcela do interior vem pra cá. Então acaba se equilibrando, o fluxo é constante o ano inteiro. Esta é a grande característica do Parque Municipal. Ele sozinho responde por 60% da frequência de todos os outros 72 parques. Então é um fenômeno.

(Izabella) É ótimo. Até bom a gente saber disso.

O orçamento. Reforma a gente já comentou e manutenção. Eu sei que a manutenção é bem alta.

(H.B.) É, nós temos hoje no parque municipal, se você colocar na ponta do lápis todos os seguimentos, por exemplo, tem o pessoal da SLU, tem o pessoal da Guarda Municipal, fica até difícil de fazer um orçamento. Mas eu por alto imaginaria em torno de 3 a 4 milhões de reais/ano.

(Izabella) E tem investimento externo. Por exemplo, que nem o Teatro foi o Unimed fez todo o restauro. Eu até ouvi uma história, não sei se é isso mesmo, sobre a quadra de tênis que foi reformada.

(H.B.) Sim, tivemos uma parceria com a Associação dos Tenistas que nos ajudou. E no parque municipal pequenas reformas sempre vêm por parte de compensações ambientais.

(Izabella) A relação dos visitantes do parque municipal com os demais parques. Quais parques conseguem, depois do parque municipal, abarcar essa população, essa demanda de lazer.

(H.B.) Olha, nós temos parques que tem uma movimentação muito intensa. Vamos lá. Na diretoria sul, onde eu sou o diretor. Depois do parque municipal, nós temos dois parques que tem o movimento muito intenso, que é o Parque JK e o Parque Santa Lucia, que são parques abertos.

Temos o Parque das Mangabeiras que enquanto o Parque Municipal recebe 600.000 pessoas/ames. Nós recebemos aqui no Parque das Mangabeiras de 20 a 30.000. Então é uma diferença muito grande. Exatamente porque eu falei, no parque das mangabeiras as famílias gastariam duas passagens a mais.

Na área norte nós temos o Parque Lagoa do Nado, que também é um parque com uma tradição cultural muito grande. O parque Guilherme Lage, e os parques do Drenurbs, N. S. Senhora da Piedade, Primeiro de Maio, que tem uma frequência muito boa também e são parques bonitos.

(Izabella) No Barreiro algum que você lembre?

(H.B.) No Barreiro tem o Parque Burle Marx, que tem também uma vida cultural intensa, uma relação muito grande com as regionais, os movimentos de costureiras, grupos artesanais, grupos folclóricos.

E tem agora um parque que está fazendo um sucesso danado, muito bonito, que é o Jaques Cousteau, tá muito bonito mesmo o Parque Jaques Cousteau, a população redescobriu o parque. Redescobriu porque está bonito, todo mundo gosta de coisa bonita e organizada. Como ele tá bonito, com uma pista de Cooper na calçada, é um parque que está muito sendo procurado, inclusive para festa de casamento, aniversário de criança. É um fenômeno que está acontecendo, a classe média tá fazendo festa nos parques. Por exemplo, no ultimo sábado, dia 8 de maio, teve um pedido de casamento no parque serra do curral. E no Aggio Pio Sobrinho, um mês atrás, um casal fez uma recepção lá. Chama atenção dos outros usuários uma festa de casamento, festa de aniversário, tá tendo piquenique, então é uma coisa muito bonita essa apropriação do espaço público.

(Izabella) A capacidade. Tem uma capacidade limite do Parque Municipal?

(H.B.) Tem. Principalmente pra eventos. Eu costumo dizer assim. Se você tem um ou dois casais de amigos, você faz uma festa no seu apartamento. Se são 10 ou 15 casais, você vai para um salão de festas do seu prédio. Se são 200 pessoas ou 300 pessoas, você aluga um sítio ou um lugar qualquer. Então o Parque Municipal não tem capacidade de receber eventos acima de 6.000 pessoas.

Porque apesar dele ser muito grande, quando se faz um evento, há uma concentração muito grande em uma determinada área, e isso realmente dá um impacto ambiental negativo muito grande. Por exemplo, a alterosa no parque, era um programa para as crianças, e ficava um rastro de destruição muito grande. Então em 2008 foi o último ano. Conversei com os organizadores e promotores e falei, olha o parque municipal não tem condições de receber um evento como este com 50.000 pessoas. Principalmente eventos que são anunciados em televisão, ficam um arraso.

Agora nós temos eventos tipo Conexão Vivo, que realmente nós limitamos a 6.000 pessoas uma determinada área. A Noite Branca, que teve no Parque Municipal, no ano de 2011 parece ou 2012. Foram 100.000 pessoas. Também foi um formato que não podemos fazer mais. Ou seja, se for fazer Noite Branca, vamos, mas vamos limitar a 6.000 pessoas para o parque inteiro. Mas não ficar com o portão aberto para 100.000 pessoas. Que realmente foge e escapa do controle. O impacto é tão negativo que no dia seguinte é sujeira, lixo, pisoteamento. Então respondendo a sua pergunta, existe limite sim.

(Izabella) Pra fechar, que eu fui nestes eventos todos, e eu lembro muito bem da Noite Branca. Quanto tempo demorou para o parque se recuperar. Porque teve pisoteamento de flor, etc. Teve que replantar?

(H.B.) Sim. Na Fundação de Parques nós temos uma capacidade muito grande de recuperação, porque nós temos vários parques com muitas plantas, então quando existem estas depredações, principalmente o Jaques Cousteau, o Burle Marx, tem muitas mudas. E a Fundação Zoo Botânica que nos ajuda. A reposição, em dois ou três meses, está tudo no local. Mas não podemos ficar fazendo evento em um dia pra levar três meses pra recuperar um parque. Então tem que ter limite sim, tem que ter controle. E recentemente nós assinamos um TAC, termo de ajuste de conduta, do Ministério Público, limitando a só 24 eventos noturnos no Parque Municipal por semestre.

Anexo B

Entrevista Dissertação de Mestrado – UFMG

“OS PARQUES DO SÉC. XIX EM MEIO À CIDADE CONTEMPORÂNEA: Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte”

Entrevista com Walquiria Pizzatto Lima, diretora da gerência de Manutenção de Parques e Praças da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Denilson Mendes dos Santos. Entrevista feita dia 18 de junho de 2014, Na Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

1- Qual o papel e a função que o parque deve desempenhar na cidade?

Walquiria- na verdade hoje o parque foi construído inicialmente por conta da contenção de cheias do rio Belém, e hoje a função do parque não é mais esta. Hoje ele conta como uma área de lazer central mesmo e mantendo este patrimônio como o primeiro parque de Curitiba. Optou-se por manter este parque, mas é mais para atividades de lazer.

Contamos ali com uma parte do zoológico que tem alguns recintos de aves e alguns mamíferos, mas estão também a título ilustrativo. E também ali tem um pequeno hospital veterinário, que atende principalmente aves que são apreendidas, que passam ali por uma primeira triagem para depois ir para o zoológico. Mas é mais a função de Lazer e Conservação de uma área verde no centro de Curitiba.

Denilson- A função do passeio, além do lazer, é a função histórica. É um item histórico que faz parte da paisagem, se faltar o Passeio, parece que Curitiba não é a mesma Curitiba.

Mas o cerne mesmo é que o passeio hoje em dia é um espaço público no centro da cidade, tem ali a feira de orgânicos no sábado, que é uma atividade social bem forte, bem intensa, que vai passar por um processo de readaptação do espaço. Está sendo discutido isto.

2- No que a frequência intensa pode prejudicar o parque?

Walquiria- na verdade hoje existe uma grande cobrança até, de um dos principais meios de comunicação de Curitiba, está atuando fortemente nisto é que se ocupe o passeio. Na verdade hoje o Passeio não é ocupado tanto quanto gostaríamos que fosse, então uma frequência intensa não... O pessoal usa muito o Passeio para atravessar caminhos, de um lado para o outro, e também para atividades de lazer. Temos poucos lugares em Curitiba que contam com um Playground completo, e o passeio é um deles que conta com este playground. É uma área central, que o pessoal

vai dar uma parada ali, pra contemplar, descansar, refletir, e apreciar um pouco a natureza, estar em meio aos pássaros.

Nós tivemos dois eventos que tivemos uma sobrecarga de público dentro do passeio, mas não vimos prejudicar em nada esta área central.

No mais ele tem uma frequência compatível com o espaço que tem disponível. O pessoal faz caminhada de manhã, há diferentes tipos de público e em nenhum momento há sobrecarga deste público que venha prejudicar o andamento desta unidade de conservação.

Denilson: O parque já está preparado para receber esta carga, os sanitários são grandes, restaurante, lanchonetes, vendedores ambulantes, então ele foi bem estruturado e sempre está tendo investimentos ali, foi feito o recapeamento das pistas, foi feito a reforma do playground, sempre está tendo obras ali, não para nunca de ter trabalho ali pra ser feito. Então ele atende bem o público a que ele se destina.

Walquiria- Com exceção destes dois eventos, que foi a Vinada Cultural, que ultrapassou e muito a capacidade do passeio. Foram quase 20.000 pessoas em uma área que não comporta este numero de pessoas. Mas todo mundo se adequou ao espaço, ficou todo mundo juntinho e deu certo o evento. Mas é uma das ações que a comunidade e a associação de moradores do entorno, que querem que se ocupe o passeio de uma forma mais diferenciada. Porque hoje com o dia a dia agitado, as pessoas nem tem tanto tempo de ir pro parque durante o dia, e é uma área central, uma área muito comercial, temos problemas de estacionamento, então ele não é tão frequentado quando gostaríamos que fosse, poderia até ser mais. E no final de semana o Curitibano às vezes opta pelo clima e ir pra shopping e lugares fechados, e temos inúmeros parques, inclusive o passeio que acaba ficando de lado.

3- No que a frequência intensa pode colaborar para o parque?

Walquiria: Na verdade é pro fim a que se destina, uma unidade de conservação é implantada no meio urbano justamente para atender a melhoria da qualidade de vida da população, pra propiciar atividades ao ar livre, momentos de lazer, prática de exercício físico. Então eu acho assim que o Passeio conta com academia ao ar livre, pista de caminhada, que foram agora todas revitalizadas. Ela é uma das melhores pistas para prática de corrida e caminhada, ela não tem o circuito todo, mas em termos de asfalto e acabamento ela é uma das melhores pro pessoal correr com menos impacto. Eu acho que o Passeio hoje completa quase que 100% da função a que se destina, em um espaço relativamente pequeno, e central. O pessoal vai praticar Tai-chi-chuan, academia ao ar livre, caminhada, joga xadrez, se reúne à tarde, os moradores vão fazer

caminhada, cadeirantes, idosos e crianças com o playground, os animais. É um parque completo.

Denilson: Interessante que ali nas proximidades tem bastantes pontos de ônibus que vem da região Metropolitana, então se você fosse fazer uma pesquisa em alguns dias da semana, quem está sentado nos bancos, por ali, você vai ver que pelo menos 50% desse pessoal é da Região Metropolitana, pessoas da periferia, enfim. E existe certo preconceito com estas pessoas, ai muita gente diz que o Passeio é mal frequentado, existe esta visão de alguma parcela da população, principalmente pessoas que moram no entorno no Passeio Público em apartamentos mais de luxo, saindo alguns prédios mais luxuosos na João Gualberto por exemplo. Na minha visão a campanha que existe, Ocupe o Passeio, é uma campanha excludente, porque o passeio tem um público, tem até moradores de rua, que eu não tenho visto que eles tenham incomodado ninguém, mas, no entanto tem uma pressão muito forte para que expulsem eles dali, tirem eles dali, entre outras características dos frequentadores do Passeio Público que não são agradáveis para certa parcela da população que talvez queira ocupar lá, mas não se sintam bem porque não tem aquelas pessoas lustrosas que ele vê no shopping.

Walquiria: O problema é que ainda hoje o Passeio é um dos menores parques que tem problemas, mas hoje Curitiba cresceu muito e houve uma invasão de pessoas que vieram até de outros estados e a Região Metropolitana está também saturada, hoje sábados e domingos em qualquer parque que você vá, a Família está se sentindo resabiada de frequentar o parque à tarde, porque o público muda. Então não é só no Passeio que isto existe. Na verdade o Passeio Público se mantém constante, com as mesmas pessoas, as mesmas que frequentam durante a semana são as mesmas que frequentam final de semana e estas pessoas, fora os andarilhos né, porque a gente está em uma área central, então tem muito andarilho e moradores de rua, que acabam dormindo no entorno do passeio. Não dentro dele porque ele é fechado. Mas o passeio é um dos parques mais seguros que tem, conta tanto com a guarda municipal quanto com uma sede da policia Militar. Então quando veio esta campanha de Ocupe o Passeio, que trouxe alguns eventos um pouco mais elitizados, digamos assim, as pessoas não iam ao passeio simplesmente porque elas ouviram falar que o passeio não era seguro, e quando elas se depararam com o Passeio nestes eventos, nossa, elas ficaram deslumbradas, que era um estigma que elas tinham.

Izabella: Uma ideia de abandono

Denilson: Uma ideia de abandono

4- Há possibilidade de o parque aumentar o horário de funcionamento (às vezes em horário de verão)?

Walquiria: Na verdade não por conta dos recintos dos animais. Então eles precisam deste sossego, então não tem porque se ampliar a mais das 20h00minh, que é o período hoje que funciona, independente de ser inverno ou verão. Claro que no inverno, às 6 horas da tarde não tem ninguém mais frequentando o parque, só alguns “malucos” que vão correr ou caminhas, mas é até às 8 horas e não há possibilidade de se ampliar este horário. É por conta mesmo da conservação a integridade dos animais que ali moram.

5- Como é feita a Gestão do Passeio Público?

Walquiria: Então, o Passeio Público é administrado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e a SMMA em dois departamentos, um é o Departamento de Pesquisa e Monitoramento da Fauna, que cuida do Zoológico também e dos recintos dos animais e do pequeno hospital veterinário. E no Departamento de Parques e Praças, cuida da manutenção do Passeio. Roçado, paisagismo, manutenção das estruturas. Os permissionários ali, que são o pessoal dos restaurantes, que são administrados pela URBS, que é uma segunda secretaria. Então são vários órgãos, várias secretarias que fazem a gestão do Passeio Público em si, todos vinculados a Prefeitura Municipal de Curitiba, mas cada categoria tem uma administração diferenciada. Tem o comércio ambulante, que é administrado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, e tem o cicle Jaime que é da URBS.

Então é URBS, SMU (Secretaria Municipal de Urbanismo) e SMMA com dois departamentos diferenciados.

6- Quais são os principais conflitos?

Walquiria: Na verdade hoje acho que a maior questão do Passeio Público nos traz e é um desafio muito grande é que a gestão atual, eu acho que isto a nível nacional, é o uso da bicicleta. Então é hoje o desafio é esta revitalização do passeio, há a hipótese de se reformar o passeio pra que se insira ali maior possibilidade de atividades culturais, inclusive a colocação de um palco, que tenha música, mas isto conflita com os moradores do entorno, que querem sossego aos finais de semana, não querem musica, não querem barulheiras. E os ciclistas. Hoje o Passeio Público é um ponto de cruzamento de vários pontos principais do centro da cidade, e não se pode andar de bicicleta dentro do passeio, então há uma pressão muito grande dos ciclistas para que ou se amplie a ciclovia, ou que tire o gradil do entorno do Passeio para que eles possam transitar livremente pelo passeio com suas bicicletas.

Então são questões que estão sendo discutida, tanto a Revitalização completa do Passeio que é um projeto novo do IPPUC de transformar todo aquele espaço, modificar todo aquele espaço. O que conflita com o Patrimônio, porque quase 100% dele é patrimônio, inclusive as arvores, e esta questão de mobilidade, de estacionamento, local pra carro. Em relação aos moradores, é a perturbação do sossego aos finais de semana. Antes tinha o programa “musica nos parques” ali, e houve muita reclamação em relação a isto.

Izabella: Dos moradores de rua, está tendo algum conflito de degradação física do espaço?

Walquiria: Não, porque rotineiramente eles são recolhidos pela FAS, tem até uma sede da FAS que fica ali perto. Já teve muitas reclamações no passado, agora diminuiu um pouco. Eles até adentravam no passeio, mas em termos de degradação não, claro que em termos de higiene...

Denilson: Alguns até tomavam banho no banheiro às vezes, faziam alguma bagunça.

Walquiria: É, eles usavam, mas diminuiu muito, por conta da pressão da população do entorno que fazia denuncia a FAS, então volte e meia a FAS faz o recolhimento deles, leva para serem higienizados e alimentados.

Denilson: Diminuiu bastante, tem alguns que ficam lá no albergue, e de lá já vão para a “Linha do Ofício”, às vezes conseguem até um emprego.

Walquiria: Mas nós tínhamos muito mais, e eles perturbavam muito as pessoas que iam ao passeio. E hoje não tem mais reclamações. Eles tocavam nas pessoas, pediam dinheiro, queriam isto, queriam aquilo, mas hoje já diminuiu bastante. Na verdade cidade grande não tem como, nós temos no Parque Barigui oito moradores, ele vem, a FAS recolhe e volte e meia eles estão lá. Então em cidade grande é tentar conviver da melhor forma possível. Mas dizer que o Passeio Público hoje é o único que tem morador de rua, já não é mais verdade, tem outros parques que tem também.

Denilson: Outra coisa que a gente tem que tomar bastante cuidado no Passeio também é que a vegetação ela já é bem desenvolvida, são senis, várias delas, e com risco de queda. E se você vai cortar uma arvore com risco de queda lá, povo já se abraça na árvore, não quer que corte, vai pro ministério público, este é um conflito complicado. A gente vai pra tentar salvar a vida, porque já caiu árvore em carro, de a pessoa sair ilesa por obra de Deus. Nós tivemos um caso de óbito próximo, ali na Praça Santos Andrade.

Walquiria: Se bem que tivemos mais, por conta dos vendavais caiu muita árvore nas ruas.

Denilson: E Ali aquela arborização é bastante frondosa, antiga, muitas arvores com várias doenças, foi feito curativo. O pessoal me pergunta às vezes o que é este cimento?... Tem que explicar que aquilo é pra dar um reforço na árvore, mas tirar aqueles reforços da árvore, a árvore cai, e se for cortar, a população fica doída. Este é uma situação que é gerida aqui e é bem difícil.

7- Quais são as Políticas Públicas que estão sendo aplicadas no parque?

Walquiria: Na verdade hoje o que é o carro chefe da nova gestão é Sustentabilidade, então nós estamos tentando fazer redução de muitos materiais, no Passeio Público em específico a gente está com o problema da filtragem dos lagos, que é algo que onera bastante a manutenção do passeio. Na verdade tudo está sendo projetado agora e programado e planejado da forma que você consuma menos e se possível de o melhor resultado para a população. É um desafio, é bem difícil, nós estamos trabalhando bastante, são muitas ideias, não só no passeio, mas em todos os parques, mas a gente aplica no passeio o que nós trazemos bastante são as atividades culturais. Atividades tanto de Educação Ambiental aliado a teatro de rua, cada atividade cultural é aliada a questão de Educação Ambiental, o Passeio Público e o Zoológico contam com educação ambiental permanentemente, visitas monitoradas, também a gente tem inserido arvores ameaçadas de extinção, como imbuia, canela,... a própria erva mate, porque é um local mais fácil de ser controlado. E em relação do uso social do Parque, que a política do município está voltada a este uso social do parque, que seja visto de outra forma, acabar com aquele preconceito que o Passeio Público tinha antes. O sonho de consumo é que vire um “Central Park”, mas ele não deixa de se o Central Park, e estas políticas a nível social. Nosso Secretário do Meio Ambiente tem usado muito o Passeio Público como exemplo, em atividades, levado o exemplo do passeio para fora, para outros estados. É um parque que deu certo, completo, apesar da pequena área, que promove à população todas as atividades possíveis, conservação, lazer, prática de exercício físico, gastronomia, o pessoal hoje está trabalhando com a rede de proteção animal, um dos principais carros chefes também da atual gestão. A rede de proteção animal funciona ali, a chipagem e castração dos cachorros. Pra população mais carente isto é feito gratuito, ou é encaminhado para uma clínica veterinária a preço inferior. Acho que o Passeio Público é um ponto norteador de políticas, até mais que os outros parques.

Izabella: Tá tendo alguma parceria público-privada, compensação ambiental?

Walquiria: Ainda não. O que está sendo discutido agora é que saiu um decreto ano passado, em 2013, sobre a adoção dos logradouros públicos. Então no Passeio Público hoje, nosso maior desafio é a filtragem dos lagos, não tem efluentes, eles são limpos,

ele tem a coloração e aquele aspecto turvo da água pela matéria orgânica, pelo excesso de folhas que caem naquela área, mas em relação a níveis de poluentes não existem. Bastantes espécies de peixes, apesar de não ser visível. Então um dos nossos incentivos de algumas empresas que nos procuram é que se Adote o lago do Passeio Público, então o lago do Passeio Público pode ser adotado, e a partir daí pode promover o marketing de publicidade de sua empresa e ele faz a manutenção do lago. Então hoje este decreto possibilita que empresas possam adotar parte dos parques. Adotar o parque inteiro, aí é uma concessão. Hoje nós temos o Parque Barigui que nós temos concessão, temos a ópera de arame e agora saindo pra Licitação novamente o Jardim Botânico, que o Boticário não aceitou as condições, tece chamamento público zerado, e agora estão novamente elaborando um novo edital para que o Jardim Botânico seja adotado novamente, ou realizado uma parceria.

A gente não vê ainda nos próximos anos uma parceria Público-Privada no Passeio Público. Como eu falei pra você, são vários órgãos que administram e gerenciam aquele espaço, acho que complicaria um pouco mais, mas a gente vê sim alguma empresa tendo interesse em alguma área do Passeio e adotar.

8- Quais as reformas previstas?

Walquiria: Tem projetos dos mais simples até os mais sofisticados, de interferir na paisagem, mas como ele é patrimoniado, o principal conflito que os arquitetos e urbanistas que chegaram na nova gestão se confrontaram. Porque ideias têm muitas, a gente sabe também que eles gostariam de mudar o restaurante, uma série de coisas, até o comércio ambulante, mas ele barra com a legislação. Então a gente está tentando melhorar o que tem e oferecer. E reformas grandes no momento não estão previstas nenhuma. A última reforma que nós fizemos foi a Ponte Pênsil, que estava a quase 10 anos fechada, reabriu agora, foi feita toda a restauração, e o pessoal pode ir até ali a ilha dos poetas, passear. E o paisagismo. O pessoal quer muita flor ali no passeio, quer que mude um pouco o paisagismo, e isto aos poucos a gente vai tentando adequar.

9- O que o Passeio Público representa para a cidade?

Denilson: O passeio faz parte da vida das pessoas. Eu duvido um Curitibano que nunca tenha passado pelo passeio quando fosse criança. Tem muito curitibano... a gente conversa com as pessoas mais velhas que falam que tiraram foto lá no cavalinho, que tinha o Lambe-Lambe, até na década de 80, 89 eu lembro que existia aquele cara que colocava aquele pano preto em cima da cabeça e tirava a foto, até 90 se não me engano.

Walquiria: Eu tenho essa foto.

Denilson: É, muita gente tem esta foto. Quem nasceu na década de 70 saberá que tem esta foto. Por mais que a pessoa torça o nariz pro Passeio Público, mas faz parte da vida e da história de Curitiba e dos Curitibanos. Isto é um ponto, outro ponto é que é um marco histórico no urbanismo também de Curitiba. Não é só porque partiram de exemplo de outras capitais brasileiras, Rio de Janeiro, Salvador, que já tinha seus Jardins Botânicos, seus Passeios. Aqui teve um diferencial histórico a partir de um projeto urbanístico da cidade. Então ele já se torna um referencial em projeto urbano, por tornar Curitiba como uma questão de melhoria do espaço urbano lá no séc. XIX, acompanhando uma tendência mundial. Pra você ver como é importante pra fundamentar a coisa de que Curitiba é inovadora desde muito tempo. Fora outras inovações que vieram com o Passeio Público, primeiro a lâmpada elétrica...

Walquiria: Ele acompanhou o crescimento da cidade.

Denilson: No parque o cavalinho elétrico, foi também um dos primeiros do Brasil a ter. Este tipo de gestão de parceria público-privada também é interessante que o passeio público no início era uma parceria público privada, era cobrada entrada, era gerido por um senhor que fazia funcionar como se fosse uma empresa. Nesta questão o passeio público é simbólico pra cidade, ele tem esta característica.

Walquiria: E a importância do Passeio Público é incontestável, é o primeiro parque da cidade e também teve esta função de contenção de cheias.

Denilson: Saneamento, ali era um lugar onde as pessoas jogavam lixo, era um charco. Então as pessoas jogavam lixo, porque o charco não serve pra nada, e daí vem à visão das pessoas. Como que vamos fazer pra deter esta área da carniça, os açougues jogavam os restos de boi, as fezes de cavalo, porque naquela época de andava muito de cavalo, e jogavam as fezes lá, e foi ficando difícil a situação. “Então o que vamos fazer ali? Vamos fazer um parque.” Isto é extraordinária, inclusive em uma época em que não existia sequer uma noção de preservação, a natureza era consumível a eternidade. Que hoje é diferente, impensável pensar da mesma forma que no final do séc. XIX. E aí já vem esta visão de “vamos cercar isto aqui, que isto aqui já vai virar um problema muito grande pra todo mundo”, é claro que a visão de vegetação deles na época era outra, mas uma área de lazer cercada de vegetação é uma coisa extraordinária pras pessoas da época que estavam pensando só em se desenvolver, desenvolver a todo custo, e gerar dinheiro, e derrubar floresta, então já é um valor que vem junto com a forma e o desenvolvimento urbano diferenciado que tornou a cidade de Curitiba como é hoje, ou seja, esta história faz parte da história presente. A história do passado faz parte do espaço presente.

10-Como funciona o orçamento (Tanto para reformas, quanto para manutenção), e qual é a média de gasto anual com o parque?

Walquiria: Como o Passeio Público é gerenciado por dois departamentos diferenciados, então tem a parte dos animais, alimentação dos animais, manutenção dos recintos, limpeza desta área dos recintos que é feita por um departamento. O outro departamento que é o de Parques e Praças que trabalha com a área de roçada, varrição, limpeza, catação de lixo, ainda nós temos neste meio a ajuda do pessoal da Limpeza Pública, e temos também a ajuda da Proteção Vegetal. São vários departamentos que trabalham na gestão e manutenção do Passeio Público. Não existe uma verba estipulada só pro Passeio Público, a manutenção e o valor gasto estão inseridos junto com a manutenção de outras unidades de conservação. Mas em média nós temos em torno de uns 340.000 mensais pra gestão de todos os parques, em torno de 42 unidades de conservação que a gente cuida em relação de roçada e limpeza, manutenção das edificações e equipamento urbano, mas em média a gente disponibiliza deste orçamento para o Passeio Público em torno de 20 a 50.000 mensais, dependendo da manutenção que tem que ser executada, se é na tubulação, se é no lago, se é nos banheiros, eu edificações, ou reforma de pequenos recintos, ou concerto de bomba, funcionamento da cascata e da movimentação do lago. Do dia a dia que é roçada, varrição, catação, plantio de flores. E cada um dos permissionários é responsável pela manutenção de sua edificação, no restaurante o permissionário é responsável pela sua manutenção, enfim, mas em média entre 30 a 50.000 mensais.

11-Qual a relação de Visitantes do Passeio Público? Comparando com os outros Parques Municipais, quais são os mais frequentados pelos Curitibanos? Nesta lista como o Passeio Público se enquadra?

Walquiria: Jardim Botânico é o primeiro mais visitado por turistas, por exemplo, parque Barigui é o mais visitado pelos Curitibanos. Mas na nossa experiência em relação aos parques, em relação à área, o Passeio Público foi o que eu te falei, as pessoas atravessam o passeio, ou são estudantes, trabalhadores, pessoal da Região Metropolitana.

Denilson: No final de Semana, fica muito mais fácil para as pessoas da periferia irem porque não tem estacionamento.

Walquiria: Ai vai de ônibus.

Denilson: É, quem via de ônibus vai preferir normalmente. Mas hoje em dia bastante gente de classe média alta também pega seu ônibus, o transporte público de Curitiba é bom. Mas 70 a 80% do pessoal que vai ao Passeio Público no final de semana é da periferia. Eu vou lá no sábado de manhã, levo minha menina, e eu sou da periferia também, então eu me sinto bem. Mas verdade, não tenho preconceito nem com rico e nem com pobre.

Walquiria: Mas tem o pessoal que faz exercício que é consagrado.

Denilson: Mas ali é um espaço mais dominado pelo pessoal da periferia, por conta deste problema, o pessoal vai mais pro Barigui porque o Barigui tem lugar pra estacionar o carro. Tem bastantes áreas de estacionamento.

Walquiria: Parque Bacacheri, Parque São Lourenço...

Denilson: É, todos tem área de estacionamento, o Passeio Público não tem, a pessoa vai ter que procurar na rua, e as ruas ali, ou vai ao estacionamento pago, que é caro pra pagar a hora ali, ou vai deixar na rua que normalmente ali na região se for próximo do hospital de clínicas, se ele for acompanhar as estatísticas vai ver que ali é uma área de grande furto de veículo, então já não vai largar ali tão facilmente. As áreas mais próximas do Shopping Muller, por ali, não é fácil pra conseguir uma vaga, principalmente no domingo por ser o dia da feirinha, esta é uma dificuldade que as pessoas têm ali. Às vezes as pessoas querem ir no Passeio, e passam por ali, aconteceu até comigo, vai procurar lugar pra estacionas, não tem, estaciona do Mueller, que é mais barato o estacionamento, perto pra ir no passeio, e acaba se entretendo no Mueller, tá passando tal filme lá, e acaba não indo no passeio. Então este fato prejudica, e não tem área pra colocar estacionamento, é uma dificuldade que existe pra que tenha um fluxo maior de visitantes, porque sem dúvida as pessoas de amarram com o carro.

Izabella: Mas o abastecimento de transporte público ali está muito bem servido né?

Denilson: Esta muito boa. Muito bem servido.

Izabella: Então não vai justificar, por exemplo, que o Barigui é mais ocupado porque tem mais linhas...

Denilson: Não, por conta de transporte público não. Até o Passeio Público seria de melhor acesso de transporte público, várias linhas de ônibus passam por ali, ao contrário do parque Barigui que passa só três linhas de ônibus, quatro linhas de ônibus de for no domingo, que dai passa o Interbairros dois por ali.

Walquiria: É que o Passeio Público já tem um número de visitantes consolidado, como você falou então algumas novidades foram inseridas nestes últimos dois anos, nos anos

anteriores também, mas a gente está dando mais prioridade pro Passeio, em relação a atividades culturais. E quando se consolidar as atividades culturais, acho que o Passeio Público começa a aumentar o nível de frequentadores, que é a nossa meta, disponibilizar o espaço do Passeio para que todo o final de semana tenha evento cultural, ou atividade musical de baixo impacto, ou uma atividade de teatro de rua, teatro, leitura, algum evento de baixo impacto que traga as pessoas de novo pro Passeio Público, e que olhe com um novo olhar pro Passeio Público. E eventos grandes, que aconteceu com a gazeta do povo e com a RPC, filiada com a Rede Globo, que é a Vinada Cultural por exemplo. E na verdade são extremos, que é o que a gente não quer, poucos eventos no ano em que o Passeio fique com 20.000 pessoas, que causa sobrecarga no trânsito, do transtorno em todos os sentidos. E se a gente todo o final de semana disponibilizar aquele espaço pra uma atividade cultural, as pessoas podem se programar de ir até o passeio e ter atividades diferenciadas ali. Com isto a gente quer tentar aumentar o numero de pessoas que frequentam o passeio, e tentar diversificar também. Mas ele não é um dos parques mais frequentados de Curitiba, não tenha dúvida, não é. Então ele tem o público já consolidado, mas os mais frequentados mesmo é o Jardim Botânico, Parque Barigui, Parque Bacacheri, Parque São Lourenço, Opera de Arame e Pedreira, agora o Atuba está sendo bastante frequentado, então ele não está entre os 10 mais frequentados. O Borque do Papa, a linha turismo para ali perto, mas tem o Bosque do Papa, o Bosque alemão, mas eu acho que o passeio público tá caminhando.

Denilson: Na lista dos pontos onde mais desce gente na linha turismo, o passeio público não estava nem entre os 10. É porque na verdade também, o nome do ponto não induz a pessoa, porque o nome do ponto que a Linha Turismo diz é Praça Kalil Gibran, memorial árabe. Dai a pessoa tem que ficar esperta no mapa pra ver que é do lado do Passeio. Que da pra atravessar a rua ali e está no Passeio Público.

Existiu uma ideia muito interessante algum tempo atrás, quando até o Beto Richa era prefeito, depois foi abortada, que era interessante. É só uma ideia, não é da prefeitura, é de pessoas moradoras do entorno. Ideia interessante que seria quebrar os muros do entorno da Casa do Estudante Universitário, porque na casa do Estudante Universitário tem um estacionamento que cabe 50 carros, e tem o um teatro dentro da Casa do Estudante Universitário pra 800 pessoas. Transformar aquele teatro num espaço cultural e ter um estacionamento ali também, integrar. Isto era uma ideia excelente, mas que enfrenta uma oposição violenta, até por parte do pessoal que faz parte da diretoria da Casa do Estudante, porque eles entendem que passa a casa do estudante ser propriedade do município.

Izabella: O que não faz sentido, porque ali era o Passeio.

Denilson: É não sei, o documento está no nome da Fundação da Casa do Estudante Universitário, mas de certa forma eles seriam beneficiados ali.

Izabella: Eu acho uma pena não integrar, nossa a Casa do Estudante tá no meio de um parque.

Denilson: Mas não duvide que isto possa acontecer no futuro, Entra alguém que consiga conciliar as ideias bem certinhas. A principio, a proposta de reforma aprovada pelo Beto Richa era pra integrar.

12- Qual a capacidade do Passeio Público?

Walquiria: Acho que transitam ali em média 5.000 pessoas.

Denilson: Que passam durante todo o dia, nunca se concentram em um único horário este numero de pessoas, a não ser nestes eventos.

Walquiria: Nestes eventos teve 15.000 pessoas, 10.000 pessoas.

Denilson: Mas se fosse pra estimar uma capacidade de carga é 4.000 ou 5.000 pessoas no máximo. Porque quando teve o evento da Vinada... 15.000 pessoas é muita gente pisando na grama, tem bastantes agressões ali.

Walquiria: Não tinha nem como se movimentar lá dentro

Denilson: Extrapolou a capacidade de carga.

Walquiria: Teve a Vinada, e as duas feiras, a feira de artesanato e a feira de orgânicos, tudo junto no mesmo dia.

Denilson: E a Feira de Artesanato e Orgânica que tem todo sábado, já atrai um grande público, só que é em uma área da R: Presidente Faria com um trecho da Carlos Cavalcanti, que é um trecho de asfalto.

Izabella: Vocês tem uma média de quantas pessoas vão no sábado pra feira?

Walquiria: Acho que chega a mil pessoas.

Denilson: Chega sim, nenhum feirante quer largar o osso ali.

Walquiria: Ela é bem famosa. Tem a feira de artesanato que são umas quatro ou cinco barraquinhas, mas a feira de orgânicos começa as 07h00min e vai até a 13h00min tem bastante gente que vai. Pessoal do entorno, a vizinhança toda aderiu à feira de orgânicos.

Denilson: É um sucesso, atrai bastante gente.

Walquiria: E assim, o que o Passeio Público pode ter trazido de novo nesses últimos dois ou três anos ali, foi a academia ao ar livre, a pista que foi revitalizada e a gente viu que aumentou o numero de pessoas que praticam caminhada e exercício físico ali. Por mais que nunca se abandonou o Passeio, eu que estou há sete anos aqui, em sete anos o Passeio Público é um dos parques que a gente mais despense atenção e

manutenção, e paisagismo, jardinagem, as estruturas, sempre está correndo pra não deixar nada faltar. Então ele melhorou bastante, Claro que tem aquela ideia de se retirar certo público dali e se inserir outro público. Mas isto ai não é o nosso objetivo, o nosso objetivo é que todos vivam harmoniosamente bem ali. Teve até uma aula com a Universidade de Rio Claro, e até foi engraçado, eu e o Denilson fomos ajudar os professores contando da história do Passeio Público para os alunos, e de repente vem um morador de rua que senta ali em meio aos alunos e começa a fazer perguntas. E as perguntas dele tinham muita coerência, no fim ele acabou confessando para todos nós ali que tinha trabalhado em uma empresa de reflorestamento, de papel e celulose, e era entendido do assunto, tanto das políticas ambientais do município, e era um morador de rua, e estava se sentindo um máximo de estar ali inserido junto aos alunos e participando daquela aula ao ar livre.

Denilson: Aquela turma de Rio Claro era cheio dos “bicho grilo” e ele já se enturmou com a turma.

Walquiria: E levantava o dedo, e fazia perguntas, interagindo, e a gente achou muito bacana aquilo lá, é inserir o pessoal, eles não podem ser excluídos de maneira alguma. Eles trazem a contribuição deles, fazem parte da história da cidade, eles acompanham a história da cidade, e as políticas tem que ser voltadas para a melhoria das condições de vida deles. Não a gente exclui ou afasta-los do nosso convívio.

Denilson: Na visita da UTFPR também foi pontuado sobre esta questão de quem muita gente sentada, os velhinhos, e no lado que não tem sanitário, o velhinho não vai andar todo o trajeto, ele vai à árvore.

Walquiria: A árvore caiu até, de tanto que ele ia à árvore mijar.

Denilson: Ai vem aquela coisa, a Gazeta do povo “tasca o cacete” falando que ninguém cuida de lá, está cheio de velhinhos mijando na árvore, que tá cheio de prostitutas, desocupados, drogados. Isto é uma inverdade, ali no passeio não tem transmissão de drogas, mas próximo dali tem, mas não é por causa do passeio ou do público do passeio.

Walquiria: Isto é um problema em todos os parques.

Denilson: ... Conceito de Gentrificação... E o Pessoal da UTFPR estava falando, essa campanha do Passeio, é um processo de gentrificação, ou seja, readequar o centro pra expulsar uma camada de moradores de baixa renda e trazer outra camada de moradores.